



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Processos imigratórios na Região Autónoma da Madeira:
desafios para a Intervenção Social Culturalmente
Competente do Serviço Social

Candidata: Lina Graciela Jardim Pereira

Doutoramento em Serviço Social

Orientador:

Doutor Pablo Álvarez-Pérez, professor associado,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Dezembro, 2023



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Sociologia e Políticas Públicas

Processos imigratórios na Região Autónoma da Madeira:
desafios para a Intervenção Social Culturalmente
Competente do Serviço Social

Candidata: Lina Graciela Jardim Pereira

Doutoramento em Serviço Social

Orientador:

Doutor Pablo Álvarez-Pérez, professor associado,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Dezembro, 2023



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Sociologia e Políticas Públicas

Processos imigratórios na Região Autónoma da Madeira:
desafios para a Intervenção Social Culturalmente
Competente do Serviço Social

Candidata: Lina Graciela Jardim Pereira

Doutoramento em Serviço Social

Júri:

Doutora Maria João Pena, Presidente do Júri, ISCTE -
Instituto Universitário de Lisboa

Doutor Octavio Vásquez Aguado, Professor Catedrático da
Facultad de Trabajo Social de la Universidad de Huelva

Doutor Miguel da Conceição Bento, Professor Adjunto da
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de
Beja

Doutora Maria Dorita Pestana Anjo Freitas, Professora
Auxiliar Convidada Aposentada, Universidade da Madeira

Doutora Inês Casquilho Duarte Martins, Professora
Auxiliar, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Doutor Pablo Álvarez-Pérez, Orientador, Professor
Associado, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Ao Mateus

Na entrada de um novo ciclo: o “laboratório de vida”

Agradecimentos

Gratidão é a palavra de ordem e o sentimento que me assola num momento em que, muitas vezes, desacreditei ser possível.

A flutuação de todo o processo que reveste um trabalho desta natureza transporta-nos, não raras vezes, para extremos que, ora nos enchem de esperança, ora nos desmotivam, de tal forma que nos conduzem a interrupções e ao prolongar de uma etapa que mais não é do que o iniciar de mais um ciclo. E é na persistência em conseguir o equilíbrio entre estes extremos que reside uma das maiores (senão, a maior) dificuldade!

E são estes momentos que nos provam que não estamos sozinhos: tudo é possível quando as nossas raízes e o solo onde se alicerçam, permitem-nos crescer.

A minha gratidão é por isso eterna a todos os que fizeram parte deste meu percurso, sem exceção.

À minha família, o meu núcleo e o meu porto seguro, muitas vezes relegada para “segundo plano”, mas sempre compreensiva e motivadora das minhas escolhas.

Aos meus amigos e, de forma especial, à Marta Andrade e ao Leonardo Reis, pelo apoio e ajuda neste processo, mesmo em momentos mais desafiantes das suas vidas pessoais e familiares. Muito obrigada!

Ao meu orientador, professor Doutor Pablo Álvarez, por ter aceitado acompanhar-me num processo já iniciado, sempre com uma atitude desafiadora e com uma visão diferenciada, ensinando-me que, mais do que respostas, as dúvidas conduzem-nos no caminho. Obrigada pela paciência, pelos ensinamentos e pelas várias partilhas ao longo deste processo.

À minha “eterna” orientadora e professora, por quem tenho enorme estima e admiração, professora Doutora Helena Mouro. Trago sempre comigo a força, a resiliência, a “agitação ao sistema” e as suas palavras de motivação.

A todos os meus professores ao longo dos anos, que sempre me motivaram à problematização e ao questionamento constante, valorizando as minhas inquietudes e insatisfações. De forma especial, à professora Isabel Santos e à professora Dorita Anjo, pessoas e profissionais que muito estimo e cuja paixão pelo Serviço Social me conduziram a iniciar todo este processo.

Ao meu Farol que me guiou ao porto de chegada, LP.

Resumo

Esta pesquisa aborda a intervenção social culturalmente competente do Serviço Social no contexto imigratório da Região Autónoma da Madeira (RAM), procurando compreender as dinâmicas imigratórias locais, as formas de intervenção com imigrantes e os níveis de competências culturais dos profissionais de ajuda, especialmente dos assistentes sociais.

A investigação, dividida em três fases e baseada numa metodologia mista, integrou três forças motrizes: dinâmicas (i)migratórias, intervenção social com imigrantes e competências culturais dos assistentes sociais. Foram utilizadas entrevistas exploratórias, semi-estruturadas e grupos focais para a recolha qualitativa de dados, seguidas pela aplicação de questionários aos profissionais de ajuda na RAM. A análise de conteúdo temática e o IBM SPSS Statistics foram utilizados para analisar os dados.

Os resultados revelaram especificidades do contexto imigratório da RAM, influenciando a intervenção social dos assistentes sociais. A pesquisa concluiu que os profissionais de ajuda são culturalmente competentes, destacando-se pela atuação em contextos institucionais limitados e pela abordagem a formas diversas de intervenção. As implicações identificam a lacuna no desenvolvimento de competências culturais no contexto organizacional e apontam para futuras investigações nesse sentido. Destaca-se ainda a importância da capacitação dos profissionais no âmbito das práticas políticas, evidenciando a dimensão da autoridade/poder nos contextos de intervenção social, contribuindo para o avanço do Serviço Social.

Palavras-chave: Serviço Social, Imigração, Intervenção Social, Competências Culturais, Assistentes Sociais.

Abstract

This research goes into the culturally competent social intervention of Social Services in the immigration context of the Autonomous Region of Madeira (RAM), seeking to understand immigration dynamics, interventions with immigrants, and the cultural competence of social intervention professionals, especially social workers.

Organized into three research phases with a sequential qualitative-quantitative strategy, the mixed methodology included qualitative data collection through exploratory interviews, semi-structured interviews, and focus groups with experts, researchers, and social interventionists. It concluded with a questionnaire survey for aid professionals practising social intervention in RAM—social workers, psychologists, social policy graduates, social educators, and sociologists—integrating the QCC-PA. Analysis used thematic content analysis and IBM SPSS Statistics.

Results highlight immigration context specificities in RAM shaping culturally competent social intervention, with challenges like the absence of specific institutional contexts for immigrant intervention, diverse intervention forms, and varying cultural competence levels among aid professionals, particularly social workers.

The study concludes that participating aid professionals demonstrate cultural competence in an immigration reality marked by family ties and recent immigrant integration vulnerabilities, within the domain of social workers. Main implications underscore the organisational context as a gap in developing cultural skills, suggesting a potential avenue for future research. Emphasizing the authority/power dimension in social intervention reinforces the importance of training aid professionals in political practices, significantly contributing to the field of Social Work.

Keywords: Social Work, Immigration, Social Intervention, Cultural Skills, Social Workers.

Índice de quadros

Quadro 1.1 - Tipologias dos migrantes	13
Quadro 1.2 – Eixo espacial e temporal das dinâmicas migratórias	18
Quadro 3.1 - Formulação do problema em análise	91
Quadro 3.2 - Temas e categorias resultantes da análise de conteúdo das entrevistas e focus group	108
Quadro 4.1 - Relação entre os objetivos de investigação, categorias, indicadores e dimensões explicativas para as entrevistas exploratórias realizadas no I momento de investigação	115
Quadro 4.2 - Relação entre os objetivos de investigação, categorias, indicadores e dimensões explicativas das entrevistas do I momento de investigação	123
Quadro 4.3 - Intervenção social com imigrantes: regimes e centro comunitário	125
Quadro 4.4 - Dimensões das competências culturais em presença na intervenção social com imigrantes, na RAM	131
Quadro 4.5 - Estatística descritiva (idade)	129
Quadro 4.6 - Frequências e percentagens por faixa etária	129
Quadro 4.7- Sistematização da descrição dos momentos de supervisão dos inquiridos (27 respostas)	140
Quadro 4.8 - Distribuição dos valores da média, desvio-padrão, mínimo e máximo do QACC	143
Quadro 4.9 - Frequência dos níveis de concordância e das pontuações médias de cada dimensão do QACC.....	146
Quadro 4.10- Níveis de competência cultural em função da entidade onde trabalha	149
Quadro 4.11 - Níveis de competência cultural em função da profissão	145
Quadro 4.12 - Níveis de competência cultural em função da idade	150
Quadro 4.13 - Níveis de competência cultural em função do nível académico ...	151
Quadro 4.14 - Níveis de competência cultural e formação por motivação pessoal	152
Quadro 4.15 - Níveis de competência cultural e formação promovida pela entidade patronal	153

Índice de figuras

Figura 1.1 - Variação dos migrantes internacionais nos diferentes Continentes, desde a década 90	26
Figura 1.2 - Saldo migratório em Portugal desde 1990	30
Figura 1.3 - Aquisição de nacionalidade em Portugal, por ano, desde 2007.....	31
Figura 1.4 - Saldo migratório na RAM 2003-2021	40
Figura 1.5 - As 10 nacionalidades de imigrantes mais representativas residentes na RAM: 2000-2007	41
Figura 1.6 - As nacionalidades de imigrantes residentes mais representativas na RAM: 2016-2020	43
Figura 1.7 - Três nacionalidades mais representativas na RAM 2008 e 2021	44
Figura 1.8 - Faixas etárias dos diferentes imigrantes na RAM	44
Figura 1.9 - Alunos estrangeiros inscritos nas escolas da RAM, por nacionalidade	45
Figura 1.10 - Alunos estrangeiros inscritos nas escolas da RAM, por ciclo de estudo	46
Figura 1.11: Número de imigrantes na RAM, por sexo, de 2008 a 2020	46
Figura 1.12 - Dispersão geográfica dos imigrantes residentes na RAM: 2008 a 2020	47
Figura 1.13 - Desempregados imigrantes, por nacionalidades mais representativas, 2008-2023	48
Figura 1.14 - Desempregados registados (novo emprego) de imigrante, por atividade económica do último emprego, 2008-2023	49
Figura 1.15 - Desempregados registado (imigrantes), por faixa etária, 2008-2023	49
Figura 1.16 - Desempregados registado (imigrantes), por sexo, 2008-2023	50
Figura 1.17 - Desempregados registado (imigrantes), por habilitações literárias, 2008-2023	51
Figura 2.1 – Campos paradigmáticos das teorias do Serviço Social	70
Figura 3.1 - Sequência do processo investigativo	89
Figura 3.2 - Desenho de investigação	90

Figura 3.3 - Método exploratório sequencial da investigação	96
Figura 3.4 - Universo e amostra da investigação	103
Figura 4.1 - Tipologia de imigrantes na RAM	119
Figura 4.2: Participantes do inquérito, por profissão	132
Figura 4.3: Participantes do inquérito, por sexo	132
Figura 4.4: Estatística descritiva (idade)	133
Figura 4.5: Frequências e percentagens por faixa etária	133
Figura 4.6: Média de idades por profissão	134
Figura 4.7: Participantes do inquérito, por grau académico	134
Figura 4.8: Participantes do inquérito, por grau entidade	135
Figura 4.9: Áreas de atuação mais selecionadas	136
Figura 4.10: Município de intervenção predominante	137
Figura 4.11: Área geográfica de intervenção social predominante	138
Figura 4.12: Nível de consciência cultural em função da entidade onde trabalha	148

Índice

Agradecimentos	xi
Resumo	xiii
Abstract	xv
Introdução	1
Capítulo 1: Análise das migrações e das mobilidades humanas	9
1. Processos migratórios: dinâmicas, conceitos e tipologias	9
1.1. Dinâmicas migratórias: do colonialismo à contemporaneidade ...	17
1.1.1. Macro espaço: panorama migratório na europa	18
1.1.2. Meso espaço: panorama migratório em Portugal	27
1.1.3. Micro espaço: a Região Autónoma da Madeira, <i>que especificidades?</i>	36
1.2. Modelos explicativos do fenómeno migratório	52
Capítulo 2: O Serviço Social nos contextos da diversidade: que especificidades na intervenção com imigrantes?	59
2. Breve história das origens da intervenção do Serviço Social com a diversidade	60
2.1. Serviço Social, a profissão dos Direitos Humanos.....	62
2.2. Intervenção social na Diversidade: que caminhos para o Serviço Social?	65
2.3. Das teorias aos modelos de intervenção do Serviço Social com a população imigrante.....	68
2.3.1. Noções teórico-conceituais para a compreensão da imigração desde o Serviço Social	70
2.3.2. Níveis de intervenção em contextos de diversidade	74
2.3.3. Modelos de intervenção do Serviço Social com a população imigrante	75
2.4. O assistente social culturalmente competente	78
Capítulo 3: Metodologia de investigação	87
3. Métodos	87
3.1. Processo metodológico: a escolha do método	92
3.1.1. Campo empírico de investigação	97
3.1.2. Universo e amostra	100

3.1.3. Questões éticas e proteção de dados	103
3.1.4. Técnicas e instrumentos de recolha de dados	105
3.1.4.1. Das técnicas de recolha de dados	105
3.1.4.2. Questionário de Avaliação de Competências Culturais para profissionais de ajuda (QCC-PA)	110
Capítulo 4: Apresentação, tratamento, análise e discussão dos dados	113
4. Considerações acerca do tratamento dos dados	113
4.1. As dinâmicas migratórias na RAM	115
4.1.1. As vias de integração dos imigrantes na RAM	121
4.2. Intervenção social com imigrantes	122
4.2.1. Intervenção social culturalmente competente [do Serviço Social]: Perfil profissional	131
4.2.2. Intervenção social culturalmente competente [do Serviço Social]: Perfil institucional	136
4.2.3. Intervenção social culturalmente competente [do Serviço Social]: Formação no âmbito das migrações	138
4.2.4. Intervenção social culturalmente competente [do Serviço Social]: Perfil do imigrante	139
4.2.5. Intervenção social culturalmente competente [do Serviço Social]: Supervisão profissional	140
4.2.6. Intervenção social culturalmente competente [do Serviço Social]: Questionário de Competências Culturais para Profissionais de Ajuda (QCC-PA)	143
4.2.6.1. Níveis percebidos de Competência Cultural	143
4.2.6.2. Nível de competência cultural em função da entidade onde trabalha	146
4.2.6.3. Nível de competência cultural em função da profissão desempenhada	148
4.2.6.4. Nível de competência cultural em função da idade	149
4.2.6.5. Nível de competência cultural em função do nível académico	151
4.2.6.6. Nível de competência cultural e formação no âmbito das migrações por motivação pessoal	152

4.2.6.7. Nível de competência cultural e formação promovida pela entidade patronal	152
4.3. O inquérito como um Todo: possíveis relações verificadas (análise inferencial)	153
4.3.1. O Serviço Social como profissão de carneira na intervenção social	153
4.3.2. Urbanização da intervenção social	154
4.3.3. Dimensão formativa dos profissionais: existe diferenciação entre os profissionais mais jovens e os mais velhos?	155
4.3.4. Terciarização da intervenção social: a tendência de futuro na RAM?	155
4.3.5. Os vínculos familiares nas dinâmicas imigratórias da RAM	156
4.3.6. QCC-PA: a perceção dos níveis de competência cultural dos profissionais no âmbito da intervenção social	157
Conclusões	161
Referências bibliográficas	171
Anexos	183
Anexo I – Parecer do orientador para a comissão de ética do SESARAM, EPERAM	184
Anexo II – Modelos dos pedidos de autorização e guiões das entrevistas no I e II momentos	185
Anexo III – Modelo dos pedidos de autorização e dos guiões dos focus group ...	189
Anexo IV – Consentimentos informados	190
Anexo V – Pedido de autorização para a aplicação da escala QCC-PA	191
Anexo VI – Inquéritos por questionário aplicados no estudo	193
Anexo VII – Modelo dos pedidos de autorização às entidades que desempenham funções de ajuda no âmbito da intervenção social e lista de entidades	234

Introdução

As migrações e mobilidades humanas, embora um fenómeno cada vez mais visível nas sociedades contemporâneas, acabam por ser a exceção com apenas 3,6 % da população mundial a se movimentar. Por sua vez, estas mobilidades não são uniformes; criam-se *hubs* ou localidades onde se verifica maior pressão migratória (Apprave e Cholewinski, 2008; Apprave e Cho, 2010; Laczko e Apprave, 2013; McAuliffe e Khadria, 2020). Ao longo dos tempos, a diferenciação de dimensões sociais fundamentais como as dimensões políticas, ideológicas, sociais, culturais, de valores, de identidade e ambientais, têm vindo a ampliar e reforçar um conjunto de complexidades destas dinâmicas migratórias internacionais.

Refletir sobre este fenómeno, implica considerar o seu carácter longitudinal o que justifica as diferentes perspetivas de análise teórica das dinâmicas migratórias existentes. Temos autores que relacionam as dinâmicas migratórias com a própria história da humanidade (Simonet, 2002; Blade, 2003); outros, enfatizam o período dos descobrimentos e os processos de colonização na (re)definição das migrações internacionais e naquela que foi a criação de um novo mapa geográfico humano, enformador da própria globalização (Santos, 2002, 2004, Sarró e Mapril, 2011). Outro grupo de autores destaca o pós-II Guerra Mundial nos processos migratórios consequentes, especialmente no contexto europeu (Castles, 2005, 2010; Castles e Miller, 2003, 2009; Castles et al, 2014); por outro lado, há aqueles que reforçam o contexto contemporâneo da superdiversidade cuja análise deverá ser multidimensional, extrapolando as questões da etnicidade. Nesta última perspetiva, são consideradas as várias dimensões dos processos migratórios que se interligam e retroalimentam, nomeadamente, a individual, a familiar, a cultural/migratória, a socioeconómica, a contextual e as redes/networks mas que deverão continuar a ser exploradas, estudadas e ampliadas (Álvarez-Pérez e Harris, 2021, Meissner e Vertovec, 2015; Nowicka e Vertovec, 2014; Vertovec, 2017, 2019). Independentemente da perspetiva adotada, é consensual o crescimento da complexidade inerente aos processos das migrações internacionais contemporâneas e as transformações consequentes para o contexto global-local.

No contexto da superdiversidade, aquele que nesta investigação ganha especial relevo, a migração laboral é a principal tipologia das migrações, contudo, fatores ambientais e geopolíticos ganham maior relevância nos corredores das migrações (McAuliffe e Triandafyllidou, 2022), tornando-os (ainda mais) incertos e perigosos, verificando-se o aumento no panorama das migrações forçadas (*Idem*).

Com as migrações laborais a se destacarem no panorama global, a superdiversidade pode resultar, por um lado, em benefícios económicos (maiores níveis de produtividade, de rendimento e inovação) mas, também, em fragilidades ao nível da coesão social, com as crescentes necessidades e pressões num conjunto de serviços (sociais, saúde, educação), para além da diversidade étnica, religiosa e linguística (Spoonley, 2014) que comportam desafios à sociedade de acolhimento e, de forma particular, aos diferentes contextos de intervenção social.

Reconhecemos hoje, de forma particular, a dimensão relacional como um elemento fundamental no contexto das mobilidades (McAuliffe e. Ruhs, 2017), facto que é ressaltado por estudos recentes de Álvarez-Pérez e Harris (2021) quando analisam a transversalidade das redes (networks) dos imigrantes e seus descendentes, perante outras dimensões da superdiversidade, reforçando a sua importância. E é neste campo de ação, o campo das vulnerabilidades, que se geram nas dinâmicas migratórias, que o Serviço Social assume um papel de charneira ao nível das diferentes formas de gestão decorrentes.

A diversidade resultante dos processos migratórios torna-se assim num elemento constante das práticas dos assistentes sociais que, desde a sua origem, sempre se pautaram pela defesa dos direitos dos imigrantes. As características humanistas e a sensibilidade social de base, enquanto características indispensáveis aos profissionais, permitiu-lhes, ao longo dos tempos, balizar a sua ação com o desenvolvimento de competências culturais, desiderato ético da profissão. Os assistentes sociais, através de uma intervenção social culturalmente competente, aportam à sua ação as especificidades necessárias nos contextos heterogéneos de diversidade cultural, sendo cada vez mais, considerada uma profissão dos Direitos Humanos.

Em contextos cada vez mais multiculturais, as vulnerabilidades tornam-se ampliadas pelas especificidades inerentes e os Direitos Humanos consubstanciam-se, assim, na estrutura ética da intervenção social, sempre com o objetivo de satisfazer o conjunto de necessidades apresentadas e que vulnerabilizam os imigrantes.

Não existem *formas teóricas únicas* de intervenção com imigrantes embora as abordagens orientadas para a mudança, numa base mais reformista e alternativa, sejam passíveis de serem as mais utilizadas. Quando se trata de modelos de intervenção com a população imigrante, verifica-se que, em todos eles, as competências culturais tornam-se num elemento fundamental da ação cujas diferentes componentes integrantes corporizam o processo de ajuda do Serviço Social.

Ao considerar a Região Autónoma da Madeira, contexto empírico onde decorre esta investigação, verificamos *ausências de informação e de dados*, relativamente às dinâmicas

imigratórias existentes e à própria intervenção social culturalmente competente do Serviço Social, factos que nos impeliram ao processo investigativo.

Na RAM, diferentes dinâmicas migratórias têm-se desenvolvido, cujos períodos temporais têm-se caracterizado, maioritariamente, por um saldo migratório negativo. Contudo, o século XXI regista 2 momentos que merecem a nossa atenção: a primeira década no século XXI e, desde os finais do ano de 2016, com saldos migratórios que invertem a tendência, totalizando, atualmente, os imigrantes residentes um total de 4,1 % de população da RAM (DREM, 2023; EANP, 2023).

Perante esta “nova” realidade regional, a verdade é que pouco trabalho de sistematização e de investigação tem sido feito, existindo apenas um estudo sobre imigração na RAM, promovida pela AIG sob a coordenação de Maria Gilda Dantas, referente à primeira década do ano 2000 (até 2009) e com abrangência em 3 dos 11 Concelhos da RAM. Do segundo momento de imigração (após o ano de 2016), o qual ainda se vivencia, nada existe analisado e sistematizado.

Quando a pesquisa incide sobre o Serviço Social desenvolvido na RAM verificamos, também, uma forte lacuna na sistematização e produção científica em diferentes áreas e de forma especial ao nível da intervenção social com imigrantes, não se verificando também, nenhuma investigação feita neste âmbito. Sendo certo que as dinâmicas imigratórias na RAM se revestem de particularidades e não apresentam uma trajetória histórica que lhes permitam aproximar-se de outras realidades tradicionais de imigração, a verdade é que, no contexto da contemporaneidade, as migrações são consideradas um “novo” campo de atuação do assistente social (Amaro, 2012; Valtonen, 2008). Para além de que, a aquisição e o desenvolvimento de competências culturais são um desiderato da própria responsabilidade ética e profissional do assistente social, especialmente em contextos migratórios. A partir de 2017, a realidade social regional demarcou-se de movimentos migratórios anteriores com a entrada de um grande número de venezuelanos que, pela primeira vez, imprimiram à própria intervenção social dos vários serviços regionais, um conjunto de necessidades até então desconhecidas.

Percebemos assim a pertinência em desenvolver uma investigação onde, por um lado, sejam consideradas as dinâmicas imigratórias e, por outro, a intervenção social do serviço social com imigrantes, compilando-se 2 focos de estudo num único tema de investigação os *processos imigratórios na RAM e as suas dinâmicas ao nível da intervenção social [culturalmente competente] do Serviço Social*, o que nos conduziu ao longo dos diferentes momentos da tese. Este processo investigativo integrou assim 3 momentos sequenciais, de acordo com a convergência das três forças motrizes da investigação: (I) dinâmicas imigratórias na RAM; (II)

intervenção social com imigrantes na RAM e (III) competências culturais dos assistentes sociais, o que nos permitiu *explorar, conhecer, analisar e compreender a intervenção social culturalmente competente com imigrantes, desenvolvida por profissionais de ajuda, na RAM, com especial enfoque para os assistentes sociais.*

Neste sentido, problematizamos sobre: (a) *Que dinâmicas (i)migratórias temos na RAM?* (b) *Que contextos organizacionais existem e como se expressa a intervenção social com imigrantes, na RAM?* (c) *Relativamente ao Serviço Social, que formas [teorias, modelos, métodos e técnicas] de intervenção social são utilizadas, quando em presença de imigrantes?* (e) *Podemos afirmar que a intervenção social do Serviço Social, na RAM é culturalmente competente?* (f) *Existirão diferenças caso a intervenção social, ao nível das competências culturais, seja desenvolvida por outra profissão de ajuda?* Questões a partir das quais se definiram 2 principais eixos de análise: eixo 1 - dinâmicas migratórias na RAM e, eixo 2 - intervenção social culturalmente competente com imigrantes na RAM. Daqui, estabeleceram-se enquanto objetivos específicos de investigação: (1) identificar, analisar e caracterizar as dinâmicas migratórias na RAM; (2) identificar e caracterizar contextos organizacionais que desenvolvem intervenção social com imigrantes, na RAM, bem como as *formas* de intervenção desenvolvidas; (3) conhecer e analisar a perceção das competências culturais dos assistentes sociais que trabalham com imigrantes, na RAM; (4) analisar a relação entre a perceção das competências culturais dos assistentes sociais que trabalham com imigrantes, na RAM, e os diferentes contextos organizacionais; (5) aferir a necessidade de literacia e/ou apoio organizacional para o constructo de competências culturais dos assistentes sociais que intervêm com imigrantes, na RAM e, (6) verificar diferenças e/ou similitudes percecionadas pelos assistentes sociais e outros profissionais de ajuda no âmbito da intervenção social culturalmente competente, desenvolvida com imigrantes, na RAM.

O processo de pesquisa revestiu-se de particularidades que acabaram por conduzir a investigadora num processo faseado, constituído por 3 momentos de pesquisa empírica (com início em 2012) que foram sendo (re)ajustados e contextualizados onde, primeiramente, foram explorados, qualitativamente, as dimensões relativas às dinâmicas migratórias na RAM e às próprias especificidades da intervenção social desenvolvida com imigrantes e, posteriormente, foi explorada, descrita e expandida, quantitativamente, a dimensão relativa às competências culturais dos profissionais de ajuda, especificamente, dos assistentes sociais. Deste modo, foi adotada uma metodologia plural de investigação, através da estratégia sequenciada quali-quantitativa (Creswell, 2007), um método misto que nos permitiu maior sustentação porquanto a utilização de diferentes técnicas de investigação, nomeadamente entrevistas exploratórias (I

momento de investigação), entrevistas semi-estruturadas e *focus group* (II momento de investigação) e, inquérito por questionário (III momento de investigação). As estratégias de análise das informações e dos dados incluíram a análise de conteúdo temático (I e II momentos de investigação) e a análise estatística, descritiva e inferencial (III momento de investigação).

Atendendo aos objetivos traçados, ao desenho de pesquisa, à temporalidade e ao caráter exploratório e descritivo da investigação, dividiu-se a tese numa dimensão conceptual e numa dimensão empírica, partes que se interrelacionam e conferem uma estrutura tradicional de apresentação.

Na dimensão conceptual apresentamos dois capítulos: o primeiro referente às abordagens das migrações o que nos conduziu à compreensão histórico-temporal de como se consubstanciaram, genericamente, as dinâmicas migratórias globais e as suas especificidades no contexto europeu, nacional e, com maior detalhe, no contexto da RAM, tendo presente as complexidades e as dimensões presentes no contexto contemporâneo da superdiversidade. No segundo capítulo, considerado o “esqueleto” teórico desta tese, a intervenção social do assistente social nos atuais contextos de superdiversidade e as (novas) competências profissionais necessárias, nomeadamente, competências culturais, corporizam o desiderato daquilo que se pretendeu aqui desenvolver, tendo presente que o Serviço Social integra na sua agenda, e de forma cada vez mais pronunciada, (um)a profissão dos Direitos Humanos.

A dimensão empírica, também com dois capítulos, desenvolveu, primeiramente, a metodologia de investigação adotada e, no último capítulo, a análise discussão dos resultados, com a análise compreensiva, descritiva e inferencial das informações e dados recolhidos nos três momentos de investigação.

O primeiro capítulo, *abordagens das mobilidades humanas* globais, demarca diferentes momentos das migrações, ao longo do período temporal e do (geo)espaço, que comportaram diferentes características às migrações a às próprias tipologias de migrantes. Considera-se aqui o período colonial como um momento diferenciador das características migratórias (com especial enfoque para as dinâmicas migratórias nacionais e regionais, pelo papel do nosso país na época dos Descobrimentos), situação que, embora com características diferentes, volta a acontecer no atual contexto de superdiversidade. Para melhor compreensão, explorou-se os eixos espacial e temporal das dinâmicas migratórias na europa (macro espaço), em Portugal (meso espaço) e na RAM (micro espaço), ganhando este último especial relevo visto a escassa informação existente e sistematizada a este nível. Com a atual liquidez das migrações (Engbersen, 2012, 2018), a circularidade, a flexibilidade dos contextos, os vínculos afetivos e a incerteza conduzem a um *habitus* migracional que tem desencadeado, diferentes tipologias de

migrantes, com uma crescente complexidade do fenômeno migratório e o aumento do caráter forçado em várias zonas do globo. Dos vários estudos sobre as migrações, torna-se consensual a transversalidade e a multidimensionalidade vivenciada atualmente, evidenciando-se as dinâmicas relacionais, ao nível das redes/networks, enquanto dimensão de especial relevância para os imigrantes e seus descendentes, dimensão esta que também merece especial atenção aquando da intervenção do assistente social.

O segundo capítulo, *o serviço social nos contextos da diversidade: que especificidades na intervenção com imigrantes?* Considera o Serviço Social no campo das vulnerabilidades dos contextos de diversidade multicultural e nas diferentes formas de gestão decorrentes, com especial atenção ao nível das competências profissionais. Olhando de forma breve para a história das origens da intervenção do Serviço Social com a diversidade, principalmente ao nível dos Settlements e Hull Houses, compreende-se a importância que a intervenção com os imigrantes teve no início da profissão (Holosko, 2003) na defesa dos direitos e da individualidade dos imigrantes. Na superdiversidade e tendo presente a complexa rede de interações que se geram no campo social, a intervenção social no âmbito do serviço social integra uma intenção consciente (perspetiva teórico-empírica e operativa), um conjunto de relações de poder em presença e a comunicação, onde a participação torna-se a estratégia fundamental em todo o processo. Significa isto que não existe uma única forma para desenvolver o agir profissional, mas sim uma multiplicidade de intervenções possíveis, de acordo com as teorias, níveis e modelos de intervenção social considerados nos contextos em presença. Em todo o processo, as competências culturais tornam-se no elemento diferenciador da intervenção desenvolvida com os imigrantes sendo, primeiramente, uma responsabilidade ética do assistente social. Nesta tese adota-se o modelo compreensivo das competências culturais, que, ao integrar 4 dimensões (consciência cultural, conhecimento cultural, competência ou aptidão técnica e o apoio organizacional), parece-nos o mais completo naquele que deve ser um esforço intencional e um processo profissional em constante construção. Hoje, o serviço social enquanto profissão dos Direitos Humanos, torna-se cada vez mais diferenciado no pressuposto da defesa da justiça social, dos direitos humanos, da responsabilidade coletiva e do respeito pela diversidade onde o conjunto de competências e habilidades necessárias para os contextos multiculturais com vista à concretização de respostas adequadas à satisfação das necessidades humanas torna-se no propósito final para assegurar a dignidade da existência humana.

O terceiro capítulo, ao explicar a trajetória da investigação e os métodos de pesquisa adotados, definiu a RAM como campo de investigação, especificando, para os três momentos

empíricos, os espaços de investigação considerados, a amostra em cada um deles, bem como as técnicas de recolha e de análise de dados. Este capítulo, pela dinâmica temporal impressa na própria investigação, torna-se quicá um pouco mais longo do que o habitual, pela preocupação de justificar, em cada momento, os constrangimentos que se apresentaram e as estratégias de superação para a concretização do estudo.

No quarto capítulo apresentamos os resultados obtidos no estudo empírico, primeiro os de dimensão qualitativa através das entrevistas exploratórias, semi-estruturadas e *focus group*, para depois considerarmos os resultados quantitativos, obtidos pela aplicação do inquérito por questionário. Com a sua análise, seguiu-se para um dos momentos mais desafiantes de qualquer investigação com reflexão e a discussão dos resultados onde, se por um lado alargou-se o conhecimento das dinâmicas imigratórias na RAM, por outro, o cerne do capítulo encerra a exploração, descrição e interpretação do campo da intervenção do Serviço Social [culturalmente competente] da Região.

O quinto capítulo discorre sobre a formulação do problema de investigação a sua inter-relação com os principais resultados obtidos e a constante reflexão em torno do que pretende ser um “pontapé de saída” para futuras investigações em Serviço Social, tendo como pano de fundo a RAM.

As conclusões encerram esta tese com uma reflexão final sobre os principais resultados, implicações, contribuições e limitações do estudo bem como de trajetórias futuras de investigação no âmbito da intervenção social na RAM, seguindo-se as referências bibliográficas.

CAPÍTULO 1 – Análise das Migrações e das Mobilidades Humanas

As migrações enquanto conceito geográfico que pressupõe a deslocação de pessoas, grupos ou comunidades desde o seu local de origem, por um período não inferior a um ano, têm vindo a ganhar complexidade na medida em que, ao “simples” movimento, associam-se dinâmicas que imprimem novas formas de mundo social global, reconceptualizando-se especificidades locais. Portanto, as mobilidades humanas ampliam a dimensão “pura” dos fluxos; passamos ao contexto da superdiversidade com dimensões relacionais, culturais, familiares, laborais, contextuais, tradicionais, religiosas e à sua interrelação no contexto migratório contemporâneo.

Demarcamos, assim, ao longo do período temporal e (geo)espacial, diferentes momentos migratórios que permitiram distinguir quer as migrações, quer a tipologia de migrantes. Neste estudo, adota-se o período colonial como o momento distintivo no âmbito das características migratórias, associado à época dos Descobrimentos que, em Portugal, teve um papel preponderante. Por sua vez, embora com características diferentes, volta a assistir-se à demarcação das dinâmicas migratórias no atual contexto da superdiversidade, razão pela qual exploramos, desde o período colonial à contemporaneidade, os eixos espacial e temporal das dinâmicas migratórias na europa (macro espaço), em Portugal (meso espaço) e na RAM (micro espaço), ganhando este último especial relevo visto a escassa informação existente e sistematizada a este nível que configura o campo social desta investigação.

Falar das mobilidades humanas contemporâneas implica ter presente a atual liquidez das migrações (Engbersen, 2012, 2018), a circularidade, a flexibilidade dos contextos, os vínculos afetivos, a incerteza e o próprio habitus migracional que tem desencadeado, diferentes tipologias de migrantes. Perante a complexificação do fenómeno migratório torna-se consensual a transversalidade e a multidimensionalidade que se vive atualmente, com as dinâmicas relacionais enquanto dimensão de especial relevância para os imigrantes e seus descendentes, dimensão esta que também merece especial atenção aquando da intervenção do assistente social.

1. Processos migratórios: dinâmicas, conceitos e tipologias

Vários são os estudos que atravessam a dinâmica das migrações e das mobilidades humanas. As complexidades que revestem os processos migratórios têm presente dimensões políticas, ideológicas, sociais, culturais, de valores e de identidade exigindo-nos refletir sobre a interrelação das várias dimensões presentes e dos diferentes momentos societários que comportaram características migratórias diferenciadas.

Vários autores consideram as migrações como um fenómeno que incorpora aquilo que é a própria história da humanidade, referindo Hiscock (2013) e Laufer (2021), inclusive, o *homo sapiens sapiens* como uma espécie migrante. Quando a análise recai sobre as migrações internacionais é consensual demarcar-se um período a partir do qual se verificou um aumento do volume e da significância deste fenómeno: se alguns autores (Castles e Miller, 2003, 2009; Castles, 2005, 2010) apontam para o pós-1945 como um momento crucial de mudança global, há autores que recuam na História até ao período colonial (Góis e Marques, 2018; Castelo, 2009; Sarró e Mapril, 2011, Santos, 2002, 2004). Para este último autor, a era dos Descobrimientos, com o período colonial, tornou-se no elemento desencadeador da Globalização, visto a sua relação com o mercantilismo hegemónico e, nesse sentido, das próprias migrações internacionais que, a partir desta época, revelaram características diferenciadas e onde Portugal acaba por assumir um papel de charneira em todo o processo.

Mais recentemente, as mobilidades humanas são analisadas sob o prisma da complexificação das sociedades conduzindo-nos a contextos de superdiversidade cujas dinâmicas são inevitáveis e, muitas vezes, imprevisíveis (Meissner e Vertovec, 2015; Nowicka e Vertovec, 2014; Vertovec, 2007, 2010, 2017, 2019). Para Beck (2011, p. 52), “we do not even have the language through which contemporary superdiversity in the world can be described, conceptualized, understood, explained and researched”, referindo-se, exatamente, ao desconhecimento e à imprevisibilidade das teias da complexidade envoltas nos atuais contextos societários.

Nas últimas duas décadas, vários autores ao refletirem sobre as mobilidades humanas contemporâneas falam-nos no aumento da sua “diversidade” (origem étnica ou nacional) “diferenciação” (idade, género, culturas, religião, etc) e intensidade (Arango, 2000; Vertovec, 2007; Castles e Miller, 2009); outros referem as transformações que se verificam enquanto “diversificação da diversidade”, (Hollinger, 1995; Martiniello, 2004, como citado em Vertovec, 2007). Robertson (2016, p. 303), refere-se à atual “migração massiva global” com “efeitos enormes e imprevisíveis, na maior parte do mundo, e na Europa em particular”. Da mesma forma, Castles e Miller (2009) falam da “globalização das migrações”. No entanto, Czaika e de Haas (2014, p. 314), ao analisar as migrações internacionais (1960-2000), alertam para o facto destas não se terem acelerado de uma forma “direcional” pelo que, pensar na diversidade global das mobilidades humanas denota uma “visão euro centrista” do fenómeno: criaram-se “hubs” migratórios na Europa, no Golfo e na Ásia, de acordo com “conquistas/desenvolvimentos geopolíticos e económicos” específicos, criando, por isso, especificidades próprias das migrações internacionais que deverão ser atendidas na análise dos contextos de diversidade.

Vertovec (2007), ao estudar as transformações ocorridas na diversidade multicultural, na Grã-Bretanha (pós anos 90), salienta a necessidade de extrapolar as questões da etnicidade nos estudos sobre mobilidades. Introduce o conceito de superdiversidade visto as transformações que se têm verificado, nomeadamente, na interação entre variáveis inerentes aos migrantes – estatuto do migrante, experiência laboral/habilitações literárias, género, idade, distribuição territorial, entre outros, e cuja interrelação se tornou crucial para compreender este fenómeno na contemporaneidade. Ressalva-se que, ao longo dos anos, as dimensões da superdiversidade apontadas por Vertovec (Idem) têm sido exploradas, desenvolvidas e ampliadas por outros autores que serão abordados mais à frente neste capítulo.

O período de reflexão adotado nesta tese incide sobre as mobilidades humanas contemporâneas sem esquecer a especificidade portuguesa do período colonial que marcou, especialmente, o contexto da Região Autónoma da Madeira, local onde se desenvolve o presente estudo.

Com o colonialismo reforçou-se a complexa interligação dos diversos campos da globalização - económicos, políticos, sociais, culturais, religiosos e legais – ampliando-se áreas de conflitos e agudizando-se as diferenças norte/sul, extrapolando a característica demográfica associada às mobilidades. Aos processos migratórios associam-se, assim, diferentes dinâmicas, principalmente nas sociedades de “chegada” ou de “acolhimento”, quer ao nível da estabilidade, quer da coesão social visto ter presente a confrontação entre a diferença e a diversidade de culturas, identidades, tradições, ideologias e pensamentos (Castles, 2010). Estamos perante relações multidimensionais (Betts, 2011) entre o país de origem e de acolhimento, bem como os países que são afetados pelo próprio sistema migratório, consubstanciando-se no aumento das cooperações internacionais no âmbito das migrações, mantendo-se, contudo, a dimensão local das mobilidades nas relações multidimensionais que se criam ao nível do acolhimento e integração dos imigrantes, delimitando “um tipo particular de mobilidade espacial: entre sistemas sociais, ou, mais precisamente, (...), como deslocação inter-sistemas de ordem que inclui processos de desintegração (na sociedade de partida) e de (re)integração (na sociedade de chegada) dos migrantes” (Pires, 2003, p. 59).

Vários autores têm desenvolvido tipificações ou tipologias das migrações (Appleyard, 1991; Portes, 1999; Cohen, 2005), com a Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais composta por 15 personalidades, criada em 2003, tendo, já à época, enfatizado o carácter “muito diversificado” dos migrantes internacionais: com “estatuto regular ou irregular (...) trabalhadores qualificados ou não qualificados, residentes permanentes ou imigrantes temporários, (...), estudante imigrante, imigrante que se vem juntar à família, imigrante em

trânsito, requerente de asilo ou refugiado. (Reforçando que) na realidade, (...), um migrante individual pode pertencer a algumas destas categorias ao mesmo tempo” (CMMI, 2005, p. 7). O Centro de Informação Europeia Jacques Delors refere dois glossários sobre migrações: o Glossário sobre Migração (2009) e o Glossário de Migração e Asilo 2.0 (2012) cujas tipologias de migrantes vão ao encontro da Comissão supramencionada, podendo ser sistematizadas, sucintamente, de acordo com o destino, a legalidade a duração e o motivo, de acordo com o apresentado no quadro (1.1). Independentemente da tipologia de migrantes em questão, facto é que, em muitos casos e pelas vulnerabilidades que se apresentam, os imigrantes poderão tornar-se grupos socialmente vulneráveis à pobreza e/ou à exclusão social (Capucha, 2005).

Mais recentemente, líderes de vários países assinaram o Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular (2018) que, embora não sendo vinculativo, tornou-se num importante documento de abordagem cooperativa, de partilha de responsabilidade e não discriminação pelos direitos humanos dos migrantes, tendo o próprio Secretário-geral da ONU classificado este momento como “uma conquista significativa”. Este documento reiterou a necessidade de diferenciar o termo “migrante” de “refugiado” uma vez que os refugiados têm direito a uma proteção internacional específica, definida no Direito Internacional dos Refugiados, resultando a sua condição da obrigação de fugir do seu país por motivos de perseguição, guerra ou violência (que pode ter motivos religiosos, étnicos, políticos, entre outros) . Um dos mais recentes exemplos é a situação vivenciada na Ucrânia, após a ofensiva militar promovida pela Rússia, a 24 de fevereiro de 2022, e que desencadeou a ativação da Diretiva de Proteção Temporária (prorrogada até 4 de março de 2025) a 4,1 milhões de ucranianos (número que já ascendeu os 6 milhões). Esta forma de proteção é concedida automaticamente, mas os beneficiários deverão requerer uma autorização de residência do país onde decidam permanecer. No último ano Portugal acolheu 13 vezes mais refugiados do que nos últimos sete anos, segundo dados do Governo da República onde, mais de 56 mil (do total de 72 mil refugiados e pedidos de asilo) são cidadãos deslocados da Ucrânia.

Em 2020, a Comissão Europeia propôs um Novo Pacto em matéria de Migração e Asilo, decorrente da pressão exercida pela crescente crise de refugiados que se vem sentindo desde 2015 na União Europeia, com um novo quadro que permita gerir e normalizar a migração a longo prazo onde se incluem as seguintes ações: (a) criação de um quadro comum para a gestão da migração e asilo; (b) criação de um sistema de preparação e resposta a situações de crise sólido; (c) gestão integrada das fronteiras; (d) reforçar a luta contra a introdução clandestina de migrantes; (d) colaborar com os parceiros internacionais; (e) atrair competências e talentos para a U.E. e (f) apoiar a integração para tornar as sociedades mais inclusivas.

Para este estudo consideramos, num panorama mais geral, as tipologias de migrantes dentro das adotadas pelos Glossários em vigor (2009, 2012) mas com a ressalva de não integrar os refugiados enquanto uma tipologia de migrante, pelas particularidades já enunciadas.

Quadro 1.1 - Tipologias dos migrantes

Tipo	Voluntário	
	Forçado	Ambiental, conflito, violência
Destino	Interno	
	Externo	
Legalidade	Documentado / Regular	
	Irregular	
Duração	Curta	Temporário
	Longa	Permanente
Motivo	Económico	Laborais, nómadas digitais
	Familiar	Reagrupamento familiar
	Educativo	Estudantes, investigadores
	Profissional	Qualificados, formação, nómadas digitais

Fonte: autoria própria, adaptado do Glossário sobre Migrações (2009) e Glossário de Migrações e Asilo 2.0 (2012)

Estamos perante uma complexidade de situações que se traduzem em diferentes migrantes nacionais e internacionais, dos quais destacamos 5 tipologias de acordo com o tipo, o destino, a legalidade, a duração e o motivo.

Os migrantes voluntários, de forma sucinta, são todos aqueles cuja decisão de migrar é pacífica e voluntária o que já não acontece com os migrantes forçados que, por variados motivos como as questões ambientais, os conflitos e a violência, obrigam os migrantes a tomar a decisão de sair da sua localidade de origem. As migrações internas são todas as que impulsionam os migrantes a se deslocarem entre áreas rurais, rural-urbano, urbano-rural ou entre áreas urbanas do país de origem enquanto as migrações pressupõem a saída do país de origem. Com a saída do seu país, podem os migrantes se encontrar em situação regular, legal ou documentada, com respeito pelos critérios de admissão do país de chegada podendo, por outro lado, se verificar situações de migrantes clandestinos, ilegais, indocumentados ou em situação irregular. Neste último caso, o migrante não tem a devida autorização para permanecer no país de chegada quer seja por entrada ilegal no País, quer pelo facto do visto se encontrar fora do prazo de validade (enquanto o migrante aguarda a respetiva organização e emissão de novos documentos dos

serviços competentes para o efeito). Quanto à duração, podemos estar perante migrantes de curta duração, cuja deslocação para fora do país é feita entre os 3 meses e os 12 meses (exceto situações com finalidades recreativas, de férias, de visita de familiares ou amigos, de negócios ou de tratamento médico). Nos casos em que o migrante se desloca para fora do país por um prazo superior a 12 meses, passando o país de destino a ser o local da sua residência habitual, o migrante passa a ser considerado imigrante permanente.

Os motivos que conduzem à migração são multivariados, considerando as especificidades de cada situação. Poderemos ter migrantes económicos cujo principal objetivo de saída é melhorar a sua qualidade de vida, por via laboral; migrantes com fins de reagrupamento familiar ou para constituição de família; migrantes orientados pela educação e formação; migrantes qualificados para o desempenho de funções altamente especializadas e, um tipo de migrantes que não é novo mas, cuja visibilidade ampliou-se nos últimos anos, com o crescimento do teletrabalho, associado à situação pandémica de 2021 (MacAuliffe e Triandafyllidou, 2021), os nómadas digitais. Estes migrantes associam o trabalho ao turismo, lazer e viagens desde que tenham as condições necessárias ao desempenho das suas funções, principalmente, internet de alta velocidade. Considerando o panorama atual, a tipologia de migração mais comum são os migrantes laborais, muitas vezes desencadeadas ainda no país de origem, onde cada vez se verifica maior diferenciação nas capacidades, competências e habilidades dos migrantes (Idem, p. 37).

Engbersen (2012, p. 16) fala-nos em “imprevisibilidade das trajetórias migratórias”, resultantes da complexidade das diferentes transformações (instituições, família e Estados-Nação) conferindo *liquidez* às migrações contemporâneas. Defende o autor que estamos perante as migrações líquidas contemporâneas que apresentam 6 características-tipo: a duração, o tipo, o estatuto, a circularidade, a família e o *habitus migracional*. As migrações líquidas são maioritariamente, de acordo com o autor, de caráter temporário, estando associado o mercado laboral e desenvolvimento de competências, pelo que, o tipo de migração é, essencialmente, laboral. O estatuto está associado ao vínculo de trabalho adquirindo, maioritariamente, um caráter legal, contudo, o estatuto é uma dimensão fluida visto que, quer os trabalhadores, quer os estudantes, passam, rapidamente, do estatuto legal ao ilegal. O panorama migratório global remete-nos para uma circularidade migracional com um maior número de países de imigração e com maior fluidez em todo o processo. Todas estas novas dinâmicas imprimem diferenciações às trajetórias familiares; assiste-se a trajetórias familiares individualizadas com alterações profundas nos objetivos dos imigrantes. Hoje, o investimento no futuro profissional, o desenvolvimento de competências e o conhecimento e enriquecimento cultural, são objetivos

que dão forma a tipologias de migrações, criando-se “vínculos em rede”. Um exemplo desta nova “forma” de mirantes são os nómadas digitais (Makimoto e Manners 1997). O vínculo eterno à terra-mãe tornou-se assim mais frágil no sentido de que a intencionalidade do imigrante não passa, necessariamente, pelo regresso ao país de origem. Por fim, a consciencialização do contexto de incerteza e a aceitação de que as opções têm de ser abertas e voláteis, conferindo um *habitus migracional* próprio às migrações contemporâneas.

Comprendemos Vertovec (2007, 2010, 2019) quando refere que a superdiversidade, encerra, em síntese, aquilo que o autor considera ser a “perspetiva multidimensional da diversidade” (2019, p. 126), nos contextos das mobilidades humanas. Em 2007, quando analisou o contexto migratório na Grã-Bretanha, verificou que, após os anos 90, a natureza da diversidade migratória Britânica mudou drasticamente. Para o autor a justificação reside na complexidade das interações, nomeadamente: nos movimentos de entrada (líquida), conseqüente saldo migratório e estatuto do imigrante; países de origem e etnicidade demonstrando a multiplicidade de origens e a sua diferenciação ao longo dos tempos; multilinguismo presente nas diferentes localidades; diversidade religiosa; género e idade; distribuição geográfica e as práticas de transnacionalismo presentes. Passou-se então de grupos de migrantes com características homogêneas específicas e geograficamente territorializadas, para novos padrões migratórios que produziram “novas posições sociais hierárquicas, *status* ou estratificações [que envolvem] novos padrões de desigualdade e preconceito, incluindo formas emergentes de racismo, novos padrões de segregação, novas experiências de espaço e contacto, novas formas de cosmopolitismo e crioulização (...)” (Vertovec, 2019, p. 126).

A variabilidade de conceitos em torno da superdiversidade, desde a sua conceção, conduziu Álvarez-Pérez *et al* (2021) a uma revisão de literatura no sentido de delimitar um raio de ação da superdiversidade. Resumiram as dimensões do conceito, embora com referência à necessidade de continuar a investigar e a expandir este conhecimento. Sumariamente, dimensão

*individual*¹, *migratória*², *socioeconómica*³, *contextual*⁴, *familiar*⁵ e as *redes (network)*⁶ são aquelas que congregam as várias características do conceito. Num estudo de abordagem qualitativa com população americana de segunda geração e seus pais imigrantes, realizado na Florida, Álvarez-Pérez e Harris (2021), desenvolveram uma proposta de abordagem integrada da superdiversidade, com a definição de diferentes dimensões. Para tal, os autores basearam-se na proposta multidimensional da superdiversidade de Pride (2015), constituída por 5 dimensões e as suas subcategorias, tendo o referido estudo, através do sistema de codificação, concluído que as dimensões da superdiversidade poderão agrupar-se em 6 dimensões principais: a individual, a familiar, a *cultural*, a socioeconómica, a contextual e as redes/networks (Álvarez-Pérez e Harris, 2021, p. 8). Mantendo a perspetiva de multidimensionalidade e da ausência de consenso nesta matéria entre os diferentes autores, Álvarez-Pérez e Harris (2021) realçam do estudo algumas variações face à exploração conceptual desenvolvida (Vertovec, 2007, 2010, 2019; Meissner and Vertovec, 2015; Nowicka and Vertovec, 2014; Aptekar, 2019; Grzymala-Kazłowska and Phillimore, 2018; Schrooten, *et al* 2015; Boccagni, 2015; Meissner, 2015; Creese and Blackledge, 2018; Ozkazanc-Pan, 2019; Pride, 2015; Goodson and Grzymala-Kazłowska, 2017; Geldof, 2016) que merecem ser mencionadas: o termo “cultura” é substituído por “migração” visto a segunda geração ser já constituída por nacionais onde temas como as práticas culturais, pertença, identidade nacional, estereótipos culturais, racismo e xenofobia tornam-se importantes neste tipo de estudos e, as *redes sociais pessoais* como uma dimensão a salientar na análise da superdiversidade. Esta perspetiva dos autores vai ao encontro de McAuliffe e Ruhs (2017, pp. 334-335) quando descreveram a necessidade de reconceptualizar a “migração” atendendo a um elemento fundamental que é transversal a qualquer área de investigação: o reconhecimento da dimensão relacional enquanto parte integrante das próprias mobilidades humanas. Isto pressupõe dois aspetos-chave que têm de ser considerados nas discussões conceptuais em torno do conceito e da própria investigação sobre as migrações: “primeiro, o conhecimento sobre as mobilidades deve basear-se no reconhecimento de que as

¹ “Estado civil, idade, sexo, género, traços de personalidade, país de origem, língua, deficiências, religião, princípios e valores, estilo de vida” (Álvarez-Pérez *et al*, 2021, p. 3).

² “Estatuto legal (...), práticas transnacionais (...), canais de migração” (Idem, *Ibidem*).

³ “Emprego, posição no mercado de trabalho, escolaridade, formação académica, salário, poder de compra” (Idem, p.4).

⁴ “Residência (...), comunidade local (...)” (Idem, *Ibidem*).

⁵ “Número do agregado familiar, graus de parentesco, número de dependentes, língua falada” (Idem, *Ibidem*).

⁶ “Dimensão estrutural (...), dimensão funcional (...), dimensão relacional (...) [e], dimensão contextual (...)” (Idem, *Ibidem*).

migrações são uma prática relacional e, segundo, que as migrações são um mecanismo que enforma a própria geografia humana, quer seja para os migrantes, quer para os não migrantes”.

1.1. Dinâmicas migratórias: do colonialismo à contemporaneidade

Analisar e compreender as dinâmicas migratórias na contemporaneidade implica a necessidade de se considerar diferentes momentos das mobilidades humanas no âmbito geográfico considerado nesta tese: a RAM, Região Ultraperiférica Portuguesa, integrada num contexto comunitário mais alargado – a União Europeia e cujo povoamento das Ilhas data de 1418 para a ilha do Porto Santo e de 1419 para a ilha da Madeira, momentos que marcam os próprios Descobrimentos Portugueses. Tal como verificámos anteriormente com Santos (2002, 2004), os Descobrimentos tornaram-se no elemento desencadeador, por assim dizer, da própria Globalização e, de forma particular, das novas dinâmicas resultantes dos fenómenos migratórios, com a abertura dos mercados e de novas oportunidades em termos de bens e de mão de obra. Portugal, pela importância colonialista da época, tornou-se no pioneiro e, por consequência, num dos principais dinamizadores das mobilidades humanas na época, juntamente com outros países europeus que seguiram o ímpeto colonizador, nomeadamente, Espanha, Holanda, França e Inglaterra e, numa segunda vaga de expansão colonial (século XIX), a Alemanha, a Bélgica e a Itália.

No que respeita especificamente ao arquipélago da Madeira, Vieira (2017, p. 10) refere, inclusive, que “o arquipélago foi o primeiro passo efetivo na concretização do plano europeu de conquista do mundo, o primeiro passo conducente aos desafios da globalização”. Para o historiador, a “Madeira foi o começo do processo dos descobrimentos europeus, assim como da globalização ou mundialização que eles arrastaram”: será possível estabelecer uma relação entre aquilo que foram os processos migratórios desde o período colonial até à contemporaneidade? E em relação às dinâmicas migratórias, mantém-se a RAM um “cais de permanentes chegadas e partidas”? (Idem, p. 9), dentro daquilo que é o espaço meso (Portugal) e macro (contexto europeu), do qual a RAM faz parte integrante?

Para uma melhor compreensão e análise (quadro 1.2.), consideramos o eixo espacial das dinâmicas migratórias (macro, meso e micro espaço) e o eixo temporal (do colonialismo à contemporaneidade), sendo certo que, as temporalidades e a forma como ocorrem em cada uma delas é diferenciada, visto as especificidades socioeconómicas, políticas, territoriais e culturais de cada um destes contextos, nomeadamente:

Quadro 1.2 – Eixo espacial e temporal das dinâmicas migratórias

Eixo espacial		Eixo temporal (momentos societários)
Macro espaço	Europa	Período colonial (século XV-1900)
		Período industrial (1900-1945)
		Período pós II Guerra Mundial (1945-1990)
		Período contemporâneo
Meso espaço	Portugal	Período colonial (até 1974)
		Período pós-colonial (1974-1990)
		Período contemporâneo
Micro espaço	RAM	Período colonial (século XV-1950)
		Período pós II Guerra Mundial (1950-finais 1990)
		Período contemporâneo

Fonte: autoria própria, adaptado do Glossário sobre Migrações (2009) e Glossário de Migrações e Asilo 2.0 (2012).

1.1.1. Macro espaço: panorama migratório na europa

É certo que vários estudos fazem referência às dinâmicas migratórias a partir de períodos que remontam aos primórdios da História Humana, com a “chegada” do homo sapiens à europa, em 40000 a.c., na conhecida segunda vaga migratória (Simonnet *et al*, 2002). Contudo, com o período colonial, o panorama migratório europeu diferenciou-se dos períodos anteriores, conferindo-lhes uma dinâmica internacional, associada à conquista de território noutros continentes, da conquista de poder e na procura por melhores condições de vida, tendo já atingido uma dimensão de massas considerável. Por este motivo e para esta breve análise do panorama migratório europeu, consideraram-se quatro momentos societários que marcaram as mobilidades humanas: (1) período colonial, (2) período industrial, (3) período pós II Guerra Mundial e (4) período contemporâneo (quadro 1.2).

O (1) período colonial foi fortemente marcado pelo contexto dos Descobrimentos, tendo-se demarcado Portugal enquanto pioneiro na procura de “novos” territórios. Neste período, retomou-se a ideia dos grandes impérios do mundo clássico assente no mercantilismo – imperialismo europeu -, com domínio exercido sobre as colónias quer a nível económico, político, militar, cultural e racial. Isto permitia assegurar o “domínio político-administrativo e socioeconómico da sociedade colonial baseada na exploração dos recursos naturais e de uma

mão-de-obra indígena abundante e extremamente barata" (Castelo, 2009, p. 2) ou gratuita, pelo seu caráter forçado com os escravos. Embora não sendo exclusivo da colonização pois sempre existiram escravos desde os primórdios da humanidade, a verdade é que, neste período, ampliaram-se e tornaram-se mais visíveis com o "povoamento ultramarino" para as plantações, minas e construção ferroviária nas colônias, entre 1500 e 1900" (Idem) onde se verificou uma elevada taxa de emigração para as colônias por parte dos colonizadores. Após a abolição da escravatura, o caráter forçado das migrações manteve-se pelo envio dos condenados para as colônias (Gonçalves, 2011; Cabecinhas, 2002).

Com a industrialização, entra-se no (2) período industrial que criou realidades sócio familiares e económicas desconhecidas até então: o êxodo rural com o excedente de mão-de-obra nas cidades industrializadas, o desemprego e sobrelotação nas periferias como problema social; a emigração mantinha-se enquanto tendência dos europeus tornando-se massiva, tendo como destino preferencial os Estados Unidos da América (EUA). Este período foi fortemente marcado pela fome, miséria, doenças e conflitos que geraram uma vaga de emigrantes, alguns mesmo refugiados, que fugiam da Europa, "países europeus que não costumam ser lembrados como geradores de emigrantes e que hoje são considerados prósperos foram profundamente afetados pela perda de população. «Um em cada 300 noruegueses deixou seu país entre 1861 e 1910», afirma Bader. Já o Reino Unido, que hoje hesita em aceitar refugiados, foi o responsável por espalhar 11 milhões de emigrantes pelo mundo entre 1815 e 1930". Por sua vez, os irlandeses chegaram "em massa [aos] EUA (...) após a grande fome de 1845-1852" (Struck, 2015). Significa isto que, tal como no período colonial, este período foi marcado pela emigração, em massa, dos Europeus, principalmente para o continente americano, estando na base a fome, a miséria, a violência (gerada por conflitos) e as más condições de vida que, ao longo deste período, existiram na Europa.

Os conflitos armados vividos na Europa e o (3) pós-Segunda Guerra Mundial, integrou características oscilatórias e diferenciadas no tempo e no espaço geográfico de acordo com a necessidade de mão-de-obra de cada país, do desenvolvimento socioeconómico e também, dos contextos políticos nacionais. Com a necessidade de reconstrução da Europa e com a diminuição da população dizimada, direta ou indiretamente, pelos conflitos, o continente europeu apresentou, pela primeira vez, um saldo migratório positivo: cerca de um quarto da população que então passou a residir na Europa era imigrante (Okólski, 2012). Contudo, não foi uma realidade transversal a todo o continente europeu o que conferiu heterogeneidades e fez com que Okólski (2012) agrupasse os países europeus em 3 grupos com características imigratórias distintas: western northern Europe (wne); Southern Europe (mediterrânicos – se) e central and

eastern europe (cee) (idem).

Os *wne*⁷, países em reconstrução, receberam, entre 1950-1970, 7 a 10 milhões de pessoas dos países do Mediterrâneo, tornando-se nos primeiros com tradição imigratória. A partir da década de 60 os países do Mediterrâneo (*se*⁸) começam a desenvolver-se sendo que, a partir de 1973, com a denominada "nova globalização", estes países começam a integrar, diferentemente, o panorama imigratório, reduzindo o emigratório. Este processo, que decorreu a diferentes ritmos em cada um dos países, foi fortemente influenciado por questões políticas, nomeadamente no caso de Portugal e Espanha que iniciaram mais tardiamente visto o longo regime ditatorial de ambos. Mais recentemente, assiste-se aos *cee*⁹ enquanto países de imigração, não deixando, contudo, a sua tradição emigratória de ser uma realidade (Idem).

A Europa passa assim por estádios a que Okólski (2012: 31-33) denomina de processos de imigração na Europa do pós-Segunda Guerra Mundial e que justificam esta realidade heterogénea da imigração europeia: a criação da Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1957 e a sua posterior expansão, tornando-a uma potência económica de referência; os processos de descolonização e a queda do "bloco comunista/queda da união soviética", já nos finais da década de 80 são alguns exemplos de acontecimentos que geraram fluxos imigratórios intraeuropeus. Assim, temos que os fluxos migratórios foram diferenciados: no período pós Segunda Guerra Mundial assistiram-se a fluxos intraeuropeus, maioritariamente, contudo, com os processos de descolonização (década de 50), estes fluxos foram marcados pelos naturais de ex-colónias: Indianos, Paquistaneses e naturais do Bangladesh para o Reino Unido, naturais da Indonésia e do Suriname para a Holanda, naturais da Argélia para a França, naturais da América Latina para a Espanha, naturais de Angola e Moçambique para Portugal, são apenas alguns dos exemplos (Dustmaan e Frattini, 2011).

Relativamente à chegada dos imigrantes, numa primeira fase, pela necessidade sentida de ativos jovens, os imigrantes adquiriram o estatuto de convidados nos *wne* (Okólski, 2012). Já a partir da década de 70, com a crise petrolífera e, mais tarde, com os contextos sócio políticos associados à queda do comunismo - revoluções de 1989 -, verificou-se uma inflexão do saldo migratório com a restrição à entrada legal de imigrantes, inclusivamente intraeuropeus –

⁷ Pertenciam a este grupo de países a Alemanha, o Reino Unido, a Áustria e a França, tornando-se estes os primeiros com tradição imigratória, muitos de origem europeia. Massimo Livi Bacci (1972, in Okólski, 2012: 33) estimou que os 7 a 10 milhões de imigrantes destes países corresponderam a 50% da população que emigrou dos países do mediterrâneo "89% no caso de Itália, 85% no caso de Portugal, 65% no caso da Grécia e 46% no caso de Espanha".

⁸ Seguem-se a Itália, Grécia, Espanha e Portugal que integram os *se*.

⁹ Por fim, a República Checa, a Hungria e a Polónia passam a ter características imigratórias crescentes, corporizando o que Okólski (2012) refere enquanto países do *cee*.

immigration stop (Baganha, 1994). Pelos diferentes contextos socioeconómicos e políticos, os *se* apresentaram um saldo migratório positivo anos depois, facto que foi depois acompanhado pelos *cee*.

O desenvolvimento sócio económico dos países europeus, associados à conquista de direitos sociais e consequente melhoria das condições de vida dos seus habitantes, foram um propulsor para o aumento do número de imigrantes; contudo, os períodos de recessão contrariaram esta tendência pois, embora “a vantagem que deriva para a economia europeia dos fluxos imigratórios, [mantém-se] os efeitos negativos de carácter social e político” (Ortega, 2001: 3-4). Por este motivo, e como forma de contornar estes efeitos negativos e facilitar a circulação de pessoas entre diversos países, em 1985, foi criado o espaço Schengen na europa que visou diminuir os condicionamentos das mobilidades humanas (embora de forma controlada) e encaminhou-nos para o que consideramos ser as dinâmicas migratórias contemporâneas.

Podemos dizer que a entrada na (4) contemporaneidade teve início com o esbatimento de fronteiras internas entre diferentes países que, integrando-se no espaço Schengen , promoveram interesses económicos e competitivos através de um conjunto de políticas europeias que permitiram facilitar a circulação de pessoas entre os Países aderentes mantendo medidas restritivas para estrangeiros da UE , nomeadamente, com uma política de vistos enquanto um instrumento, através de um conjunto de procedimentos o mais simples possível para os requerentes (regulamento EU 2019/1155 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho de 2019). A criação deste Espaço permitiu suprimir fronteiras, garantir segurança e criar um clima de confiança e de união neste conjunto de países, trazendo, acima de tudo, benefícios para a economia não refletindo, contudo, as reais necessidades de cada país que integra este espaço como seja, por exemplo, a falta de mão-de-obra para alguns setores como a construção civil e o trabalho doméstico/apoio à terceira idade, uma realidade cada vez mais comum nos países europeus e com crescente dificuldade em encontrar respostas efetivas para responder às demandas.

Analisar os fluxos migratórios na contemporaneidade impele-nos a considerar a transição para o século 21 como um “ponto de viragem” do fenómeno migratório internacional tal como o conhecíamos até à data. A complexidade inerente às mobilidades humanas atinge proporções tais que, as transformações ocorridas nos diversos países envolvidos no fenómeno migratório (desde o país de origem, aos países de trânsito e aos países de destino), colocam a tónica nas questões da superdiversidade inerente às dinâmicas das mobilidades humanas (Vertovec, 2007). A própria análise e compreensão das mobilidades humanas após o ano 2000, com a ampliação

em escala do fenómeno das migrações internacionais, trouxe uma nova saliência a este fenómeno intemporal. Verificaram-se mais pessoas em mobilidade (de forma voluntária e/ou forçada) e com destinos muito mais diversos como Japão, Alemanha, Índia, Arábia Saudita, Jordânia, Estados Unidos da América, entre outros (McAuliffe e Triandafyllidou , 2022).

No contexto específico da Europa tem-se vindo a verificar oscilações migratórias entre os diversos países europeus, sendo importante destacar características que marcaram estas trajetórias migratórias nos últimos 20 anos, nomeadamente: a dissolução da União Soviética (que embora tenha marcado o período anterior, manteve-se enquanto gerador de dinâmicas migratórias e influenciou, também, este período), o crescimento económico e de desenvolvimento dos países, o combate ao terrorismo , a urbanização das regiões, as crises económicas e financeiras, as crises climáticas, situações de conflito que geraram fluxos de migrantes forçados sem precedentes e a situação pandémica da doença da COVID-19 que, embora as restrições sanitárias impostas aos fluxos migratórios, permitiu ampliar uma realidade laboral, com o crescimento dos nómadas digitais. Nas últimas duas décadas, o aprofundamento da interconexão global com o desenvolvimento tecnológico sem precedentes que se repercutiu, de forma particular, ao nível da comunicação e dos transportes, criou redes globais interdependentes, paralelamente ao desenvolvimento de um Mundo cada vez mais desigual.

A Europa, pela trajetória histórica e de desenvolvimento económico e social que teve no pós-II Guerra Mundial, torna-se uma zona de imigração ainda nos anos 90, tendo continuidade no século 21. Se a média mundial de imigrantes era de 2,9% da população no ano 2000, na Europa era de 7,7%, sendo ultrapassada apenas pela América do Norte com 13% de imigrantes e pela Oceania, com 19,1%. Dos vários grupos de imigrantes na viragem do século, as mulheres sem relação familiar associada, muitas delas altamente qualificadas somam um total de cerca de 48% face a 52% de homens migrantes (McAuliffe e Triandafyllidou , 2022). Embora a diminuição do número de mulheres migrantes desde o ano 2000 (em 1,5 pp), os números apresentados mostram uma proximidade entre homens e mulheres no contexto global. Contudo o grupo de migrantes internacionais é muito diverso incluindo estudantes, migrantes para reagrupamento familiar, profissionais altamente qualificados, migrantes de regresso (retorno), trabalhadores temporários, vítimas de tráfico, refugiados e indocumentados.

Episódios como a entrada de novos países na União Europeia e a criação de programas de migração laboral entre países da Europa dinamizaram os principais picos imigratórios, culminando no facto de que 11,9% do total da população residente na Europa fosse migrante (Idem, p. 25).

No que à União Europeia diz respeito, os países que se destacavam na tradição imigratória, no ano 2000, eram a Alemanha, a França, o Reino Unido, a Suíça, a Itália e a Espanha. Com a entrada de novos membros, em 2004, novos países ganharam estatuto de países de imigração, incluindo Portugal. A este facto acresceu os programas de regularização extraordinária de imigrantes que se verificaram em diferentes países europeus e que permitiram a legalização de 3,2 milhões de imigrantes.

Em meados dos anos 2000, há um novo fator que desencadeia uma nova visão ao nível das migrações internacionais, nomeadamente, a consciencialização do envelhecimento demográfico no contexto europeu onde as migrações passam a ser consideradas como uma oportunidade na mitigação das consequências decorrentes do envelhecimento demográfico. Exemplo disso foram os vários países que apenas apresentaram crescimento populacional graças à imigração, tais como a Áustria, a República Checa, a Itália, a Alemanha, a Grécia, a Eslovénia e a Eslováquia (Idem, p. 152).

Após a primeira década do século 21, os 7,7% de imigrantes na população europeia cresceram para 8,7% do total de residentes onde 1 em cada 3 migrantes internacionais vivia na Europa (Appave e Cho, 2010, p. 186). Entre 2005 e 2010 as taxas migratórias cresceram em toda a Europa, com especial enfoque para países como Chipre, Luxemburgo, Espanha, Islândia e Irlanda: a Europa ocidental e central acolheu cerca de 51 milhões de migrantes, o equivalente a dois terços do total de imigrantes internacionais da Europa. Contudo, foi a Europa oriental que apresentou a maior percentagem no aumento de imigrantes, com um crescimento na ordem dos 5,2%.

A Federação Russa era o principal país de origem e de destino da Europa, seguindo-se a Ucrânia (Idem, p. 187). Se considerarmos os países de destino mais importante da Europa ocidental e central, tínhamos a Alemanha, a França, o Reino Unido, a Espanha e a Itália sendo que estes dois últimos países sofreram o maior aumento de imigrantes quando comparados com os restantes, já com tradição imigratória. Os motivos económicos e, por consequência, as migrações laborais, continuaram a ser o principal impulsionador das migrações internacionais e se considerarmos os principais países emissores de remessas percebemos a importância da Europa neste quadro: 4 dos 10 mais importantes corredores de remessas situavam-se no contexto europeu sendo que os principais países emissores eram a Federação Russa, a Suíça, a Alemanha, a Espanha, a Itália, o Luxemburgo e os Países Baixos (Idem, p. 190), facto que ainda hoje se verifica.

A crise económica mundial de 2008 originou um aumento pronunciado das taxas de desemprego e consequente introdução de medidas de proteção dos mercados de trabalho por

parte dos governos nacionais e a criação de programas de retorno de imigrantes aos países de origem, o que desencadeou uma diminuição de nacionais estrangeiros nos países da OCDE a partir de 2009 e que só voltou a ser recuperado em 2014 (McAuliffe e Khadria, 2020, p. 34). Contudo, este crescimento das migrações na europa acompanha outro fenómeno, também ele crescente, e que se verifica à escala mundial, nomeadamente, a urbanização das migrações (em 2014 mais de 54% da população residia em zonas urbanas) (Lee et al, 2015, p. 1). Todas as semanas existiam 3 milhões de pessoas no mundo que se movimentavam para as cidades (Idem) sendo que, em várias cidades, os migrantes representavam já mais de um terço da população (Sydney, Nova Iorque e Londres) enquanto noutras, representam metade da população residente (Bruxelas e Dubai) (Idem, p. 2).

Esta é uma situação que se verifica com os cerca de 50% dos migrantes internacionais que residem em apenas 10 países altamente urbanizados: Austrália, Canadá, Estados Unidos da América, vários países da Europa (Alemanha, Espanha, França e Reino Unido), Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Federação Russa, tendência que segue a própria geografia da evolução da economia mundial. Os migrantes tendem a dirigir-se para onde há maior expansão económica (Ásia Oriental, Brasil, África Meridional e região ocidental da Índia) (McAuliffe, M. & Triandafyllidou, 2022) comprovando, mais uma vez, a tendência das migrações laborais como principal motivo migratório.

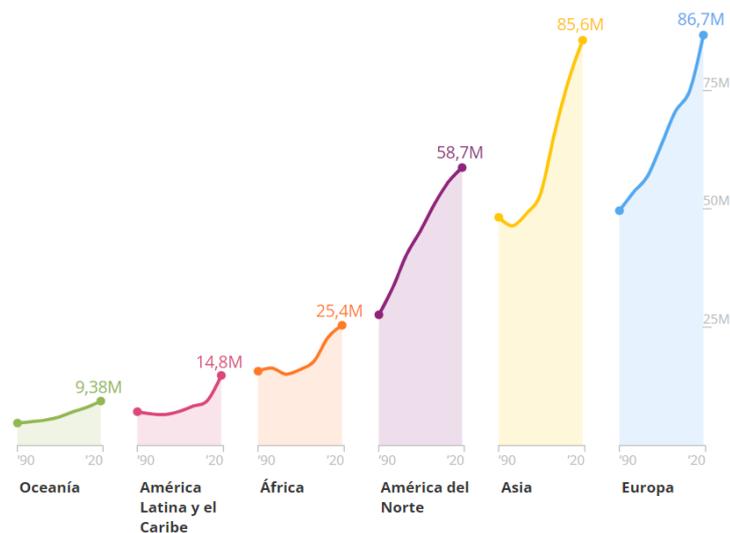
Na europa, as principais cidades globais são Londres, Paris, Bruxelas, Madrid, Viena, Moscovo e Berlim, que se tornaram num íman para os imigrantes. No caso de Bruxelas, por exemplo, 62% dos nascidos locais são estrangeiros (Idem). Com a crescente feminização das migrações na viragem do século, o sexo tornou-se um importante fator da vulnerabilidade dos migrantes nas cidades pois a menor rigidez impressa nos contextos urbanos, bem como o aumento das oportunidades, tornou-se um elemento de atração para as mulheres. O trabalho doméstico e o trabalho assistencial tornaram-se altamente associado às mulheres nas zonas urbanas, embora de forma precária, podendo atingir a forma de exploração. Da mesma maneira, a exploração sexual torna-se um problema crescente no fenómeno migratório internacional, altamente urbanizado (McAuliffe e Triandafyllidou, 2020).

A partir de 2012, outro acontecimento marca as migrações para a europa, nomeadamente, os conflitos que se verificaram na República Árabe da Síria e, embora o maior número de migrações tenha sido interna, inicialmente, com 48% das deslocações, a verdade é que as repercussões nos anos seguintes desencadearam a conhecida “crise de refugiados” no mediterrâneo, o que em 2015 culminou na "maior deslocação de pessoas em massa desde a segunda Guerra Mundial" (Publicações da Comissão Europeia, 2016) e numa conseqüente crise

humanitária que ainda hoje vivemos. Esta situação contribuiu para que, em 2015, os migrantes internacionais representassem cerca de 10% da população europeia. No que concerne ao acolhimento de refugiados e asilados, a Alemanha, a França, a Suécia, a Itália e a Áustria foram os países europeus que se destacaram. A Ucrânia e a Federação Russa foram os países da Europa que maior número de refugiados criou, principalmente com os conflitos de 2013. Salienta-se que, em 2016, a Alemanha, a Grécia e a Áustria foram os três principais países europeus de acolhimento/passagem nos programas de retorno voluntário e reintegração assistida (AVRR – assisted voluntary and reintegration programmes) (McAuliffe e Ruhs, 2017: 27).

Em 2015 manteve-se o crescimento de imigrantes face a emigrantes, tal como já se registava nos últimos vinte e cinco anos, com um terço dos migrantes internacionais (75 milhões) na Europa, na sua grande maioria, cerca de 74%, em idade ativa (McAuliffe e Triandafyllidou, 2020: 10), número que passou a 78% em 2021 (McAuliffe e Triandafyllidou, 2022, p. 27). Quando se considera a percentagem da população de cada país, a Suíça, a Áustria, a Suécia a Alemanha, o Reino Unido a Irlanda, a França e a Espanha destacaram-se enquanto países de imigração enquanto, a Bósnia Herzegovina, Portugal, a Irlanda, a Bielorrússia e a Ucrânia destacaram-se pela emigração (Idem, p. 69).

Embora sejam as migrações laborais a dominar as deslocações internacionais com 62% sobre o total em 2021 (McAuliffe e Triandafyllidou, 2022, p. 36), a finalização da segunda década do século 21, ampliou acontecimentos que mobilizaram grandes deslocações forçadas da população, nomeadamente, conflitos na República Árabe da Síria, Iémen, República Centro-Africana do Congo e Sudão do Sul; situações de violência extrema com a minoria Rohingya e um consequente crescimento de apátridas, no Bangladesh; acontecimentos climáticos que desencadearam outros milhões de deslocados em Moçambique, nas Filipinas, na China e nos Estados Unidos da América, o que, num panorama mundial, fez com que, em 2019, uma em cada trinta pessoas fossem migrantes internacionais (McAuliffe e Triandafyllidou, 2020, p. 25). O total de residentes imigrantes na Europa cresceu para 11,6%, mantendo-se na terceira maior região do mundo a integrar migrantes internacionais (Idem, p. 26) no entanto, foi a região do globo com menor variação na taxa de migrantes internacionais (fortemente relacionado com a diminuição da natalidade) (Idem, p. 27). Por outro lado, se a análise for considerada na sua globalidade (figura 1.1), ou seja, nas regiões de destino dos migrantes internacionais, 30,9% dos migrantes escolhem a Europa, tornando-se esta a maior região de destino dos migrantes. Segue-se a Ásia com 30,5% dos migrantes, a América do Norte com 20,9%, a África com 9%, a América Latina e as Caraíbas com 5,3% e a Oceania com 3,3%, em 2020 (McAuliffe e Triandafyllidou, 2022, p. 24).



DAES de las Naciones Unidas 2021

Figura 1.1 - Variação dos migrantes internacionais nos diferentes Continentes, desde a década 90.

Fonte: DAES, McAuliffe e Triandafyllidou (2022).

As mobilidades intraeuropeias continuam a assumir um papel importante nas deslocações dentro da Europa, não sendo apenas orientadas do Sul para o Norte. As migrações tendem a se orientar, na sua larga maioria, para onde existem maiores e melhores oportunidades, tal como se verificou com os médicos romenos onde as estimativas apontam para a perda de 50% destes profissionais para outros países com melhores condições salariais (McAuliffe e Triandafyllidou, 2020, p. 98). Por outro lado, processos políticos e administrativos, tais como o Brexit, são um fator que colocam nuances ao processo migratório, mas cujas alterações efetivas estão ainda por perceber. Uma análise longitudinal, desde 2013, permitiu verificar que, em 2019, os migrantes laborais de países mais desenvolvidos diminuíram em 7,3%, enquanto os países em desenvolvimento viram as taxas de imigração aumentar em 7,8% (McAuliffe e Triandafyllidou, 2022, p. 36).

No final de 2019 vivemos uma situação pandémica, com a doença da COVID-19, que se repercute ainda hoje em todo o Globo. A Covid-19 alterou, radicalmente, várias esferas da vida em sociedade. Ao nível das mobilidades internacionais, verificaram-se várias restrições de diversos países¹⁰ impedindo a circulação das pessoas, tendo o número de passageiros diminuído 60% em 2020, quando comparado com 2019 (McAuliffe e Triandafyllidou, 2022, p. 2). Contudo e contrariando a tendência restritiva dos países nacionais, verificaram-se episódios que

¹⁰ Países como El Salvador, Israel, Nova Zelândia, Nigéria, Qatar e Singapura impuseram restrições totais imediatas à entrada de estrangeiros (McAuliffe e Triandafyllidou, 2022).

marcaram movimentos migratórios e de deslocação como a situação de instabilidade política e económica na Venezuela¹¹ e Afeganistão; a continuidade dos conflitos¹² na República Árabe da Síria, Iémen, República Centro Africana, a República Democrática do Congo e o Sudão do Sul e os desastres climáticos¹³ que desencadearam deslocações em diferentes países como a China, as Filipinas, o Bangladesh, a Índia, os Estados Unidos da América e o Haiti que conduziram ao aumento da percentagem de migrantes internacionais no mundo que passou de 3,5% para 3,6% (Idem):

Os principais países europeus de destinos em 2020 incluíram a Alemanha, a Federação Russa, o Reino Unido, a França, a Itália e a Espanha sendo que, destes países, a Federação Russa, o Reino Unido e a Alemanha estão também nos 20 principais países de origem dos imigrantes (Idem, p. 28). Com as restrições associadas ao Covid-19, em 2020, os países que se destacaram enquanto recetores de remessas foram a França seguida da Alemanha, contudo, associado à transferência de salários, através do teletrabalho e não propriamente ao processo de mobilidades (McAuliffe e Triandafyllidou, 2022, p. 92). Se a doença da Covid-19 trouxe novas dinâmicas ao contexto migratório, permitiu também uma atitude de valorização face aos imigrantes, nomeadamente pelo facto de que vários países corresponderam ao combate à pandemia, de forma mais eficiente, graças à colaboração da população imigrante, principalmente, nos imigrantes que trabalhavam em serviços essenciais, incluindo saúde, supermercados e agricultura¹⁴ (McAuliffe e Triandafyllidou, 2022, p. 96).

No que diz respeito à gestão dos processos inerentes às migrações internacionais, nomeadamente, aos processos de integração, a resolução de vulnerabilidades e problemas sociais associados ao mesmo é feito, inevitavelmente, a nível local. Quando pensamos nas questões da integração dos imigrantes, esta reflexão deve ter especial incidência no âmbito local, sempre com o foco no contexto da complexidade.

1.1.2. Meso espaço: panorama migratório em Portugal

Os estudos que versam sobre os fluxos migratórios em Portugal são vastos (Baganha, 1990, 1994; Baganha e Góis, 2004; Pires, 2003; Castelo, 2009; Padilla e Ortiz, 2012, Pires e Pereira,

¹¹ Tendo gerado, em 2020, 3,9 milhões de Venezuelanos deslocados (McAuliffe e Triandafyllidou, 2022).

¹² Deslocamentos por conflitos aumentou de 8,6 milhões de migrantes para 9,8 milhões, em 2020 (Idem).

¹³ Deslocamentos por desastres climáticos aumentou de 24,9 milhões de migrantes para 30,7 milhões, em 2020 (Idem).

¹⁴ No Reino Unido, em 2020, 62% da população era a favor de autorizar a cidadania a profissionais de saúde que colaboraram no combate à COVID-19, enquanto que 50% da população alargaria ainda esta possibilidade a todos os imigrantes que desempenhavam funções noutros serviços essenciais como os supermercados e a agricultura (Idem, p. 96).

2018, Prelhaz, 2012; Azevedo, 2023; Pinho, 2016; Pires, Vidigal e Moura-Veiga, 2019; Peixoto *et al*, 2021; Pereira, 2018, Vidigal, 2018, Pereira, Pinto e Pires, 2015), sendo consensual que "as correntes migratórias [portuguesas apresentam] características específicas" (Baganha, 1994). Em todos estes processos, "a emigração e a colonização (...) marcaram a sociedade portuguesa *na longa duração*" (Castelo, 2009) distinguindo-se 3 "grandes" períodos de fluxos migratórios, cada um com 3 ciclos migratórios distintos:

O *período colonial (até 74)* marcou, indubitavelmente, as dinâmicas migratórias dos europeus, no geral, e dos portugueses, no particular, visto ter sido o país que deu início aos Descobrimentos. Contudo, a realidade foi-se alterando ao longo dos anos, de forma significativa, passando de um conjunto de territórios distribuídos por cinquenta e três países diferentes para oito Regiões na década de 60 do século xx: Goa (Índia), Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Timor Leste e Macau (China). O período colonial português, aqui considerado mais alargado (até 1974) não pode ser analisado uniformemente. Verificam-se dois ciclos migratórios que o caracterizam, nomeadamente: (a) migrações ultramarinas (Castelo, 2007) ou transoceânicas (Baganha e Góis, 1998, Baganha, 1999) cujas mobilidades eram feitas entre a "Pátria Mãe e as colónias" (Castelo, 2007) e entre as próprias colónias, mobilizando mão-de-obra e matérias-primas no reforço do mercantilismo. A emigração de Portugal para as colónias de colonizadores e condenados, numa primeira fase, e de trabalhadores económicos¹⁵ numa segunda fase, foi a marca deste ciclo. Já entre a década de 50 e 70 as (b) *migrações intraeuropeias* (Baganha e Góis, 1998) destacaram-se, com a emigração de trabalhadores económicos (e posteriormente das suas famílias) para a Alemanha e para a França. A título de exemplo, em 1970 a entrada de portugueses para a França atingiu os 136 mil, representando 53% do número total de imigrantes desse ano, naquele país. Este ciclo coincidiu com a reconstrução europeia do pós-segunda Guerra Mundial e com o desenvolvimento sócio económico subsequente, do qual os naturais dos países do sul contribuíram em grande número. As possibilidades de mobilidade social e económica, além de ser um "mecanismo de escape" dos conflitos ultramarinos foram determinantes para a opção de emigração dos portugueses para a Europa que, ainda em contexto de ditadura, viam a sua

¹⁵ Importa aqui salientar a política migratória ultramarina que incentivava a "a valorização dos territórios do Ultramar pelo aumento da população branca" mas, tendo por base a regulamentação da emigração portuguesa" (Castelo, 2007). Esta emigração ganha verdadeira expressão após o fim da II Guerra Mundial e com a instituição do modelo de desenvolvimento económico e de relações raciais, principalmente em Angola e Moçambique. Para o aprofundamento das migrações ultramarinas ver Castelo, C. (2007), *Passagens para África: o povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974)*, Porto, Edições Afrontamento.

liberdade condicionada.

O *período pós-colonial (74-90)* teve início com a queda do Estado Novo e com o auge dos processos de descolonização em 1975 que, pela primeira vez, marca um saldo migratório positivo no país. Por outro lado, é um período que marca a entrada de Portugal na União Europeia (1986), com o (tardio) desenvolvimento socioeconómico e do próprio ordenamento de território, comparativamente aos *wne* que, neste período, já se encontravam em recessão. Este é o primeiro período com características migratórias mistas - emigração e imigração - o que conduziu a momentos com saldo migratório positivo e momentos com saldo migratório negativo. Podemos integrar dois ciclos migratórios distintos: (a) *migrações de retorno*, após a guerra colonial e a independência das ex-colónias portuguesas, conduzindo ao regresso de cerca de meio milhão de pessoas que representaram 5% da população portuguesa da época (Pires, 2003). Estes imigrantes – retornados – integravam, maioritariamente, ex-emigrantes portugueses que, no passado, fizeram parte das migrações ultramarinas e lusodescendentes e que, entre 1975-1981 compreenderam entre 25 mil a 30 mil pessoas (Baganha e Góis, 1998). Este ciclo migratório associou-se, essencialmente, ao passado colonial e às relações históricas, económicas e culturais de Portugal com as ex-colónias (Baganha *et al*, 2004; Padilla e Ortiz, 2012); e as (b) *migrações de novos destinos e com novas origens*, caracterizando a dinâmica mista deste ciclo. Após o regresso dos retornados, a partir da década de 80, Portugal volta a experienciar movimentos de saída, com a emigração para novos destinos europeus (principalmente). A Suíça assumiu-se enquanto "principal pólo de atração" associada a países como Espanha, Reino Unido, Luxemburgo e Bélgica (Marques, 2009).

Na *contemporaneidade* e com a entrada nos anos 90 manteve-se o carácter oscilatório do saldo migratório em Portugal (figura 1.2), que pode ser analisado em três momentos nos últimos 20 anos: entre o anos de 1990¹⁶ e de 2008¹⁷ entre o ano de 2008 e de 2014 e, desde o ano de 2014 até agora.

¹⁶ Registe-se a regularização extraordinária de 1992 (decreto-lei n.º 212/92, de 12 de outubro), que permitiu o aumento da população estrangeira, em Portugal; a regularização extraordinária de 1996 e a alteração do Decreto-lei n.º 244/98, de 8 de agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 4/2001, de 10 de janeiro, que veio alterar a lei de estrangeiros, através da figura da autorização de permanência, que acabam por se refletir, também, nos anos de 2002 e 2004 (Ataíde, 2009).

¹⁷ Inclusive, no Relatório Imigração, Fronteiras e Asilo de 2007, 2008 apresenta-se como um “ano zero” por ser considerado um ano de transição.

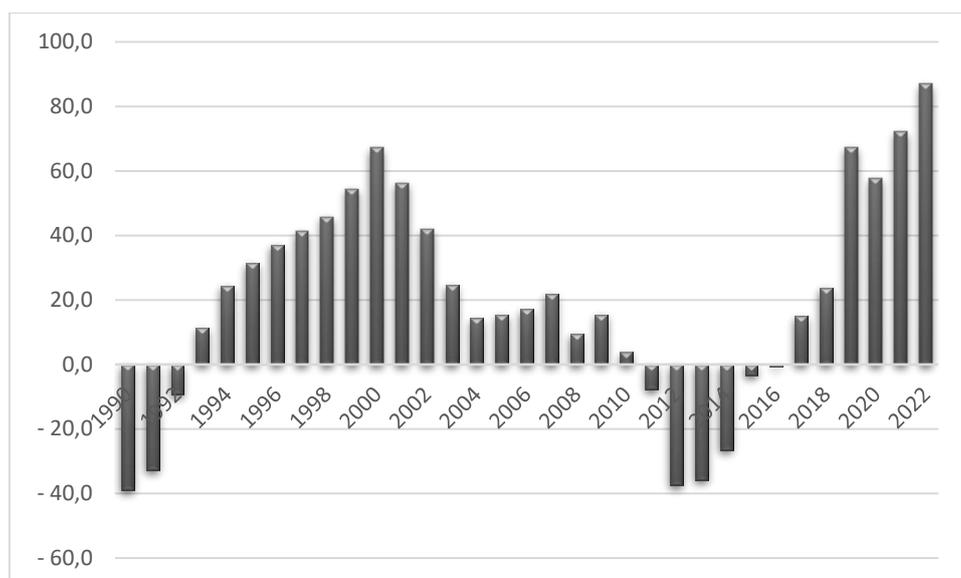


Figura 1.2 - Saldo migratório em Portugal desde 1990

Fonte: Pordata (2023)

A (1) *diversidade dos países de origem* dos imigrantes, a partir da década de 90, com a entrada de Portugal na antiga C.E.E. (1986) e posterior assinatura da Convenção de Schengen, tornou Portugal uma área geográfica "apetecível". Não só para naturais de ex-colónias, tal como tinha sido apanágio, como para países extracomunitários, sendo a Europa de Leste, um área emissora de referência¹⁸ dos imigrantes (Padilla e Ortiz, 2012; Baganha, *et al*, 2004). Já a partir de 2008, e com a crise económica e financeira global, verificaram-se dinâmicas migratórias diferenciadas. Por um lado, com ênfase na realidade emigratória cada vez mais jovem e qualificada (Dinis, 2014; Romano, 2015), por outro, com um decréscimo do stock da população residente, justificado não só pela crise como também pelo crescimento de pedidos de nacionalidade portuguesa aceites (figura 1.3), registando-se uma inflexão do saldo migratório positivo da última década:

¹⁸ O desmembramento da então União Soviética, com a instabilidade e os conflitos gerados tornaram estes países emissores de mão de obra, justificando o aumento de imigrantes da denominada Europa de Leste em vários países Europeus". (Padilla e Ortiz, 2012).

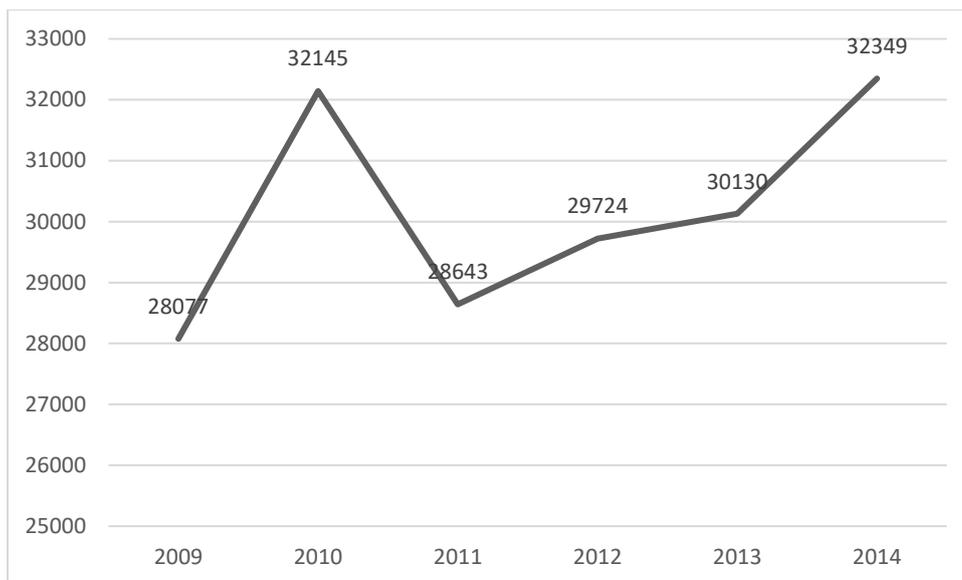


Figura 1.3 - Aquisição de nacionalidade em Portugal, por ano, desde 2007
 Fonte: retirado do Ribeiro (2015)

A partir de 2014, regista-se novamente um aumento do número de imigrantes em Portugal, atingindo-se um saldo migratório positivo desde 2017 que se tem mantido até à data. As relações imigratórias continuam a se verificar, com maior representatividade, com as ex-colónias (Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe), registando-se a China como referência dos naturais de países extracomunitários. Desde 2016, de acordo com Estrela (2020) verifica-se um “novo fenómeno” com a entrada de países como a França¹⁹ (2016), Reino Unido e Itália (2017) a integrarem as dez nacionalidades mais representativas em Portugal. Este último facto é justificado pelos fatores de atratividade do nosso País, como a segurança, o custo de vida comparativamente aos países de origem e as vantagens fiscais, principalmente para os reformados. No que diz respeito ao Reino Unido, aos fatores de atratividade acresceram os efeitos do Brexit, ocupando, no ano de 2021²⁰, a segunda nacionalidade mais representativa em Portugal.

¹⁹ “Da análise detalhada destas duas nacionalidades [França e Itália], (...) verificamos que apesar das semelhanças no nível de escolaridade, que é elevado (51% dos italianos e 45% dos franceses têm nível superior), (...) assinalam-se diferenças particularmente no que se refere aos reformados, que representam mais de um terço dos franceses, mas apenas cerca de um quinto dos italianos. Ainda no que se refere a esta última nacionalidade, importa sublinhar que 17% dos cidadãos de nacionalidade italiana são naturais do Brasil, facto que poderá ser explicado pelo conceito vigente de concessão da nacionalidade naquele país (jus sanguinis), não impondo limite de gerações (caso todos os ascendentes diretos do lado italiano do requerente sejam do sexo masculino), e a sua relação com a significativa comunidade descendente de italianos no Brasil” (Ribeiro, 2018).

²⁰ As dez nacionalidades mais representativas em Portugal: “Brasil, Reino Unido, Cabo Verde, Itália, Índia, Roménia, Ucrânia, França, Angola e China” (Estrela, 2022).

Este “novo fenómeno” acarreta um crescimento da população imigrante com mais de 65 anos, contudo, mantém-se, a (2) *faixa etária* dos imigrantes potencialmente ativos, os mais preponderantes em Portugal. Os imigrantes entre os 25 e os 44 anos representam, desde a década de 90, a maior “fatia” dos residentes, com mais de 76% sobre o total. Por sua vez, desde 2018, o peso relativo dos imigrantes com mais de 65 anos tem vindo a crescer, atingindo em 2019 e pela primeira vez, um peso relativo superior à população jovem entre os 0 e os 14 anos, que se mantém em 2021 (Estrela, 2022).

No que se refere ao (3) *sexo*, verifica-se, ao longo dos últimos anos, uma equiparação entre as mulheres e os homens quando, na fase inicial da década de 90, os homens apresentavam valores mais elevados. Em 2014, altera-se esta situação com o crescimento de mulheres que migraram “por decisão própria e autónoma” (Oliveira e Gomes, 2019, p. 61). Esta “feminização” das migrações fez-se acompanhar da redução em 55% (entre 2008 e 2018) de mulheres estrangeiras titulares de autorização de residência para o reagrupamento familiar comparativamente com o aumento de 584% das mulheres com autorização de residência para atividade de docência altamente qualificada e cultural e de 186% para autorizações de residência para estudantes do ensino superior²¹ e investigadoras. Desde 2018 os índices totais voltam a apresentar um crescimento do número de imigrantes masculinos face aos femininos, ressaltando-se que as mulheres estrangeiras têm um contributo muito positivo nos nascimentos verificados no nosso País (Oliveira e Gomes, 2019).

As razões educativas são, após a atividade profissional e o reagrupamento familiar um dos principais motivos para a concessão de novos títulos de autorizações de residência (Estrela, 2022) contudo, a população estrangeira em Portugal é cada vez mais diversa. “Os títulos de residência deixaram de estar exclusivamente retratados por autorizações de residência para atividade profissional subordinada ou para reagrupamento familiar, passando outros títulos a se destacar. Desde o início da presente década incrementaram as autorizações de residência para atividade independente (...), as autorizações para atividade altamente qualificada (...) e as autorizações de residência para investimento (...)”, embora com oscilações que se poderão justificar pela “transferência de titulares para autorizações de residência permanente” (Idem, pp, 45-45).

Verificamos a importância ao nível da (4) *educação* na diversificação e multidimensionalidade das próprias dinâmicas imigratórias em Portugal, desde o ensino básico

²¹ “Portugal regista apenas 6% de estudantes internacionais, no universo de inscritos” (Oliveira e Gomes, 2019, p. 101), em 2018.

ao ensino superior, bem como da (5) *atividade independente ou empreendedores*.

Analisando os (5) *motivos de entrada de estrangeiros* em Portugal, estes são diferenciados, mostrando uma variação dos principais motivos que impulsionaram os imigrantes a optar pelo nosso país ao longo do tempo. Prevaecem motivos laborais seguido do reagrupamento familiar e dos motivos educativos enquanto principais impulsionadores da imigração portuguesa. Nos últimos anos, o “novo fenómeno” associado aos reformados estrangeiros torna estes imigrantes um grupo que se começa a diferenciar: desde o início da década até 2018, este grupo tem vindo a crescer, atingindo o valor inédito de 5788 vistos, valor que quase triplica face a 2020 (Idem, p. 37). A análise de vistos de residência atribuídos ao “estudo, reagrupamento familiar e reformados (...) representaram, em conjunto, 85,1% do total de vistos” em Portugal (Idem, p. 38).

O crescimento de casamentos mistos que têm sido verificados no nosso País mostra-nos as transformações ao nível da (6) *dinâmica das famílias*, embora a diminuição que se tenha vindo a verificar, uma tendência, aliás, que acompanha a evolução do total de casamentos celebrados em Portugal nos últimos anos (Idem).

A evolução de cerca de 108 mil imigrantes, em 1990, para mais de 780 mil imigrantes, em 2022, tem de ser, por isso, (7) *territorializada*, considerando a concentração dos imigrantes, predominantemente, na zona litoral do país (Lisboa, Faro e Setúbal), coincidindo com as áreas onde se concentra também, parte significativa da atividade económica nacional. Este facto é explicado, não só pelas fáceis acessibilidades ali existentes como também, pela disponibilização de emprego. O aumento e a diversificação na distribuição geográfica dos imigrantes em Portugal mostram a relação direta que existe com transformações locais que se verificam a vários níveis, nomeadamente, ao nível da (8) *identidade religiosa*²² (Franca, *et al.*, 2018, p. 13). Este elemento de análise permite-nos compreender parte da amplitude da superdiversidade das mobilidades humanas. No artigo sobre a geografia dos grupos religiosos minoritários em Portugal (2018), os autores mostram o crescimento da diversidade interna do catolicismo, que continua a ocupar um lugar cimeiro nas crenças da população, bem como o “alargamento do espetro religioso dos portugueses, mostrando uma identidade religiosa mais fragmentada, diversificada e plural” (Idem, p. 9). Verifica-se o aumento da diversidade de vivências (internas) do catolicismo, com o “crescimento verificado no total da população estrangeira oriunda de Cabo Verde, França, Espanha, São Tomé e Príncipe, Brasil e Guiné-Bissau” (Idem, p.13). Da

²² “A emergência de outros grupos religiosos reflete a partilha e a comunhão de diferentes identidades que, no nosso país, é também o resultado do aumento da população com nacionalidade estrangeira a residir em Portugal” (Franca, *et al.*, 2018, p. 13).

mesma forma, ao aumento da religião ortodoxa em Portugal, “72% são estrangeiros provenientes da Ucrânia, Roménia e República da Moldávia” (Idem, 13-14), particularmente, na região do Algarve, zona do País onde este grupo de imigrantes se concentra com maior incidência.

O aumento e a diversificação na distribuição geográfica dos imigrantes em Portugal mostram-nos como “a diversidade cultural tornou-se constitutiva dos contextos urbanos” (Dias, 2019, p. 129). Num estudo piloto sobre a “participação local e legados culturais numa parte do centro de Lisboa”²³, Nuno Dias aborda o “reconhecimento da multidimensionalidade do fenómeno migratório e da complexidade do seu impacto na construção da cidade” (Idem, p.133). Analisa o processo de turistificação”, na freguesia de Arroios, com cerca de 40 mil residentes, “92 nacionalidades e mais de 100 línguas faladas” (Idem, p. 130) e o próprio fenómeno da gentrificação, enquanto elementos que moldam novos modos de organização urbana das principais cidades. Através de uma metodologia participativa, cujo foco de investigação residiu na realidade das populações imigrantes de carácter pluricultural²⁴, na cidade de Lisboa, construiu o “mapeamento²⁵ de perceções interculturais sobre fatores de impacto no sentimento de pertença e de representação” dos imigrantes. Os objetivos passaram por “avaliar graus de impacto sobre os territórios, [assim como a própria] perceção dos indivíduos sobre a realidade que os envolve e de estímulo a novas práticas de sociabilidades”. Deste modo, o estudo permitiu desenhar um mapa do território com base nas diferentes representações existentes: comércio étnico; festividades/feriados nacionais (com enfoque nas diferentes formas de vestir); diferentes lugares de culto, como referência de sociabilidades e segurança; na dimensão política, a importância do voto, bem como da presença de políticos em eventos de associações e comunidades locais. Significa isto que, as “novas configurações [das cidades] remetem, não para a eliminação de relações de poder ou de desigualdade (...) mas sim para o reconhecimento da abertura de diferentes possibilidades criativas de acelerar a partilha cultural e, (...), compreender o seu efeito nas estruturas e instituições urbanas presentes no terreno” (Idem, p. 138).

Padilla *et al.* (2015), num estudo comparativo entre as cidades de Lisboa e Granada, introduzem as questões de convivialidade (com forte incidência nos processos relacionais e de

²³ No seguimento de uma candidatura ao programa europeu “building specialisation strategies on local participation and heritage resources (STEPS).

²⁴ O projeto teve como parceiros duas entidades com presença “consolidada no térreo: o GABIP - Gabinete de Apoio aos Bairros de Intervenção Prioritária (...) [e a] SOLIM- Solidariedade Imigrante” (Dias, 2019, p. 132), tendo sido as que recrutaram o grupo pluricultural que participou, ativamente, no estudo.

²⁵ Disponível em: <https://rm.coe.int/map-lisbon-steps-project/16808edcf5>.

interação intercultural) e da superdiversidade para a compreensão da vivência da interculturalidade nos contextos locais, onde a heterogeneidade e o modelo dicotómico “nós/eles” acaba por ser internalizado como um aspeto positivo. Analisar as mobilidades sob a ótica da superdiversidade, considerando diferentes variáveis de natureza social dos imigrantes, dos seus contextos e das interações geradas, revela-se um campo de investigação vasto e com uma longa trajetória pela frente, uma vez que “(...) os dados são, frequentemente, inexistentes, de difícil obtenção, incompletos ou de utilização desnecessariamente restrita” (Góis e Marques, 2018, p. 134). A breve análise realizada à realidade imigratória portuguesa, na contemporaneidade, permite-nos considerar as transformações verificadas nas diferentes comunidades, em função das interações que se criaram com as diferentes identidades, culturas e tradições, em presença, nomeadamente:

- i. Dinâmicas familiares mistas;
- ii. Comunidades educativas multiculturais, desde o ensino básico ao ensino superior;
- iii. Identidade religiosa mais fragmentada, diversificada e plural;
- iv. Contextos urbanos com práticas de sociabilidade interculturais, refletidos na própria organização das cidades ao nível do comércio e locais de culto, bem como nas dinâmicas produzidas pela partilha de tradições, nomeadamente, no vestuário, na celebração de festividades típicas e na valorização da sua participação, enquanto agentes ativos da comunidade, a partir de uma dimensão política ativa.

A superdiversidade das mobilidades humanas impele-nos, inevitavelmente, para o papel desempenhado pelos imigrantes nas comunidades onde se encontram, ou seja, para a sua participação (ou não) nos processos dos quais também fazem parte. No entanto, a dispersão geográfica dos imigrantes em Portugal, fortemente concentrada na zona Centro, Lisboa e Algarve, pressionadas pelos processos de turistificação e gentrificação, faz com que se verifiquem microprocessos de superdiversidade, de acordo com a realidade local.

O turismo assume um papel importante nas transformações que se verificam localmente, sendo uma realidade que, embora fortemente centrada nos contextos urbanos e litoral, encontra-se, em crescimento nos contextos rurais e do interior. Se por um lado o turismo representa uma oportunidade enquanto setor de criação de novos serviços e gerador de emprego, por outro, imprime uma nova “genética” às realidades locais, por via das dinâmicas translocais e transnacionais. Os bairros históricos de Lisboa, como Alfama, Bairro Alto e Mouraria, são representativos deste fenómeno onde o incremento da procura imobiliária tem empurrado os moradores locais para outras localidades visto a falta de capacidade financeira dos moradores para fazer face à gentrificação criada. Desta forma, a dinâmica que imprimia singularidade a

estes bairros e que acabava por ser motivo de atração ao turista desaparecem, reconfigurando-se o comércio e todo o quotidiano local, descaracterizando-o.

Após a crise de 2008, “as cidades do sul da Europa reforçaram o protagonismo nos circuitos turísticos” (Lopes, Vilaça, Azevedo, 2018, p. 9), com a adoção de políticas públicas orientadas para a promoção do turismo, quer ao nível da reabilitação e requalificação urbana²⁶, quer nos “novos usos da propriedade (...)”. A Região Autónoma da Madeira não foi exceção, com o setor do turismo a representar mais de 23% do PIB regional.

1.1.3. Micro espaço: A Região Autónoma da Madeira, *que especificidades?*

Sendo a RAM uma “conquista” do período da colonização portuguesa, a análise das suas dinâmicas migratórias implica retroceder às raízes do povoamento do arquipélago. Ressalva-se que, embora os vários estudos - historiografias - que têm sido desenvolvidos neste âmbito (Albuquerque e Vieira, 1986, 1987; Alencastro, 2010; Azevedo e Silva, 1995; Cardoso, 1968; Castro Caldeira, 2010; Freitas, 2013; Freitas, 2006, 2016; Frutuoso, 1979; Medeiros, 1976; Mendonça, 2007; Rodrigues e Nascimento, 2009; Oliveira, 1999; Piazza, 1999; Ribeiro, 1985; Santos, 2008; Serrão et al, 1976; Serrão et al, 1989; Telo da Corte, 2002; Vieira et al, 2001, 2004), "estamos ainda por saber de forma clara qual o impacto dos fenómenos migratórios na sociedade e na demografia madeirense" (Vieira, 2008, p. 58).

Considerando as especificidades das mobilidades de e para a RAM, a análise das dinâmicas migratórias terá de ser feita de acordo com 3 fluxos migratórios que não são estanques: fluxo migratório no período colonial, fluxo migratório no pós-II Guerra Mundial e fluxo migratório na contemporaneidade (quadro 1.2). Nos fluxos migratórios no período colonial interrelacionam-se dinâmicas do povoamento das Ilhas e da própria colonização; as dinâmicas migratórias no pós-II Guerra Mundial marcam um período de grandes dificuldades para os ilhéus, impulsionando o fluxo de saída tendo-se registado mudanças nos fluxos migratórios verificados na contemporaneidade que têm vindo a comportar características diferenciadas na RAM. De forma a melhor compreender a realidade regional temos:

²⁶ Em 2018, a arqueóloga Maria Ramalho, em entrevista, fala sobre a reabilitação urbana praticada em Lisboa de uma forma negativista visto a “falta de dignidade” verificada em todo este processo, nomeadamente, com as questões associadas ao turismo de massas: “não é nada contra o turismo, mas contra a especulação desenfreada que está a arruinar a cidade. É preciso haver planeamento, gestão e reabilitação verdadeira” (Correia, 2018).

1. Fluxo migratório no período colonial (séc. XV - década de 50)

O período colonial teve início com o povoamento da RAM incluindo dois ciclos distintos, mas concomitantes: o ciclo do povoamento e o ciclo colonizador. O (a) *ciclo do povoamento* foi um processo faseado com a vinda de colonos de diversas origens, desde o Algarve²⁷, ao Minho²⁸ e ao Douro e, mais tarde, naturais de Marrocos, Guiné e Angola, escravos que participaram na plantação da cana-de-açúcar, o conhecido ouro branco da época, tendo dado um contributo económico fundamental para a Região. Neste mesmo período dá-se a entrada de naturais de vários países europeus: italianos, franceses e flamengos atraídos pelo comércio do açúcar e, posteriormente, os ingleses que tiveram forte influência na comercialização do vinho Madeira, tendo utilizado a Região como "porto obrigatório de abastecimento e pilar do seu vasto império" (Freitas, 2013), sendo passagem para os navios que se dirigiam para as "Antilhas, (...) América do Norte e Ásia" (*Idem*). A sua influência foi sentida, inclusive no turismo tornando a RAM numa "estância de cura e convalescença da Europa"²⁹ (Vieira, 2003, p. 234). Com a extinção da feitoria britânica na Região em 1842, surgem novas nacionalidades e novos interesses (económicos), nomeadamente, no comércio do bordado madeira, com os germânicos e com os sírios (Vieira, 2001). Verifica-se assim que este foi um período fortemente marcado pela imigração, não sendo, contudo, o fluxo de entrada na RAM exclusivo do mesmo: "muitos madeirenses saíram já a partir do terceiro quartel do século XV em busca de melhores condições de vida"³⁰ (Freitas, 2016).

No (b) *ciclo colonizador* a RAM, tal como no território Continental, desde o terceiro quartel do século XV participou nos processos de colonização da América, África e Ásia, tendo sido referência na técnica do cultivo da cana-de-açúcar que foi "exportada" para as Canárias, Açores, São Tomé e Príncipe e o Brasil (Vieira, 2008; Fernandes dos Santos, 2008; Freitas, 2016). Em meados do século XVIII, a escassez de cereais na RAM acentuou a emigração para o Brasil

²⁷ O historiador regista que os algarvios representaram cerca de 25% dos colonos da RAM (Vieira, 2003, p. 31).

²⁸ A presença nortenha cifra-se nos cerca de 64% (*Idem*).

²⁹ No período de 1834 a 1852 a média anual de doentes oscilava entre os 300 e 400, na maioria, ingleses. Este movimento de estrangeiros à procura de saúde condicionou a construção em 1859, um dos primeiros Sanatórios em Portugal (Vieira, 2003, p. 234).

³⁰ "Assim foi o caso de Rui Gonçalves da Câmara, filho de Zarco (capitão donatário do Funchal) o qual, em 1473, vendeu suas terras da Lombada da Ponta de Sol para comprar a capitania de São Miguel nos Açores. O mesmo aconteceu com Álvaro de Ornelas, que adquiriu a capitania açoriana da Ilha do Pico. Ilustrando bem como as primeiras gerações de madeirenses, insatisfeitas com as condições oferecidas pelo espaço de vivência onde a possibilidade de aquisição de terra não correspondia às ambições e ao espírito aventureiro, em 1532, o neto de Rui Gonçalves da Câmara, o frade João de Melo da Câmara, assim escrevera "[...] porque a ilha da Madeira meu bisavô a povoou, e meu avô a de São Miguel, e meu tio a de São Tomé, e com muito trabalho..." (Vieira, 2008, p. 14).

com vista ao reforço da soberania portuguesa naquela Região. Com a Guerra Miguelista ou Guerra dos Liberais e consequentes alterações sociais, políticas e económicas, a emigração madeirense virou-se para novos destinos: Caribe Anglófono, nomeadamente, Guiana, São Vicente e Trindade e Tobago (Ferreira, 2009). Da mesma forma, Estados Unidos, o Havaí³¹ e as Ilhas Sanduíche foram destinos de eleição dos madeirenses entre 1878 e 1912, mantendo-se a mão-de-obra na produção da cana-de-açúcar, uma referência. A partir de 1820, com o objetivo de reforçar a soberania em território africano, Portugal produziu incentivos à emigração para este Continente, nomeadamente, Angola e Moçambique, tendo saído, entre 1884-85, centenas de madeirenses para estes destinos (Vieira, 2001). No entanto, a abolição da escravatura no Brasil, em 1888, e a necessidade de povoar os espaços "vazios" no sentido de "civilizar o interior do País" (Freitas, 2016) fez com que se mantivesse para este destino cerca de 50% da população madeirense que emigrava (Freitas, 2013, 2016). No decurso das Guerras Mundiais, a emigração diminuiu mantendo-se, contudo, a preferência pelo destino brasileiro, havendo, inclusive, por parte deste País, a suspensão do sistema de quotas para imigrantes madeirenses, implementado constitucionalmente, tendo chegado a absorver 80% das saídas da Madeira (Freitas, 2008).

2. Fluxo migratório no pós II Guerra Mundial (década de 50 - finais da década de 90)

A partir da década de 50, a emigração madeirense ganha novos destinos: Curaçao (a partir da década de 20) para trabalhar na indústria petrolífera tendo-se verificado que 90% dos imigrantes desta localidade eram da Madeira (Rego, 2014). A proximidade com a Venezuela, as oportunidades de emprego naquele País, a pobreza e a miséria que se vivia na RAM, bem como os conflitos do Ultramar fizeram com que, entre 1955-75 a Venezuela recebesse cerca de 60% dos emigrantes madeirenses (Freitas, 2016).

O fluxo migratório da RAM mostra-nos que a Região sempre viveu de mobilidades sendo, contudo, o fluxo de saída mais marcado do que o de entrada. Deste modo, os madeirenses e porto-santenses acabaram por contribuir, ao longo dos anos, para o ciclo colonizador dos

³¹ Entre 1878 e 1912, o Havaí acabou recebendo 4.556 emigrantes madeirenses sendo que, em 1980, os descendentes estimavam-se em 57.500 indivíduos. A comunidade manteve a língua e a cultura, criou associações, jornais e grupos folclóricos e deixou marcas na culinária, na arquitetura e na música. Com efeito, o *Ukulêlê*, instrumento típico da música havaiana, é na realidade uma adaptação da braguinha ou machete de braga da Madeira, ela mesmo adaptado do cavaquinho português vindo das terras do norte de Portugal quando da colonização da Madeira. Foi João Fernandes, nascido na Madeira em 1854 e chegado em Honolulu em 23 de agosto de 1879, que começou a tocar o instrumento ao aportar. Os havaianos, impressionados com a rapidez com a qual os dedos de João percorriam a guitarra, deram então a ela o nome de *ukulêlê*, ou “pulga que salta”.

territórios além-mar, tendo-se verificado mobilidades transoceânicas, intensificadas pela necessidade de mão-de-obra nas colónias (não só portuguesas) e pelo reforço do mercantilismo e soberania nacional no que ao Brasil, Angola e Moçambique dizem respeito. Após 1975, embora já não integrado no período colonial, as mobilidades na RAM não se alteraram significativamente: mantinha-se o fluxo emigratório com destino à América Latina (Brasil e Venezuela, principalmente), África do Sul e destinos europeus (França, Suíça e Reino Unido), havendo já um fluxo imigratório característico destes mesmos países sendo uma imigração marcada pelas relações de emigração (Vieira, 2003, 2008). Significa isto que, até finais da década de 90 a taxa migratória na RAM, mantinha-se negativa, estando as imigrações relacionadas com os vínculos emigratórios.

3. Fluxos migratórios na contemporaneidade

O conhecimento da realidade imigratória contemporânea na RAM, com estudos desenvolvidos e devidamente sistematizados torna-se escasso nas dimensões compreensiva, descritiva e segmentadas. Até hoje, apenas existe um estudo sobre a temática: o Diagnóstico Social elaborado pela Associação Insular de Geografia, em 2011, integrado num projeto financiado pelo Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros, através do ACIDI, I.P. Este estudo foi desenvolvido nos concelhos do Funchal, Santa Cruz e Câmara de Lobos, 3 dos 11 Municípios da RAM, justificando-se a opção por estes 3 Concelhos não só pela maior oferta de serviços, lazer, empresas e acessibilidades como pela própria tendência de dispersão geográfica da população local.

Numa análise macro e descritiva do número total de imigrantes residentes, percebe-se a importância que estes estão a ganhar quando comparados com a percentagem da população residente. Desde 2008, os números de estrangeiros residentes passaram de 2,7% para 4,1% da população da RAM (DREM, 2023; PORDATA, 2023; EANP, 2023) tendo-se verificado um crescimento de 10% do total de população estrangeira em 2020 face a 2011. Considerando o período anterior a 2011, verificou-se que o saldo migratório regional, embora oscilante, foi caracterizado por fluxos migratórios negativos (Magalhães, 2003) contudo, esta realidade sofreu uma inflexão entre 2001 e 2010, muito impulsionado pela necessidade de mão-de-obra que se fez sentir nesse período, tendo voltado aos números negativos entre 2011 e 2016, período marcado pelas consequências da forte crise financeira global que se viveu e da intervenção financeira externa a Portugal. A partir de 2017, o saldo migratório tem vindo a ser positivo, com os regressados da Venezuela aqui a terem um papel de charneira no processo pelo que,

desde o ano 2000 vamos considerar nesta tese dois períodos migratórios coincidentes com os momentos onde se verificou um saldo migratório positivo, embora as características distintas de que se revestem, nomeadamente, 2005 a 2007 e 2017 até 2022 (figura 1.4):

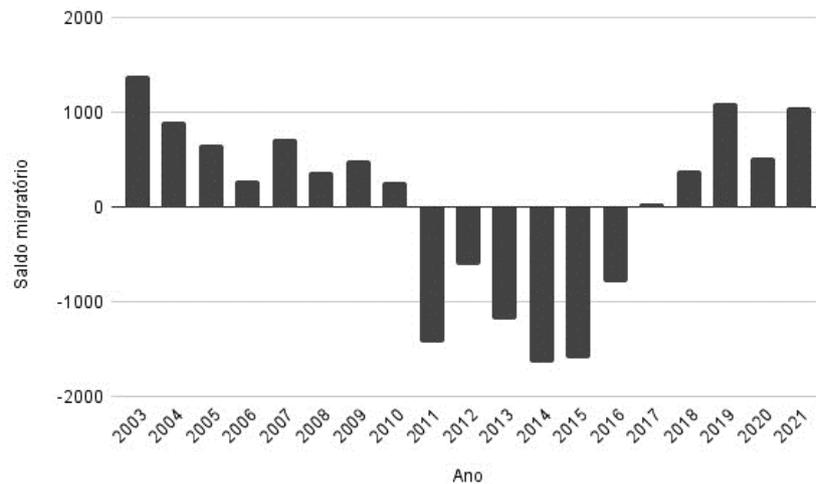


Figura 1.4 - Saldo migratório na RAM 2003-2021
Fonte: DREM (2023)

Analisamos a primeira vaga imigratória da contemporaneidade com base no Diagnóstico Social da AIG (2011). Na primeira década do século xxi, os *motivos laborais* foram os principais impulsionadores da imigração: “a representação social de muitos imigrantes que procuram a Região (...) relaciona-se com o trabalho assalariado de baixo valor acrescentado, mediante a ocupação de empregos que não atraem a população ativa madeirense e portosantense” (Dantas, 2011, p. 15). Tal como no âmbito nacional, verificou-se um crescimento significativo de imigrantes entre 2005 e 2007, resultado da regularização extraordinária. Entendemos a razão pela qual a estrutura etária dos participantes do estudo situou-se na média dos 33 anos sendo que, do total dos entrevistados, 75% tinham menos de 39 anos, comprovando-se a idade laboral (ativa) dos imigrantes. No que concerne ao sexo, o estudo mostrou uma tendência que contrariou o que “se passava no passado em que, tradicionalmente, o sexo masculino prevalecia no seio da população migrante” (Dantas *et al*, 2011, p. 38), com uma aproximação entre os imigrantes masculinos e femininos na RAM.

No que respeita às nacionalidades predominantes, para além daquelas com as quais existiam relações emigratórias no passado como a Venezuela, o Reino Unido e o Brasil, destacaram-se os nacionais de países como a Ucrânia, a Roménia e a China. Para estes últimos,

verificou-se um aumento que, no ano 2006, ultrapassou os 2440%³² para a os nacionais da Ucrânia, os 910%³³ para os nacionais da Roménia e os 353%³⁴ para os nacionais da China (figura 1.5):

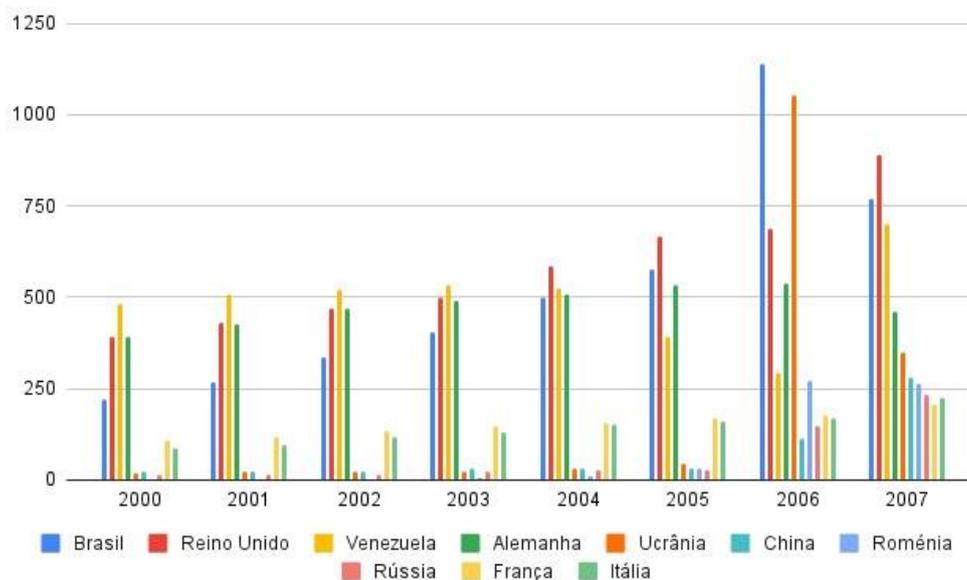


Figura 1.5 - As 10 nacionalidades de imigrantes mais representativas residentes na RAM: 2000-2007.
Fonte: Adaptado dos Relatórios de Imigração, Fronteira e Asilo dos anos 2000 a 2007.

Esta realidade fez com que, pela primeira vez, fosse criada uma associação destinada a imigrantes, nomeadamente, a Associação Cultural e Recreativa dos Africanos na Madeira (ACRAM), uma vez que o Clube Social das Comunidades Madeirenses, existente à data, estava essencialmente orientado para o apoio à comunidade portuguesa na Venezuela (Dantas *et al*, 2011). Refere o mesmo estudo que o SEF, o Serviço de Finanças, os Bancos, as Juntas de Freguesia, Centros de Saúde, Polícia, transportes coletivos, Câmara Municipal e Embaixada/Consulado foram as instituições mais frequentadas, respetivamente, pelos imigrantes, denotando-se uma forte independência dos imigrantes residentes na RAM. Esta situação corrobora os próprios motivos de saída do país de origem apresentados pelos imigrantes, cuja maioria referiu o motivo “económico/emprego - 52,3%” como principal impulsionador, seguindo o “reunir-se à família - 19,9%”.

Quando questionadas sobre as razões que motivaram a opção da Região enquanto local de destino, as “oportunidades de emprego (...), essencialmente pelos setores da construção civil

³² Tendo passado de 43 imigrantes ucranianos, em 2005, para 1052 ucranianos em 2006 (Atáide, 2006).

³³ Tendo passado de 30 romenos, em 2005, para 273 romenos em 2006 (Idem).

³⁴ Tendo passado de 32 chineses, em 2005, para 113 chineses em 2006 (Idem).

(...), hotelaria e indústria e o conhecimento da língua/cultura (...) foram os motivos que mais pesaram” (Idem, p. 63). Importa, contudo, destacar que 14,8% referiu que o motivo foi a “ascendência/família portuguesa” e, 7,2%, a “facilidade de entrada”, este último para os nacionais extracomunitários, como os ucranianos. Após esta vaga imigratória, houve a inflexão do saldo imigratório para valores negativos.

No que concerne à dispersão dos imigrantes na RAM e considerando a inexistência de dados desagregados por municípios até à data do estudo, 66% dos inquiridos residiam no Funchal, 26% em Santa Cruz e 7% em Câmara de Lobos. Relativamente ao estado civil, 38,9% eram solteiros, 38,7% eram casados, 10,3% referiram estar em união de facto, 6,5% separados de facto e 4,7% divorciados.

Em relação às habilitações literárias, apenas 5,6% dos inquiridos do estudo da AIG referiram não ter qualquer formação escolar, 31,8% referiram ter o secundário completo e 24%, formação superior, sendo que, os restantes 30%, concluíram até ao 3.º ciclo do ensino básico, mostrando que, a escolaridade dos imigrantes inquiridos era significativa (Idem).

Em relação ao conhecimento da língua portuguesa, cerca de 80% dos imigrantes inquiridos referiram dominar a língua. No que concerne ao sustento económico, “83% dos inquiridos afirmaram ter o trabalho como meio de vida, 7% encontravam-se a cargo da família e 4% a usufruir do subsídio de desemprego. Esta situação de desemprego não se poderá considerar de longa duração, pois na sua maioria, os inquiridos afirmaram estar desempregados há menos de um ano (Idem, p. 43), confirmando-se, novamente, a independência financeira da maioria dos imigrantes à época, na Região.

No que respeita ao emprego, o estudo mostra-nos um facto importante: as ligações étnicas tiveram uma forte influência na forma como o emprego foi obtido, quer através de “familiares/amigos da mesma etnia”, quer por “recrutador no país de origem”, quer por “patrão imigrante da mesma etnia”. Contudo, isoladamente, o “patrão português” foi a forma predominante na obtenção de emprego na RAM (Idem, p. 44).

Após a primeira vaga imigratória da contemporaneidade, a verdade é que, com a diminuição do número de entradas na Região e sem qualquer outro fenómeno que despertasse a atenção dos agentes locais, governamentais ou intergovernamentais, não houve seguimento na análise e compreensão do fenómeno imigratório da RAM. Por este motivo, a segunda vaga imigratória aqui considerada, a partir de 2017, faz-se em forma de infografia, de acordo com as informações disponíveis do INE, PORDATA, DREM, EANP, OERAM, IEM, IP-RAM e SEFSTAT.

Atualmente, assumem um papel de destaque os regressados da Venezuela, perfazendo um total que supera os 24% de estrangeiros residentes na Região. Os principais grupos de imigrantes residentes passam a ser, assim, os nacionais da Venezuela, seguidos do Reino Unido, do Brasil e da Alemanha, que, em conjunto, ultrapassam os 50% da população estrangeira residente (figura 1.6).

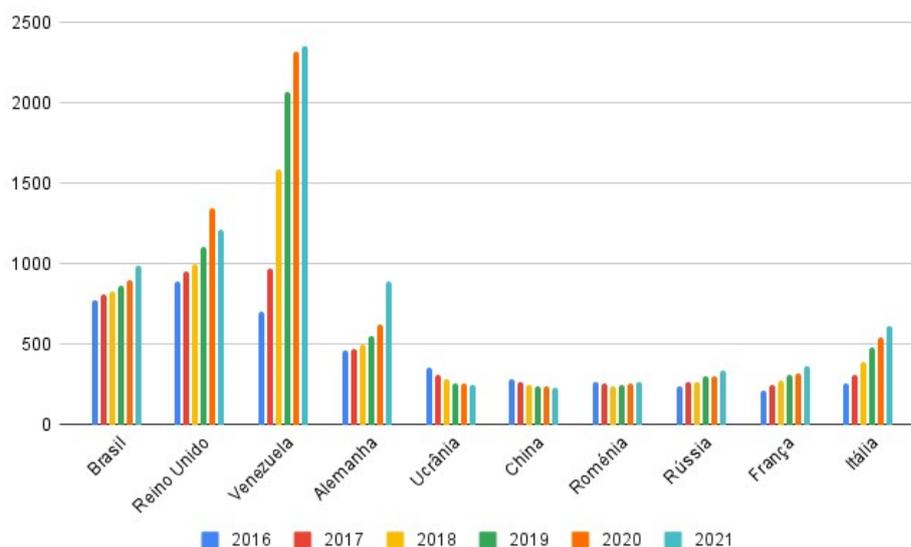


Figura 1.6 - As nacionalidades de imigrantes residentes mais representativas na RAM: 2016-2020.

Fonte: Adaptado de sefstat (2016, 2017, 2018, 2019, 2020).

A atual realidade imigratória comportou uma nova dinâmica na Região com a entrada de imigrantes cujo motivo de vinda foi a forte instabilidade socioeconômica e política que fez (e ainda se faz) sentir do país de origem - a Venezuela - e que desencadeou uma movimentação “forçada” para a RAM. Quanto aos nacionais do Reino Unido, sem que haja uma explicação ainda estudada para o seu aumento nos últimos tempos, perspectiva-se que o Brexit possa ser um forte impulsionador deste crescimento verificado (ressalva-se que, embora com conotação diferente, o Brexit mantém na base dimensões políticas e econômicas comunitárias, reforçando-se a importância que os fenômenos políticos têm vindo a adquirir nas mobilidades humanas).

Comparando os dois períodos migratórios contemporâneos da RAM nos anos em que se verificou o maior número de estrangeiros residentes (2008 e 2021) temos a manutenção dos imigrantes da Venezuela, Reino Unido e Brasil nos três primeiros lugares, embora com ponderações diferentes (figura 1.7):

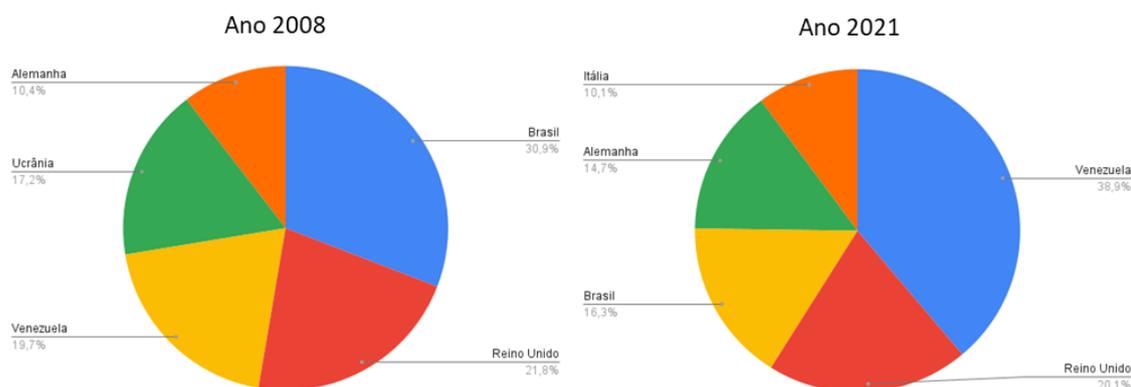


Figura 1.7 - Três nacionalidades mais representativas na RAM 2008 e 2021
 Fonte: SEFSTAT (2023)

Se em 2008 a principal nacionalidade representada era o Brasil, seguida do Reino Unido e da Venezuela, em 2021 mudaram de lugar a Venezuela e o Brasil, mantendo-se o Reino Unido em segundo lugar. Da ponderação das 5 nacionalidades mais representativas, destaca-se o facto de, em 2021, quase 40% serem Venezuelanos, ponderação nunca atingida por qualquer nacionalidade. Se for considerado o total de estrangeiros residentes, em 2008, estas nacionalidades tinham uma ponderação de 57,63% do total de imigrantes residentes enquanto, em 2021, a ponderação total foi de 58,19%, destacando-se o aumento do número de Venezuelanos e, em menor número, o Reino Unido e a Alemanha mas com o Brasil a diminuir.

Quanto às idades dos imigrantes, 5% têm até 9 anos de idade; 8% têm entre 10 a 19 anos; 48% têm entre os 20 e os 49 anos; 22%, entre os 50 e os 64 anos e 17% da população estrangeira tem mais de 65 anos (figura 1.8):

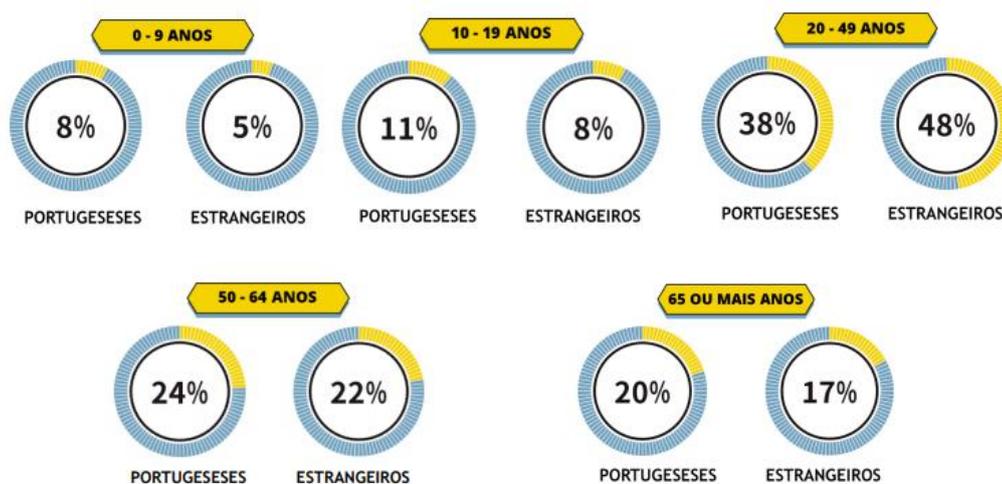


Figura 1.8 - Faixas etárias dos diferentes imigrantes na RAM
 Fonte: EANP (2023)

Embora se verifique que os estrangeiros em maior número continuam a ser os que têm idade ativa, é clara a aproximação da estrutura etária dos imigrantes aos portugueses. Inclusive, se atendermos às estruturas etárias das crianças e jovens e dos idosos (mais de 65 anos), percebe-se que a população estrangeira mais velha está muito próxima da faixa etária das crianças e jovens com uma diferença de apenas 3 pontos percentuais (embora continue com um saldo positivo) enquanto que, se considerarmos a população portuguesa, a superação é feita apenas por 1 ponto percentual mas já com um saldo negativo ou seja, mais idosos do que jovens. No geral, a RAM apresenta uma balança demográfica negativa e, não se podendo confirmar, com certeza que a população estrangeira esteja efetivamente mais envelhecida na RAM, a verdade é que a proximidade entre as realidades demográficas “portuguesas” e “estrangeiras” são um forte indicativo.

Considerando os alunos estrangeiros a frequentar as escolas da RAM, desde a creche ao ensino secundário (OERAM, 2023), verifica-se um aumento do número total de inscritos, com as nacionalidades Venezuela, Reino Unido, Brasil, África do Sul e São Tomé e Príncipe a perfazer mais de 70% dos alunos inscritos na Região. De todos, destacam-se os alunos venezuelanos, desde o ano letivo de 2017/2018 (representado como 17_18, figura 1.9), passando de 381 inscritos em 2012/2013 para 822 alunos em 2022/2023. Anteriormente, os alunos do Reino Unido eram os que mais frequentavam as escolas da RAM (de 435 alunos inscritos em 2012/2013, passaram a 171 alunos em 2022/2023). Salienta-se que, desde 2019/2020 verifica-se, pela primeira vez, alunos de São Tomé e Príncipe, com 25 inscritos, sendo hoje 188 alunos na RAM, todos no ensino secundário, nomeadamente, Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira.

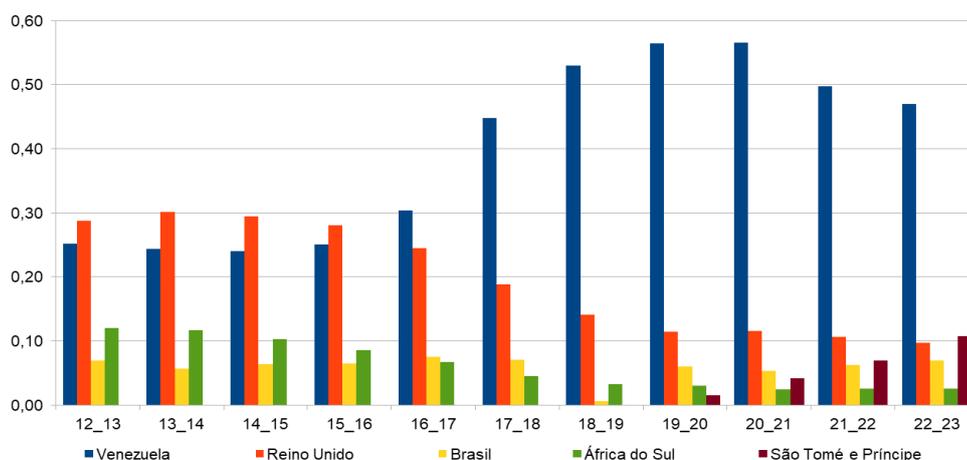


Figura 1.9 - Alunos estrangeiros inscritos nas escolas da RAM, por nacionalidade
Fonte: OERAM (2023)

Do conjunto de alunos estrangeiros na Região, embora não se verifiquem alterações significativas, denota-se claramente que os alunos inscritos no 2.º ciclo e no secundário são aqueles que apresentam tendência de crescimento. Verifica-se, também, que o ano letivo de 2017/2018, coincidentemente com o aumento substancial de chegada de Venezuelanos à RAM e com o aumento do número de alunos estrangeiros inscritos, quando estes já se encontravam em decréscimo, desencadeou um aumento nos alunos inscritos em todos os ciclos de ensino, desde a creche ao secundário (figura 1.10). Significa isto que as famílias venezuelanas regressadas à Região permitiram integrar crianças e jovens nas escolas da RAM, sendo um importante contributo para a manutenção de turmas em várias escolas da Região.

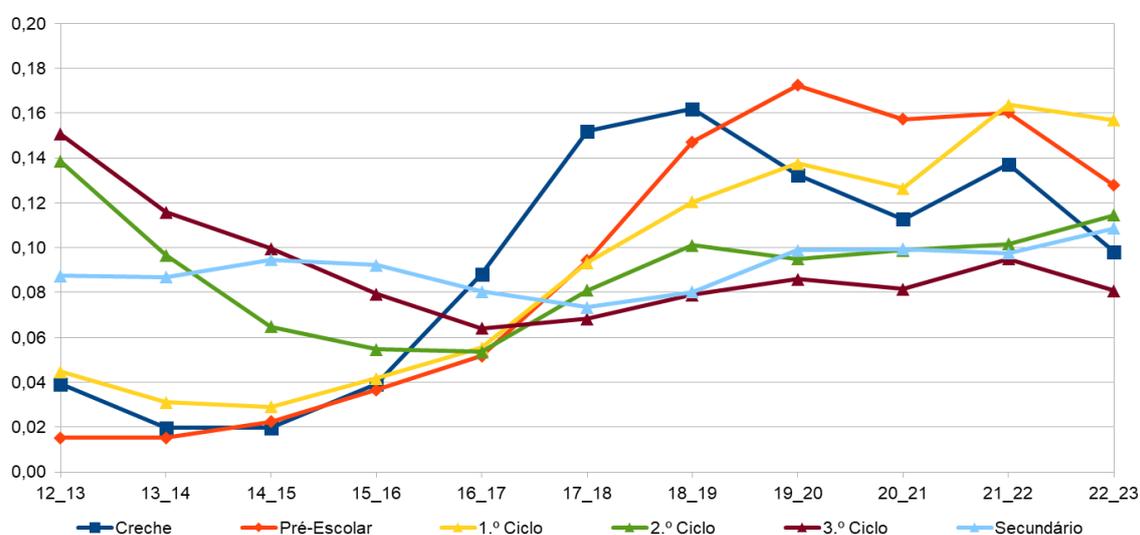


Figura 1.10 - Alunos estrangeiros inscritos nas escolas da RAM, por ciclo de estudo

Fonte: OERAM (2023)

No que se refere ao sexo dos imigrantes, assiste-se à feminização das migrações para a RAM, facto que supera a própria tendência nacional e mundial com mais de 50% de mulheres imigrantes comparativamente aos homens (figura 1.11).

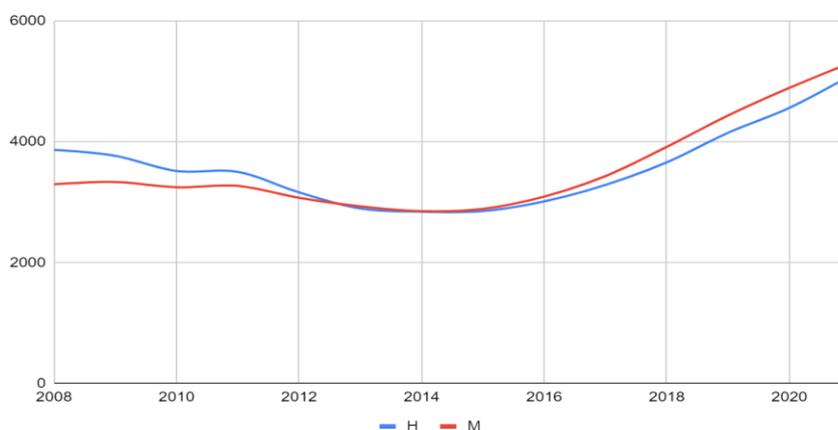


Figura 1.11: Número de imigrantes na RAM, por sexo, de 2008 a 2020.
 Fonte: Adaptado de sefstat (2023)

A sua distribuição geográfica na RAM altera-se ligeiramente entre a primeira e a segunda vaga migratória. O Funchal mantém-se como principal opção de residência (51%) dos imigrantes em ambos os momentos, seguido de Santa Cruz e Câmara de Lobos (na primeira vaga imigratória) enquanto que, atualmente, a Calheta substitui Câmara de Lobos e torna-se na terceira área de residência escolhida pelos imigrantes (figura 1.12).

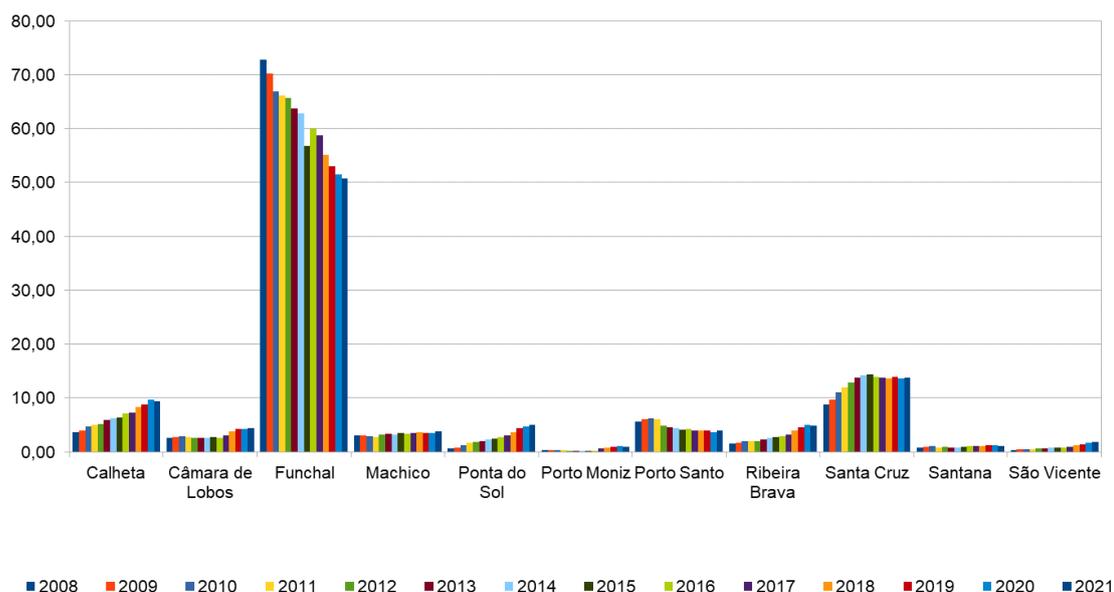


Figura 1.12 - Dispersão geográfica dos imigrantes residentes na RAM: 2008 a 2020.
 Fonte: Adaptado de sefstat.

A tendência de urbanização da imigração, na RAM, segue a própria tendência de fixação da população residente (Funchal e Santa Cruz), visto ser nestas localidades que se verificam um maior número de serviços e de oportunidades de emprego. No entanto, se considerarmos a proporção da população estrangeira face à população residente temos que a Calheta é o município com a maior taxa, 8,9%, seguido do Porto Santo com 8,1% e Ponta do Sol com 6,1%, fixando-se o Funchal nos 5% e Santa Cruz com 3,3% de população estrangeira na proporção da população residente. Verifica-se com estes dados que, atualmente, a Calheta passa a ser o terceiro município com maior número de imigrantes na RAM (embora com maior proporção). Este facto poderá conduzir-nos a uma dinâmica imigratória diferenciada, que não se relaciona com o mercado de trabalho ou com a necessidade de proximidade aos diferentes serviços regionais (tal como aconteceu na primeira vaga). Referimo-nos ao facto da Calheta ser a localidade que, ao longo de todo o ano, apresenta maior constância climática com temperaturas elevadas, para além da calma e do sossego rural e do sentimento de segurança,

características muito procuradas por pessoas em idade de reforma (e que, como se verificou na ponderação da estrutura etária, inclui já 17% da população total estrangeira residente).

Esta reflexão sobre a dinâmica imigratória diferenciada na RAM não pode ser confirmada visto a inexistência de dados para o efeito, nomeadamente, os motivos de entrada na RAM, de forma desagregada por município e freguesia.

Embora não se consiga perceber os motivos de entrada na RAM, os números do IEM, IP-RAM (figura 1.13) mostram-nos que os nacionais da Venezuela, Reino Unido, Brasil e Ucrânia são, desde 2008, o maior número de desempregados na Região. Do total, estas nacionalidades integram mais de 50% (com os anos de 2018 e 2020 a assumir uma ponderação superior a 70% da população imigrante desempregada). Significa isto que, das três nacionalidades mais representativas da RAM (Venezuela, Reino Unido e Brasil), os nacionais da Venezuela e do Brasil são aqueles que também se destacam ao nível do desemprego imigrante, situação que não se verifica com a população do Reino Unido. Por outro lado, os ucranianos, embora não sejam uma nacionalidade com representação significativa na RAM, apresentam uma ponderação significativa ao nível dos imigrantes desempregados, podendo esta situação indicar que, para os ucranianos e considerando as poucas oportunidades de emprego, a Região seja, principalmente, uma zona de passagem para outro País.

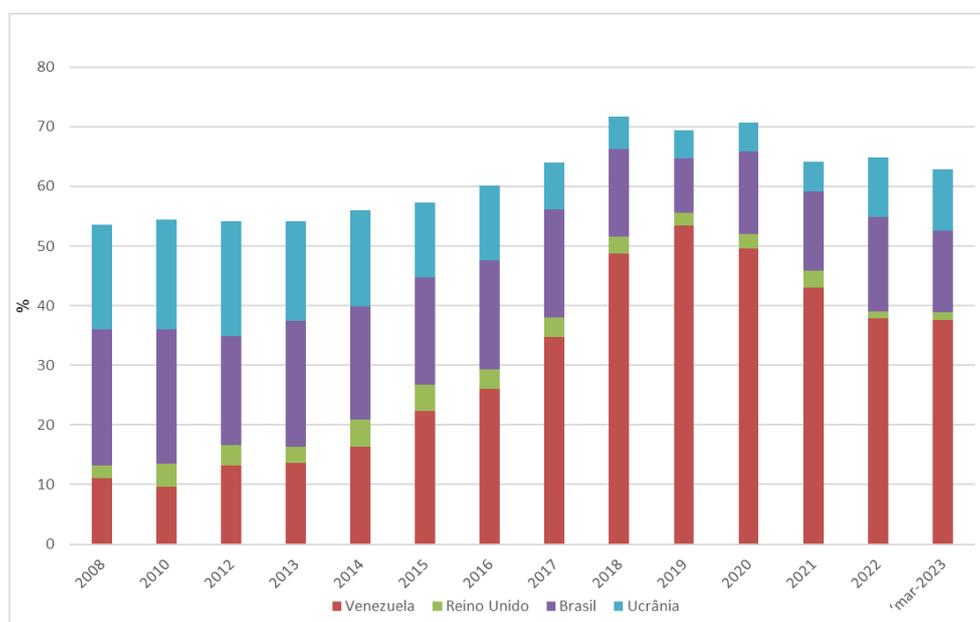


Figura 1.13 - Desempregados imigrantes, por nacionalidades mais representativas, 2008-2023.

Fonte: IEM, IP-RAM (2023)

Quando se analisa o desemprego registado de imigrantes, por atividade económica do último emprego, verifica-se que a “construção”, “comércio por grosso a retalho”, “alojamento, restauração e similares” e “outras atividades e serviços”, são aqueles que maior ponderação apresentam entre os imigrantes, atividades económicas que acompanham a própria dinâmica económica da RAM (figura 1.14).

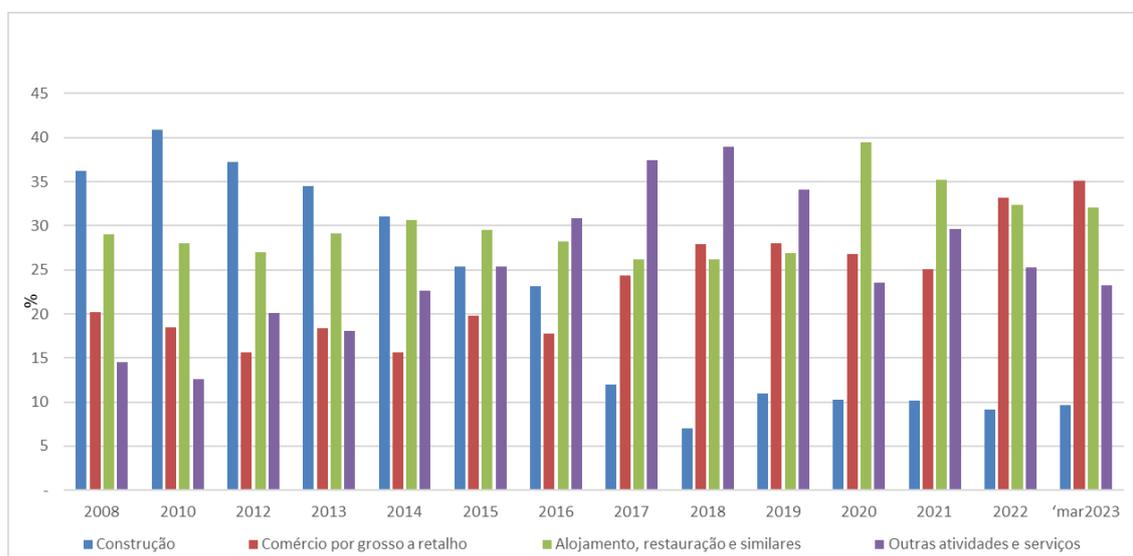


Figura 1.14 - Desempregados registados (novo emprego) de imigrante, por atividade económica do último emprego, 2008-2023.

Fonte: IEM, IP-RAM (2023)

Se considerarmos as faixas etárias, os imigrantes que estão inscritos no instituto de emprego em maior número estão os que têm entre os 35 e os 54 anos, seguindo-se os que têm entre os 25 e os 54 anos e os que têm idade superior a 55 anos (figura 1.15).

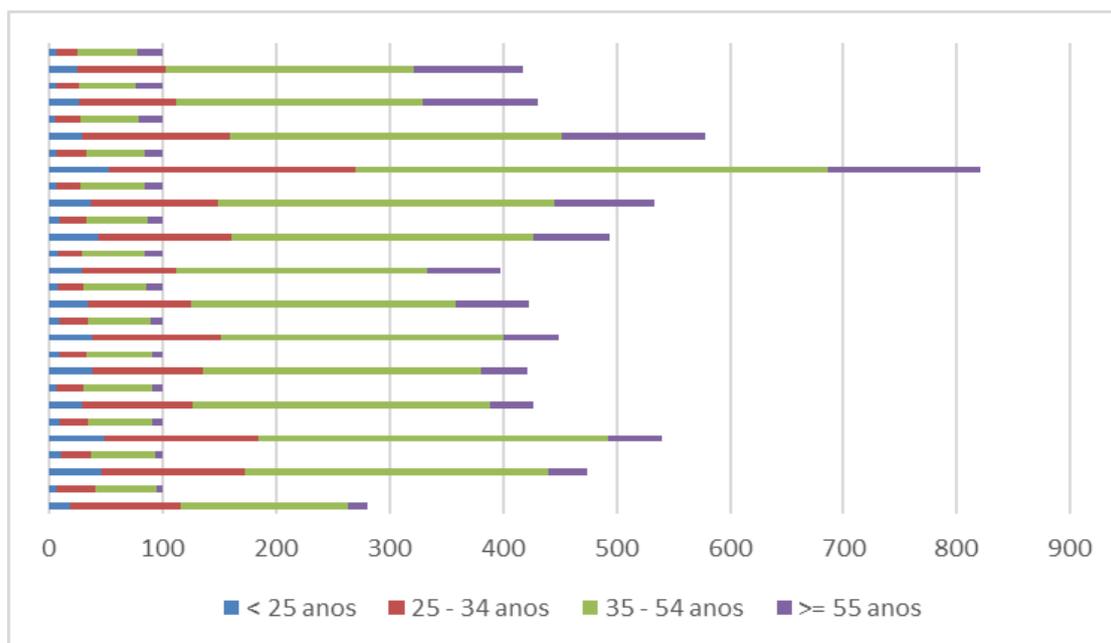


Figura 1.15 - Desempregados registado (imigrantes), por faixa etária, 2008-2023.

Fonte: IEM, IP-RAM (2023)

Do total de imigrantes inscritos atualmente no IEM, IP-RAM, destacam-se as mulheres nas inscrições ativas, numa ponderação que duplicou face a 2018. Ressalvamos que este foi o ano em que o número de regressados da Venezuela ganhou expressão significativa face ao total de imigrantes residentes (figura 1.16).

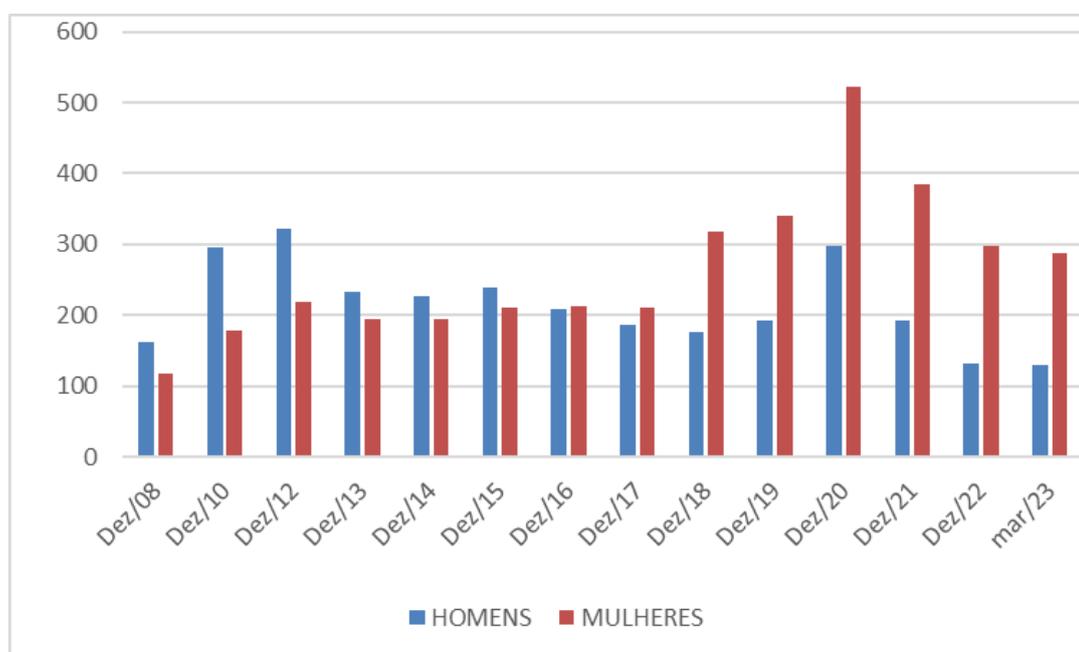


Figura 1.16 - Desempregados registado (imigrantes), por sexo, 2008-2023.

Fonte: IEM, IP-RAM (2023)

Quanto ao nível de ensino (figura 1.17), os inscritos com “ensino secundário” destacam-se dos restantes, seguindo-se os que têm o “ensino básico - 3.º ciclo”. Verifica-se, desde 2008, a inscrição de imigrantes com ensino superior, embora com menor expressão mas, denotando-se a alteração do perfil do imigrante, ao nível do grau académico, face a 2008, com imigrantes com maior grau de instrução inscritos.

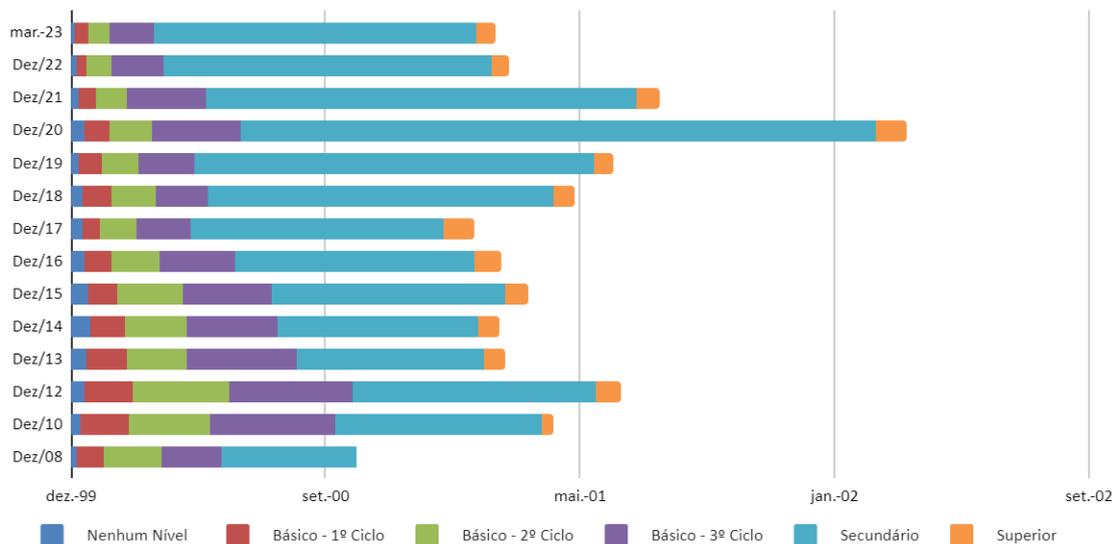


Figura 1.17 - Desempregados registado (imigrantes), por habilitações literárias, 2008-2023.

Fonte: IEM, IP-RAM (2023)

Há um fenómeno muito característico na Região, o turismo, que, embora não sendo novo, tem-se demarcado. Desde o século XVI a Madeira recebia turistas de vários países, estando o clima ameno associado à escolha dos turistas (Vieira, 2008). Hoje, o turismo representa cerca de 25% do PIB regional, tendo o ano de 2022 apresentado um novo recorde no número de turistas: cerca de dois milhões numa Região com pouco mais de duzentos e cinquenta mil habitantes (DREM, 2022). Esta realidade comporta aspetos positivos e negativos. Se por um lado é responsável pelos empregos diretos e indiretos gerados pelo setor, por outro, a procura da Região por estrangeiros pressiona o mercado imobiliário de forma que, quer o mercado de arrendamento quer o de compra tornam-se insustentáveis para os residentes locais. Cria-se, inclusive, o processo de gentrificação, tal como temos vindo a assistir na “Zona Velha do Funchal”, localidade onde viviam, no passado, agregados familiares com menor poder económico, mas que agora, tem assistido a um crescimento de alojamentos locais, hotéis, restauração e similares, gerando insatisfação transversal na população e um crescimento das vulnerabilidades sociais. O mesmo acontece face à elevada pressão que zonas turísticas, consideradas ex-libris da RAM, sofrem face ao turismo, colocando em causa a própria sustentabilidade dos recursos naturais, tal como acontece com as levadas.

Na globalidade, a RAM é uma Região com fluxos migratórios que integram ciclos de emigração e de imigração que marcaram, e continuam a marcar, a sociedade regional. Contudo, e tal como afirma Petersen (1958), citado em Baganha e Góis, (1999, p. 231), os "movimentos de saída para o exterior que desde o século XV se detetam na sociedade portuguesa, (...), desde então foi sendo progressivamente interiorizada nos modos de vida dos grupos sociais nacionais,

os quais desenvolveram sistemas de valores em suporte desses mesmos modos de vida.", o que justifica a tendência claramente superior de saldo migratório negativo ao invés de positivo.

1.2. Modelos explicativos do fenómeno migratório

Toda a análise verificada com o desdobramento dos fluxos migracionais na Europa, Portugal e RAM a partir da colonização, permite-nos compreender a multiplicidade de experiências, individuais e coletivas, que explicam estes fenómenos, desde as questões associadas à própria sobrevivência até às teorias do transnacionalismo.

Embora vários autores tenham conceptualizado teorias no sentido de explicar o fenómeno migracional, a verdade é que este é um exercício que se torna difícil face à “diversidade de elementos e dinâmicas intervenientes nesses processos” (Nolasco, 2016, p. 8) pois a “flexibilidade, plasticidade e maleabilidade das migrações internacionais não se compadecem do exercício de contemplação teórica”, corroborando diversos autores que referem a dificuldade em conseguir criar uma teoria das migrações internacionais (Baganha, 2001; Arango, 2000; Portes e Borocz, 1998).

Algumas das abordagens teóricas mais comuns que explicam os fenómenos migratórios globais, passam pelas teorias clássicas cuja decisão adota um carácter individual com orientação economicista, passando pelas teorias mais estruturais, cuja decisão resulta de um conjunto de forças externas que impelem à migração, e, por fim, às mais recentes, cujas questões como a proximidade geográfica e a disponibilidade de serviços de comunicação e de transporte mais desenvolvidos permitem a criação de uma rede multidimensional que compõe toda a dinâmica migratória e que ultrapassa as componentes – individual, económica e estruturalista - das anteriores, associando-se aqui, a componente relacional das migrações humanas.

Peixoto (2004a) é um dos autores portugueses que mais tem trabalhado sobre as teorias explicativas das migrações, apresentando-nos modelos explicativos que passam da dimensão microsociológica à macrosociológica, de “raízes disciplinares (...) débeis” (Idem, p. 3), construindo-se um conjunto de perspetivas teóricas interdisciplinares, que atravessam as áreas da geografia, da economia e da sociologia.

Segundo o autor, no modelo de abordagem microsociológico, “o privilégio analítico [é] concedido ao agente individual” (Idem, p. 13), que, ao analisar as diversas condicionantes externas, nomeadamente os contextos socioeconómicos, financeiros e políticos, opta por migrar. Tal como refere o autor, “é a racionalidade individual que no limite (...) promove a

decisão de mobilidade” (Idem). Dentro desta abordagem incluem-se os modelos de push-pull e do capital humano que têm sempre uma raiz económica, pelo desenvolvimento das teorias neoclássicas. No primeiro, cujo pioneiro foi Ravenstein na viragem do século XIX para o século XX, o motivo de migrar prende-se apenas com a conjugação de fatores de atração na região de destino e repulsão na região de origem, sendo que, a mobilização só se concretiza quando os custos do movimento são inferiores aos custos esperados. Ou seja, o motivo de migrar prende-se, exclusivamente, com o desejo do agente individual em melhorar as suas condições económicas. Já no segundo, os fatores tempo e investimento tornam-se determinantes: a análise económica do custo/benefício é feita a médio-longo prazo, estando normalmente acoplado a um investimento do agente no seu próprio potencial produtivo, sendo estas migrações realizadas desde países mais desenvolvidos para países menos desenvolvidos, com a certeza de valorização das suas competências. Na base temos que, quanto maior o investimento no capital humano, maiores as possibilidades de melhorar as condições económicas, a longo prazo. Já de natureza biográfica, temos o modelo do ciclo de vida e trajetória social onde “a racionalidade experimental se funde explicitamente com a motivada por valores ou com comportamentos afetivos e tradicionais [interrelacionando-se a] perspectiva individual [com as] realidades coletivas” (Idem, p. 17). Assiste-se a uma fusão dos interesses económicos com os interesses motivacionais: as progressões pessoais e profissionais adquirem novo alento, embora direcionadas para as melhorias das condições económicas.

A abordagem macrosociológica (Peixoto, 2004a, pp. 17-30), por sua vez, é alicerçada nas perspectivas estrutural-funcionalista, teorias marxistas e neomarxistas cuja decisão de migrar não parte da racionalidade do agente individual, mas sim, de um conjunto de forças externas estruturantes que forçam os fluxos migratórios, nomeadamente: nas características da distribuição territorial (Castles, 1989; Claval, 1987; Hudson e Lewis, 1985; Massey, 1984; Petras, 1981), nas dinâmicas laborais [Piore, 1979; Portes, 1981; Sassen, 1991, 1994a, 1994b]), na ótica das instituições enquanto promotoras dos fluxos migratórios (McKay e Whitelaw, 1977; Salt, 1987) ou enquanto “suporte dos percursos migratórios desencadeados, sobretudo, pelos indivíduos (Massey *et al*, 1993)” (Idem); e nos laços e vínculos que existe com a população imigrante que já se encontra na sociedade de acolhimento (Portes e Sensenbrenner, 1993). Dentro desta abordagem incluem-se os modelos do mercado do trabalho segmentado e da economia informal, modelo das estruturas espaciais, teoria dos sistema-mundo, teoria dos sistemas migratórios, teoria das instituições, teoria das redes migratórias e teoria dos laços étnicos e sociais. Aqui, estes grupos de imigrantes mobilizam-se, não pela vontade e cálculos individuais, mas por fatores estruturais que apelam ao seu trabalho. Os modelos das estruturas

espaciais, sistemas-mundo e sistemas migratório radicam, tanto da economia, como da geografia, enfatizando o facto de ser a distribuição territorial que conduz a movimentos populacionais concretos. O modelo das estruturas espaciais é de inspiração marxista e defende que, a organização espacial do capitalismo implica um desenvolvimento desigual entre o espaço urbano e rural e uma hipermobilidade do capital e do trabalho, ou seja, “geografia da produção, num determinado contexto holístico, representa a expressão espacial das relações sociais de produção” (Idem, p. 25). No modelo dos sistemas-mundo, o traço principal da atual sociedade capitalista é o “mercado de trabalho global” (Petras, 1981, in Peixoto, 2004a, p. 26) que criou zonas salariais diferenciadas mantendo-se, contudo, a tendência de excedente de mão-de-obra na periferia e necessidade de recursos humanos na centralidade: aqui, a propensão à migração resulta de “forças estruturais da economia mundial que geram os diferenciais económicos e que “transportam”, de uma certa forma, os migrantes” (Idem, p. 26). Já o modelo dos sistemas migratórios defende que “os fluxos migratórios são resultantes de contextos históricos particulares e adquirem uma dinâmica interna que lhes confere as características de um sistema” (Idem, p. 27). No fundo, conjuntos de países criam “entidades autónomas”, cujas dinâmicas migratórias, económicas, políticas e sociais são particulares e interdependentes. Se a análise e compreensão das migrações salientar o papel das instituições – abordagem das instituições - verifica-se uma heterogeneidade de perspetivas: “tanto podemos pensar no papel das instituições como principais agentes na promoção dos fluxos [migrantes de estatuto socioeconómico médio ou elevado] (...), como podemos referir o seu papel no enquadramento e suporte de percursos migratórios desencadeados, sobretudo, por indivíduos [migrantes de condição social inferior]” (Idem, p. 28); se por outro lado enfatizarmos as redes migratórias, percebe-se que os migrantes não atuam isoladamente em nenhuma das fases do processo migratório; estes inserem-se em redes de conterrâneos que “fornecem informação, as escolhas disponíveis, os apoios à deslocação e à fixação definitiva” (Idem, p. 29). Por fim, e de forma relacionada, a abordagem dos laços étnicos e sociais mostra-nos que, há a construção de vínculos comunitários que permitem aos migrantes o suporte, não só económico, como social, cultural e tradicional, sendo “uma fonte de capital para a realização de investimentos” (Idem, p. 30).

Nesta última abordagem do modelo dos sistemas-mundo, a transição para uma reflexão do fenómeno migratório que se considera mais próxima ao contexto contemporâneo das migrações internacionais, está ainda muito condicionada pelas questões laborais e económicas que, como sabemos, embora corporizem os fatores explicativos mais predominantes das migrações, não são exclusivos das mesmas (McAuliffe e Khadria, 2020).

Nolasco (2016, pp. 25-26) frisa a teoria dos sistemas migratórios como uma “abordagem teórica que merece destaque pela síntese interdisciplinar” por esta se apresentar “como uma teoria ampla de análise de micro e macrodimensões das migrações [sumariando] outros enquadramentos teóricos”. Esta teoria ganha especial relevância no nosso País considerando as relações coloniais que se verificaram durante séculos e que permitiram criar uma rede de relações de “índole cultural, político, económico [e] tecnológico” (Idem, p. 24) que configuraram um conjunto de sistemas migratórios específicos, cuja explicação “não pode ser feita atendendo exclusivamente a fatores de atração e repulsão, ou às características estruturais dos mercados de trabalho na origem e no destino, nem tão pouco às consequências da economia capitalista de cada país” (Idem, p. 25). Esta visão, no nosso entender, transporta-nos para as próprias correntes do transnacionalismo onde os migrantes criam vínculos híbridos, quer no país de origem, quer no país de destino, com as diásporas a terem um papel fundamental em todo o processo pois permitem uma ligação ímpar com a origem, criando identidades transnacionais relacionando-se, muitas vezes, com a emigração de regresso.

As correntes do transnacionalismo têm em consideração a multidimensionalidade das migrações, considerando o papel das comunidades transnacionais, como as diásporas, e das próprias práticas transnacionais dos migrantes: na esfera económica (remessas enviadas aos países de origem), política (possibilidade de manter a sua cidadania política ativa em alguns dos círculos eleitorais no país de origem e, concomitantemente, ter um papel político ativo em círculos eleitorais mais próximos, no país de acolhimento), culturais e religiosas. Ou seja, a própria perspectiva da cidadania ultrapassa a dimensão nacional pois “deixou de ser apropriada num mundo em que os fluxos substituem os lugares” (Castles et al, 2014, p. 90).

A “revolução” que se verificou nas redes de comunicação e que permitiu encurtar distâncias relacionais mantendo, contudo, a distância territorial, impulsionou o esbatimento da dimensão lugar naquilo que implicava ser imigrante. O forte desenvolvimento no setor dos transportes e nas tecnologias tornou menos rígido o fator “distância”, deixando esta de ser uma condicionante à manutenção de vínculos, quer com a comunidade de origem quer com a de emigração, nas situações de regresso à terra natal. As transformações que decorreram deste fluxo de relações sociais que foram ocorrendo ao longo dos tempos havia já sido denominado por Randolph S. Bourne, em 1916, de transnacionalismo migratório.

O transnacionalismo torna-se assim uma perspectiva de análise das migrações contemporâneas, assente nas múltiplas interações entre pessoas e/ou instituições que decorrem entre diferentes países (Vertovec, 1999; Portes, 2004). Tem, na base, uma estrutura triangular assente nos vértices: país de origem, país de destino e os próprios emigrantes e que se relaciona

(ou poderá se relacionar) com outras estruturas e/ou instituições desde comunidades de emigrantes, grupos e associações de imigrantes (Faist, 2010, in Simões, 2019, p. 18). No fundo, o transnacionalismo transporta-nos para uma realidade diferenciada, múltipla e complexa, que se vai construindo ao longo do tempo e que não está geograficamente limitada, onde se esbatem as barreiras dos estados-nação permitindo “novas modalidades de participação e (...) novas práticas de cidadania (Bauböck, 2003; Glick Schiller, 2005; Ho, 2008; Smith e Bakker, 2008)” (Horta, 2010, p. 15).

Horta (2010, p. 21), num estudo sobre associativismo imigrante corrobora as múltiplas dimensões “que configuram o quadro transnacional de interação das populações imigrantes com o país de origem e com as comunidades na diáspora”, nomeadamente, as dimensões “culturais, sociais, económicas e políticas”. A autora frisa a importância do “espaço social transnacional onde se negociam pertenças, interesses, quadros ideológicos, estratégias de atuação e novas noções de cidadania” e que ampliam “a esfera de influência e de intervenção destas organizações a múltiplos níveis do local, nacional e internacional”, não sendo esta dinâmica exclusiva das associações de imigrantes, quando a reflexão é transportada para um âmbito mais alargado. Por este motivo, Simões (2019, p. 18) refere que “os migrantes no mundo transnacional e global estão envolvidos na construção da nação mais do que de um Estado”, dando como exemplo o crescimento da dupla nacionalidade.

Com esta breve análise dos modelos explicativos do fenómeno migratório e com a perspetiva do transnacionalismo compreende-se que as migrações contemporâneas, construídas sobre este “espaço social transnacional” (Idem) assentam numa rede de fluxos rápidos mas que não deixam de ser altamente voláteis, gerando instabilidade, quer interna, quer externamente. Perdomo (2006/2007, p. 113) fala nas repercussões das mobilidades para as “pessoas que emigram, bem como nas populações onde estas se estabelecem” podendo estas ser de “âmbito sociocultural como na saúde pública”. Ferreira (2017), por sua vez, destaca o contributo positivo dos migrantes e das diásporas, desmistificando mitos e realidades sobre as migrações e desenvolvimento e ressaltando a importância de “debater e compreender os impactos das migrações (...) para aumentar o conhecimento e para desenvolver políticas em vários setores que possam maximizar os efeitos positivos e mitigar os negativos” (p. 48). Na mesma linha, Góis (2019), em colaboração com vários autores internacionais, num estudo publicado pela Cáritas Portuguesa sobre as “Migrações e Desenvolvimento em Portugal. Avançar nas práticas: rumo à inclusão e coesão social”, ressalva a relação entre migrantes, migrações e desenvolvimento, mostrando-nos, exatamente, a contribuição dos migrantes, quer para o país de destino, quer para o país de origem e os obstáculos à sua plena concretização. E é neste

equilíbrio entre a contribuição para o desenvolvimento e a concretização das condições necessárias para a participação plena dos migrantes, que se entende situar o Serviço Social, tema que corporiza o próximo capítulo desta tese.

CAPÍTULO 2: O Serviço Social nos contextos da diversidade: que especificidades na intervenção com imigrantes?

Neste capítulo, refletimos o Serviço Social no campo das vulnerabilidades inerentes aos contextos de diversidade multicultural e nas diferentes formas de gestão necessárias, com especial atenção ao nível das competências profissionais. Considerando-se uma breve análise à história das origens da intervenção do Serviço Social com a diversidade, verifica-se a relevância que a intervenção com os imigrantes teve no início da profissão, principalmente em contexto comunitário com os Settlements e as Hull Houses a serem cruciais no processo de defesa dos direitos e da individualidade dos imigrantes. Na base das dinâmicas geradas ao nível da intervenção com esta população que pressupunha, necessariamente, um conjunto de qualidades técnicas e humanas específicas, o atual contexto da superdiversidade veio reforçá-las e orientá-las para o âmbito das competências culturais, devendo o assistente social capacitar-se e formar-se no sentido de se tornar um profissional culturalmente competente.

Conscientes da complexa rede de interações que se geram no campo social da superdiversidade, a intervenção social deverá integrar uma intenção consciente (perspetiva teórico-empírica e operativa), um conjunto de relações de poder em presença e a comunicação, onde a participação torna-se a estratégia fundamental em todo o processo. Portanto, não existe uma única forma para desenvolver o agir profissional mas sim uma multiplicidade de intervenções possíveis, de acordo com as teorias, níveis e modelos de intervenção social considerados nos contextos em presença. As competências culturais tornam-se, em todo o processo, no elemento diferenciador da intervenção desenvolvida com os imigrantes sendo, primeiramente, uma responsabilidade ética do assistente social. Para tal, entende-se que o modelo compreensivo das competências culturais é aquele que melhor reflete a totalidade das dimensões presentes: a consciência cultural, o conhecimento cultural, a competência ou aptidão técnica e o apoio organizacional, tendo presente o esforço intencional e a constante construção deste processo profissional.

Na atualidade o serviço social enquanto profissão dos Direitos Humanos, torna-se cada vez mais diferenciado com vista à concretização de respostas adequadas à satisfação das necessidades humanas, enquanto propósito final para assegurar a dignidade da existência humana.

2. Breve história das origens da intervenção do Serviço Social com a diversidade

Como verificámos no capítulo anterior, as migrações são um fenómeno intemporal, estando na base da constituição das próprias comunidades. No contexto global, estes fenómenos sustentam aquilo que são as exceções onde apenas 3,6% da população mundial migra. Destas, a maioria não cruza fronteiras internacionais e a sua distribuição no globo cria zonas de pressão específicas (hubs) que exigem maior atenção (McAuliffe e Tiandafyllidou, 2021).

A Europa, enquanto uma das zonas de pressão migratória com fluxos mais intensos, sendo mesmo aquela que representa a principal região de destino de migrantes (Idem), vê-se a braços com vários desafios que se colocam ao nível da gestão das vulnerabilidades pois, “atualmente, contrariamente ao que se possa supor [os desafios colocados face aos fluxos migratórios] não são maiores do que já foram noutras eras,” (Fonseca, 2019, p. 6), no entanto, o mesmo não se poderá dizer em relação aos “contextos” (Idem). Para o anterior presidente da Cáritas Diocesana Portuguesa, Eugénio da Cruz Fonseca, a principal questão no âmbito das migrações continua a ser considerar “problemas” o que deverão ser “desafios” e “novas oportunidades para os países de origem, trânsito e de acolhimento” (Idem).

As migrações internacionais comportam assim contextos de diversidade, incluindo a diversidade cultural, tornando-se esta num elemento *sine qua non* das sociedades contemporâneas. O artigo 1.º da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001), salienta que a “diversidade cultural (...) enquanto fonte de intercâmbios, inovação e criatividade, (...) é tão necessária para a Humanidade como a biodiversidade o é para a natureza. (...) [pelo que] constitui o património comum da Humanidade e deve ser reconhecida e afirmada em benefício das gerações presentes e futuras”.

Mas se a diversidade cultural é vista como uma “fonte de enriquecimento mútuo” (Bracons, 2018, p. 31), também é “fonte de distinção, de diferença”, existindo vários “tipos de diversidade: linguística, religiosa, outras tradições, bem como a própria organização da sociedade” (Idem).

Bracons (2018), alicerçando-se em diversos autores (Lévi-Strauss, 2012; Rocha-Trindade, 1995; Moreira, 1996; Calasso, 1984) destaca a diversidade enquanto elemento subjacente nas variadas formas de identidade e culturas, que merecem tolerância e aceitação por parte das sociedades cada vez mais poli étnicas mas, por outro lado, alerta para uma visão nem sempre positiva da diversidade, por vezes, até desencadeadora natural de conflitos, que exige uma gestão orientada para a busca de pontos de ligação entre as pessoas, os povos e as culturas.

Fernandéz-Borrero, *et al.* (2016, p. 49) falam do “duplo prisma” através do qual os imigrantes são percebidos: estão próximos da sociedade de acolhimento, geográfica e territorialmente, propiciando-se os relacionamentos e o contacto, mas por outro lado, não “pertencem” à maioria, exatamente por serem diferentes da sociedade de acolhimento. Significa isto que o Serviço Social “joga-se” quer no “campo de acolhimento e integração dos imigrantes, quer nos processos de gestão da diversidade e de desenvolvimento de bem-estar individual, familiar e comunitário” (Idem, p. 50), sem deixar de estar balizado pelas fronteiras e especificidades nacionais. Assim, facilmente se compreende que os contextos diversos e multiculturais, cada vez mais globalizados, “abalaram” contextos de prática especialmente orientados para os territórios nacionais, como era o caso do Serviço Social.

Clarke (s/d, p. 1), ao abordar os intensos desafios no contexto da diversidade que se colocaram ao Serviço Social no novo século, alerta “para a crescente contestação” aos pressupostos hegemónicos, eurocêntricos, incorporados numa prática tradicional” onde, cada vez mais é contestado o “«mito da igualdade» (...) enraizada na suposição universalista de que as teorias e práticas são amplamente aplicáveis a todas as pessoas, porque «no fundo somos todos iguais»”. Por esse mesmo motivo, criou-se um “crescente apelo à teorização inclusiva da diversidade com pesquisas direcionadas para a conceptualização de «competência cultural» e a formulação de diretrizes para o trabalho a desenvolver com população diversa” (Idem). É exatamente neste âmbito que nesta tese entendemos estar o âmago dos contextos da diversidade: a intervenção social culturalmente competente aporta à ação as especificidades necessárias nos contextos heterogêneos de diversidade cultural. Portanto, defende-se nesta tese que abordar as competências culturais não considera a igualdade da diversidade, mas sim a complexidade inerente aos contextos de diversidade. Daí a sua imprescindibilidade no agir profissional.

Para vários autores (Gielber, 2002; Faist, 2011; Soysal, 2011; Faist, 2014), a noção de que o Serviço Social tem a sua delimitação de prática no âmbito nacional ou local foi desafiada pelos fenómenos e dinâmicas associadas à globalização e às próprias migrações, levantando-se crescentes questões sobre “identificação, identidade, redes sociais e pressão social” (Schwarzer *et al.*, 2016, p. xxv), corroborando a necessidade sentida de ultrapassar as barreiras definidas geograficamente no campo profissional do Serviço Social. Contudo, a dimensão regional não deixou de ser valorizada (Midgley, 2001), pelo contrário; dizem Schwarzer *et al.* (2016, p. xxv) que “a estrutura subjacente - e muitas vezes não revelada - do trabalho social é o estado-nação”.

Mas estas dinâmicas global-local sempre estiveram na base do Serviço Social desde a sua emergência com os precursores do Serviço Social, cujas características humanistas e de sensibilidade social faziam parte. Com as transformações verificadas na Revolução Industrial,

anos mais tarde, e com a conseqüente massificação e complexificação das desigualdades sociais (questão social), verificou-se a profissionalização da atividade de ajuda social exercida no âmbito do voluntariado social (Mouro, 2001), dando-se o mote para a institucionalização da própria profissão. A pressão exercida nos grandes centros urbanos e as transformações nas dinâmicas familiares, empresariais e da própria organização da comunidade justificou a organização espontânea de alguns movimentos sociais e o crescimento de instituições de caráter social de âmbito comunitário (raiz laica ou religiosa) (Idem), tendo por base processos de injustiça social. Estas instituições foram pioneiras no modelo de intervenção da promoção social, utilizando a ação educacional (e profilática) ou institucional sobre “o meio, as mentalidades e os comportamentos sociais” (Mouro, 2009, p. 125). Da mesma forma, a intervenção individual não deixou de existir, tendo-se recriado com a filantropia religiosa, associada a um modelo “médico-social” de caráter assistencialista. Ou seja, enquanto se desenvolvia uma corrente mais individualista da intervenção através do serviço social de casos com Mary Richmond, cujas obras “Social Diagnosis” (1917) e “What is social case work” (1922) marcaram a construção “de uma teoria de prática individualizada de intervenção em situações problemáticas” (Idem, p. 37), desenvolvia-se também uma corrente mais reformista e de caráter coletivo cujos centros comunitários, centros de vizinhança ou centros sociais, baseados nos Settlements (Reino Unido) e nas Hull Houses (E.U.A.), transportavam o foco da intervenção para as questões reformistas, relacionadas com a falta de condições de vida da população trabalhadora, muitos deles imigrantes forçados onde se incluíam crianças, assim como movimentos feministas. Compreende-se o facto de Holosko (2003) referir que os imigrantes integraram o berço da profissão; em 1910, os EUA tinham já mais de 18 milhões de imigrantes, muitos deles vindos da Europa, o que tornou este País um dos países tradicionais de imigração. Os problemas relacionados com as diferenças culturais cedo se fizeram sentir, refletindo-se no crescimento de centros comunitários que, à data, ascendiam a quatrocentos, muitos deles direcionados especificamente para imigrantes.

Nesta senda foram-se desenvolvendo correntes teóricas do Serviço Social mais orientadas para o diálogo internacional e para a defesa de direitos universais, estando o Serviço Social cada vez mais a ser “rotulado” enquanto “profissão de direitos humanos” (Foucault, 1977; André e Hanz, 2004; Hunt, 2007; Staub-Bernasconi e Wronka, 2012; Staub-Bernasconi, 2012; Schwarzer *et al.* 2016; Oberlies, 2016).

2.1. Serviço Social, a profissão dos Direitos Humanos

A evolução civilizacional que se verificou com a adoção e proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948 permitiu que, pela primeira vez na História da Humanidade, 193 países assinassem uma Declaração que mereceu a aprovação de 48 países (de um total de 58) tornando-se claro o reconhecimento da dignidade humana, dos seus direitos iguais e inalienáveis na base dos princípios da liberdade e da justiça com o propósito último de manter a paz no mundo. Ficam assim consagrados direitos fundamentais (civis, políticos, económicos, sociais e culturais) sem distinção de nacionalidade, local de residência, origem étnica, religião, orientação sexual, opção política, entre outras características. Passa assim a ser um dever de vários organismos internacionais e nacionais a proteção e promoção dos Direitos Humanos, incluindo-se aqui, as instituições privadas e as próprias empresas (Navarro e Hernández, 2016). Portugal, não sendo exceção, plasma na própria Constituição da República Portuguesa o conjunto de princípios, valores e direitos fundamentais essenciais para que todos os cidadãos possam ter uma vida digna, sendo este um desiderato da própria organização do Estado Social em que vivemos.

Os princípios de justiça social, direitos humanos, responsabilidade coletiva e respeito pelas diversidades são elementos nucleares do próprio Serviço Social, quer no âmbito teórico, quer no âmbito prático de intervenção. Conceptualmente, o Serviço Social é definido enquanto uma disciplina científica do campo das ciências sociais e humanas que tem vindo a desenvolver-se e a distender o campo do conhecimento, bem como uma profissão intimamente associada aos processos de ajuda, às situações de vulnerabilidades e fragilidades sociais. Na Assembleia Geral do IFSW e na Assembleia Geral do IASSW (2014), foi aprovada a definição global da profissão de Serviço Social como uma profissão baseada na prática e uma disciplina académica que promove a mudança e o desenvolvimento social, a coesão social, o empoderamento e a libertação das pessoas. Com esse fim, suporta-se num conjunto de teorias de diferentes espectros científicos (serviço social, ciências sociais, humanidades, conhecimento indígena) e utiliza a participação (pro)ativa como principal estratégia, permitindo envolver os cidadãos e as estruturas no sentido de ultrapassar os desafios da vida e melhorar o bem-estar sendo esta uma definição que pode “ser ampliada em nível nacional e/ou regional” (Niehoff, 2022).

O Manual para Escolas e Profissionais de Serviço Social (ONU, 1999, p. 23) vem reforçar a inseparabilidade entre os Direitos Humanos e a “teoria, valores, deontologia e prática do Serviço Social [que] têm de ser garantidos e promovidos, e incarnam a justificação e a motivação que presidem à ação do Serviço Social”. Esta ação utiliza, portanto, quadros de referência teóricos balizados pelo conjunto de políticas públicas e institucionais onde decorrem

as ações, tendo sempre presente a contextualização familiar, social e cultural, dos sujeitos de intervenção (Ferreira et al., 2016).

A intervenção do Serviço Social pressupõe uma situação-problema inicial que precisa de ser modificada e/ou transformada e que desencadeia uma ação com vista à sua satisfação e/ou alteração. Esta visão simplista do processo metodológico do Serviço Social pressupõe, na base, aquilo a que os teóricos da abordagem sistémica do Serviço Social referem enquanto perspetiva de intervenção: toda a ação pressupõe a concretização de respostas adequadas à satisfação das necessidades humanas, consideradas como básicas e universais, no cumprimento dos próprios Direitos Humanos (André, 2022). Portanto, as falhas que existam nos ecossistemas e que possam impedir as pessoas de satisfazer as suas necessidades, criando problemas sociais, tornam-se no “motor” de intervenção do assistente social (Staub-Bernasconi, 2012; Odebrecht, 2009).

Levantam-se assim diferentes visões sobre as próprias necessidades humanas, pois a relação entre os Direitos Humanos e o Serviço Social coloca-se, exatamente, neste âmbito: a dependência na satisfação de uma necessidade por parte dos cidadãos. A necessidades tornam-nos vulneráveis o que, por consequência, encaminha-nos para uma proteção legal específica e universal - os Direitos Humanos (Trenkwalder-Egger, 2022, p. 38) com uma orientação integrativa dos sujeitos.

Em contextos cada vez mais multiculturais, as vulnerabilidades tornam-se ampliadas pelas especificidades inerentes. Os Direitos Humanos consubstanciam-se, assim, na estrutura ética da intervenção social onde as ações visam a integração social dos cidadãos, salvaguardando os seus direitos. Significa isto que são os Direitos Humanos que configuram a coluna vertebral do corpo da intervenção do Serviço Social em contexto de diversidade, sempre com o objetivo de satisfazer o conjunto de necessidades apresentadas e que vulnerabilizam os sujeitos, neste caso em particular, os imigrantes.

Desde uma perspetiva baseada nos Direitos Humanos/enfoque baseado nos Direitos Humanos (Civiera e Diez, 2016, p. 305), a ação do profissional pretende o desenvolvimento da capacidade em garantir que os direitos sejam devidamente salvaguardados, através de 3 níveis de “obrigação”: respeitar, proteger e fazer cumprir. Deste modo, os Direitos Humanos “conferem valor jurídico, dotam de poder e empoderam os sujeitos, (...) [identificando] as responsabilidades dos poderes públicos em respeitar, proteger e garantir” (Idem, pp. 305-306), assumindo-se o assistente social como um dos agentes de intervenção social com responsabilidades acrescidas em todo o processo.

Se recuarmos no tempo, a verdade é que, a orientação do Serviço Social pelas necessidades humanas apresentadas, enquanto premissa para a ação do assistente social, não reside apenas na contemporaneidade; voltamos ao pioneirismo da profissão (Staub-Bernasconi, 2012,) com várias referências como Jane Addams, Mary Richmond e Alice Salomon. Inclusive, Trenkwalder-Egger (2022) refere Ilse Arlt como precursora de uma abordagem orientada pelas necessidades no Serviço Social, já em 1912, em Viena. Arlt criou uma teoria orientada para a satisfação das necessidades vinte anos antes de Maslow, conhecido teórico que aborda a pirâmide das necessidades humanas. Para Ilse Arlt existiam 13 tipos de necessidades que deveriam ser satisfeitas com alguma urgência e, caso não fossem, a situação poderia desencadear uma ameaça. Por seu turno, os profissionais deveriam estar habilitados com conhecimentos e competências próprias para satisfazer as necessidades apresentadas tendo como propósito final assegurar a própria existência humana (Idem).

Esta tese de que os Direitos Humanos são legitimados pelas necessidades dos seres humanos torna-se a mais adequada ao considerar que o Ser Humano é um ser vulnerável o que pressupõe um quadro ético universal, numa base de cooperação entre diversos agentes para enfrentar os diferentes contextos de vulnerabilidade: “o pressuposto básico de que todas as pessoas são carenciadas/vulneráveis e, portanto, precisam umas das outras, legitima a exigência universal dos direitos humanos” (Trenkwalder-Egger, 2022, p. 57).

Os desafios que se colocam na superdiversidade mostram-nos, mais do que nunca, a efetiva correlação entre os princípios éticos do Serviço Social e os princípios dos Direitos Humanos (Civiera e Diez, 2016), justificando o dever-ser da intervenção dos assistentes sociais- Para tal, cada vez mais é exigido o desenvolvimento de “competências com vista à realização dos Direitos Humanos no contexto das Relações Interculturais” (André, 2022, p. 17). Compreende-se, face ao exposto, que o Serviço Social, ao longo da sua trajetória histórica, tenha vindo a se consolidar como profissão dos Direitos Humanos, enquanto um processo (re)construído ao longo do tempo social, histórico e político, que se dotou de diferentes modelos, métodos, técnicas e estratégias, no sentido de satisfazer as necessidades humanas fundamentais.

2.2. Intervenção social na Diversidade: que caminhos para o Serviço Social?

Falar de intervenção social não se confina à arena do Serviço Social: entramos num campo interdisciplinar que congrega diversas profissões e que, por sua vez, terá diferentes formas de atuação, ampliando o próprio espectro do que é a intervenção social.

A palavra intervenção remete-nos para uma ação intencional sobre um contexto (individual ou coletivo), com o objetivo de produzir uma mudança. Esta visão simplista da palavra vai ao

encontro do próprio dicionário infopédia quando refere que intervenção é o “ato de intervir através da palavra ou pela ação”, sendo também uma forma de “intercessão; mediação” ou até uma “ingerência do Estado em empresas ou setores de atividade” ou “interferência de um país nos assuntos de outro país” (mecanismos de poder), podendo ser considerado também uma “ação concertada” entre atores (componente relacional).

Desta análise ao conceito de “intervenção” percebemos a complexidade em presença nos diferentes contextos da intervenção que se verificam quando falamos, inclusive, de intervenção social.

É consensual que a existência de conflitos, tensões, desequilíbrios ou mecanismos potenciadores de exclusão social (Santos, 2012; Carmo, 2001) impulsionam a intervenção social que encerra, em si mesma, três grandes dimensões:

- Uma de *valor instrumental*, associado à prática profissional; às atividades e ações programadas (Robertis, 2005; Ranquet, 2007; Payne, 1997; Adams, et al. 2011; Santos, 2012)
- Uma de *reflexo dos contextos circundantes* ao sistema profissional, económico, político e ideológico (Mouro, 2009, Becket, 2009; Montano, 2007; Thompson, 2005, Santos, 2012)
- Uma de *autoridade*, de *poder*, associado a um “dever-ser” (Nelisse y Zuñiga, 1997, como citado em Rodríguez, 2020), que se encontra presente nas relações das forças em contexto.

Podemos sistematizar que a intervenção social integra uma dimensão prática, com procedimentos operativos e um referencial teórico ou empírico (Ander-Egg, 1995b, como citado em Santos, 2009) proveniente de diferentes disciplinas do conhecimento (Azcoaga, 2018), bem como uma dimensão política e ideológica, de carácter crítico ao modelo social de desenvolvimento em presença (Corvalán, 1996, como citado em Rodríguez, 2020) onde as questões sociais são o mote da ação. Isto, sem esquecer que toda a intervenção social está imersa num campo de forças em presença, numa dimensão de poderes (normativos, institucionais, legais, profissionais) e de autonomia profissional (Caria, 2011) que poderão determinar a finalidade da ação.

Carmo (2001, p. 2) ao conceptualizar a intervenção social como “um processo social em que uma dada pessoa, grupo, organização, comunidade ou rede social - a que chamaremos sistema-interventor - se assume como recurso social de outra pessoa, grupo, organização, comunidade ou rede social - a que chamaremos sistema-cliente - com ele interagindo através de um sistema de comunicações diversificadas com o objetivo de o ajudar a suprir um conjunto

de necessidades sociais, potenciando estímulos e combatendo obstáculos à mudança pretendida”, coloca a tónica na “interação decorrente do processo de intervenção social, nomeadamente os que integram o sistema de comunicações em presença quer estas se façam sob forma presencial quer à distância” (Idem, p. 4). Da mesma forma, Susan *et al.* (2009) falam da intervenção social enquanto ato de comunicação entre os múltiplos intervenientes, sendo que toda esta dinâmica ocorre dentro de diferentes sistemas. Estes autores ressaltam a importância da comunicação-interação no âmbito da intervenção social, ganhando aqui a participação dos sujeitos (e não objetos), uma renovada importância em todo o processo de intervenção social, passando mesmo, segundo Azcoaga (2018), a interação dentro dos diferentes setores de atividade a ser o objeto da própria atividade da intervenção social.

A participação se torna na estratégia fundamental em qualquer processo de intervenção social, considerando as constantes interações que se verificam entre os atores sociais e as dimensões próprias da intervenção social (prática, política, ideológica e de poderes).

No que concerne à “forma ativa”, (Santos, 2012, Robertis, 2005, Mouro, 2009) ou “objeto de ação” (Peña, 2011) falamos da finalidade de mudança que se pode consubstanciar em desenvolvimento social ou transformação social, dependendo se estamos perante um acontecimento mais lento e progressivo ou um acontecimento urgente e súbito, respetivamente. Já Corvalán (1996) refere a intervenção caritativa, assistencial ou filantrópica, com o propósito de resolver as necessidades das populações e a intervenção sociopolítica, de caráter contestatário ou crítico ao modelo de desenvolvimento económico do país ou da política governamental em vigor. Carmo (2001), indo ao encontro desta tese, refere que a mudança almejada na intervenção social servirá, essencialmente, duas finalidades: a de suprir necessidades sociais de substância (fisiológicas e de segurança) e suprir necessidades sociais de participação (cidadania e desenvolvimento de democratização da sociedade onde vive).

Já a forma da intervenção social orientada para o conhecimento ou “objeto de conhecimento” (Peña, 2011) mostra-nos que as finalidades da intervenção social ultrapassam a componente puramente prática, mas a partir desta, criam espaço para a construção de saberes e conhecimentos sendo também um espaço para a validação de conhecimentos e teorias (Rodríguez, 2020).

Analisar a intervenção social no âmbito do Serviço Social implica ter presente a complexa rede de interações que se geram no campo social (Peña, 2011) onde, se estivermos perante a sua forma “ativa” (para a ação), existe sempre:

1. Uma *intenção consciente*, considerando a perspetiva teórico-empírica do profissional [que intercepta conceitos teóricos da profissão, com conhecimentos produzidos na

intersubjetividade da ação e da reflexividade (Caria, 2011), bem como os procedimentos operativos,

2. *Relações de força/poder* em presença, inerentes à componente relacional dos diversos sistemas de ação, onde se inclui as que decorrem do próprio modelo socioeconómico e de desenvolvimento do país,
3. *Ato de comunicação*, tornando-se este num facilitador da mudança, onde a participação ativa torna-se a estratégia fundamental de todo o processo.

Tendo presente esta complexa rede de interações no campo da intervenção social compreende-se quando Santos (2009, pp. 74-75) nos refere não existir uma "fórmula" única para o Serviço Social desenvolver a sua intervenção sendo que "na realidade quotidiana, as possibilidades de intervenção são tantas, quantas forem as combinações que se conseguirem estabelecer entre as várias orientações/perspetivas", tendo por base as orientações/perspectivas do Serviço Social segundo Megias (2004) e Dominelli (2002). Para a autora a prática profissional é "um conjunto de ações realizadas pelo homem numa realidade social concreta, com o objetivo de transformá-la", através de um processo imbuído em várias relações entre os indivíduos e entre estes e o seu meio envolvente. Do processo também deverão ser considerados, por um lado, "as situações problemáticas existentes e, [por outro], a plataforma de recursos mobilizados e utilizados" (Santos, 2009, p. 71), implicando assim, uma atividade instrumental e uma atividade comunicacional.

Granja (2008), por sua vez, refere enquanto elemento diferenciador do Serviço Social, o "agir profissional" que depende do conjunto de relações estabelecidas com o poder político, com as hierarquias institucionais, com a formação académica adquirida e, principalmente, com as competências relacionais desenvolvidas. Isto pressupõe, necessariamente, que as dinâmicas profissionais integrem "o acervo de conhecimentos teóricos e práticos, instrumentos, técnicas e habilidades profissionais, condicionadas e determinadas, em parte, por condições externas aos sujeitos profissionais, mas também com influência das suas experiências pessoais, cívicas e profissionais, que constituem o modo de ser e de fazer o serviço social" (Granja, 2008, p. 284).

2.3. Das teorias aos modelos de intervenção do Serviço Social com a população imigrante

Fook (2018) ao refletir sobre a relação entre a teoria e a prática em Serviço Social foca o dinamismo entre as teorias e as experiências práticas que permitem considerar as teorias como construções sociais. Significa isto que existem perspetivas múltiplas a incorporar nas teorias, reconhecendo-se a sua relação com a prática de muitas formas: "esta forma pluralista de encarar

a teoria dá aos profissionais o direito de desenvolver e reconhecer as teorias que podem dar forma, mesmo que de maneira oculta, às suas próprias ações” (Idem, p. 270). Cria-se assim um vasto espectro de teorias que permite desenvolver uma prática culturalmente competente desde que estas teorias sejam usadas de “forma transferível” [ou seja], usada como abertura ou janela possível para abrir novos entendimentos” (Idem, p. 271).

A intervenção social com imigrantes, através de uma prática culturalmente competente implica, necessariamente, compreender (a) a diferença e a diversidade de perspectivas culturais e formas de ver e estar na vida; (b) a experiência de opressão e de exploração a que estão sujeitos os imigrantes e (c) a desproporcionalidade das realidades inerentes às trajetórias de vulnerabilidade social, política e económica, comparativamente a outros grupos (Valtonen, 2008).

Numa perspetiva abrangente do Serviço Social, a articulação entre as noções teóricas e os níveis de intervenção constitui um alicerce fundamental para a eficácia da prática profissional. A compreensão das teorias como construções sociais, como proposto por Fook (2018), destaca não apenas a dinâmica intrínseca entre teoria e prática, mas também a necessidade de adaptabilidade às realidades em constante evolução. Neste contexto, a aplicação prática das teorias no domínio do Serviço Social emerge como um processo de constante reflexão e adaptação.

Ao se considerar a intervenção social com a população imigrante, torna-se imperativo reconhecer que a teoria não opera isoladamente, mas sim em sinergia com os modelos de intervenção. A prática culturalmente competente, assente nas teorias pluralistas, oferece um quadro sólido para a compreensão das diversas perspetivas culturais, assim como das experiências de opressão e exploração vivenciadas pelos imigrantes. Essa compreensão profunda, quando transposta para os níveis de intervenção, permite a conceção de estratégias flexíveis e sensíveis, capazes de abordar as complexas realidades inerentes às trajetórias de vulnerabilidade social, política e económica.

Numa síntese que amalgama teoria, níveis de intervenção e prática, é possível vislumbrar a relevância intrínseca da interconexão destes elementos no campo do Serviço Social. A teoria serve como bússola, orientando os profissionais para uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais, enquanto os modelos de intervenção materializam essas teorias de forma tangível na prática. A relação estreita entre teoria, níveis e modelos de intervenção, especialmente no contexto da população imigrante, reflete a essência de uma abordagem holística e adaptativa, fundamental para a promoção de mudanças substanciais no âmbito social.

2.3.1. Noções teórico-conceituais para a compreensão da imigração desde o Serviço Social

As teorias do Serviço Social acabam por “beber” num conjunto de saberes e correntes científicas o que, considerando a complexidade dos campos de ação dos assistentes sociais, encaminham as teorias como um mapa em larga escala que permite aos assistentes sociais, de forma crítica e reflexiva, orientar as suas ações, de acordo com os objetivos de prática. Amaro (2008) propõe quatro campos teóricos paradigmáticos que podem inscrever, em cada um, diferentes teorias do Serviço Social, partindo de dois eixos fraturantes: o que vai da ação (subjetivo) à estrutura (objetivo) e o que vai do conflito (mudança) à ordem (regulação) (figura 2.1):



Figura 2.1 – Campos paradigmáticos das teorias do Serviço Social

Fonte: Retirado de Amaro (2008)

No eixo ação/estrutura, temos a dualidade indivíduo vs contexto, no sentido de compreender “até que ponto os indivíduos são determinados pela estrutura e pela própria dinâmica da vida social ou se o indivíduo tem capacidade de auto-determinação e, ele próprio, constrói e modifica as estruturas em que se insere”. Já no eixo conflito/ordem a dualidade é verificada na mudança vs regulação onde a sociedade pode ser considerada como uma “permanente fonte de contradições e confronto, sendo que esse devir e o esforço de superação das contradições são condição para a evolução social” ou, por outro lado, “como uma estrutura/sistema com um equilíbrio próprio tendente para a estabilidade” (Idem, p. 68). Por esta ótica, a autora propõe assim quatro campos teóricos paradigmáticos que permitirão compreender e analisar os fenómenos sociais em causa e orientar uma prática de ação contextualizada.

O funcionalismo e o interpretativismo, dentro daquilo que é o pensamento mais clássico e tradicional do Serviço Social, são dois campos orientados para a manutenção da ordem/regulação onde a estabilidade e a procura dos sentidos são o principal objetivo. Para tal, as perspetivas teóricas passam pela tradição psicanalista e pelo behaviorismo. Já os campos que visam o conflito/mudança integram o humanismo e o estruturalismo, orientados pela consciencialização e revolução com abordagens centradas no cliente, o Serviço Social crítico e o Serviço Social estrutural, sendo as que atualmente, mais têm sido analisadas e exploradas.

A intervenção social com migrantes pressupõe uma abordagem mais orientada para a mudança, portanto, numa base mais reformista e alternativa (Ander-Egg, 1996) ao nível das teorias adotadas, o que não invalida a utilização de teorias com vista à regulação. Não podemos assim afirmar que, intervir com imigrantes pressupõe, exclusivamente, um espectro limitado de teorias porquanto todas elas são passíveis de serem utilizadas. Desta forma, as perspetivas orientadas pelas necessidades humanas, da qual se destaca a perspetiva ecológica e dos sistemas; o Serviço Social estrutural; o Serviço Social crítico; a perspetiva da justiça social a teoria da correlação de forças; a teoria racial crítica; a teoria anti discriminatória e anti-opressiva e a perspetiva da interseccionalidade são teorias amplamente utilizadas nestes contextos de prática.

É consensual que, pelas especificidades desta população, as perspetivas teóricas mais utilizadas numa intervenção culturalmente competente estejam alicerçadas na Declaração dos Direitos Humanos, nomeadamente, na defesa da dignidade humana, dos direitos civis, políticos, económicos e culturais e, inclusive, do direito à solidariedade (Wronka, 1992). A Escola de Serviço Social de Zurique tem-se debruçado na abordagem das necessidades no paradigma teórico dos sistemas do Serviço Social, com o especial contributo de Staub-Bernasconi e Odebrecht. Nesta abordagem, os seres humanos tornam-se uma “classe” especial do sistema (biosistema) que, para a prossecução do seu bem-estar, tem de satisfazer as suas necessidades humanas regularmente. Criam-se tensões próprias nas interações que medeiam o momento anterior e posterior da necessidade apresentada sendo no seu insucesso que o Serviço Social tem início: os assistentes sociais “ajudam os indivíduos, grupos e comunidades a conquistar os meios necessários à satisfação das suas necessidades” (Trenkwalder-Egger, 2022 p. 46).

Na abordagem orientada pelas necessidades humanas, Staub-Bernasconi (2012) e Odebrecht (2009) focam a perspetiva ecológica e dos sistemas onde o contexto do imigrante e as suas transações e adaptações deverão ser analisadas pelo assistente social, como um todo (conjunto de sistemas). O profissional considera assim, não apenas o espaço físico ou a localização geográfica, mas também o contexto sociopolítico mais amplo que molda o

funcionamento mental, físico e social de diversos indivíduos. Estamos perante um sistema aberto, retroalimentado constantemente com as dinâmicas dos diversos sistemas onde, por vezes, se geram desequilíbrios sendo aqui que se situa o campo de ação do Serviço Social, que poderá ter uma (1) orientação mais direcionada para a capacitação do imigrante; para o ensino do imigrante, no sentido de perceber diferentes modos de resolução dos problemas e, para a facilitação do imigrante, mantendo a sua liberdade de ação ou (2) uma orientação de ação para a relação entre o imigrante e as redes sociais e/ou sistemas sociais através da mediação, da organização e da “defesa” do imigrante naquilo que são os seus direitos. Payne (1997) aborda a importância da análise das redes no sistema de apoio social dentro deste conjunto de teorias, tornando-se o profissional num “consultor, mais do que um clínico, e num fornecedor de poder, mais do que um fornecedor de serviços” (Idem, p. 212). A comunicação torna-se num mecanismo fundamental em todo o processo.

Poderá o assistente social atender, no decurso da intervenção, de forma particular aos pontos fortes, através da perspetiva de forças, com uma orientação positiva e humanista, afastando-se das perspetivas focadas nos problemas e nos estereótipos negativos. Para Faleiros (1997) toda a ação decorre num campo de forças e poderes onde o imigrante se encontra mais vulnerável, mais oprimido e o assistente social deixa de ser neutro, assumindo-se enquanto mediador dos conflitos existentes, na defesa da justiça social. Nesta teoria, o assistente social assume a dimensão política da profissão, na defesa da identidade, dos direitos e da autonomia dos imigrantes, através de processos de empowerment e capacitação, numa orientação focada para os imigrantes, de forma a que estes desenvolvam percursos de mudança e de transformação social nas suas vidas e, por consequência, na estrutura social.

Neste seguimento, a perspetiva da justiça social ganha uma dimensão prática fundamental nos contextos de diversidade na medida em que mandata o assistente social a ser sensível à diversidade cultural e étnica, bem como a lutar pelas injustiças provocadas por atos de discriminação e opressão. Esta orientação honra a dignidade básica do imigrante, dando especial atenção às injustiças embutidas em atos de discriminação e opressão vivenciados tais como o racismo, considerando a primeira estrutura social de opressão existente. Aqui, a intervenção transporta o assistente social com o foco no imigrante, no seu empoderamento, autoconsciencializando-o das suas potencialidades e forças (Sue *et al*, 2016, pp. 45 a 50).

Se o foco da ação passar do imigrante para o contexto de trabalho onde se insere o assistente social, as instituições e a comunidade, passamos para uma corrente estrutural da teoria, o serviço social estrutural. Aqui, a missão do profissional é a transformação da sociedade, enfatizando o potencial emancipatório das estruturas e minimizando o seu potencial opressivo.

O campo de ação tem na base os problemas que surgem do capitalismo liberal conservador (Payne, 1997), onde se criam um conjunto de relações que, sendo externas aos imigrantes, condicionam, dominam e oprimem esta população, por via de processos de exclusão. Tal como na teoria da correlação de forças, o assistente social vincula-se à defesa dos direitos dos imigrantes (oprimidos), com base num projeto político, com vista a encontrar condições para modificar a realidade, com foco nas estruturas e não no imigrante. No entanto, poderá o profissional optar por tornar-se, ele próprio, mecanismo de repressão, incorporando a própria dinâmica de condicionamento das estruturas (Amaro, 2008).

Com uma visão vigilante e reflexiva, o serviço social crítico integra uma dimensão ativista com o objetivo de devolver poder ao imigrante, aqui enquanto sujeito, através de uma ação dialógica onde o poder/conhecimento deixa de estar confinado ao assistente social: o próprio imigrante é detentor de capacidades e potencialidades que deverão ser usados para a resolução dos problemas apresentados (Healy, 2001). Nesta perspetiva pós-estruturalista, a realidade social é compreendida na intersubjetividade entre o individual e o coletivo, estando o Serviço Social atento à análise estrutural dos problemas pessoais dos imigrantes; ao controlo social da profissão e do sistema de bem-estar vigente, à tendência para uma função opressiva, e com os seus objetivos centrais de libertação pessoal e mudança social. Assente na instabilidade, complexidade e desorganização das realidades, torna-se *core* da prática do assistente social a reflexividade constante, a participação ativa dos sujeitos, a relação dialógica com os imigrantes, balizada por um trabalho de consciencialização (individual e coletivo), com vista ao empoderamento desta população.

De caráter transversal e polissémico, Sue, *et al.* (2016) destacam a importância da integração de diferentes perspetivas políticas no âmbito da intervenção socialmente competente com imigrantes, com o que eles chamam de perspetiva da interseccionalidade. Nesta perspetiva, é reconhecida a unicidade dos indivíduos e das trajetórias individuais dentro de uma trajetória mais ampla do grupo e/ou comunidade, conferindo às intervenções multiculturais uma complexidade que se estende desde a dimensão micro à macrossocial e que obriga à intersecção de vários fatores presentes em cada uma delas como sendo a raça, etnia, género, classe social, orientação sexual, idade, estatuto, entre outros.

As perspetivas teóricas tornam-se assim fundamentais para compreender, analisar, interpretar e estruturar a realidade de forma que seja definido um plano efetivo de intervenção, através da adoção de um modelo(s), num determinado nível de intervenção.

2.3.2. Níveis de intervenção em contextos de diversidade

Valtonen (2008) refere que o Serviço Social tem de considerar 3 “arenas” coincidentes com os níveis macro, meso e microsocial. De forma semelhante, Sue *et al.* (2016) falam-nos do modelo tripartido que nos ajuda a compreender a formação da identidade pessoal: nível individual (genética e experiências não compartilháveis), de grupo (raça, orientação sexual, estatuto socioeconómico, etnia, género, idade, cultura, religião, etc) e universal (Homo Sapiens Sapiens: aspetos biológicos e de vida comuns). As interações que ocorrem em cada um destes níveis e entre os níveis ou as arenas entre si, tornam-se particularmente importantes quando se trata da intervenção social com imigrantes, tendo sempre como finalidade, a(s) resposta(s) face a(s) determinada(s) necessidade(s).

Considerando a complexa rede de interações tripartida da intervenção social que configuram os métodos macro, meso e microsocial da intervenção, Valtonen (2008), ao abordar o nível macro, frisa a importância de o assistente social estar familiarizado com três eixos orientadores, nomeadamente, o *assistente social enquanto cidadão*; o *assistente social enquanto agente de mudança social* e o *assistente social ativista*.

A intervenção no nível macrosocial está particularmente orientada pela advocacia social onde o assistente social acaba por ser “a voz” do imigrante, através de processos de mediação, visto os baixos níveis de participação a que os imigrantes estão sujeitos. A advocacia consubstancia-se nos atos de “representar, defender, intervir, suportar ou recomendar o conjunto de ações de um ou mais indivíduos, grupos ou comunidades, com objetivo de defesa da justiça social” (Valtonen, 2008: 98). Por sua vez, a advocacia social, enquanto uma forma de prática política, supera a advocacia *per se*; ela é desenvolvida no sentido de empoderar o imigrante que, pela sua situação encontra-se, normalmente, “powerless”. O almejado é, efetivamente, que o assistente social trabalhe não só a advocacia social, mas as práticas políticas na sua globalidade remetendo para a discussão pública os assuntos de real interesse para os imigrantes, permitindo assim a adequação das políticas públicas às respostas existentes (ou a criá-las).

Neste nível, torna-se fundamental o (a) uso da informação legislativa e dos conhecimentos adquiridos ao longo da prática que permitirão ao assistente social, primeiramente, analisar a realidade e confrontar as respostas e as necessidades reais, enquanto cidadão ativo e politicamente comprometido na comunidade; a (b) capacidade para um relacionamento com as diferentes estruturas de poder, desenvolvendo assim um papel determinante na produção de mudanças nas relações institucionais e nas próprias políticas e, por fim, as (c) constantes tensões

em presença no campo profissional do Serviço Social, imersas em forças desiguais assumindo, o assistente social o papel de ativista, incitando à participação e emancipação dos imigrantes.

Já na intervenção no nível mesossocial, o importante é compreender as relações (e relacionamentos) da comunidade - *web of "multiplex" relationships* – tendo em atenção as dinâmicas informais das mesmas. A educação e a pedagogia são técnicas fundamentais para este nível permitindo que a comunidade se torne culturalmente competente e empoderada na luta pelos seus direitos. O apoio ao associativismo é um dos outputs destas práticas.

O nível microssocial de prática, também o mais conhecido, é a “linha da frente” do trabalho desenvolvido com o imigrante. A compreensão holística do imigrante, desde o contexto no país de origem à situação atual, torna-se imprescindível para a prática. Esta é orientada para a resolução do problema, considerando as forças e potencialidades. O assistente social é um facilitador do processo onde o trabalho de negociação com as instituições, de forma a quebrar as barreiras existentes e promover ativamente a cidadania do imigrante, são características obrigatoriamente presentes. Contudo, esta é essencialmente trabalhada para a adaptação do imigrante à nova realidade da qual passou a fazer parte sem que exista, necessariamente, mudanças estruturais. A familiarização com a língua, com a cultura e com os costumes é importante para a integração do imigrante.

Independentemente do método de atuação em que o assistente social esteja a desenvolver a sua intervenção, a sua aplicabilidade no quotidiano profissional pressupõe um guia de prática específico que deverá ser contextualizado (Caparrós *et al.*, 1997), criando-se modelos de intervenção. Os modelos partem assim de um esquema referencial teórico, tendo presente os fenómenos em presença conferindo retroalimentação entre os modelos e as teorias na medida em que, torna-se possível “recolher os dados, elaborar as hipóteses, eleger os objetivos, estratégias e técnicas que se adequam a determinados problemas” (Du Ranquet, 1996).

2.3.3. Modelos de intervenção do Serviço Social com a população imigrante

Devore e Schlesinger (1981, 1995) desenvolveram a “ethnic-sensitive [and culturally] social work practice” introduzindo conceitos ainda hoje valorizados no trabalho com a população imigrante, nomeadamente, as competências culturais e a sensibilidade étnica. Ao reavaliar estes mesmos conceitos, anos mais tarde, os autores focaram a importância da realidade étnica, como forma de conhecer as vidas, as necessidades e a capacidade de resiliência da população imigrante. O *focus* do assistente social, em todo o processo, era o *empowerment*, a advocacia social e as questões políticas inerentes a todo o processo.

Valtonen (2008) defende que a intervenção com o imigrante deverá ser feita na base do *cross-cultural social work*. Este modelo pressupõe o respeito e a valorização da diferença, exigindo, da parte do profissional um conhecimento diferenciado. As diferenças culturais, tradicionais e ideológicas, principalmente, tornam-se um desafio para o assistente social que, no contexto de prática, tem de ter uma visão holística da situação em geral, e do imigrante em particular. A autora enfatiza as competências étnicas que se resumem a abertura e flexibilidade à diferença cultural e de modos de vida; consciência das limitações da sua própria cultura (consciência crítica) e, predisposição à aprendizagem constante, orientada pelo cliente.

Lum (2004, pp. 1 a 29) desenvolve o modelo da “competência cultural, estágios de prática, sistemas interseccionais do cliente e de estudos de caso” na intervenção social com imigrantes, intersectando estes 4 elementos com base nas teorias sistémicas. Este modelo defende que as competências culturais e as etapas de prática ou metodologia de prática, são os inputs do assistente social na relação de ajuda; por sua vez, estes irão condicionar ou, pelo menos, afetar, a multidimensionalidade do sujeito-imigrante (*intersectional system*) o que, por consequência, repercutir-se-á no próprio relacionamento entre este e o assistente social e no *output* do processo de ajuda, aqui considerado como “estudo de caso”. Neste modelo, as competências culturais correspondem ao conjunto de conhecimentos, habilidades, ferramentas e programas usados pelo assistente social com vista a responder às necessidades do sujeito-imigrante. Inclui 4 esferas que se interrelacionam: “consciência cultural (própria e do outro); aquisição de conhecimento; desenvolvimento de competências (prática efetiva); e aprendizagem através da indução (investigação contínua)” (Idem, p. 4). Se por um lado as competências culturais permitem a análise e compreensão das especificidades relativas às multidimensionalidades dos sujeitos-imigrantes, por outro, incorporam as habilidades e conhecimentos necessários na construção de toda a prática profissional. Este elemento considera o âmbito micro (sujeito-imigrante e a sua família); âmbito meso (organizações e comunidades) e âmbito macro (prestação de serviços no seu todo). O *focus* são as forças (*strenghts*), recursos e *assets* ao invés dos *deficits* ou dos medos. Aqui, as etapas ou metodologia de prática têm em consideração a participação transversal do sujeito-imigrante, desde a fase inicial à fase final do processo. Torna-se fundamental que os serviços, numa primeira fase, disponham de tradutores de forma a não comprometer (e enviesar) a comunicação ou que, não sendo possível, haja um entendimento entre o assistente social e o imigrante para a forma como será feita a comunicação; o relacionamento do assistente social com o sujeito-imigrante tem de ser horizontal, harmonioso e imparcial; é importante a atualização constante e responsável dos profissionais para trabalhar com a diversidade cultural; é imprescindível uma relação baseada

na confiança e credibilidade através de uma perspectiva baseada nas forças do sujeito-imigrante, nas suas competências e habilidades. Deste modo torna-se possível a compreensão da situação-problema nas suas diversas “esferas”/diversos elementos. A multidimensionalidade do sujeito-imigrante (intersectional systems) pressupõe que o sujeito-imigrante tenha de ser considerado na totalidade que o constrói, ou seja, de acordo com os diversos sistemas em que se integra bem como, de acordo com as diversas identidades que o caracterizam (género, idade, escolaridade, etnicidade, orientação sexual, estatuto de imigrante, entre outros).

Sue *et al.* (2016, p. 28), por sua vez, falam do Serviço Social Multicultural reconhecendo a importância do assistente social compreender as múltiplas dimensões culturais e de identidade dos imigrantes sendo que estes contextos incluem os contextos de prática dos indivíduos, das famílias e das comunidades, culturalmente complexos e diversos que lidam com desafios sociais, políticos e económicos constantes, dentro dos níveis de intervenção existentes embora, no entendimento dos autores, a intervenção do assistente social centra-se, essencialmente, no nível individual e/ou universal, subalternizando o de grupo. No Serviço Social Multicultural é exigido uma sensibilidade cultural e eficácia constante, assim como a aquisição e o desenvolvimento de competências culturais tornando-se este último, um desiderato da própria responsabilidade ética do assistente social (NASW, 2008).

Sue (2001) fala-nos do Modelo Multidimensional de Competência Cultural no Serviço Social, que, segundo a autora, integra quatro importantes dimensões: (1) perspectivas do mundo específico do grupo em causa, considerando as diversas visões do mundo cultural associada a diferentes características (idade, raça, sexo orientação sexual, religião, limitações, etc); (2) as componentes da competência cultural que incluem, de acordo com os elementos-chave tratados pela NASW (2007):

- A consciência (onde se integra a sensibilidade multicultural), reconhecendo-se a importância das diferentes identidades culturais, evitando o preconceito, estereótipo ou “rotulagem” e sendo sensível às circunstâncias específicas que particularizam as situações;
- O conhecimento e a informação específica do grupo: deve ter conhecimento da história, experiências, valores culturais, estilos de vida, fontes da comunidade que atuem como agentes ativos e redes de apoio informal, impacto das políticas sociais no grupo entre outra investigação que se afigure necessária e,
- As capacidades/habilidades, através de técnicas sensíveis e de respeito para com a cultura e as experiências dos clientes; deve ter em atenção as mensagens verbais e não verbais de forma apropriada; reconhece que muitos dos problemas são externos ao

cliente e obriga a uma intervenção macro através da advocacia e empoderamento ativo no combate aos estereótipos.

A última dimensão do Modelo Multidimensional de Competência Cultural no Serviço Social é o (3) *foci* da competência cultural que, no entender da autora, ultrapassa a dimensão micro, centrada no cliente, integrando, da mesma forma, uma dimensão meso e macro/organizacional e societal, para além da própria (4) dimensão profissional (Sue *et al*, 2016: 77), num total de 4 níveis.

Ao considerarmos as diferentes perspetivas teóricas e os modelos apresentados, percebemos o apuramento de características específicas ao nível dos procedimentos da intervenção social com imigrantes, nomeadamente, no âmbito das competências culturais, facto que coloca as competências culturais como um dos eixos de análise desta tese - a intervenção social culturalmente competente do Serviço Social na RAM - sendo um dos objetivos principais, exatamente, conhecer e analisar a perceção das competências culturais dos assistentes sociais que trabalham com imigrantes, na RAM.

No livro “Serviço Social, Direitos Humanos e Relações Interculturais”, coordenado pela doutora Graça André e pela doutora Antonela Jesus (2022), é consensual para os diversos autores que o trabalho em contextos multiculturais deverá integrar várias características fundamentais para a intervenção, nomeadamente, (a) as competências comunicacionais, (b) o conhecimento da visão do “outro” sobre o mundo, das suas identidades e das suas diferenças, (c) o respeito pelo “outro”, na sua dignidade enquanto Pessoa, (d) a empatia, (e) a imparcialidade e (f) o direito à participação do “outro”. Todas estas características integram o que se entende por uma intervenção social culturalmente competente da qual os assistentes sociais não deverão estar alienados. As diferentes realidades sociais que nos transportam para contextos de intervenção social cada vez mais multiculturais e complexos, obriga a que os assistentes sociais estejam dotados de um conjunto de competências específicas de forma que consigam orientar as suas práticas para o exercício pleno dos direitos de cidadania dos imigrantes (Álvarez, 2005).

2.4. O assistente social culturalmente competente

Falar de competências culturais em Serviço Social é, primeiramente, uma responsabilidade ética do assistente social (NASW, 2015), não só para com o imigrante, mas também para com a sociedade alargada. Se considerarmos, inclusivamente, a trajetória histórica da própria profissão temos que as competências culturais sempre estiveram presentes no quotidiano profissional desde o seu início. Já nos finais do século XIX o Serviço Social foi-se consolidando

com o desenvolvimento de um conjunto de qualidades humanas fundamentais no trabalho de proximidade, desenvolvido principalmente em contextos comunitários, mas também, no desenvolvimento de qualidades técnicas em contexto mais individualizado e orientado por uma vertente médico-clínica. Quer as qualidades humanas quer as qualidades técnicas deixaram a sua “marca” no desenvolvimento da intervenção que ainda hoje é utilizada, com os contributos de Jane Addams e Mary Richmond, respetivamente.

No trabalho desenvolvido com imigrantes, Jane Adams (1912) tornou-se um verdadeiro exemplo: defendia que a integração do imigrante não teria de passar, necessariamente, pelo abandono total da sua cultura de origem e que a “americanização” deveria ser procurada pelo próprio imigrante e não imposta. A sua visão do imigrante de forma holística enquanto sujeito de direitos e de competências específicas que lhe permitia ter capacidades para participar na vida coletiva, mostra-nos o respeito pela Dignidade da pessoa imigrante inerente no processo. Era, claramente, uma progressista que defendia a luta pela democracia e pela igualdade de direitos cuja mudança social, no seu entender, resultaria da própria ação humana, através do diálogo. Ao contextualizar as problemáticas nas suas dimensões políticas, económicas e sociais, desresponsabilizava os imigrantes, responsabilizando as não respostas por “parte dos serviços públicos que eram corruptamente governados” (Idem, p. 31). Neste sentido, utilizava o ativismo reformista como forma de “salvar vidas”, quer dos imigrantes, quer dos residentes dos centros comunitários, provindos de classes sociais abastadas e fortemente influentes na comunidade mais alargada, permitindo o conhecimento mútuo, o esbatimento das diferenças e a proximidade vital à realidade. De todo o trabalho desenvolvido nestes centros comunitários, destaca-se o facto de que aos residentes desses centros eram exigidas competências como a tolerância, a simpatia, a imparcialidade, a solidariedade, a hospitalidade, o respeito pelas diversidades e o não julgamento pelas formas e opções de vida dos imigrantes, orientando-se o trabalho no sentido de desenvolver a cidadania dos imigrantes através da democratização, com vista à uniformidade, coesão e harmonia social, sempre na base da defesa da dignidade da pessoa humana. Este esvaziamento de opinião deveria ser substituído pelo conhecimento de proximidade e de inter-relação com a realidade dos imigrantes, com o fim último da ação reformista.

Neste breve exemplo verificamos que os assistentes sociais sempre tiveram presente as competências culturais no seu quotidiano profissional, nomeadamente, quando em contextos de diversidade. Inclusive, ao longo dos anos, vários autores reforçaram a necessidade de trabalhar este conjunto de competências no Serviço Social embora sem que se destacassem enquanto competências culturais específicas: as qualidades técnicas e humanas são referidas por Ander-

Egg (2011) como fundamentais para a intervenção social, nomeadamente: “i) a capacidade para a motivação e estímulo, promovendo a participação ativa dos clientes; ii) a aptidão para o relacionamento humano; iii) a sensibilidade social; iv) a maturidade humana e v) a convicção e a confiança na capacidade das pessoas para exercerem as suas potencialidades com vista à realização pessoal e à resolução dos seus problemas” (Idem, p. 40). Um aspeto fundamental, já trabalhado por Richmond (1917) e que Idñez e Ander-Egg (2008, pp. 12-13) salientam enquanto elemento “extra-metodológico” da fase do diagnóstico, “diz respeito ao processo de comunicação (...) trata-se de um processo dialético/interactivo e retro-alimentado entre duas pessoas, que vai mais além da simples troca de informação. Mas, se esta inter-relação se processa num ambiente de respeito, de empatia e de cordialidade humana, não só se dará uma maior satisfação ao utente, o que em si mesma já é uma espécie de terapia, mas cria também as condições para que o paciente se manifeste mais livre e profundamente, o que facilitará a tarefa de realização do diagnóstico”. Percebe-se com este excerto que a dimensão comunicacional, relacional e empática, dimensões enaltecidas por Adams, *et al.* (2012) tornam-se também, componentes fundamentais quando falamos de competências culturais.

Hernández (2003) refere que a comunicação integra dimensões cognitivas, emocionais e comportamentais. É pensamento, sentimento, conduta e interação. O bom profissional de intervenção social que queira conseguir o máximo aproveitamento do potencial comunicacional deve abordar estas esferas e ter em conta que tanto a comunicação verbal como a não verbal aportam significados que devem estar em concordância. Com a linguagem existe a metalinguagem em que os interlocutores, muitas vezes, de forma inconsciente, participam. Toda a comunicação tem um aspeto de conteúdo e um aspeto relacional. O segundo clarifica o primeiro e é metacomunicação (comunicação da comunicação)”. Verifica-se assim a imprescindibilidade da comunicação ao nível das práticas profissionais: (a) no quotidiano profissional, o assistente social interage com as micro realidades que, por sua vez, se consubstanciam nos relacionamentos e comunicações entre sujeitos e, (b) a comunicação permite a escuta ativa, habilidade fundamental necessária ao assistente social: “é uma atitude, um modo de nos situar, a adoção de um estilo relacional que seja atento, compreensivo, acolhedor, que exija o esquecimento de si e o esvaziamento de preconceitos que possam afetar a compreensão dos problemas do cliente” (Carrapós, *et al.*, 1997, p. 102).

Falar de competências culturais obriga-nos a considerar uma multiplicidade de dimensões que se tornam parte integrante dos seus dois conceitos componentes: o de “cultura” e o de “competência”. A “cultura geralmente está ligada à etnia, nacionalidade ou país de origem categorizando os cidadãos de acordo com a sua origem e/ou cor, (...) o que tem sido muito

criticado pelos autores pela (...) sua natureza reducionista” (Garrido, *et al.*, 2019, p. 90) visto ignorar as “múltiplas dimensões e identidades que estão implícitas em cada cultura” (Idem) da mesma forma que “os complexos determinantes contextuais associados ao país de origem” (Idem). Competência, por sua vez, pode ser entendida como “a capacidade treinável dos profissionais e das organizações, recomendando uma forma de como «fazer e não fazer» e que define como devemos responder às necessidades dos migrantes e das minoridades étnicas (Abe, 2012)” (Idem).

O desenvolvimento de competências culturais é um processo inacabado porquanto nunca são totalmente adquiridas. São por isso vários os modelos que definem o que são competências culturais; para Sue *et al.* (2016, p. 70), as competências culturais exigem a habilidade ou a capacidade de se envolver em ações que maximizem o desenvolvimento do imigrante e dos sistemas. Já para Rodrigo (1997, in Álvarez-Pérez *et al.*, 2014, p. 354), competências interculturais podem ser definidas como “a habilidade de negociar significados culturais e executar respostas efetivas, com um grau de compreensão aceitável entre os interlocutores”.

A NASW (2001) referiu-se ao processo pelo qual indivíduos e sistemas respondem, com respeito e eficácia, a pessoas de todas as culturas, línguas, classes, raças, origens étnicas, religiões e outros fatores de diversidade, de uma maneira que reconheça, afirme e valorize o valor de indivíduos, famílias e comunidades e proteja e preserve a dignidade de cada um, abordando mais tarde (2015) os padrões da competência cultural que consideram ser fundamentais, nomeadamente, consciência, conhecimento e capacidades/habilidades (NASW, 2015, pp. 20-27). Seguindo esta orientação, Sue *et al.* (2016, p. 65), especificam as competências necessárias ao assistente social da seguinte forma:

- i. tornar-se consciente dos próprios valores, preconceitos e suposições sobre o comportamento humano;
- ii. compreender as visões de mundo de clientes culturalmente diversos;
- iii. desenvolver estratégias e técnicas de intervenção apropriadas e
- iv. compreender as forças organizacionais e institucionais que aumentam ou diminuem os componentes da competência cultural.

O assistente social tem de ter presente que é, também ele, (1) um indivíduo social e culturalmente construído, não adotando, de forma plena, uma atitude neutra e imparcial como deveria, exigindo este facto, uma consciencialização e reflexividade constante do profissional no sentido de (2) compreender e considerar os diferentes pontos de vista e a multiculturalidade em presença, sem julgar. Torna-se fundamental a empatia cognitiva, que inclui consciência do self e de outros, a flexibilidade mental e a regulação da emoção. Todas estas particularidades

imprimem ao profissional (3) estratégias apropriadas e efetivas de ajuda, educação, comunicação, intervenção e prevenção (desde um nível micro ao macrossocial) sendo fundamental que o assistente social considere as estratégias existentes na própria comunidade, utilizando elementos próprios e internos da mesma, de forma a adequar a intervenção. Por fim, o assistente social torna-se num agente de mudança, no sentido mais lato, ajudando a criar regras, mecanismos regulatórios e políticas que promovam o multiculturalismo (*Idem*, p.70).

Van Ewijk e Nowak (2010, p. 136) ao falar de “Serviço Social intercultural” aborda as “competências interculturais” cujos elementos incluem: (1) abertura a novos entendimentos; novos insights; (2) habilidade comunicacional permitindo ouvir, com cuidado e respeito, reconhecendo a diferença dos contextos; (3) empatia; (4) perspetivas múltiplas no sentido de exigir, por parte do profissional, a adoção de diferentes perspetivas na sua análise. Isto obriga a um conhecimento progressivo e recorrente da pessoa/grupo/comunidade e da própria construção social; (5) reflexividade, permitindo a desconstrução construtiva e crítica da situação; (6) tolerância e ambiguidade com os contextos de insegurança e imprevisibilidade e a; (7) capacidade de gerir conflitos.

Aneas (2003, 2005, 2009) fala-nos das competências interculturais transversais, de acordo com o Modelo das Competências Interculturais Transversais (MCIT), principalmente em contexto organizacional e que são: (a) sensibilidade cultural, (b) competência de comunicação, (c) habilidades cognitivas, (d) habilidades práticas e (e) habilidades afetivas. Para a autora, estas competências culturais integram 3 macrocompetências sendo que o seu desenvolvimento é dinâmico, ou seja, não existe linearidade na ação desenvolvida, são elas: (1) diagnosticar, (2) relacionar-se e (3) afrontar.

No Modelo das Competências Interculturais Transversais (MCIT) (2003, 2005, 2009) temos então, num primeiro momento, o (1) diagnosticar que compreende o diagnóstico dos aspetos sociais da organização (pessoas, direção e normas), o diagnóstico dos requerimentos/requisitos das tarefas a desenvolver e o diagnóstico do contexto psicossocial da organização intercultural. Aqui, a (a) sensibilidade cultural é crucial para o (auto)conhecimento cultural e do próprio contexto social envolvente, permitindo ao profissional “abandonar o etnocentrismo” (Aneas, 2004, p. 187), indo ao encontro das componentes culturais do “outro”. Num segundo momento, o (2) Relacionar-se que compreende o âmbito da comunicação intercultural, da negociação intercultural e do trabalho de equipa multicultural. Nesta macrocompetência, a (b) comunicação torna-se a competência cultural core em qualquer contacto interpessoal pois é através desta que haverá emissão e receção de mensagens (verbais e não verbais), bem como a sua compreensão e, por fim, o (3) Afrontar compreende os âmbitos

de auto aprendizagem, da resolução dos problemas interculturais e da sensibilidade cultural, onde se salientam as habilidades (c) cognitivas, (d) práticas e (e) afetivas com vista a enfrentar as discrepâncias encontradas.

Neste Modelo, salienta-se a dimensão afetiva onde, o desenvolvimento de competências emocionais ganha enfoque: “o desenvolvimento de competências emocionais definidas como sensibilidade intercultural que se referem à capacidade individual de desenvolver emoções positivas em busca da compreensão e da análise de diferenças culturais com vista a respostas efetivas e à comunicação intercultural” (Chen, 1997, in Álvarez-Pérez *et al.*, 2014, p. 354) através de vários componentes: autoestima (permite o conhecimento e o respeito pelas diferenças culturais); auto controlo (conduz à eficiência e a competência na interação social); mente aberta (flexibilidade de pensamento e aceitação das diferenças) e empatia (gerir, aceitar e validar diferentes pontos de vista). A participação e o envolvimento ao longo da interação são estratégias fundamentais em todo o processo (Idem, p. 355).

Segundo Aneas (2003), tornar-se capaz de responder às exigências (técnicas, sociais e institucionais) através de comportamentos resultantes da reflexão, compreensão e sensibilidade intercultural, comportamentos resultantes de uma atividade dialógica e crítica, em que o autoconhecimento, a compreensão e o respeito pelo outro são as bases para analisar as situações e propor as respostas mais adequadas de forma proativa”, é torna-se um profissional culturalmente competente.

Na mesma linha de raciocínio, Garrido *et al.* (2019) resumiram os modelos das competências culturais de acordo com 3 componentes: cognitivos, afetivos e comportamentais. Na componente cognitiva temos a forma como as pessoas percebem o mundo, a si e aos sujeitos de intervenção; a componente afetiva inclui um senso de humildade cultural, sensibilidade cultural e/ou empatia etnocultural e a componente comportamental integra, no fundo, as ferramentas de comunicação necessárias à compreensão do sujeito; a capacidade de adaptação a situações transculturais e a participação efetiva. De outra forma temos que o componente cognitivo se relaciona com o conhecimento e a consciência crítica da pessoa; o componente afetivo com os sentimentos e tendências emocionais em relação aos imigrantes e o componente comportamental, as habilidades de comunicação e compreensão do imigrante.

Em 2009, Balcazar *et al.* desenvolveram o modelo compreensivo das competências culturais, a partir de uma revisão bibliográfica extensa desde as áreas das ciências sociais, educação e saúde, num total de 259 publicações. Verificaram que as componentes cognitivas (consciência e conhecimento) e comportamental (desenvolvimento de competências) eram as componentes presentes em todos os modelos desenvolvidos onde, do total das publicações,

apenas 5 expressavam a importância do contexto. Desta base, construíram um modelo de competências culturais alicerçada em 4 componentes, que reflete um processo interativo (on going) cuja pré-condição assenta no desejo de se comprometer (*engage*) (Idem, p. 1154). A (1) consciência cultural é a primeira componente do modelo e reflete a apreciação e compreensão da cultura de outras pessoas, examinando, também, a sua própria cultura. Reconhece, através de um processo de auto-reflexão e análise crítica, não só as suas atitudes e preconceitos em relação a outras culturas, como também perspetivas positivas de inclusão, aceitação e defesa dos direitos de todos os cidadãos. O (2) conhecimento cultural pressupõe a familiaridade com as características, história, valores, crenças e comportamentos de outras culturas, desde os fatores observáveis (raça, idade, género, etc) aos não observáveis (estatuto socio-económico, experiência de opressão, religião, educação, etc). A (3) competência ou aptidão técnica é a componente que integra as aptidões necessárias para ajustar a prática profissional de forma a atender às necessidades das populações multiculturais, nomeadamente, através da comunicação e da empatia. Aqui, a (a) capacidade para resolver problemas e gestão de conflitos; (b) a compreensão das dinâmicas de opressão, sexismo, racismo, classismo e outras formas de discriminação; (c) a compreensão da complexidade dos sistemas organizacionais e dos cidadãos; (d) a maior consciencialização sobre preconceitos; (e) conhecer os contextos que influenciam os comportamentos individuais e as famílias; (f) reconhecendo que o indivíduo é especialista da sua própria experiência, são elementos fundamentais para o desenvolvimento de aptidões técnicas. O (4) apoio organizacional torna-se a componente diferenciadora da maioria dos modelos de competências culturais, no sentido que, neste modelo, os autores enfatizam as dinâmicas organizacionais e as mudanças sistemáticas que poderão ocorrer e que acabam por promover, ou não, a capacidade dos profissionais para intervir de forma culturalmente adequada considerando-se, para este efeito, as políticas públicas e organizacionais em presença.

“Tornar-se culturalmente competente é um esforço intencional, uma jornada ao longo da vida. (...) [Isto] significa a disposição de envolvimento (*engage*) numa série de atividades/ações das organizações em que trabalhamos, estando aberto e disposto a aceitar indivíduos de outras culturas, disponível para intervenções não tradicionais ou alterar procedimentos padrão para responder aos cidadãos, desafiando práticas racistas, a discriminação e a opressão, quando observadas” (Idem, p. 1158). No fundo, estes “campos de competências” que sempre fizeram parte da praxis profissional são desenvolvidas com base nas estratégias de proximidade, participação e de comunicação horizontal (Granja 2008; Pena, 2014).

O próprio “processo de ajuda ativado pelo assistente social mantém sempre o mesmo esquema conceptual-operativo” (Santos, 2009, p. 91), pese embora a adoção de diferentes

nomenclaturas: Ponticelli (1994) fala-nos das etapas da “individualização-valorização do problema; fixação de objetivos; execução do plano e verificação dos resultados” (Santos, 2009, p. 90); Ander-Egg (1997b) refere-se às etapas do estudo/pesquisa, programação, execução e avaliação (Idem). Guerra (2006) ao falar-nos da metodologia participativa de projeto, enquanto principal metodologia ao nível do trabalho técnico de intervenção social, refere-nos como etapas do processo de planeamento: o diagnóstico da situação, a definição de prioridades, a fixação de objetivos, a seleção de estratégias, a elaboração de programas e projetos, a preparação da execução, a execução e a avaliação.

O processo de ajuda é assim um processo inacabado e dinâmico “orientado e condicionado por dois fatores: o sistema de serviços e as teorias de referência” (Santos, 2009, p. 89) sendo este processo de ajuda e as práticas consequentes, um contributo para a teorização da praxis. Salienta-se a importância de “não descuidar os fatores culturais que influem sobre o ambiente familiar e social nos quais, e através dos quais, o assistente social cumpre o processo de ajuda” (Idem).

Podemos então sumarizar que, o assistente social culturalmente competente deverá ter consciência de atitudes ou crenças da população multicultural (incluindo, de si próprio), conhecimentos da diversidade cultural e habilidades para identificar e usar estratégias culturalmente apropriadas, necessárias numa sociedade plural e democrática. Deverá ter a capacidade de comunicar, interagir, negociar e intervir em nome e na defesa dos imigrantes (advocacia), podendo a intervenção ser desenvolvida com indivíduos, famílias e grupos, bem como, com instituições, comunidades, políticas e práticas. (Sue *et al.*, 2016, p. 70). Na complexidade em que está imersa a intervenção social contemporânea, os mesmos autores falam da necessidade dos assistentes sociais culturalmente competentes serem impulsionados a ultrapassar as estratégias convencionais da clínica e adotar um papel de ajuda mais ativo e comprometido fora do escritório, considerando também, as questões ambientais além do imigrante. Torna-se importante considerar todo o leque de sujeitos e a finalidade da intervenção deverá ter também um propósito preventivo, reconhecendo-se os pontos fortes, através da capacitação quer dos imigrantes, dos grupos e/ou das comunidades (Idem, p. 75).

As complexidades em contextos multiculturais de intervenção social comportam exigências e necessidades nos próprios contextos pedagógicos e de formação, situação que desencadeou na própria NASW, desde 2001, a um trabalho ao nível dos padrões necessários para uma prática do Serviço Social culturalmente competente, tendo sido publicado, mais recentemente, uma edição revista pela Comissão Nacional da Diversidade Racial e Étnica, onde se incluem os dez padrões para uma prática culturalmente competente: “(1) ética e valores; (2) autoconsciência;

(3) conhecimento transcultural; (4) habilidades transculturais; (5) oferta de serviços; (6) capacitação e advocacia; (7) equipas de trabalho diversas; (8) formação profissional; (9) diversidade linguística (10) liderança transcultural”.

CAPÍTULO 3: Metodologia de investigação

Este capítulo explica a trajetória da investigação e os métodos adotados enquanto estrutura vertebral da dimensão empírica desta tese. A RAM foi o campo de investigação escolhido, especificando-se os três momentos que decorreram de forma sequenciada: o I e II de dimensão qualitativa e o III de dimensão quantitativa.

O I e o II momentos de investigação incluíram 5 instituições, tendo sido realizadas especificamente, no I momento, um total de 6 entrevistas exploratórias a especialistas, investigadores, decisores e/ou profissionais; e no II momento, 4 entrevistas semi-estruturadas a profissionais e/ou decisores políticos, para além da dinamização de 2 *focus group*. Todos, com recurso a uma amostra não probabilística por conveniência. O III momento, de dimensão quantitativa, permitiu a aplicação de um inquérito por questionário integrando o QCC-PA, para um total de 198 profissionais de ajuda, dos quais 77 inquéritos foram validados. A amostra neste terceiro momento teve por base uma amostragem aleatória simples.

3. Métodos

Qualquer processo de investigação deverá ser sistemático, empírico e crítico (Kerlinger, 2002). A *forma* e a *dinâmica* do mesmo acabam por ser um dos primeiros desafios que se colocam ao investigador estando sempre dependentes dos contextos de análise.

Nesta investigação em particular, é importante destacar variáveis que se traduziram em mudanças ao longo do tempo, mudanças estas que se configuraram num percurso de investigação longo (com início em 2014, após a entrega do projeto em 2013). A investigação foi assim marcada por diversas interrupções, quer de ordem pessoal e profissional da investigadora, quer também por motivos de saúde da orientadora (tendo-se verificado, posteriormente, a mudança de orientador), situações que culminaram na necessidade de adequar a formulação do problema de investigação à contemporaneidade do contexto imigratório da Região Autónoma da Madeira – contexto de investigação em análise.

Embora todos estes condicionalismos, manteve-se na base da investigação, a intervenção social do assistente social com imigrantes, na RAM, integrando a nova realidade vivenciada na Região com as dinâmicas imigratórias contemporâneas que se verificaram já na segunda década do século XXI.

Significa isto que, se por um lado a morosidade do processo comportou algum desgaste e até desânimo à investigadora, por outro, trouxe um aporte positivo à investigação, na medida em que permitiu adotar uma nova dinâmica metodológica. De uma investigação puramente

qualitativa, integrou-se a dimensão quantitativa, através de método misto, nomeadamente da estratégia sequencial exploratória quali-quantitativa, utilizando diferentes técnicas ao longo do tempo o que ajudou a sustentar a recolha das informações e dos dados (Sampieri *et al*, 2007), ampliando o próprio conhecimento das realidades em contexto. Esta opção deveu-se:

- a. Os poucos estudos sobre imigração na RAM que, até ao presente, apenas se consubstanciou num estudo diagnóstico desenvolvido pela AIG, em colaboração com o ACIDI, I.P. e cuja abrangência incidiu sobre os 3 maiores concelhos da RAM: Funchal, Santa Cruz e Câmara de Lobos, num total de 11 Municípios;
- b. A trajetória principal de emigração vivida na RAM, à semelhança da realidade Continental, que conheceu uma transformação no período específico entre 1997 e 2008, com uma realidade migratória positiva, facto que se veio a verificar, novamente, a partir de 2016 e que se mantém até à data;
- c. O contexto globalizado que transporta para o local dinâmicas sociais da complexidade, criando-se contextos de superdiversidade com desafios para a intervenção social, o que se aplica também na RAM;
- d. A inexistência de estudos sobre a imigração no campo do próprio Serviço Social na RAM, embora na contemporaneidade, as migrações sejam consideradas um “novo” campo de atuação do assistente social (Amaro, 2015; Valtonen, 2008);
- e. A pouca sistematização do trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais na RAM, na sua generalidade. Os assistentes sociais são profissionais que integram a função pública da RAM há mais de 40 anos, principalmente, nos setores da saúde e da segurança social, mas cujo trabalho tem sido (e continua a ser) muitas vezes, pouco “visível”;
- f. Às características do próprio Serviço Social pois, embora a formação universitária ter precedido áreas como a Sociologia, a Psicologia, a Antropologia (Granja, 2008, p. 22), entre outras, a verdade é que os assistentes sociais mantêm uma relação de forte proximidade com a prática, com os contextos de terreno. Vamos assim ao encontro da autora quando refere que os profissionais acabam por “(...) abandonar ou não desenvolver as suas competências de investigação (...) [encontrando] obstáculos para formalizar os conhecimentos adquiridos na prática ou mesmo estabelecer formas organizadas de troca de experiências que permitam a sua socialização e difusão organizada” (Idem, p. 20).
- g. O próprio interesse pessoal da investigadora que, além de assistente social, é lusodescendente, fruto desta dinâmica migratória vivida na Região, muito particularmente, entre a RAM e a Venezuela.

O ponto de partida da investigação, digamos assim, compilou então fatores pessoais, académicos, pertinência e inovação do tema, principalmente no contexto da RAM, bem como a importância científica para o Serviço Social (Sampieri *et al*, 2007). Aspetos que, com o decurso do processo investigativo, vieram a ser confirmados e complementados, nomeadamente com as especificidades referentes às competências culturais inerentes aos contextos da intervenção social com imigrantes, uma vez que,

- h. A aquisição e o desenvolvimento de competências culturais tornou-se num desiderato da própria responsabilidade ética e profissional do assistente social, principalmente no contexto das migrações (Valtonen, 2008; Sue *et al.*, 2016; NASW, 2008).

De forma sucinta, este processo investigativo integrou 3 momentos sequenciais, de acordo com as três forças motrizes da investigação: (I) dinâmicas imigratórias na RAM; (II) Intervenção social com imigrantes na RAM e (III) competências culturais dos assistentes sociais (figura 3.1).



Figura 3.1 - Sequência do processo investigativo.
Fonte: construção própria

Esta investigação caracteriza-se, assim, pelo dinamismo impresso nestes 3 momentos que foram sendo integrados no processo investigativo, de acordo com a realidade da RAM, no que à intervenção social com imigrantes diz respeito. Assim, a inexistência de conhecimento e informação sobre o objeto de estudo em análise tornou o estudo de carácter exploratório sequencial onde, “a discussão do problema de pesquisa incorpora, tanto a necessidade de explorar como a de explicar” (Creswell, 2007, p. 211) pelo que, o uso de métodos qualitativos e quantitativos configurou-se, no nosso entender, na forma mais adequada para a concretização desta investigação.

O desenho de pesquisa, enquanto um plano lógico criado pelo investigador com vista a responder validamente às questões e objetivos de investigação colocados (Fortin, 2009), foi concretizado a partir da interrelação destas 3 forças motrizes (figura 3.2), refletindo-se, numa lógica sequencial, os pontos de convergência da(s) expressão (ões) da intervenção social (culturalmente competente) do Serviço Social com imigrantes na RAM:

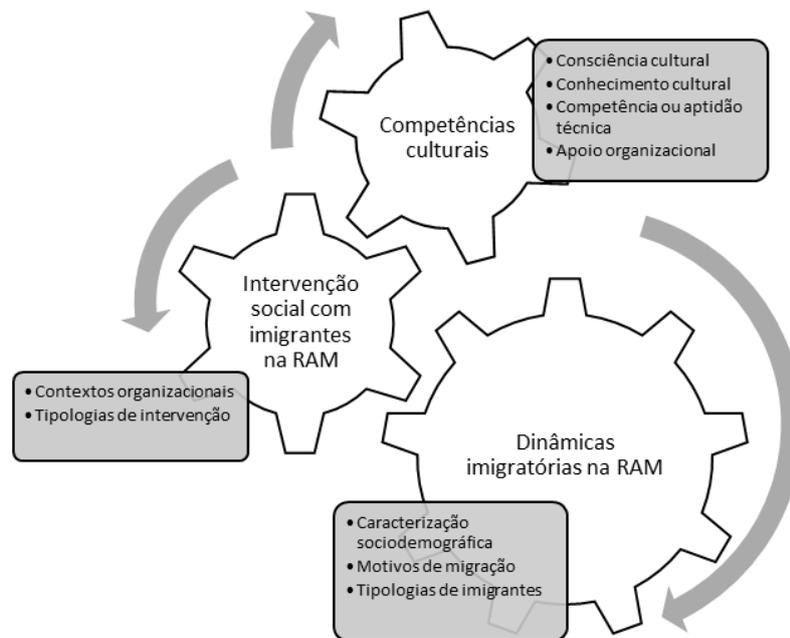


Figura 3.2 - Desenho de investigação.
Fonte: construção própria

Partindo do entroncamento destas 3 forças motrizes (figura 3.2), confirma-se a adequabilidade com o tema desta investigação, nomeadamente, os *processos migratórios na RAM e as suas dinâmicas ao nível da intervenção social [culturalmente competente] do Serviço Social*, o que, por sua vez, permitiu problematizar:

- *Que dinâmicas (i)migratórias temos na RAM?*
- *Que contextos organizacionais existem e como se expressa a intervenção social com imigrantes, na RAM?*
- *Relativamente ao Serviço Social, que formas [metodologias, modelos, métodos e técnicas] de intervenção social são utilizadas, quando em presença de imigrantes?*
- *Como podemos considerar a intervenção social com imigrantes, ao nível das competências culturais? Podemos afirmar que a intervenção social do Serviço Social, na RAM é culturalmente competente?*

- *Teremos diferentes percepções de níveis de competências culturais, de acordo com as diferentes profissões de ajuda participantes no estudo?*

A formulação do problema (quadro 3.1) foi sofrendo assim alterações de ajustamento no sentido de *explorar, conhecer, analisar e compreender a intervenção social culturalmente competente com imigrantes, desenvolvida por profissionais de ajuda, na RAM*. Partindo deste objetivo geral, pretendeu-se:

1. Identificar, analisar e caracterizar as dinâmicas imigratórias na RAM;
2. Identificar e caracterizar contextos organizacionais que desenvolvem intervenção social com imigrantes, na RAM, bem como as *formas* de intervenção desenvolvidas;
3. Conhecer e analisar a percepção das competências culturais dos assistentes sociais que trabalham com imigrantes, na RAM;
4. Analisar a relação entre a percepção das competências culturais dos assistentes sociais que trabalham com imigrantes, na RAM, e os diferentes contextos organizacionais;
5. Aferir a necessidade de literacia e/ou apoio organizacional para o constructo de competências culturais dos assistentes sociais que intervêm com imigrantes, na RAM;
6. Verificar diferenças e/ou similitudes percecionadas pelos assistentes sociais e outros profissionais de ajuda no âmbito da intervenção social culturalmente competente, desenvolvida, na RAM.

Que poderão ser incorporados em 2 principais eixos de análise: eixo 1 - dinâmicas imigratórias na RAM e, eixo 2 - intervenção social culturalmente competente com imigrantes na RAM:

Quadro 3.1 - Formulação do problema em análise.

DINÂMICAS IMIGRATÓRIAS NA RAM E INTERVENÇÃO SOCIAL DO SERVIÇO SOCIAL	
Eixo 1 DINÂMICAS IMIGRATÓRIAS NA RAM	Identificar, analisar e caracterizar as dinâmicas imigratórias na RAM

<p>Eixo 2</p> <p>INTERVENÇÃO SOCIAL CULTURALMENTE COMPETENTE COM IMIGRANTES NA RAM</p>	<p>Identificar e caracterizar contextos organizacionais que desenvolvem intervenção social com imigrantes, na RAM, bem como as formas de intervenção social desenvolvidas</p> <p>Conhecer e analisar a percepção das competências culturais dos assistentes sociais que trabalham com imigrantes, na RAM</p> <p>Analisar a relação entre a percepção das competências culturais dos assistentes sociais que trabalham com imigrantes, na RAM e os diferentes contextos organizacionais</p> <p>Aferir a necessidade de literacia e/ou apoio organizacional para o constructo de competências culturais dos assistentes sociais que intervêm com imigrantes, na RAM</p> <p>Verificar diferenças e/ou similitudes percecionadas pelos assistentes sociais e outros profissionais de ajuda no âmbito da intervenção social com imigrantes, na RAM</p>
---	---

Fonte: construção própria

Atendendo aos objetivos traçados, ao desenho de pesquisa e à própria temporalidade da investigação, o carácter exploratório permitiu-nos:

- a. Conhecer as dinâmicas imigratórias na RAM, principalmente, a partir do ano 2000, considerando-se a cartografia dos imigrantes - características sociodemográficas, tipologia de migrantes e motivos de migração.
- b. Conhecer contextos organizacionais e tipologias de intervenção com imigrantes, na RAM.
- c. Explorar, pela primeira vez na RAM, a percepção da intervenção social culturalmente competente dos assistentes sociais e,
- d. Comparar o nível de percepção das competências culturais entre os assistentes sociais e outros profissionais de ajuda que desenvolvem intervenção social com imigrantes, na Região.

3.1. Processo metodológico: a escolha do método

Não sendo objetivo considerar esta investigação enquanto um processo desenvolvido por etapas estanques, a verdade é que as suas particularidades nos obrigam a considerar 3 momentos que deverão ser analisados de forma sequencial: I, II e III momentos.

I Momento

O primeiro momento de investigação, numa fase inicial do processo, teve como principais objetivos (1) conhecer as dinâmicas imigratórias na RAM de forma a compreender as vias ou trajetórias de integração, de acordo com o conhecimento da (2) intervenção social do Serviço Social com imigrantes, desde a sua chegada à Região.

Em termos temporais, este primeiro momento durou entre os anos de 2015 e de 2016 (tendo sido atualizado em 2023), tendo a investigadora sentido grandes dificuldades pela escassa informação sobre as dinâmicas imigratórias na Região.

Da mesma forma, a temática da intervenção social com imigrantes na RAM era também desconhecida, sendo que, quando em contacto informal com assistentes sociais de diferentes entidades regionais e quando questionadas sobre a intervenção social desenvolvida com imigrantes na RAM, a sua maioria afirmava não ter tido essa experiência.

Deste modo, o desconhecimento do objeto de investigação encaminhou a investigadora a optar, nesse primeiro momento, por uma investigação de âmbito qualitativo e exploratório, com aplicação de entrevistas de especialistas a informadores privilegiados que, pelas funções e competências que detinham nos cargos que desempenhavam ou nos estudos que desenvolveram com a população migrante, conheciam, de forma privilegiada, esta realidade na RAM.

Aqui, o período de referência era o correspondente aos anos entre 2000 e 2010, período este que integrou, até 2008, um saldo migratório positivo na Região. A recolha de informações começou com a AIG, pelo estudo publicado e, a partir das informações e dados estatísticos recolhidos, adotou-se, da mesma forma o procedimento de “bola de neve” (Sampieri *et al*, 2007), com a indicação de outros informadores privilegiados, até atingir o momento da saturação (Guerra, 2006), nomeadamente, CEHA, ISSM, IP-RAM, CCMM, CLAII e APF.

A investigadora começou então por entrevistar informadores privilegiados, (1) apropriando-se de elementos que pudessem construir uma caracterização sociodemográfica da população imigrante na RAM e suas possíveis trajetórias ao longo do tempo, assim como, (2) ao nível da intervenção social do Serviço Social propriamente dita, conhecer e analisar o campo das (potenciais) práticas profissionais com imigrantes de forma a compreender a configuração da intervenção social, nomeadamente, com a criação de um “modus operandi” do Serviço Social e a sua orientação ao nível das perspetivas do Serviço Social³⁵, da metodologia, técnicas e competências profissionais.

³⁵ Terapêutica, de manutenção ou emancipatória (Dominelli, 2002); orientação autonomista-promocional ou orientação assistencialista-prestacional (Megías, 2004); orientação curativa, paliativa ou promocional (Mouro, 2009).

No ano de 2016, deu-se a interrupção do processo investigativo, processo este que foi retomado em 2017 e que se configurou no início do II Momento de investigação.

II Momento

Mantendo-se as dimensões de análise do estudo (1) dinâmicas imigratórias na RAM e (2) intervenção social com imigrantes na RAM, este segundo momento debruçou-se, essencialmente, na última dimensão, novamente com o procedimento “bola de neve” para a aplicação das entrevistas semi-estruturadas a especialistas, pois, embora em 2017, na RAM mantinha-se uma ausência de instituições orientadas, especificamente, para o apoio e acompanhamento da população imigrante.

A recolha de informações começou assim com o ISSM, IP-RAM, enquanto entidade regional com funções de coordenação, fiscalização, acompanhamento e suporte financeiro das organizações de apoio social, focalizando os contextos de prática e as intervenções desenvolvidas, especificamente, com imigrantes, de forma a (des)construir contextos organizacionais passíveis de integrar o estudo.

Paralelamente, considerou-se o contacto às Associações Locais de Imigrantes da RAM. Das seis que se encontravam na página oficial do CCMM³⁶: Associação Cultural e Recreativa dos Africanos na Madeira - ACRAM; Casa de Angola da Madeira; Subdelegação da Madeira da Associação dos Ucrânios de Portugal; Associação União da Diáspora; Núcleo de Trabalho dos DOINA e Associação Islâmica da Madeira, apenas duas delas mantinham algum tipo de atividade: a ACRAM e a Casa de Angola, com os encontros interculturais que se realizavam (e ainda hoje se realizam) no Jardim Municipal do Funchal, durante 2 dias do mês de dezembro. No entanto, nunca foi possível concretizar as entrevistas com os mesmos.

Como forma de contornar a situação, realizou-se nova entrevista ao CLAII, visto o trabalho de intermediação que esta entidade desenvolvia, quer com as associações de imigrantes, quer com os próprios imigrantes e os respetivos países de origem. Considerando a informação coincidente no sentido de considerar a freguesia de São Martinho como campo de estudo, a investigadora optou por realizar 2 entrevistas a assistentes sociais cujo âmbito de atuação incluía imigrantes residentes na referida Freguesia, tendo estas profissionais adquirido o estatuto de especialistas, nomeadamente, a (1) assistente social da junta de freguesia de São Martinho, autarquia local cuja proximidade com a população torna o conhecimento da realidade

³⁶ Disponível em <http://ccmm.madeira.gov.pt/index.php/deportados-2/movimento-associativo-das-comunidades-imigrantes-na-r-a-m>, a 7 de março de 2017.

privilegiado e a (2) assistente social que desenvolvia funções na APF, associação esta que, embora não estando sediada em São Martinho, integrava vários sujeitos de intervenção ali residentes.

Com todas as informações recolhidas a investigadora foi orientada para um possível campo de investigação, localizado em São Martinho, em duas valências pertencentes ao ISSM, IP-RAM³⁷, consubstanciando-se este momento na concretização de dois *focus group*: um na valência dos regimes e outro na valência de centro comunitário, tendo-se mantido o carácter exploratório da investigação.

No ano seguinte, finais de 2018, deu-se nova interrupção do processo investigativo, tendo-se concretizado, em 2022, a última retoma da investigação, que culminou no III e último momento desta tese.

III Momento

Este último momento da tese teve em consideração todas as (1) transformações verificadas no contexto regional, de forma particular, no âmbito das migrações, (2) a análise de conteúdo às entrevistas do I e II momentos e, (3) a análise ao *focus group* previamente realizado cujo destaque dos debates foi dado, pelas próprias participantes, às competências culturais dos assistentes sociais (e todos os profissionais de ajuda) que trabalham com imigrantes, na RAM.

Ao longo do processo investigativo deste III momento, verificaram-se características que permitiram aprofundar então a dimensão das competências culturais dos assistentes sociais que desenvolvem intervenção social com imigrantes, na RAM:

- A RAM passa a conhecer uma nova realidade imigratória com novas entradas de imigrantes e, inclusive, um saldo migratório positivo desde 2016, com particular destaque para a entrada de Venezuelanos, realidade que começou a ser sentida e destacada pelos órgãos de comunicação social a partir de 2017³⁸.
- Ao nível dos contextos organizacionais, criaram-se, pela primeira vez, respostas de apoio específicas para a população imigrante;

³⁷ Valência dos regimes e valência comunitária. Se por um lado, a intervenção desenvolvida é mais individual e focada nos atendimentos em gabinete com o objetivo principal de verificar a elegibilidade para apoios materiais e possíveis encaminhamentos, por outro, no centro comunitário, a intervenção tem um papel mais informativo e de promoção social.

³⁸ Anexo IV - Regresso dos Venezuelanos na RAM e seus impactos nos órgãos de comunicação social (2017).

- Verificou-se a reativação de várias associações de imigrantes, com um total de 9 reativadas ou criadas³⁹,
- Dos 11 Municípios da Região, a maioria já teve a experiência de intervenções sociais com imigrantes;
- Existe um questionário validado para a população portuguesa sobre a perceção dos profissionais sobre os seus níveis de competências culturais - Questionário de Avaliação de Competências Culturais para profissionais de ajuda (QCC-PA),

A investigadora orientou-se, neste momento, por uma metodologia quantitativa, de carácter exploratório (sendo este o primeiro estudo do género aplicado na RAM), com a aplicação do QCC-PA aos profissionais de ajuda que desenvolvem atividade nas entidades que atuam ao nível da ação social, habitação e emprego, na RAM, quer sejam de âmbito público ou privado, num total de 102 instituições.

Deste modo, e considerando a panorâmica geral da metodologia plural adotada, pode-se confirmar que, o método adotado ao longo de todo o processo de investigação foi o da estratégia sequenciada quali-quantitativa (Creswell, 2007), um método misto onde, primeiramente, foram explorados, qualitativamente, as dimensões relativas às dinâmicas imigratórias na RAM e às próprias especificidades da intervenção social desenvolvida com imigrantes, em São Martinho e, posteriormente, foi explorada e expandida, quantitativamente, a dimensão relativa às competências culturais dos profissionais de ajuda, especificamente, dos assistentes sociais que intervêm junto da população imigrante (Idem). Ou seja, transpondo a estratégia sequenciada para os momentos desta investigação temos que (figura 3.3):

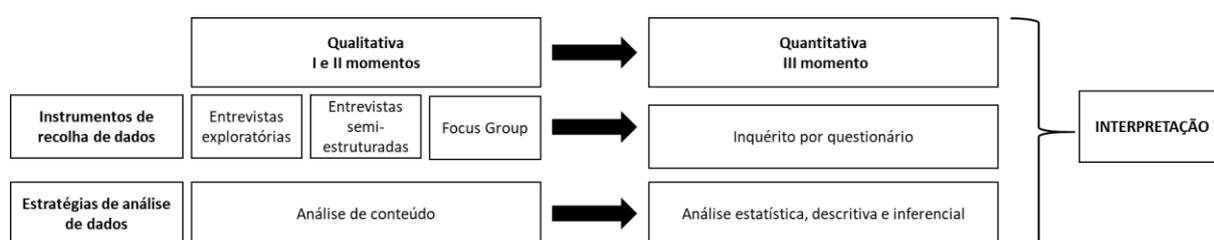


Figura 3.3 - Método exploratório sequencial da investigação
Fonte: construção própria

³⁹ Associação Cultural e Recreativa dos Africanos na Madeira (ACRAM), Casa da Angola na Madeira, Arco Angolano, Onda Russa, Associação Cultural e Formação Russa de “Pushkin”, VENECOM, VENEXUS, Associação Luso Sul-Africana de Portugal (ALSAP) e Associação Diáspora pelo Mundo, informação disponível em: <https://cmm.madeira.gov.pt/index.php/deportados-2/associacoes-de-imigrantes-na-r-a-m>, consultado a 15.05.2022, às 17:41.

3.1.1. Campo empírico de investigação

A Região Autónoma da Madeira ou Arquipélago da Madeira é composto por quatro Ilhas sendo apenas duas delas habitáveis: a Ilha da Madeira e a Ilha do Porto Santo, com cerca de duzentos e cinquenta mil habitantes. Para além destas, temos as Ilha das Desertas e as Ilhas das Selvagens, importantes reservas naturais que integram parte do Património Natural da Macaronésia existente na Região.

Das duas ilhas habitadas, Madeira e Porto Santo, a orografia condiciona a distribuição populacional pressionando algumas das zonas costeiras, como é o caso do Funchal, capital da Região e a sexta região mais populosa do País, embora os cerca de 250 mil habitantes num universo aproximado a 10 milhões. Segue-se Santa Cruz e Câmara de Lobos, num total de 11 municípios e 54 freguesias.

Em termos de atividades económicas, destacam-se o turismo e as obras públicas, cujos serviços diretos e indiretos são responsáveis por grande parte da empregabilidade regional, para além da própria administração pública que absorve a maior fatia de empregados da Região. No entanto, a taxa de desemprego na RAM é sempre superior à média nacional, incluindo o desemprego jovem e de longa duração, facto que condiciona a própria integração social dos residentes, incluindo imigrantes, visto o emprego ser ainda o principal elemento de integração social o que acaba, muitas vezes, por conduzir à decisão de emigrar.

Para além da maior taxa de desemprego, muito associada à monocultura da atividade económica e, portanto, à existência de menores oportunidades de emprego, a RAM tem a maior taxa de risco de pobreza e de exclusão social do país, com mais de 28% da população nesta situação (DREM, 2022), mesmo após as transferências sociais existentes. Esta maior vulnerabilidade da população é sentida, de forma acrescida, nas famílias monoparentais, idosos e crianças, situação que não exceciona os imigrantes, pelo contrário. Por este facto, vários têm sido os apoios emergenciais criados, principalmente com o COVID-19 e que se têm mantido, para o apoio às famílias e às empresas, quer pelo Governo Regional da Madeira⁴⁰, quer pelas câmaras municipais e juntas de freguesia.

Os custos associados à vida numa ultraperiferia⁴¹, aumentam o curto de vida da população

⁴⁰ Medidas criadas pelo Governo Regional da Madeira no âmbito do Apoio ao Covid-19, disponível em: <https://www.madeira.gov.pt/Covid19/PrincipaisMedidasdeApoioRegional>

⁴¹“Parte do território de alguns Estados-Membros da UE situa-se em zonas do mundo distantes da Europa. Essas regiões, conhecidas como regiões ultraperiféricas (RUP), veem-se confrontadas com uma série de dificuldades relacionadas com as suas características geográficas, nomeadamente, o afastamento, a insularidade, a pequena dimensão, a topografia difícil e o clima. A economia destas

residente. A este facto, na RAM, a única forma de entrar e sair passageiros é através do transporte aéreo que apresenta sempre elevados custos, não existindo uma alternativa como, por exemplo, transporte marítimo. Esta situação criar, por si só, uma limitação aos imigrantes, tornando-se a RAM uma zona menos atrativa para esta população.

Considerando a diferente distribuição territorial da população na Região, com maior pressão nas zonas urbanas onde existem melhores condições de acessibilidades, transportes, serviços e maiores oportunidades de emprego, é natural que a fixação dos imigrantes, mesmo que temporária, acompanhe a própria fixação dos residentes (Dantas, 2011; DREM, 2022).

Para a concretização da investigação torna-se fundamental especificar os espaços de investigação considerados, aqui enquanto *instituições*.

No I e II Momentos, foram consideradas 5 instituições:

- 3 públicas - o Centro das Comunidades Madeirenses e Migrações que integra a valência do CLAII – Centro Local de Apoio à Integração do Imigrante; o Centro de Estudos e História do Atlântico, o Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM;
- 2 do terceiro setor: a Associação Insular de Geografia e a Associação Presença Feminina.

No III Momento, foram consideradas 6 instituições distribuídas por entidades governamentais e entidades não governamentais que incluíram as IPSS e os Municípios da RAM:

- 4 governamentais- o ISSM, IP-RAM, o IEM, IP-RAM, o IHM, EPERAM e o SESARAM, EPERAM;
- 2 não governamentais: IPSS e Municípios.

O Centro das Comunidades Madeirenses e Migrações surgiu com a criação, em 1977, pelo Governo Regional, do Centro do Emigrante, que mais tarde passou a designar-se Centro das Comunidades Madeirenses (CCM) sendo hoje, o Centro das Comunidades Madeirenses e Migrações (CCMM). Em 2010, criou-se o Centro Local de Apoio à Integração dos Imigrantes (CLAII), enquanto valência do CCMM que passa a fazer o acompanhamento e facilitação dos procedimentos administrativos e burocráticos junto às Embaixadas e Consulados, e em articulação estreita com o SEF, sendo assim a principal função desempenhada por esta entidade a de mediação e articulação com as várias entidades, através de encaminhamentos e parcerias.

regiões depende apenas de alguns produtos (frequentemente, produtos agrícolas ou recursos naturais). Estas características constituem um obstáculo ao seu eventual desenvolvimento futuro” (Gouardères, 2023). <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/100/regioes-ultraperifericas-rup->

O ISSM, IP-RAM detém a coordenação e gestão de todo o trabalho desenvolvido ao nível da intervenção social, no geral, e com os imigrantes, em particular, na RAM. É uma pessoa coletiva de direito público integrada na administração indireta da RAM, dotada de autonomia administrativa e financeira e património próprio. Configura-se na instituição de solidariedade e segurança social, da RAM, tendo por missão a gestão dos regimes de segurança social, a gestão da recuperação da dívida e o exercício da ação social, sendo a instituição de coordenação máxima e de fiscalização dos serviços de apoio social da RAM. Neste sentido, detém com as várias IPSSs ou equiparadas, acordos de cooperação, num sentido de parceria ao nível do apoio da população. Integra várias valências, nomeadamente, crianças e jovens; crianças e jovens em situação de perigo; deficientes; idosos; família e comunidade; toxicodependentes; doentes HIV/Sida; sem abrigo; vítimas de violência doméstica e doentes do foro psiquiátrico. Organiza-se por serviços locais de atendimento, com uma orientação mais individualizada e por serviços comunitários, quatro, em toda a RAM (informação disponibilizada no site do ISSM, IP-RAM: <http://www.seg-social.pt/quem-somos4#>).

A APF é uma IPSS de apoio a mulheres vítimas de violência doméstica, desenvolvendo vários projetos ao nível do apoio social, quer de emergência, quer de urgência, gerindo uma Casa de Abrigo da Região, apoio psicológico e apoio jurídico. Esta associação tornou-se referência para este estudo devido à coordenadora ter sido membro da ACRAM, quando esta mantinha atividade mantendo, por isso, um conhecimento de proximidade às questões das migrações. Além deste facto, todos os restantes informadores privilegiados referenciaram esta associação enquanto núcleo de informação privilegiada.

A AIG foi a entidade que fez o único estudo existente na R.A.M. ao nível da comunidade imigrante e que, por isso, manteve um contacto direto com as realidades imigratórias aquando da aplicação dos inquéritos.

O CEHA é um centro de estudos, integrado na Secretaria Regional que tutela o CCMM e tem desenvolvido a sua atividade ao nível da investigação sobre as questões relacionadas com a emigração madeirense (diáspora madeirense), tendo já publicações realizadas nesta matéria. Além deste facto, o CEHA manteve contacto com a ACRAM com quem efetivou parcerias no sentido de disponibilizar o espaço para a realização de exposições e conferências subordinadas aos temas das migrações.

O IHM, EPERAM não deu qualquer resposta, mesmo após a insistência da investigadora, via telefone. Quanto ao SESARAM, EPERAM, a investigadora foi contactada para prestar mais esclarecimentos à comissão de ética tendo, inclusivamente, sido enviado um parecer do

orientador⁴² no sentido de assegurar o total cumprimento dos requisitos legais em vigor sobre a proteção de dados pessoais, de acordo com o RGPD após o qual foi deferido o pedido da investigadora sob a condição de que houvesse acompanhamento por parte do serviço social dos Serviços de Saúde da RAM. Neste sentido, a investigadora foi contactada pela coordenadora do serviço social do SESARAM, EPERAM que informou da total disponibilidade em colaborar no estudo, motivo pelo qual foi prorrogado o prazo de participação até janeiro de 2023, perfazendo assim um total de 3 meses para responder ao inquérito. No entanto, aquando da análise dos dados, verificou-se que não houve qualquer resposta desta entidade, pelo que a investigadora não considerou o total destes profissionais no âmbito da população do estudo.

O IEM, IP-RAM tem por missão a coordenação e execução da política de emprego da RAM, promovendo a criação e a qualidade do emprego e combatendo o desemprego, através da implementação de medidas ativas e de ações de promoção do emprego. Este instituto encontra-se sob a tutela da Secretaria Regional da Inclusão Social e Cidadania onde, para além da promoção, elaboração e execução das políticas de emprego, tem competências de gestão das verbas do Fundo Social Europeu atribuídos à Região e que estejam destinadas às áreas de emprego e coesão social.

As autarquias locais, onde se incluem os Municípios, com o novo regime jurídico definido pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão mais atualizada, assumem novas funções e competências, nomeadamente ao nível da educação, saúde, ação social e habitação, sendo estas últimas as que mais diretamente se relacionam na relação de ajuda entre os intervenores sociais e os cidadãos. Importa ressaltar que a intervenção social ao nível de uma autarquia prende-se tem na base aquilo que são as decisões políticas dos executivos camarários e os regulamentos municipais devidamente criados e publicados para o efeito.

3.1.2. Universo e amostra

A construção da amostra foi dinâmica, flexível e sequencial, num processo de investigativo exploratório, de acordo com os diferentes momentos de investigação.

As entrevistas foram aplicadas através de uma (1) amostragem não-probabilística por conveniência (Guerra, 2006), por questões de acessibilidade e pragmatismo no acesso à população (Hill & Hill, 2008; Fortin, 2009; Ribeiro, 2010), não esquecendo o total desconhecimento e a falta de sistematização da matéria em estudo. O universo do estudo para os I e II momento de investigação incluíram especialistas, investigadores, profissionais e/ou

⁴² Ver anexo I.

decisores políticos na área das migrações, na RAM, desconstruindo-se a amostra em:

- I momento: total de 6 entrevistas a 1 especialista, 2 investigador e 3 profissionais e/ou decisores que, pelas funções que desempenhavam, tinham conhecimento privilegiado no âmbito das migrações, na RAM.
- Na retoma (II momento), iniciou-se, novamente, com 4 entrevistas a profissionais e/ou decisores, considerando que se manteve a inexistência de contextos organizacionais orientados especificamente para a intervenção com os imigrantes e que não houve nova produção científica sobre as migrações na Região.

Já o III momento, primeiramente, é importante considerar o eixo de estudo assim como os objetivos que orientaram este momento da investigação, ressaltando-se que estamos perante uma pesquisa de carácter exploratório. Desta feita, a amostra deverá considerar os assistentes sociais e outros profissionais que desenvolvem intervenção social com imigrantes na RAM, nomeadamente, psicólogos, educadores sociais, sociólogos e licenciados em política social, com o intuito de analisar o nível de competências culturais percebidos pelos mesmos, no seu quotidiano profissional. Não podemos esquecer que não existem instituições específicas de acolhimento e intervenção com imigrantes na Região ao nível do apoio social, pelo que foram consideradas todas as instituições que prestam apoio social na RAM.

Pelas características metodológicas que assumiu este III momento, equacionou-se entre a (1) amostragem aleatória simples, orientada pelos profissionais, ou a (2) amostragem probabilística por conglomerados (clusters), orientada pelas instituições, sendo certo que, ambos os casos poderiam levantar fragilidades.

Com a amostragem aleatória simples, todos os profissionais (universo) teriam idêntica probabilidade de serem selecionados para responder ao inquérito por questionário. Contudo, a grande fragilidade colocar-se-ia no caso do retorno de respostas ser um número muito baixo, não atingindo o mínimo necessário para tornar a amostra representativa. Nesta investigação onde temos um universo de 198 profissionais, distribuídos por cento e cinquenta entidades do ISSM, IP-RAM e Economia Social; trinta e um nos Municípios e dezassete no IEM, IP-RAM, teríamos de obter cerca de 131 respostas para diminuir a margem de erro (para uma população de 198, um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 0,5%).

A amostragem por conglomerados (clusters) implicaria considerar o conjunto de serviços adstritos às instituições que desenvolvem intervenção social na RAM, nomeadamente: 37 serviços do ISSM, IP-RAM; 52 serviços de economia social; 10 autarquias locais e 1 serviço do IEM, IP-RAM, num total de 100 serviços/clusters. Aqui, as fragilidades que se colocaram foram: (a) em duas entidades, o universo é inferior à amostra, nomeadamente, IEM, IP-RAM

(um cluster) com dezassete profissionais e Municípios (dez clusters) com trinta e um profissionais. Esta situação exclui, automaticamente, estes dois grupos da análise em questão; (2) pela organização da Secretaria Regional da Inclusão e Cidadania, o número de profissionais afetos ao cluster ISSM, IP-RAM e os profissionais afetos ao cluster “economia social” são contabilizados na sua globalidade. Assim sendo, temos, para estes 2 clusters, um total de 150 profissionais, dos quais: 98 assistentes sociais, 19 psicólogos, 7 sociólogos, 3 licenciados em política social e 23 educadores sociais. Esta situação não permite analisar o perfil da amostra, por exemplo, se formos a considerar aquilo que é o objetivo de pesquisa (nível de competência cultural percebida pelos profissionais) com a população de cada cluster, nomeadamente, se integram uma entidade pública (ISSM, IP-RAM) ou uma entidade privada (economia social). Por fim, quando trabalhamos a amostragem por clusters, estes deverão apresentar características similares, facto que não acontece com os clusters deste estudo. Por exemplo, os serviços do ISSM, IP-RAM integram desde serviços desenvolvidos na comunidade (como centros comunitários), serviços de apoio domiciliário, serviços de acolhimento de crianças e jovens, serviços de apoio à população idosa (como os centros de dia), e serviços de regimes (ação social); os serviços de economia social integram serviços que vão desde o apoio à infância e juventude, passando por apoio emergencial ao nível de cabazes alimentares, serviços de paróquia, serviços de comunidade e de apoio aos idosos; os serviços do IEM, IP-RAM cingem-se às questões do emprego e formação e, os Municípios, abarcam, tal como os primeiros, um leque de apoios sociais que passam por serviços diferenciados desde a habitação, ação social, educação e comunidade. Significa isto que, mais do que similitudes, os possíveis clusters a se constituir apresentariam diferenças, não se cumprindo uma das características para a constituição de clusters.

Considerando as opções supramencionadas, optou-se por uma amostragem aleatória simples, embora, após a aplicação dos inquéritos por questionário, o risco associado ao baixo número de respostas tenha-se vindo a comprovar: oitenta e quatro (84) respostas, dos quais, setenta e sete (77) válidas. Verifica-se efetivamente, um erro amostral elevado (8.846%), confirmando-se a fragilidade que tinha sido identificada inicialmente. Os dados não apresentam significância estatística, contudo, dado o carácter exploratório desta tese e a ausência de qualquer estudo semelhante na RAM, entende-se que a análise, tratamento e discussão dos dados permitirão dar início a uma discussão e reflexão que tem já tradição em países com histórico migratório, mas que ainda é inexistente na RAM, nomeadamente, a compreensão da intervenção social culturalmente competente. Este III momento da tese e, de forma particular, a aplicação do inquérito por questionário QCC-PA, configura-se num estudo pioneiro e

diferenciado, quer pelo tema em análise, quer pela abrangência regional (embora sem representatividade, o envio do inquérito foi efetivado, geograficamente, a toda a Região).

O dinamismo inerente a todo o processo investigativo permite-nos assim sumariar a construção da amostra de forma sequencial, tal como se segue (figura 3.4):

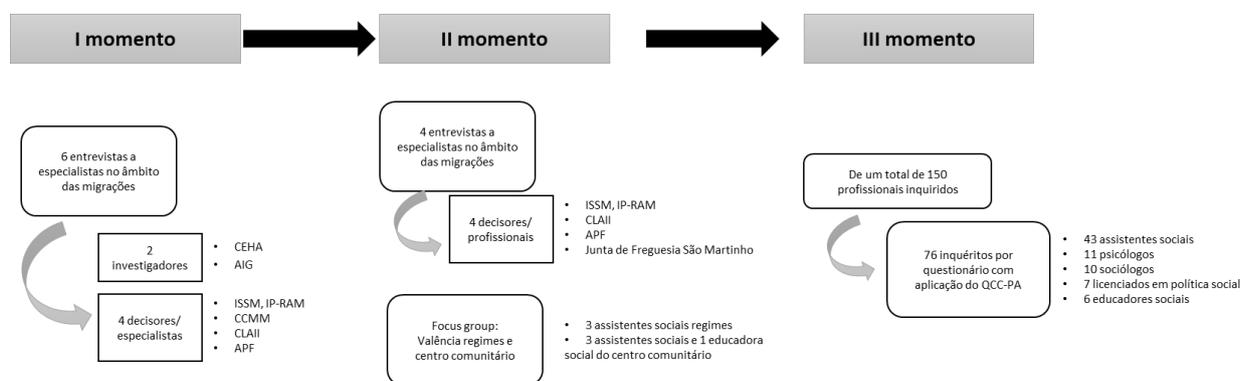


Figura 3.4 - Universo e amostra da investigação
Fonte: construção própria

3.1.3. Questões éticas e proteção de dados

A recolha dos dados foi antecedida por um conjunto de procedimentos necessários ao desenvolvimento de qualquer investigação, regida por princípios e normas de conduta ética e proteção geral de dados, enquadradas pelo regulamento geral de proteção de dados, pela política de proteção de dados do Iscte e pelo código de ética na investigação do Iscte. Deste modo:

- Foram enviados os pedidos de autorização para a realização das entrevistas, com os respetivos guiões, a todos os especialistas e informadores privilegiados (anexo II⁴³) de entidades de investigação no âmbito das migrações e de intervenção com imigrantes, na RAM.
- Foram enviados os pedidos de autorização para a realização do *focus group* (anexo III⁴⁴).
- Obtidas as devidas autorizações para a realização do estudo e a sua formalização no I e II momentos, foram realizadas reuniões presenciais com um representante legal de cada uma das entidades ou com uma pessoa por ele(a) delegado(a), com o objetivo de planear, com mais detalhe, a recolha de dados propriamente dita. Nessas reuniões, foram explicados o tema e os objetivos científicos/finalidade da investigação, o tipo de

⁴³ Modelos dos pedidos de autorização e guiões das entrevistas no I e II momentos.

⁴⁴ Modelos dos pedidos de autorização e dos guiões dos focus group.

colaboração pretendida, a população-alvo, a técnica de recolha de dados a utilizar, o procedimento a adotar em toda a fase de recolha de dados bem como o período temporal em que iria decorrer a mesma.

- Aquando da realização das entrevistas e dos focus group foram entregues os respetivos consentimentos informados (anexo IV⁴⁵) com os objetivos da investigação, ressalvando a participação livre e voluntária, cujos resultados obtidos seriam tratados, apenas para utilização académico e científica. O tratamento dos dados foi feito com recurso à criação de um código e os consentimentos informados, embora apenas com assinados com uma rubrica, serão guardados num disco rígido externo período temporal legal, a partir do qual serão destruídos.
- À aplicação do inquérito por questionário, precedeu o pedido de autorização, por correio eletrónico, para aplicação da escala QCC-PA aos autores que a traduziram e validaram para a população portuguesa (anexo V⁴⁶), pedido aceite e devidamente integrado no inquérito.
- Pedidos de autorização, por correio eletrónico (e-mail), às entidades, governamentais e não governamentais que desempenham funções de ajuda no âmbito da intervenção social, para a aplicação do inquérito por questionário com a inclusão do QCC-PA (anexo VI⁴⁷) através da plataforma GoogleDrive. Estava explícito aos participantes os principais objetivos da investigação, a composição do inquérito (em partes), os destinatários, o tempo estimado de resposta e o prazo limite para o respetivo preenchimento. Seguiu-se a declaração de consentimento informado, assegurando as questões éticas e deontológicas legalmente previstas da seguinte forma: *A participação no estudo é estritamente voluntária: pode escolher livremente participar ou não participar. Se tiver escolhido participar, pode interromper a participação em qualquer momento sem ter de prestar qualquer justificação. Para além de voluntária, a participação é também anónima e confidencial. Os dados obtidos destinam-se apenas a tratamento estatístico e nenhuma resposta será analisada ou reportada individualmente. Em nenhum momento do estudo precisa de se identificar. Ao prosseguir com a participação no estudo, os inquiridos declararam compreender e aceitar todas as condições apresentadas.*

⁴⁵ Consentimentos informados.

⁴⁶ Pedidos de autorização para a aplicação da escala QCC-PA.

⁴⁷ Modelo dos pedidos de autorização às entidades que desempenham funções de ajuda no âmbito da intervenção social e lista de entidades.

- De forma a clarificar e esclarecer qualquer dúvida, foi enviado a todos os participantes desta pesquisa o contacto da investigadora (e-mail e telemóvel).

3.1.4. Técnicas e instrumentos de recolha de dados

A realização das entrevistas decorreu, no I Momento, entre 2014 e 2015 e, no II Momento, em 2017/2018, tendo sido informado previamente, os objetivos de investigação através do contacto presencial e enviado o guião das entrevistas semiestruturadas de especialistas e o consentimento informado. Da mesma forma, para a realização do *focus group* concretizado em 2017/2018, a mesma metodologia foi adotada de forma a que os especialistas e as profissionais estivessem devidamente informados sobre a investigação. Tanto as entrevistas como o *focus group* foram feitos com gravação áudio, tendo a investigadora antes de dar início, confirmado, oralmente, os propósitos da investigação, o carácter voluntário da participação, o anonimato e a confidencialidade dos dados, assim como a apropriação do estudo e a liberdade de desistência a qualquer momento, sem que esse facto constituísse algum tipo de prejuízo pessoal (Fortin, 2009; Ribeiro, 2010). Inclusive, a investigadora informou que todas as participações seriam transcritas e entregues, pessoalmente em papel, a cada um dos entrevistados e participantes e, caso houvesse alguma informação discordante ou, até, se houvesse intenção de desistência, a opção seria acolhida e respeitada.

No que concerne aos questionários⁴⁸, o seu envio foi concretizado através do programa, online google forms e remetido por correio eletrónico. Foi também disponibilizado, no próprio questionário, o contacto da investigadora no sentido de garantir: I) o esclarecimento de dúvidas; II) o correto preenchimento dos mesmos e III) o cumprimento dos princípios éticos. O link para o questionário incluía um breve resumo dos objetivos de investigação, e, no que concerne ao Consentimento Informado, este era parte integrante do próprio questionário. Novamente, foi assegurado o carácter voluntário da participação, o anonimato e a confidencialidade dos dados, assim como a apropriação do estudo e a liberdade de desistência a qualquer momento. A recolha decorreu entre os dias 8 de outubro e 31 de janeiro de 2023.

3.1.4.1. Das técnicas de recolha de dados

É importante ter presente o carácter exploratório transversal à investigação onde os entrevistados tornaram-se os “peritos” (Flick, 2002) do conhecimento, quer sobre as dinâmicas migratórias

⁴⁸ Anexo VII – Inquéritos por questionário aplicados no estudo.

na RAM, quer sobre a própria intervenção social com imigrantes, tendo sido construído um guião de entrevista⁴⁹ que privilegiou quatro pontos principais:

1. Caracterização da instituição;
2. Intervenção/investigação desenvolvida;
3. Tipologia da população apoiada/em estudo e,
4. Projetos desenvolvidos ou em desenvolvimento com a população imigrante e metodologia de intervenção.

A recolha de informações, foi efetuada presencialmente. Estas entrevistas tiveram uma duração aproximada de 1 hora e 30 minutos tendo sido privilegiado o contacto com os diretores de serviço e/ou presidentes das associações. Pela dinâmica da própria estratégia adotada e considerando o processo relacional de comunicação que se cria em qualquer entrevista, verificou-se a participação da investigadora no processo e a influência mútua entre investigadora-entrevistado (forma consciente ou inconsciente) (Olabuénaga, 2003) e que resultou na introdução de novos elementos interrogativos, de acordo com o entrevistado. Foram então aplicadas um total, para o I e II momento, de 8 entrevistas semi-estruturadas a especialistas com estatuto de “perito” (Flick, 2002) sobre as dinâmicas migratórias na RAM. Esta expertise dos especialistas (Gubrium & Holstein, 2002 in Boeije, 2010, p. 63) permitiu adotar o procedimento de “bola de neve” no encaminhamento da própria recolha de informações, ao longo do processo, procedimento este que se manteve ao longo da recolha de dados. Após as entrevistas, considera-se ter atingido-se a saturação (Guerra, 2006) de possíveis especialistas a entrevistar, assim como, a consensualidade na freguesia de São Martinho enquanto principal *loco* de recolha de dados ao nível da intervenção social desenvolvida. Embora o reduzido número de entrevistas, há condições da investigação que merecem especial atenção e que, no nosso entender, justificam esta saturação, nomeadamente:

1. A especificidade e relevância do tema que, sendo altamente específico (de nicho), permitiu-nos direccionar a procura de especialistas para os mais bem informados sobre esta matéria na RAM. A elevada competência, a relevância ao nível das decisões políticas e a escassez de investigadores sobre o tema na Região permitiu-nos obter uma compreensão completa e representativa do assunto e da população-alvo.
2. A reduzida comunidade imigrante que se fez sentir na RAM, ao longo dos anos, fez com que a comunidade imigrante, no geral, fosse escassa. Deste modo, os impactos de contextos imigratórios na comunidade local, incluindo as diversas organizações

⁴⁹ Revisitar o anexo I.

governativas e não governativas, pouco ou nada foram sentidos ao longo dos anos, restringindo o acesso, o conhecimento e o próprio número de especialistas-chave que desenvolveram atividade nesta temática.

3. A qualidade e profundidade das entrevistas tendo, cada uma, durado cerca de 1h:30. Houve, assim, espaço à profundidade e abrangência das discussões, que permitiram fornecer perspectivas valiosas sobre o tema, reforçando a lógica de saturação da amostra.
4. A homogeneidade das respostas à medida que se foram concretizando as entrevistas, foram sendo uma constante, repetindo-se informações e perspectivas sobre a temática até ao momento em que não se verificou nada de novo e os especialistas indicavam pessoas que já tinham sido entrevistadas.
5. A triangulação utilizada, com a associação de diferentes técnicas de recolha de informações nomeadamente, entrevistas semi-estruturadas, análise documental e a realização do *focus group*, com informações obtidas reforçam o argumento de saturação, mesmo com um número reduzido de entrevistas.

No que ao *focus group* diz respeito, os objetivos foram os mesmos tanto na valência dos regimes como na valência de centro comunitário: compreender a intervenção social do Serviço Social desenvolvida com imigrantes, considerando os significados das profissionais, das suas perceções, dos seus sentimentos, formas de pensar e a própria reflexividade impressa nos contextos de prática com esta população-alvo. Desta forma, foi realizado um *focus group* na valência dos regimes com 3 assistentes sociais e um *focus group* na valência de centro comunitário com 3 assistentes sociais e 1 educadora social, sendo que, em todo o processo, a investigadora atuou como moderadora, promovendo o dinamismo e a participação equitativa das profissionais (Krueger, 1994). Nas duas valências, o trabalho desenvolvido com imigrantes foi escasso e a maior parte das participantes era formada em serviço social (exceto uma das participantes, formada em ciências da educação). Da mesma forma que as entrevistas, foi criado uma tipologia de guião⁵⁰ de "entrevista" que funcionou como "roteiro" ou como "guia" de todo o processo, tendo sido previamente distribuído pelas participantes permitindo-lhes refletir, e em conjunto co construir significados de análise para a investigadora.

Já considerando o último momento da investigação, adotou-se o questionário que se assume como uma das estratégias de recolha de dados mais utilizada no contexto das Ciências Sociais (Ribeiro, 2010). A investigação por questionário reúne assim um conjunto de vantagens das

⁵⁰ Revistar o anexo I.

quais se sublinham: (1) a possibilidade de recolher informação sobre uma vasta panóplia de comportamentos, atitudes e motivações relativos ao passado e ao presente dos inquiridos; (2) a obtenção de uma panorâmica rica, relativamente ao domínio a investigar; (3) o acesso a descrições comportamentais não passíveis de serem observadas pelo investigador por motivos de ordem prática e/ou deontológica (Fortin, 2009; Hill & Hill, 2008; Ribeiro, 2010).

Adotou-se o questionário anónimo, autoadministrado, que é uma técnica que congrega um conjunto de vantagens comparativamente às demais técnicas que importa referir: (1) por comparação com a entrevista, o questionário tende a gerar menos reatividade nos inquiridos, assim como menor interferência pelo investigador e (2) a uniformidade de factos a que permite aceder, decorrente da estandardização da linguagem e da entoação empregues nos itens e nas instruções dadas aos indivíduos constituem-se como fatores adicionais para a referida opção metodológica (*Idem*).

Para a elaboração do questionário tivemos presente o tratamento das informações, quer do I, quer do II momentos de investigação, cujos temas e categorias estão presentes no seguinte quadro (3.2):

Quadro 3.2 - Temas e categorias resultantes da análise de conteúdo das entrevistas e *focus group*

Temas	Categorias	Ítems
Mobilidades na RAM (emigração e imigração)	- Ciclos migratórios constituintes das mobilidades na RAM; - Imigração regional na contemporaneidade; - Trabalho enquanto principal paradigma de integração	Perfil do imigrante
Tipos e tipologias de imigrantes na RAM	- Características dos imigrantes, na RAM	
Cartografia dos imigrantes na RAM	- Grupos populacionais com maior representação; - Dispersão geográfica; - (Auto) fechamento da população imigrante - papel dos imigrantes na comunidade local; - Fechamento da sociedade madeirense (particularmente, família) - perceção dos imigrantes na sociedade madeirense.	
Intervenção social com imigrantes	- Frequência e tipo de intervenção; - Demarcação das necessidades percebidas; - Especificidades de intervenção e projetos - dificuldades; - Metodologias de intervenção - sem especificidades;	Perfil institucional Perfil do profissional Formação profissional

	- Agenda política regional no âmbito da imigração;	
Percurso (s) de integração do imigrante	- Via da regularização; - Via informal; - Via da gestão das vulnerabilidades; - Via do associativismo	
Instituições / Parcerias / Rede	- Instituições com intervenção social desenvolvida na RAM (ressalva para as que trabalham com imigrantes); - Potencialidades / falhas na rede	Supervisão profissional Formação profissional
Competências culturais (âmbito de intervenção)	Componente comportamental; Componente cognitiva; Componente afetiva; Componente organizacional (ressalva para a supervisão profissional)	QCC-PA Supervisão profissional

Fonte: construção própria

Constatamos a inexistência efetiva de dados sobre a intervenção social com imigrantes, ausências estas que foram categorizadas, constituindo-se itens que serviram de esqueleto para a totalidade do questionário. Deste modo, o (a) perfil profissional dos profissionais de ajuda, o (b) perfil institucional e o próprio (c) perfil do imigrante sujeito de intervenção, bem assim como o desconhecimento sobre a (d) formação detida pelos profissionais, no âmbito das migrações e a preocupação levantada pela ausência de (e) supervisão profissional foram consideradas, juntamente com o QCC-PA para o questionário final aplicado. O inquérito aplicado integrou, assim, 6 partes resumidas nas dimensões profissional, institucional, do imigrante e o próprio QCC-PA.

No perfil profissional e no sentido de analisar variáveis de natureza pessoal e profissional, o conjunto de questões integrou (a) sexo; (b) idade; (c) profissão; (d) grau académico máximo obtido; (e) área de atuação e (f) funções que desempenha atualmente. Inclui-se, também aqui, uma questão sobre a formação específica no âmbito das migrações (não promovida pela entidade patronal), com informação mais detalhada sobre os conteúdos da mesma.

No perfil institucional e já numa vertente organizacional, a análise incide sobre (a) a entidade onde trabalha; (b) o âmbito territorial de intervenção que, quando abrange mais do que um Município, conduz-nos a compreender as especificidades ao nível das (c) diferentes freguesias. Tendo assumido as relações interinstitucionais um papel de destaque aquando do *focus group*, seguiu-se com a integração da (d) frequência com que é utilizada diferentes formas de relação interinstitucional (telefone; e-mail; plataforma partilhada entre entidades /serviços; trabalho colaborativo; trabalho em rede e trabalho em parceria); (e) outras possíveis formas de

relações interinstitucionais e (f) aquela que é mais utilizada pelos profissionais. Da mesma forma que no perfil profissional, foi questionado se a entidade já (g) promoveu formações no âmbito das migrações e (h) informação mais detalhada sobre a mesma (quando se aplica), concluindo a secção com a questão sobre (i) se alguma vez o profissional trabalhou com imigrantes.

Na vertente organizacional, analisa-se, de forma breve, as questões relacionadas com a supervisão profissional, pelo facto de esta ter sido outra das categorias mais representadas no *focus*, sendo também um dos componentes das competências organizacionais no sentido de permitir o apoio organizacional necessário aos profissionais no desenvolvimento de uma prática culturalmente mais competente. Numa escala de Likert, de 0 (*não uso esta estratégia*) a 10 (*uso sempre esta estratégia*), colocaram-se algumas estratégias que podem ser adotadas pelos profissionais em situações de maior complexidade, no sentido de compreender a frequência de uso das mesmas, nomeadamente (a) pesquisa e articulo com diferentes entidades, no sentido de encontrar a(s) melhor(es) respostas; (b) discuto a situação com colegas de equipa, de forma informal; (c) organizo a discussão da situação em contexto de supervisão profissional e (d) encaminho a situação para os meus superiores hierárquicos da instituição. Coloca-se ainda a questão sobre a (e) importância da supervisão em contextos de intervenção social e especificidades dos (f) momentos de supervisão, quando existem.

No perfil do imigrante, secção cuja resposta apenas é dada pelos profissionais que já trabalharam com este grupo populacional, pede-se informações sobre (a) composição média do agregado familiar; (b) a frequência com que já trabalharam com as 10 nacionalidades mais representativas da RAM; (c) a indicação se existe uma outra nacionalidade com a qual trabalham mas que não integre o grupo anterior e (d) de todas, qual a mais comum. Segue-se (e) o(s) motivo(s) de intervenção, o (f) momento da vida do imigrante em que ocorre essa mesma intervenção, de acordo com o tempo de chegada à RAM; a (g) relação entre o tempo de chegada e os motivos de solicitação e a (h) forma de chegada mais comum ao serviço.

Até esta secção, o questionário inclui 33 questões de resposta fechada e 7 de resposta aberta. De todas, 11 não são de resposta obrigatória.

3.1.4.2. Questionário de Avaliação de Competências Culturais para profissionais de ajuda (QCC-PA)

A perceção dos profissionais sobre os seus níveis de competências culturais foi avaliada através da escala Cultural Competence Assessement Instrument (CCAI-UIC), na versão original, nos profissionais de reabilitação, desenvolvida pelos autores Suarez-Balcazar, *et al* (2011) e

traduzida e adaptada para a população portuguesa pelas autoras Gonçalves e Matos (2016, 2019), através da aplicação deste instrumento a 313 profissionais de ajuda, agrupados em três domínios profissionais: área social, da saúde e criminal.

O QCC-PA é um instrumento composto por 16 ítems que procura avaliar os “níveis percebidos de competência culturais dos próprios profissionais de ajuda (...), mas também o envolvimento das instituições na construção dessas competências” (Gonçalves e Matos, 2019, p. 37), tendo este sido o elemento diferenciador relativamente a outras escalas que visam medir as competências culturais dos profissionais (Suarez-Balcazar *et al*, 2011).

Deste modo, o QCC-PA mede 4 dimensões de análise subjacentes à percepção das competências culturais, que se caracterizam por (Gonçalves e Matos, 2019):

- *Consciência cultural* (apreciação e compreensão da cultura de outras pessoas, reconhecimento dos próprios preconceitos em relação a outras culturas e exame crítico em relação a posições privilegiadas na sociedade). Esta dimensão é composta por 3 ítems – ex: “Sou sensível à valorização e respeito das diferenças entre o meu contexto cultural e a herança cultural dos meus utentes”
- *Conhecimento cultural* (familiaridade com as características, história, valores, crenças e comportamentos de outras culturas). Esta dimensão é composta por 6 ítems.
- *Aptidões técnicas* (aquelas necessárias para ajustar a prática profissional de forma a atender às necessidades das populações multiculturais). Esta dimensão é composta por 3 ítems.
- *Apoio organizacional* (perceber de que forma se concretiza a implementação de práticas individuais e organizacionais que promovam a capacidade dos profissionais para intervir de forma culturalmente adequada). Esta dimensão é composta por 4 ítems.

Relativamente à interpretação dos resultados, quanto maior a pontuação obtida, maior o nível de competências culturais percebidas dos profissionais que desenvolvem intervenção social com imigrantes (Suarez-Balcazar *et al*, 2011; Gonçalves e Matos, 2019).

Esta escala revelou boas qualidades psicométricas ao nível da fiabilidade (varia entre valores de 0,70 e 0,89) e da validade de construto (no seu conjunto, permite explicar 61% da variância total), com o modelo composto por quatro fatores e um menor número de ítems, quando comparado com a composição da versão original da escala, pois apresentou propriedades psicométricas mais poderosas.

Na sua versão original, o *Cultural Competence Assessment Instrument* (CCAI-UIC) segue um modelo de estrutura tri-fatorial com as dimensões “consciência cultural/conhecimento”, “aptidões técnicas” e “apoio organizacional” (Suarez-Balazar, 2011, p. 1), com um total de 36

itens que englobam questões abertas e fechadas sobre o profissional (itens 1 ao 9), a população imigrante com a qual trabalham (itens 10 ao 12) e elementos concretos correspondentes às dimensões das competências culturais em estudo (itens 13 ao 36, num total de 24 itens em análise).

CAPÍTULO 4: Apresentação, tratamento, análise e discussão dos dados

Chegado a este momento, torna-se fundamental apresentar, tratar, interpretar e analisar as informações e os resultados obtidos, através das considerações descritas nos procedimentos acerca do tratamento de dados.

Este é um capítulo que dá continuidade à própria estrutura da tese com a sequência qualitativa, bem como com as dimensões de análise definidas tendo sido analisados, refletidos e discutidos:

- As dinâmicas imigratórias na RAM - com os resultados decorrentes da análise de conteúdo das informações recolhidas nas entrevistas a especialistas;
- Intervenção social com imigrantes na RAM - com os resultados da análise de conteúdo decorrentes do segundo momento de entrevistas a especialistas e da realização do *focus group*;
- Intervenção social [culturalmente competente] com imigrantes na RAM - com os resultados descritivos sobre os níveis de competências culturais dos profissionais de ajuda da RAM e, de forma particular, dos assistentes sociais, tendo presente seis dimensões de análise: a dimensão profissional dos inquiridos, a dimensão institucional, de formação, a supervisão profissional, o perfil dos imigrantes sujeitos da intervenção social e, por fim, as competências culturais percebidas pelos profissionais.

4. Considerações acerca do tratamento dos dados

No seguimento da recolha das informações e dos dados, ocorrida de forma sequencial através de uma metodologia qualitativa e quantitativa, respetivamente, a tese considerar um tratamento que integrou, primeiramente, uma análise compreensiva e indutiva para, numa segunda fase, integrar uma análise quantitativa descritiva, estatística e inferencial.

Se a análise documental permitiu a sustentação teórica em torno dos principais pilares desta investigação, nomeadamente, os conceitos das Migrações e Mobilidades Humanas, Intervenção Social, Serviço Social e Competências Culturais, as entrevistas de especialistas e o *focus group* permitiram o processo inverso. Foram então identificados elementos caracterizadores das dinâmicas imigratórias na RAM, assim como da própria intervenção desenvolvida com imigrantes, na RAM com o destaque para o conceito das competências culturais, enquanto especificidades sine qua non da intervenção social com imigrantes.

A análise de conteúdo, como procedimento de análise das entrevistas e do *focus group* permitiu criar categorias sem um referencial teórico prévio. Das informações obtidas no contexto de investigação, delineou-se uma codificação temática (Flik, 2002, p. 198), reduzindo-se o material obtido a um conjunto de categorias que foram, posteriormente reorganizados, de forma a compreender os fenômenos em estudo e responder às questões de investigação (Boeije, 2010). O método indutivo (Guerra, 2006) foi aquele que orientou os dois primeiros momentos de investigação onde, a partir do concreto, do particular, identificou-se características fundamentais, quer para o conhecimento das dinâmicas migratórias na RAM, as tipologias de imigrantes residentes e a sua distribuição na Região, o seu percurso de integração e, acima de tudo, as especificidades da intervenção social com imigrantes, na RAM (quadro 1.2). Este conhecimento fundamentado permitiu abrir caminho para o aprofundamento da intervenção social culturalmente competente dos assistentes sociais em particular, e dos profissionais de ajuda, no geral, com a “extração” de categorias específicas que conduziram a investigadora para as diferentes componentes integrantes das competências culturais, passando-se assim à definição do III e último momento da investigação, com a aplicação dos inquéritos por questionário.

Após a aplicação dos inquéritos, efetuou-se uma primeira análise por forma a eliminar os que se encontrassem incompletos ou mal preenchidos. Procedemos de seguida à codificação e tabulação de modo a prepararmos o tratamento estatístico. Para a análise dos dados, recorreremos à estatística descritiva e inferencial. Recorreremos à análise descritiva, numa primeira fase do estudo, para a caracterização e exploração da nossa amostra e posteriormente para a análise do perfil profissional, institucional e do imigrante. Foi também analisada a questão relacionada com a formação no âmbito das migrações, quer a desenvolvida por motivações pessoais, quer promovidas pela entidade e, numa última instância, a supervisão profissional. Para estas categorias analisou-se as frequências absolutas e percentuais, valores mínimos e máximos, média e desvio-padrão. No que concerne a análise inferencial, recorreremos à aplicação de testes estatísticos para I) caracterizar a expressão dos níveis de competências culturais dos profissionais e II) para determinar as relações existentes entre as características do ambiente de prática, profissionais e as competências culturais ao nível da intervenção social.

4.1. As dinâmicas migratórias na RAM

Realizamos a sistematização da relação entre os objetivos de investigação, categorias e indicadores obtidos após o tratamento das informações do I momento de investigação (quadro 4.1), criando dimensões explicativas do fenómeno em estudo:

Quadro 4.1 - Relação entre os objetivos de investigação, categorias, indicadores e dimensões explicativas para as entrevistas exploratórias realizadas no I momento de investigação

Instru Mento	Objetivo de investigação	Indicadores de análise	Categorias	Dimensões explicativas
Entrevistas exploratória	Identificar, analisar e caracterizar as dinâmicas imigratórias na RAM	Dinâmicas migratórias	Ciclos migratórios constituintes das mobilidades: - Emigração - imigração	- Realidade migratória oscilatória - Zona de passagem
		Formas de imigração	- Trabalhadores não qualificados - Trabalhadores qualificados - Reformados - Desportistas	3 tipologias de imigrantes: laborais, idade de reforma e desportistas Principal motivo: económico
		Sexo	- Masculina (inicialmente) - Feminina a crescer	Inicialmente, masculina, mudando depois o paradigma: as mulheres passam a igualar e superar as entradas na RAM

	Mapeamento e particularidades	Dispersão geográfica: Funchal, Santa Cruz e Câmara de Lobos	Segue a tendência da população residente (urbanização), onde se concentram serviços, transporte e emprego
		Grupos populacionais de destaque	Ucranianos, africanos e chineses
		Vínculos familiares	Contextos migratórios fortemente marcados pelos vínculos familiares (emigratórios) precedentes
		Vias de integração	<ul style="list-style-type: none"> - Regularização - Informal - Gestão das vulnerabilidades - Associativismo (praticamente inexistente)
		Intervenção social	<ul style="list-style-type: none"> - Reduzido e orientado para a freguesia de São Martinho, Funchal - Sem trabalho, há o regresso ou opção por outro país europeu

Fonte: construção própria a partir da análise de qualitativa das entrevistas exploratórias

De acordo com os especialistas, a realidade imigratória na RAM mostra-nos uma realidade migratória oscilatória, com movimentos emigratórios e imigratórios constantes, que já remontam ao início do povoamento, embora com maior tendência para a emigração, dadas as características orográficas e socioeconómicas da RAM.

“A Região Autónoma da Madeira sempre foi conhecida pela ida dos nossos conterrâneos para outros países como a África do Sul, a Venezuela, o Brasil, Curaçao (...) mas nunca deixamos de ser, também, uma Região de entrada, aqui, claro, muito associado ao regresso dos nosso emigrantes, dos seus filhos, dos seus netos que, no fundo, são imigrantes (...) isto para dizer que no fundo, a emigração e a imigração sempre foram uma constante da RAM” (CEHA, 2017);

“(...) nós temos vária informação sobre a emigração, aliás, está no nosso DNA (...) sempre houve movimentação de população de e para a Madeira (...) nós somos uma Região de emigrantes logo, a visita de luso descendentes ou até mesmo o regresso de algumas destas pessoas sempre existiu” (CCMM, 2017).

A heterogeneidade dos imigrantes acabou por ser uma característica apresentada pelos especialistas, embora a inexistência de estudos de sistematização dos processos imigratórios na RAM.

“Como deve saber, nós aqui temos desenvolvido trabalho, essencialmente, na emigração...a Região Autónoma da Madeira sempre foi conhecida pela ida (...)” (CEHA, 2017).

Os especialistas são convictos ao referir que a Região integra diferentes tipologias de imigrantes.

“Do nosso conhecimento, a maioria dos imigrantes veio para a Região para trabalhar, sem dúvida nas grandes infraestruturas que foram construídas com os fundos comunitários (...) e foram estes que diferenciaram as estatísticas (...) mas temos também os que estão cá por razões muito específicas, como no Conservatório e no Centro Internacional de Negócios, mas que são amplamente aceites e, por fim, temos os que vieram pelo desporto e que, ou continuam no desporto ou, para os que acabaram por constituir família, saem do desporto e hoje, desenvolvem outras atividades relacionadas com a construção civil ou trabalho indiferenciado (...) ou até aqueles que já saíram da Região (...) e depois, claro, temos os imigrantes em idade de reforma (...) vêm principalmente no centro e norte da europa, ficam encantados com a ilha, com o clima, com a segurança, com a calma (...) têm bons rendimentos e para eles a vida aqui

é muito mais barata (...) e olhe que é uma realidade que prevejo aumentar, sem dúvida” (CEHA, 2017).

“Aquilo que lhe posso dizer, com toda a certeza porque acho que se não conheci todos, conheci quase todos os imigrantes ao longo destes anos, é que a maioria deles veio para cá para trabalhar (...) mas eles chegaram cá, trabalhavam de sol a sol, vida de imigrante mesmo, sabe? (...) claro que temos outros imigrantes que vêm trabalhar para o Centro Internacional de Negócios, ou para o Conservatório, mas é completamente diferente (...) estas pessoas têm mais habilitações, vêm com a sua vida organizada, bons salários, boas condições de vida (...). E olhe, ‘tou-me a lembrar do caso da Calheta e do Caniço, aqui mais próximo, são estrangeiros residentes, com poder económico, alguns com empresas, com idade já avançada (...) alguns já reformados e que têm vindo a crescer na Madeira! (...), mas não fazem sentido neste estudo” (CCMM, 2017).

Inclusive, foi considerado pelos especialistas que os emigrantes e lusodescendentes são uma tipologia de imigrante.

“Nossos emigrantes, dos seus filhos, dos seus netos que, no fundo, são imigrantes (...) vêm transformados (...) não são as mesmas pessoas que foram há 30, 40 anos atrás (...) e os seus filhos e netos, muitos deles nem conheciam a Região (...) ou seja, estas pessoas saem e quando regressam, muitos já não se identificam com as nossas dinâmicas, não se identificam com a diversidade, não se identificam com as mudanças que ocorreram, no fundo. Para mim, estas pessoas têm de voltar a se adaptar ou melhor, têm de se reajustar...ou seja, passam por todo um processo de integração, embora sejam madeirenses! Então a primeira e segunda geração nem se fala...a maior parte acaba por sair porque não se identificam, além de que não há oportunidades de trabalho e como são jovens, visionários, acabam por sair (...)” (CEHA, 2017).

Deste modo, considera-se, neste estudo, que os imigrantes da RAM podem ser distribuídos por motivo de chegada, genericamente, em três tipologias principais (figura 4.1): imigrantes laborais para trabalho especializado e não especializado; imigrantes em idade da reforma e os desportistas, pela ordem de representatividade na RAM (CEHA, 2017).



Figura 4.1 - Tipologia de imigrantes na RAM.
 Fonte: análise qualitativa das entrevistas a especialistas

Mantendo-se o registo do contexto internacional, os imigrantes são um grupo populacional heterogéneo, cuja maioria imigra por motivos laborais. Os imigrantes laborais incluem, no entender dos especialistas, todos aqueles que vêm em “*busca de uma vida melhor*”, seja por “*dificuldades financeiras no país de origem, seja pela difícil situação política e social do país*” (CEHA, CCMM, CLAI, 2017) mas cuja atividade laboral desempenhada não reflete, necessariamente, as habilitações literárias dos imigrantes. Se, por um lado, existem os imigrantes laborais que desenvolvem atividade num contexto diferenciado como o CINM ou o Conservatório, outros, desempenham atividades profissionais não especializadas, principalmente no setor da restauração e construção civil visto as dificuldades associadas à obtenção de equivalências de cursos superiores. Num primeiro momento da imigração contemporânea na RAM esta situação foi particularmente sentida com os ucranianos (CCMM, CLAI, CEHA, 2017) sendo que, atualmente, tal se verifica com muitos dos que regressaram da Venezuela, pessoas já com formação superior e vasta experiência em diversas áreas, com especial enfoque para a área da saúde, mas cujas equivalências necessárias, pelo tempo e custos associados, desmotivam os venezuelanos a iniciar o processo (EAPN, VENECOM, 2023).

Quando já não se trata de uma imigração laboral, mas sim, de pessoas em idade da reforma, tem-se assistido a um aumento gradual desta nova realidade (CEHA, CCMM, CLAI, 2017). Destaca-se o facto de a RAM ser um local de eleição para a vinda de vários reformados, quer pelo clima ameno, quer pelas condições económicas e de benefícios fiscais, quer ainda pela

segurança sentida ao viver na Região Autónoma da Madeira (CCMM, CEHA, 2017). Assim se justifica, segundo os especialistas, o aumento de população imigrante nalgumas zonas da Região onde o índice populacional de residentes locais tem diminuído, nomeadamente, na Calheta e na Ponta do Sol, sendo estes municípios os que apresentam maiores temperaturas ao longo do ano, facto aliás que também é tendência em contextos nacionais e internacionais. Por fim, os desportistas acabam por nem ter grande expressão na RAM considerando a realidade desportiva da Região (CEHA, 2017), mas *“não deixam de ser um grupo de imigrantes que existe e que dinamiza a própria comunidade”* (Idem).

Da mesma forma que a heterogeneidade e os motivos laborais acompanham a tendência internacional, a feminização da imigração é também uma realidade (embora a inversão que se começa a assistir no contexto global, facto que ainda não ocorreu na RAM, de acordo com os últimos dados estatísticos).

“Temos o caso das brasileiras que vieram para a Madeira e que começaram a trabalhar, principalmente, no campo da estética/cosmética e restauração” (CEHA, 2017), ultrapassando-se a *“ideia do passado em que o homem vinha, arranjava trabalho e depois então, vinha a mulher e os filhos, tal como aconteceu com algumas famílias da europa de leste”* (Idem).

Por outro lado, a urbanização da imigração ao nível da sua dispersão geográfica também referido como característica dos imigrantes residentes, mesmo com o forte regresso dos Venezuelanos dos últimos tempos e com as suas ligações familiares (enquanto herdeiros) com localidades mais rurais. Nas dinâmicas imigratórias contemporâneas da RAM, os vínculos familiares desempenham um importante papel para a maior parte dos processos imigratórios, tal como tem acontecido ao longo dos tempos (CEHA, CCMM, CLAII, 2017). A Região não é considerada uma *“zona natural de atração para os imigrantes”* (CCMM, CLAII, 2017) por um conjunto de vários condicionalismos: quer pelas questões associadas à ultraperiferia e aos custos acrescidos, quer para a entrada, quer para a saída da Região e tudo o que daí decorre.

“Isto de viver numa ilha limita muito...não estamos assim tão perto de uma costa continental como outras ilhas estão (...) o aeroporto como única porta de entrada (...) tudo dificulta (...)” (CLAII, 2017).

A RAM não se apresenta, no imediato, uma opção de imigração (CEHA, CCMM, CLAII, 2017) e exemplo disso foi o crescimento na imigração verificada no início do século xxi, com

a entrada de nacionalidades “*diferentes do que estávamos habituados, nomeadamente, com imigrantes da Europa de Leste*” (CEHA, 2017), mas que “*depois das obras ficarem concluídas, começou a decrescer rapidamente*” (AIG, 2017). Atualmente, os regressados da Venezuela acabam por seguir esta tendência.

“Embora muitos Venezuelanos tenham vindo para a Madeira e tenham ficado, muitos outros já saíram para outros países da Europa, como a Espanha” (VENECOM, 2023).

A RAM torna-se assim, para alguns imigrantes, zona de passagem e uma porta de entrada para a Europa, ganhando aqui especial relevo os vínculos familiares no processo.

4.1.1. As vias de integração dos imigrantes na RAM

Após a chegada à RAM, de acordo com os especialistas, torna-se importante compreender as diferentes “vias de integração” (CEHA, 2017) pelas quais passam os imigrantes, estando estas relacionadas com os próprios motivos que os mobilizaram à imigração e, portanto, às próprias dinâmicas imigratórias na RAM. Da desconstrução da informação obtida, quer pela análise documental, quer pelas entrevistas a especialistas, foi possível estabelecer diferentes percursos possíveis, seguidos pelos imigrantes desde a sua chegada à RAM, construindo-se canais de integração, que mais não são do que vias seguidas pelos imigrantes, desde o momento em que chegam à RAM, em inter-relação com diferentes serviços da administração pública, associações e/ou famílias/amigos e que se consubstanciam em trajetórias individuais ou familiares de integração dos imigrantes, na RAM. De acordo com os especialistas, temos, por ordem de representatividade:

1. Via da regularização: aqui o SEF é o protagonista e tem como principal objetivo a regularização do estatuto do imigrante na RAM no sentido de prosseguirem a inserção nos quotidianos de vida e nas dinâmicas próprias da comunidade local. É consensual que esta via é transversal a todos os imigrantes. O CLAII tem também um papel de mediação importante com os Consulados dos diferentes países.
2. Via informal, relacionada com vínculos familiares, de amizade/nacionalidade ou de conhecidos, sendo este o principal suporte para os imigrantes, tornando-se, de acordo com os especialistas (AIG, CEHA, CCMM, 2017), a via mais comum para a chegada de imigrantes e para a sua opção pela RAM, facto aliás já referido na publicação realizado pela AIG (2011).

3. Via da gestão das vulnerabilidades (quadro 4.2) onde o ISSM, IP-RAM assume o papel coordenador, através da intervenção social desenvolvida, em articulação com várias associações e instituições do terceiro setor, salientando-se o facto de, na RAM, não existirem instituições específicas de intervenção social com imigrantes. Esta trajetória particulariza-se por integrar um nicho de imigrantes específico: aqueles que apresentam situações de vulnerabilidade socioeconómica, inicial ou após situação de desemprego, permanecendo na Região. Aqui, das respostas sociais existentes, os especialistas destacaram o apoio financeiro, em géneros e o apoio na habitação (com especial incidência no bairro da Nazaré, em São Martinho) como as principais respostas atribuídas (CCMM, CLAII, ISSM, IP-RAM, 2017).
4. Via do associativismo onde as Associações de Imigrantes assumem um papel primordial mas que na RAM, foi uma via residual. Embora não se tenha verificado uma forte mobilização associativa, tal como aconteceu noutras partes do País, a ACRAM, única associação legalmente formada na Região (CLAII, 2017), na primeira vaga migratória contemporânea, teve um importante papel na entrada do ano 2000 com a chegada, em maior número, de pessoas de cor negra, com tradições próprias, tendo sido um “choque étnico e cultural inicial de grande impacto” (CCMM, CLAII, CEHA, 2017). As restantes associações que se criaram de forma informal, acabaram, também elas, por ficarem inativas com o passar dos anos. Já em 2008, e com a crise económica e financeira global, estas desempenharam um papel importante no apoio ao “regresso voluntário”, por intermédio do CLAII (2017) para um grande número de imigrantes residentes, tendo o saldo migratório sofrido uma inflexão a partir dessa data. Atualmente, salienta-se a importância das associações VENECOM e VENEXUS, formalmente constituídas, direcionadas aos imigrantes venezuelanos e que têm criado verdadeiros canais de mediação entre os imigrantes, as entidades governamentais e não governamentais, no sentido de melhor concretizar a sua interação (EAPN, VENECOM, 2023).

No caso desta investigação, a análise recai, especialmente, sobre a (3) via da gestão das vulnerabilidades.

4.2. Intervenção social com imigrantes

Para melhor compreensão deste subcapítulo, parte-se do resumo do tratamento das informações do II momento de investigação (quadro 4.2), relacionando os objetivos de investigação, categorias e indicadores obtidos, delineando dimensões explicativas das matérias em análise:

Quadro 4.2 - Relação entre os objetivos de investigação, categorias, indicadores e dimensões explicativas das entrevistas do I momento de investigação.

Instru mento	Objetivo de investigação	Indicadores de análise	Categorias	Dimensões explicativas
Entrevistas semiestruturadas	Identificar e caracterizar contextos organizacionais que desenvolvem intervenção social com imigrantes, na RAM, bem como as formas de intervenção social desenvolvidas	Instituições	Sem especificidade	Não existem instituições específicas de intervenção social com imigrantes
			Frequência de apoios	Residual: sem diferenciação face à população local
		Dispersão geográfica	Focalização na freguesia de São Martinho, Funchal	Bairro da Nazaré: um dos bairros sociais mais populosos da RAM
		Tipologia de apoios	Financeiro Género Habitação	
		<i>Formas</i> de intervenção	Regimes	- Método: individual - Apoios: financeiros (pontual ou temporário) - Quadro convencional do exercício profissional
			Centro comunitário	- Intervenção comunitária - Projetos para a comunidade - Quadro não convencional do exercício profissional

			Parceria/Rede (falhas)	Importância em consolidar no âmbito da intervenção social
			Dimensões de prática realçadas como fundamentais (Competências culturais)	<ul style="list-style-type: none"> - Comunicação (verbal e não verbal) - Conhecimento das realidades de vida dos imigrantes/família/grupos/comunidade - Sensibilidade/Empatia e tolerância - Flexibilidade para novos conhecimentos - Consciência crítica - Não ajuizar - Supervisão profissional

Fonte: construção própria a partir da análise de qualitativa das entrevistas semiestruturadas

Foi consensual que a intervenção social desenvolvida com imigrantes, na RAM, até ao II momento, foi escassa, tendo estes resultados como referência a primeira vaga migratória contemporânea na RAM, portanto, a primeira década do século XXI.

Na valência dos regimes, as principais problemáticas apresentadas à época foram os baixos rendimentos motivados pela situação de desemprego (no setor da construção civil) e as dificuldades associadas ao domínio da língua portuguesa, sendo consensual que os nacionais de Cabo Verde e de Guiné Bissau foram os imigrantes que mais solicitaram apoios pelo que, as possíveis barreiras associadas à língua acabaram por não se colocar de forma dominante. Relativamente às idades, os imigrantes apoiados teriam entre os 35 e 50 anos, baixas habilitações literárias e o tipo de apoio foi, maioritariamente, financeiro (pontual ou temporário) e em géneros, com cabazes de alimentos e roupa.

Já o centro comunitário, desde a sua criação, em 2008, apenas trabalhou com 5 imigrantes: 4 de nacionalidade brasileira e 1 de nacionalidade venezuelana, com idades compreendidas entre os 20 e os 42 anos. Todos vinham de agregados familiares com baixos rendimentos sendo que, dos 5 imigrantes, 3 estavam em situação de desemprego e, tal como foi referido pela valência dos regimes, os imigrantes apresentavam baixas qualificações.

Foi unânime que o número de imigrantes sujeitos de intervenção social acabou por justificar o facto de não ter existido, ao longo dos anos, “nenhum programa específico de intervenção

com imigrantes” (C1, R4). Inclusive, só no III Plano Regional para a Igualdade de Oportunidades e Cidadania (III PRIG) 2016-2019, verificou-se a integração dos imigrantes enquanto o público-alvo de intervenção, no eixo 6, intitulado “violência de género e inclusão social”, na medida “divulgar informação sobre recursos e programas sociais, destinados a combater situações de risco e exclusão social, junto de grupos populacionais mais vulneráveis”.

Das práticas desenvolvidas, tornou-se claro a sua não diferenciação com os imigrantes, relativamente à população em geral, quer em termos de apoios materiais e financeiros (valência dos regimes), quer em termos de projetos desenvolvidos na valência comunitária. Salienta-se, contudo, que estes projetos acabavam por se distinguir por considerarem as necessidades sentidas e não apenas as necessidades percebidas pelos profissionais e as instituições. Significa assim que temos 2 contextos de intervenção social com respostas sociais distintas e que desenvolveram diferentes metodologias de prática (quadro 4.3) e que sucintamente estão representados abaixo:

Quadro 4.3 - Intervenção social com imigrantes: regimes e centro comunitário

	Regimes	Centro Comunitário
Método	individual	comunitário
Foco	Elegibilidade para apoios sociais existentes	Promoção social; Desenvolvimento de competências
Técnicas	Aconselhamento Imposição Entrevistas	Educação não formal Dinâmicas de grupo
Tipos de apoio	Material: financeiro e em géneros Imaterial: aconselhamento e encaminhamento	Sensibilização comunitária no sentido da não discriminação e aceitação das diferenças
Estratégia	Regulação	Participação
Convergência	Competências culturais	

Fonte: construção própria a partir da análise qualitativa do *focus group*

Na valência dos regimes, o método de trabalho privilegiado era o individual e as técnicas utilizadas pelas assistentes sociais cingiram-se, essencialmente, às entrevistas e aos encaminhamentos, com um trabalho no contexto de “gabinete”. As visitas domiciliárias aconteceram, apenas, "em situações excepcionais" (R1). Uma técnica salientada por todas as profissionais foi o uso de tecnologias - telefone, e-mail ou redes sociais - que permitiu o constante contacto entre as profissionais e a "partilha" (R1) de informação. O foco principal das profissionais consistia em verificar a elegibilidade, ou não, dos imigrantes para os apoios existentes (financeiros e materiais) e o encaminhamento para outras instituições. Deste modo, o importante passava por adequar as necessidades percebidas às respostas institucionais existentes, através do aconselhamento e, por vezes, da imposição.

“É importante ver aquilo que temos para ajudar, não é? Claro que as necessidades acabam por ser um pouco as mesmas que os madeirenses (...) problemas financeiros, habitação, (...) temos aqui que integrar os imigrantes, da mesma forma que fazemos com qualquer outra pessoa (...) não pode haver diferenciação” (R3).

“Às vezes eles não querem formações, por exemplo (...) dizem que não é preciso, mas depois de começar até gostam e depois pedem para frequentar outras (...) é o desconhecido (...). Não podemos ter aqui dois pesos e duas medidas, não é verdade? Se as regras são estas, tem de ser (...)” (R1).

Quanto aos tipos de resposta, as práticas profissionais desenvolvidas integravam: (a) o apoio material, essencialmente, económico, com a atribuição de prestações sociais e em géneros, em articulação com as instituições do terceiro setor e (b) o apoio imaterial, desenvolvido com base no aconselhamento, através de influência direta ou imposição, no sentido de consciencializar os imigrantes sobre os comportamentos “aprovados” para a sua integração, numa ótica reguladora (Mouro, 2009).

O centro comunitário por outro lado apresenta um trabalho orientado para a vivência da, e em comunidade, desenvolvendo projetos (1) para a comunidade, com tónica na prevenção e na promoção social e, projetos específicos (2) para a população que frequentava o centro comunitário, centrado no desenvolvimento, na promoção e valorização das competências individuais. O profissional assumia um papel problematizador, incitando à reflexão da

comunidade de forma a desconstruir o problema em si, ou as suas diferentes expressões, criando-se ou recriando-se o problema "em presença" ou seja, aquele sobre o qual irá incidir a intervenção. Uma das ferramentas fundamentais ao longo destas fases foi a comunicação e o diálogo reflexivo horizontal entre os assistentes sociais e a comunidade que conduziram à definição de estratégias de intervenção, alicerçadas na promoção e na educação não formal e em técnicas associadas a um quadro não convencional do exercício profissional (Mouro, 2009: 372), tais como o “teatro, dinâmicas de grupo, o desporto (...) olhe, a gastronomia! Acredite (...) temos sempre resultados muito engraçados (...)”, com a participação a ter um papel basilar em todo o processo. As práticas profissionais dos assistentes sociais do centro comunitário integravam uma componente pedagógica e educativa, orientada para a sensibilização e bem-estar do coletivo. No centro comunitário, o assistente social era um profissional de alerta e de consciencialização para as diferenças; o seu trabalho era focado na comunidade, com vista à não discriminação e à aceitação das diferenças, contudo, mantendo-se balizado pelas normas institucionais vigentes.

Destacamos o facto de que, tanto na valência dos regimes como na valência do centro comunitário, ter existido uma constante reflexão em torno do que teoricamente é conhecido enquanto competências culturais, tendo sido o aspeto convergente das duas valências. Embora nunca tenha sido expressamente referido pelas profissionais as competências necessárias no trabalho com imigrantes, todo o focus group norteou esta dimensão da intervenção social enquanto elemento fundamental no quotidiano profissional, situação também verificada nas entrevistas a especialistas que se verificou durante o II momento de investigação.

Foi consensual a importância de cuidar a forma como a mensagem é transmitida, seja através da comunicação verbal ou não verbal.

“Temos de ter muito cuidado com a forma como nos expressamos e como agimos” (B1).

“É imperativo cuidar a linguagem...adequar...simplificar...estamos a falar de pessoas que desconhecem a nossa legislação, a organização das nossas instituições, direitos e deveres, quer dizer, a comunicação é crucial” (IIE.PF).

“E o cuidado a ter com a ausência de palavras? Temos de ter atenção ao que dizemos e ouvimos...e atenção redobrada aos comportamentos, à maneira como agem...e como agimos, também” (E1).

A importância de conhecer a(s) realidade(s) dos imigrantes (flexibilidade cognitiva), atendendo às suas especificidades, mantendo uma mente aberta e receptiva à diversidade cultural, sem ajuizar.

“É preciso ver situações que se diferenciam das restantes” (B2).

“Estas pessoas são muito diferentes de nós...digo mesmo na forma de ser...são mais fechadas...é preciso compreender esta dinâmica, respeitar...quem somos nós para apontar o dedo?...o importante é resolver a situação ou, pelo menos, ajudar...” (B4).

“Claro que se me aparecesse uma família de um País muito diferente, com uma religião e cultura completamente diferente, quer dizer...eu ia procurar conhecer um pouco mais...perceber a melhor forma de trabalhar com eles...claro que também tem de haver esta abertura da nossa parte, não é verdade? Se queremos ser respeitados, temos de respeitar, não é?” (IID.JF).

“Agora tem de haver e é importante o assistente social ter em conta a diversidade cultural e ser dotado de alguns conhecimentos ao nível cultural para melhor intervir na diversidade, entendes?” (IIE.PF).

“Há questões que nos mostram a nossa necessidade de abrir horizontes da intervenção, entendes? Mas claro, sempre com respeito pelos outros e na base dos Direitos Humanos. Isso, sempre!” (IIE.PF).

Para as profissionais, todas estas especificidades obrigavam a um conjunto de aptidões técnicas e flexibilidade cognitiva.

“Considero que há especificidades desta população que implicam esta diferenciação de práticas associadas a questões culturais que muitas vezes originam fenómenos de exclusão, mais ou menos pontuais das pessoas e daí que, qualquer técnico que esteja a desenvolver esse trabalho com a população imigrante terá necessariamente de ter em conta e deverá se atualizar” (E1).

“O imigrante tem, para além disso, as questões culturais próprias a serem tidas em consideração...mas devíamos ser aqui, de facto, um grupo profissional por excelência capacitado para trabalhar, devíamos manter uma formação mais contínua e adequada às diferentes realidades que surgem...mas depois levantam-se outras questões que não podemos subestimar...é preciso ver que estamos integrados numa instituição...que se rege por legislação específica...” (E2).

Por outro lado, foi enfatizada a capacidade de tolerância, a sensibilidade e a empatia perante as diferentes situações, embora os dilemas internos que se poderiam colocar.

“...nas culturas onde as mulheres são submissas, faz-me lembrar as pessoas mais antigas...por isso, um plano de intervenção com eles tem de ser negociado com o homem da casa...esta é a nossa experiência...Mas isto faz um bocado de confusão, não é verdade? Parece que recuamos no tempo...mas olhe, temos de aceitar que para eles é normal...e se assim não for, as próprias mulheres não aceitam, não se sentem confortáveis...temos de respeitar...” (B1).

“Há especificidades, há contextos e histórias de vida, há questões culturais, religiosas, tradicionais que para nós até pode ser complicado compreender...mas que faz parte e é preciso respeitar” (IIE.PF).

“É de facto trabalharmos com a pessoa, dentro daquilo que a pessoa permite, dentro daquilo que a pessoa tem como limite pessoal também...na nossa intervenção e dentro daquilo que deve ser algum respeito também pela outra pessoa e pelos seus timmigs e pelos seus objetivos de vida, etc. eu acho que isto é para qualquer pessoa, seja imigrante ou não, qualquer uma delas terá essas características” (E4).

As profissionais realçaram, também, na componente organizacional, elementos facilitadores ou limitadores da própria intervenção social, principalmente quando em trabalho com imigrantes. A tônica recaiu sobre a importância da supervisão profissional: a necessidade de partilha, de discussão e debate em matérias e casos de maior sensibilidade, sob a orientação de profissionais mais experientes, assim como a importância do apoio jurídico em alguns casos onde os imigrantes se depararam com situações relacionadas com questões de (i)legalidade. Por outro lado, a importância das parcerias e do trabalho em rede foi realçado enquanto estratégias imprescindíveis para a intervenção social desenvolvida.

“Este é um tipo de serviço que obriga à articulação, ao trabalho de parceria...e é assim, sem esta cooperação entre instituições tudo fica mais difícil” (IID.FJ).

A desburocratização de procedimentos e a otimização de recursos já existentes, quer na comunidade local, quer dos imigrantes, tornou-se num aspeto apontado como mobilizador de mudança para a própria intervenção com os imigrantes.

“Uma das coisas que realmente faz falta é tornar o processo de reconhecimento das habilitações académicas e qualificações mais célere...mas isto aplica-se em todas as situações, além desta questão das equivalências. Mas pronto, é um assunto que se sente mais...há pessoas com cursos superiores e que não podem exercer pois não têm equivalências...e o processo é moroso..implica despesa...e se já estão com dificuldades financeiras, tás a ver? Acho que seria muito importante...não era muito melhor se valorizássemos a experiência e as qualificações que estes imigrantes já tenham adquirido?” (IIE.PF).

Da mesma forma, foi destacada a importância do conhecimento da realidade migratória contemporânea na RAM.

“E conhecer esta realidade? Haver estudos no âmbito das migrações é fundamental...fundamental!” (IIE.PF).

Assim, alicerçados na produção teórica sobre esta matéria, foi construído o quadro (4.4) que sumariza as dimensões de análise:

Quadro 4.4 - Dimensões das competências culturais em presença na intervenção social com imigrantes, na RAM.

Indicadores	Categoria	Dimensão explicativa
Competências culturais	Componente comportamental	Comunicação (verbal e não verbal)
	Componente cognitiva e afetiva	Conhecimento progressivo e recorrente da pessoa/grupo/comunidade e da própria construção social; Abertura a novos entendimentos; Tolerância; Aptidão técnica; Habilidades cognitivas; Consciência cultural crítica face ao outro (imigrante); Flexibilidade cognitiva; Habilidade para não ajuizar; Empatia (etnocultural); Sensibilidade cultural.
	Componente organizacional	Supervisão profissional; Parceiras; Trabalho em rede.

Fonte: construção própria a partir da análise qualitativa do *focus group*

Estas dimensões das competências culturais em presença na intervenção social com imigrantes na RAM conduziram-nos para a definição do III momento de investigação, com a Intervenção Social culturalmente competente do [Serviço Social] com imigrantes, na RAM, através de uma análise quantitativa e descritiva dos dados.

4.2.1. Intervenção social culturalmente competente [do Serviço Social]: Perfil profissional (análise estatística e descritiva)

Os resultados apurados permitiram traçar um perfil sociodemográfico da amostra deste terceiro momento, constituída por 77 profissionais dos quais (figura 4.2.), 43 assistentes sociais; 11 psicólogos; 10 sociólogos, 7 licenciados em política social e 6 educadores sociais que exercem funções em diferentes instituições de apoio social da RAM, nomeadamente, ISSM, IP-RAM; economia social; Municípios e IEM, IP-RAM, sendo a maioria dos inquiridos são do sexo feminino, com 94% (figura 4.3):

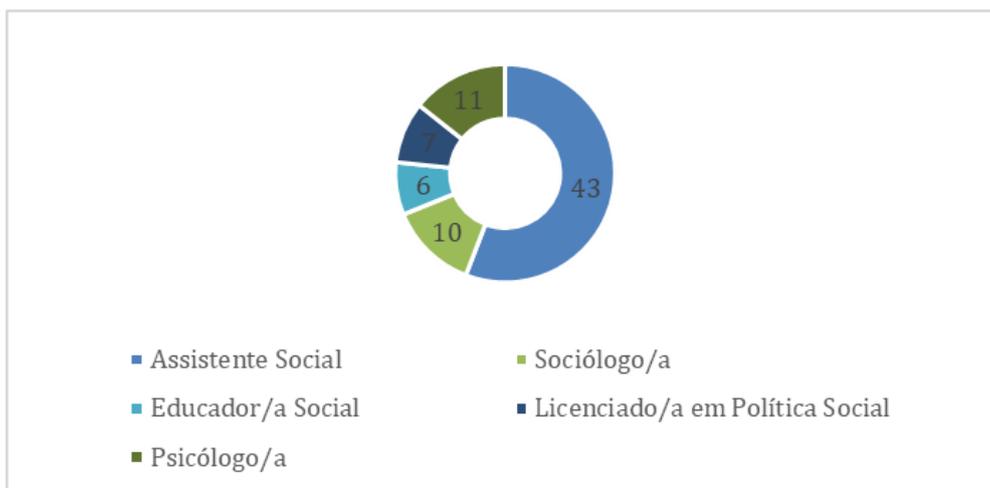


Figura 4.2: Participantes do inquérito, por profissão
 Fonte: construção própria a partir da análise quantitativa do inquérito por questionário

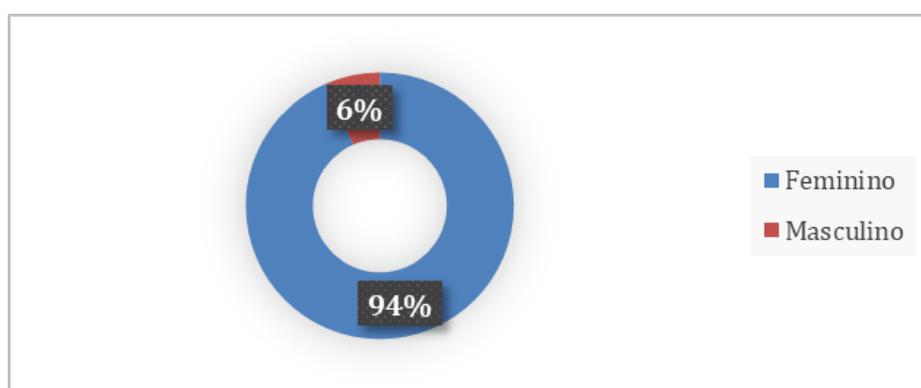


Figura 4.3: Participantes do inquérito, por sexo
 Fonte: construção própria a partir da análise quantitativa do inquérito por questionário

Para a variável contínua considerada (idade) procedemos à sua categorização em classes, de forma a sistematizar a grande amplitude de informação e de facilitar as análises (exploratórias e inferenciais) realizadas posteriormente. Neste sentido, exploramos para esta variável os valores mínimos e máximos assumidos na amostra, assim como os quartis, a média e o desvio-padrão (quadro 4.4). Estas informações permitiram definir classes/grupos de forma não-aleatória e equilibrados do ponto de vista estatístico uma vez que, foram definidos de acordo com a distribuição real das respostas na amostra de inquiridos (Pestana e Gageiro, 2014).

Quadro 4.4 - Estatística descritiva (idade)

N	Válido	77
	Omisso	0
Média		41,25
Mediana		41,00
Erro Desvio		7,632
Mínimo		27
Máximo		58
Percentis	25	35,50
	50	41,00
	75	46,00

Fonte: construção própria a partir da análise quantitativa dos inquéritos por questionário

Em média, o conjunto dos 77 profissionais inquiridos têm aproximadamente 41.25 anos ($S=7.362$), variando as suas idades entre os 27 e os 58 anos (quadro 4.5).

Quadro 4.5 - Frequências e percentagens por faixa etária

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	27-35	19	24,7	24,7	24,7
	36-41	21	27,3	27,3	51,9
	42-46	20	26,0	26,0	77,9
	47-58	17	22,1	22,1	100,0
	Total	77	100,0	100,0	

Fonte: construção própria a partir da análise quantitativa dos inquéritos por questionário

Se considerarmos por profissão (figura 4.6), os assistentes sociais apresentam uma média de 41 anos e com uma variação de idades entre os 28 e os 67 anos. Os sociólogos com uma média de 45 anos e uma variação entre os 39 e os 53 anos; os educadores sociais com uma média de 45 anos e uma variação entre os 33 e os 54 anos; os licenciados em política social com uma média de 45 anos e uma variação entre os 29 e os 58 anos e, por fim, a destacar-se de todos os restantes, os psicólogos com uma média de 35 anos e uma variação entre os 27 e os 47 anos.

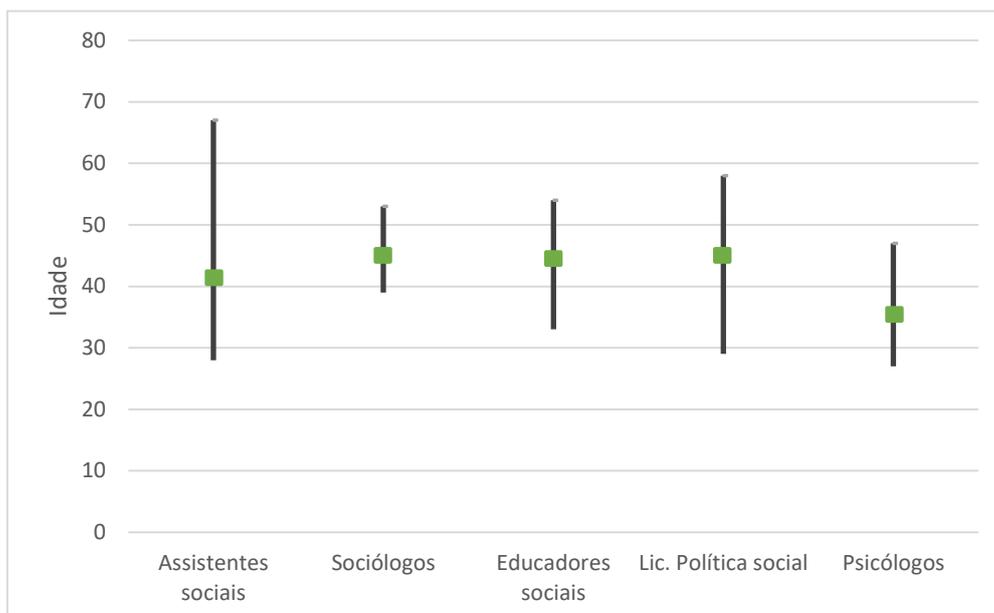


Figura 4.6: Média de idades por profissão

Fonte: construção própria a partir da análise quantitativa do inquérito por questionário

No que concerne ao grau académico (figura 4.7), a maioria dos inquiridos é licenciado (51,9%), seguindo-se os pós-graduados (24,7%) e, por fim, os profissionais que têm mestrado (23,4%).

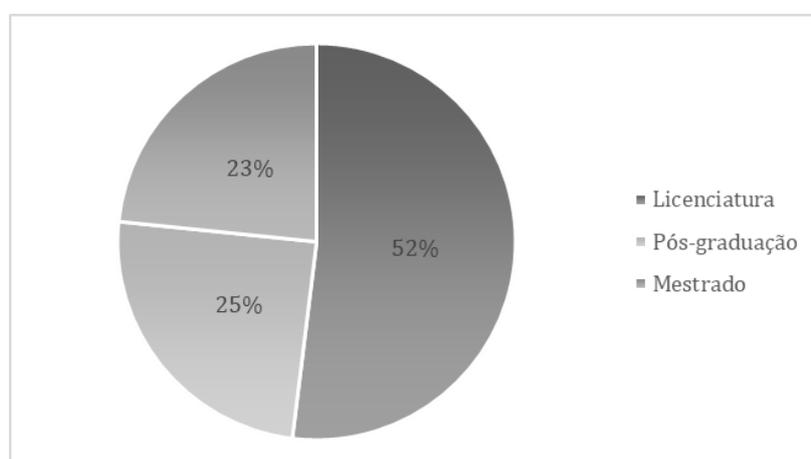


Figura 4.7: Participantes do inquérito, por grau académico

Fonte: construção própria a partir da análise quantitativa do inquérito por questionário

É importante considerar que estamos perante diferentes classes profissionais havendo delas, inclusive, que obrigam ao mestrado para o exercício da profissão. Desta feita, torna-se

importante compreender quem são os profissionais que têm licenciatura, mestrado e quais os que têm pós-graduações, por profissão, permitindo-nos compreender, no caso específico dos assistentes sociais, a percentagem de profissionais que revelaram investir no seu desenvolvimento, valorização e atualização profissional. Tanto nas licenciaturas como na pós-graduação, verifica-se que os assistentes sociais destacam-se com 52,5% e 73,7%, respetivamente. No que concerne aos mestrados, temos os psicólogos a deter maior ponderação de profissionais com este grau (50%). Se considerarmos o total de assistentes sociais, verifica-se que 51,2% optaram por dar continuidade aos estudos, seja por via de uma pós-graduação seja por via de um mestrado, permanecendo os restantes com a licenciatura.

Quanto à entidade onde trabalham (figura 4.8), a economia social é aquela que apresenta maior representatividade (43,4%), seguindo-se o ISSM, IP-RAM (34,2%), as autarquias locais (15,8%) e o IEM, IP-RAM (6,6%).

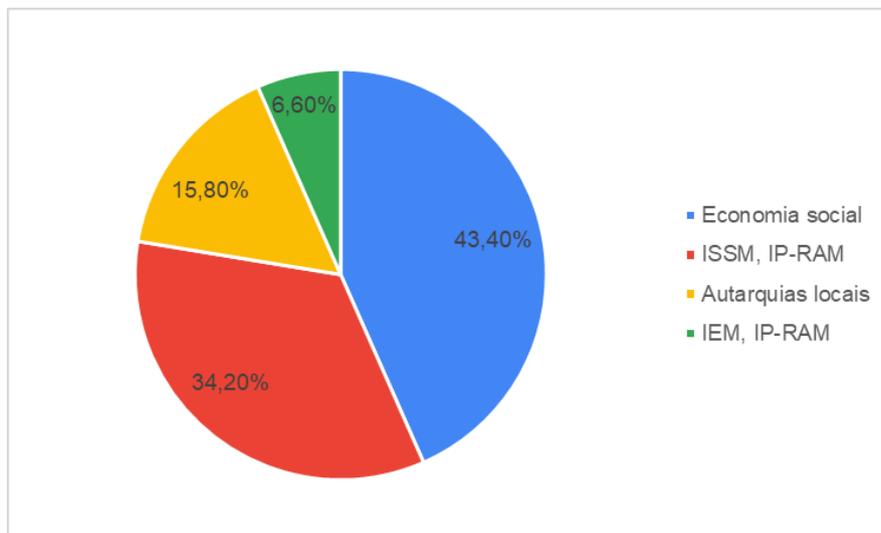


Figura 4.8: Participantes do inquérito, por entidade

Fonte: construção própria a partir da análise quantitativa do inquérito por questionar

Relativamente a cada uma das entidades, os assistentes sociais são os mais representativos em todas as entidades com a exceção do IEM, IP-RAM onde se destacam os sociólogos (60%).

No que respeita à área de atuação (figura 4.9) e havendo a possibilidade de os inquiridos optarem por resposta múltipla, destacou-se, por ordem decrescente, a ação social e a intervenção com idosos, ambos com 22,2%, seguindo-se a intervenção comunitária (16,7%) e crianças e jovens (15,1%) enquanto todos os restantes tiveram uma indicação inferior a 10%. No que

concerne à habitação e à saúde, dois dos setores que foram considerados na aplicação do inquérito por questionário mas que não responderam, ressalva-se que, mesmo assim, ambos foram considerados, a habitação com 6,3% e a saúde com 4%.

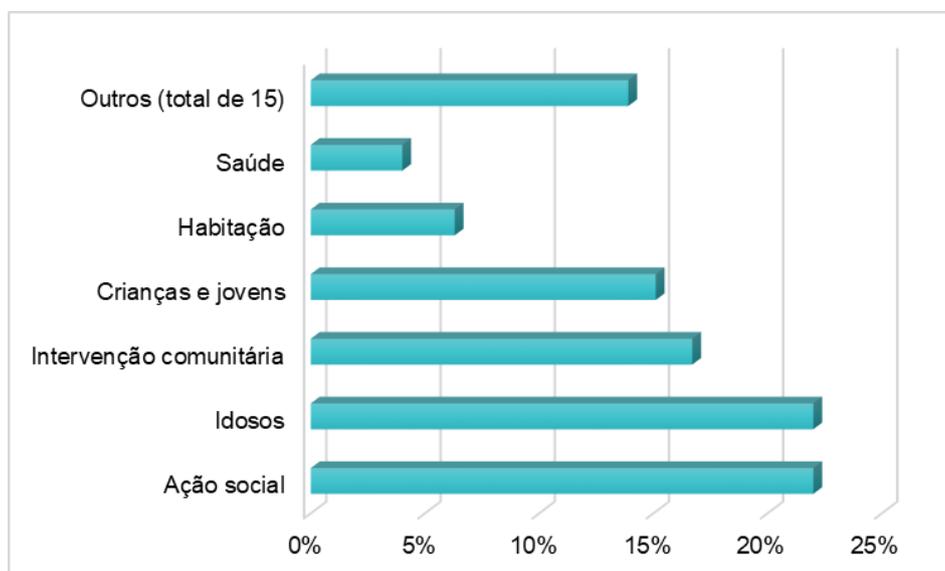


Figura 4.9: Áreas de atuação mais selecionadas

Fonte: construção própria a partir da análise quantitativa do inquérito por questionário

4.2.2. Intervenção social culturalmente competente [do Serviço Social]: Perfil institucional

Do total de inquiridos, a maioria dos profissionais exerce funções de técnico superior (71,4%) seguido de coordenação/chefia (10,4%) e, em igualdade, os profissionais que exercem ambas as funções com predominância de técnico superior (9,1%) e com predominância de chefia (9,1%). Se formos a considerar as profissões associadas temos que os assistentes sociais são os profissionais mais representados em todas as funções desempenhadas, nomeadamente, técnico superior (51%); coordenação/chefia (63%); ambas as funções, mas com predominância de técnico superior (86%) e ambas com predominância de coordenação/chefia (57%).

Quanto à zona de intervenção predominante (figura 4.10), o Funchal é o município que se destaca (58,4%), seguindo-se Câmara de Lobos (10,4%), Santa Cruz (9,1%), São Vicente (5,2%), Ribeira Brava e Santana (3,9%), Calheta, Machico e Porto Moniz (2,6%) e Porto Santo (1,3%). Considerando a realidade regional e o facto de vários profissionais desenvolverem atividade em diferentes Municípios, quando a questão é feita nesse sentido, a maioria refere não se aplicar (46,1%), ou seja, apenas exercem atividade num Concelho. Quando é considerado

mais do que um Município de atuação, dos 41 inquiridos que têm mais do que um Município de atuação, Santa Cruz destaca-se com 32,9% das respostas seguindo-se Câmara de Lobos (26,3%), Machico (23,7%), Porto Moniz (22,4%), Ribeira Brava e Funchal (21,1%), São Vicente e Santana (19,7%), Calheta e Ponta do Sol (18,4%) e Porto Santo (15,8%).

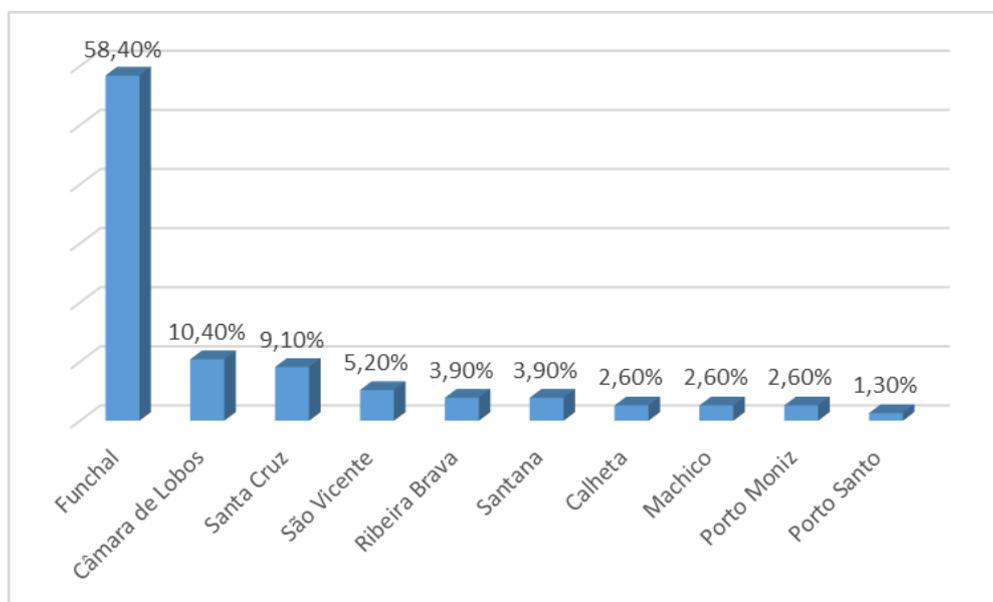


Figura 4.10: Município de intervenção predominante

Fonte: construção própria a partir da análise quantitativa do inquérito por questionário

Se considerarmos o total com o Município de intervenção predominante e o segundo Município de intervenção temos que, efetivamente no que concerne à área de intervenção social (figura 4.11), a maior percentagem de inquiridos atua no Funchal (23,6%), seguindo-se Santa Cruz (12,4%), Câmara de Lobos (10,8%), Machico (7,7%), Porto Moniz, São Vicente e Ribeira Brava (7,3%), Santana (6,8%), Calheta (6,2%), Ponta do Sol (5,4%) e Porto Santo (5%). Importa destacar que esta análise implicou considerar um número superior de respostas quando comparado com a amostra, visto estarmos perante perguntas de respostas múltiplas. Estes resultados acompanham, maioritariamente, a distribuição de instituições totais por concelho que, por ordem decrescente são: Funchal, São Vicente, Santa Cruz, Santana, Calheta, Câmara de Lobos, Machico, Ribeira Brava, Porto Moniz e Porto Santo (Freitas, 2020).

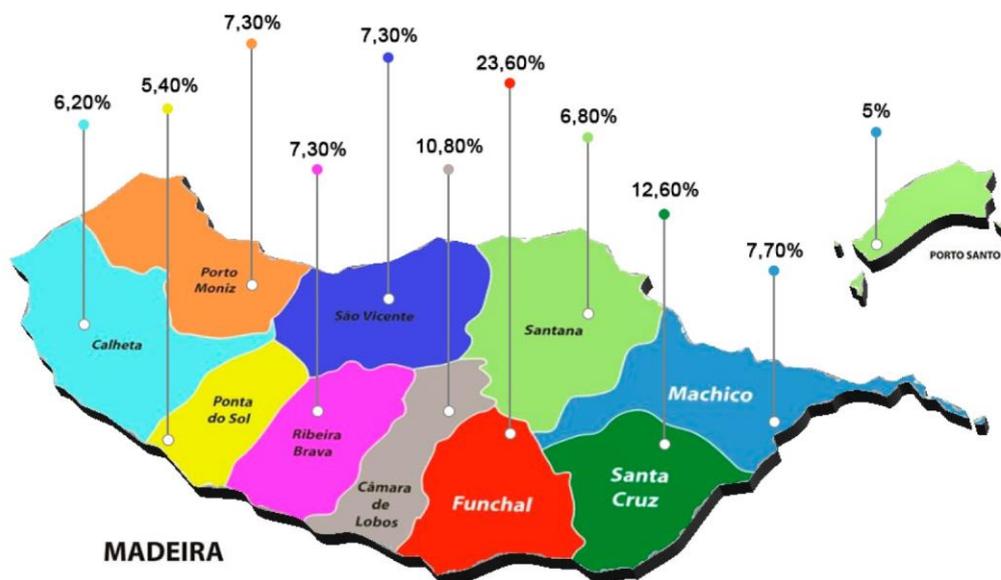


Figura 4.11: Área geográfica de intervenção social predominante
 Fonte: construção própria a partir da análise quantitativa do inquérito por questionário

No que concerne aos inquiridos, por profissão, destaca-se o Funchal enquanto área de intervenção dos assistentes sociais, com 56% dos profissionais naquele concelho.

No que se refere às relações interinstitucionais, o telefone (média: 3,84) e o e-mail institucional (média: 3,74) são as estratégias mais utilizadas pelos profissionais. Destaca-se o facto de o uso da plataforma partilhada entre serviços ser aquela que é menos recorrente entre os profissionais (média de 1,66).

4.2.3. Intervenção social culturalmente competente [do Serviço Social]: Formação no âmbito das migrações

Na dimensão formativa, especificamente no âmbito das migrações, verifica-se que, dos três inquiridos que frequentaram formação por motivação pessoal, apenas um é assistente social (com pós-graduação). Se a perspetiva for de âmbito institucional, o número continua a ser muito reduzido, com apenas seis inquiridos a responder afirmativamente. Estes não incluem os três já considerados anteriormente pelo que, no total dos 77 inquiridos, foram 9 os que realizaram formação no âmbito das migrações.

Considerando a formação *per se*, o reduzido número de respostas face aos inquiridos e a reduzida informação sobre o conteúdo da formação, encaminhou-nos para uma breve categorização das respostas dos inquiridos, pelo facto de estarmos perante uma pergunta aberta. Assim sendo, as respostas obtidas integraram como (1) temas, “Competências para a Interculturalidade”; “Direitos Humanos”; “Diversidade”, “Eventos Interculturais” e “Acolhimento”; quanto à (2) duração as respostas variaram entre as “4 horas”; “10 horas”; “50 horas” tendo um inquirido referido “algumas horas”. De resto, mais nenhuma informação foi desenvolvida pelos inquiridos.

4.2.4. Intervenção social culturalmente competente [do Serviço Social]: Perfil do imigrante

Do total de inquiridos, cinquenta e oito confirmaram já ter trabalhado com imigrantes sendo que, a nacionalidade mais frequente dos imigrantes são os Venezuelanos com 72,7% dos profissionais a indicar ser esta a nacionalidade mais frequente.

Sobre a forma de chegada dos imigrantes aos serviços, a mais comum é o encaminhamento de outros serviços (31,2%), seguindo-se “por iniciativa própria” (27,3%) e a via informal, com 16,9% dos inquiridos a responder.

A composição média do agregado familiar, destacam-se as famílias com 4 elementos (43,1%), seguindo-se as famílias com três elementos (20,7%), com dois elementos (17,2%) e, nos extremos, a mesma percentagem: famílias compostas apenas pelo requerente e famílias compostas por cinco ou mais elementos, ambas com 8,6%. Das cinquenta e oito respostas obtidas, uma respondeu não se aplicar esta questão.

Ao sistematizarmos as principais necessidades apresentadas pelos imigrantes, a carência habitacional (26%) e a carência económica (24,7%) são as mais percepcionadas pelos inquiridos enquanto principal necessidade dos imigrantes. Ressalva-se o facto de que, embora a entidade responsável pelo setor de habitação na RAM não ter respondido ao questionário, verifica-se que a habitação é a principal carência apresentada pelos imigrantes.

Se estas necessidades forem espartilhadas por períodos de tempo desde a chegada dos imigrantes à RAM, temos que as carências habitacionais, económicas e o desemprego tornam-se as principais necessidades apresentadas ao longo do tempo, desde o momento de chegada até mais de 5 anos do agregado na RAM. Constata-se que as carências apresentadas sofrem flutuações ao longo do tempo cronológico, com ligeira melhoria dos indicadores.

4.2.5. Intervenção social culturalmente competente [do Serviço Social]: Supervisão profissional

Numa escala de 0 a 10, foi solicitado aos inquiridos que indicassem a importância da supervisão profissional tendo 71,4% atribuído a pontuação máxima para a importância da supervisão, 9,1% a indicar o 9, 11,7% a indicar o 8, totalizando-se, 92,2% dos participantes a considerar entre 8 a 10 a resposta solicitada. Verificou-se que, os restantes 7,8% dos inquiridos consideraram indicar entre 4 e 7 a importância atribuída à supervisão profissional. Destaca-se que, nenhum dos inquiridos optou pelos números zero, um, dois e três pelo que, nenhum deles considerou que a supervisão profissional não seria importante para os contextos de intervenção social.

No que respeita aos momentos de supervisão profissional organizados pela entidade onde trabalha, no caso de ocorrerem, a maioria dos inquiridos respondeu não ter momentos de supervisão profissional no seu local de trabalho (64,9%), com 35,1% dos inquiridos a responder que a entidade promoveu momentos de supervisão profissional.

Quando lhes foi solicitado que descrevessem os momentos de supervisão, nomeadamente, tema, duração, entidades, profissionais envolvidos e o conteúdo de uma sessão tipo, as respostas foram muito sucintas. Dos vinte e sete inquiridos que responderam afirmativamente, um deles referiu ainda não ter tido “nenhum momento” de supervisão pelo que, foram apenas consideradas vinte e seis respostas afirmativas (num total de 77 respostas). Destas, quatro inquiridos indicaram, como única resposta, que os momentos de supervisão aconteciam “sempre que necessário” ou “mediante os casos”. As restantes dezanove respostas não incluem todas as categorias solicitadas (tema, temporalidade, duração, entidade, profissionais, conteúdo e sessão-tipo) pelo que se resumiu nas respostas dadas no seguinte quadro (4.7):

Quadro 4.7- Sistematização da descrição dos momentos de supervisão dos inquiridos (27 respostas).

Categoria	Respostas	Frequência
Tema	Exercício profissional da equipa técnica com o público-alvo.	1
	Intervenção com jovens institucionalizados	1
	Centros comunitários	1
Temporali	Sempre que necessário	3

dade	Mediante os casos	1
	1 vez por semana	7
	6 vezes por ano	2
	10 vezes por ano	2
	12 vezes por ano	6
	20 vezes por ano	1
Duração	45 minutos	2
	2 horas	3
	2 horas e 30 minutos	2
	3 horas	2
Entidade	IPSS	4
	Emprego	1
Profissionais	Psicologia	2
Conteúdo	Exercício profissional da equipa técnica com o público-alvo.	1
	Questões processuais	6
	Metodologias e estratégias de intervenção	2
	Reuniões de equipa	2
	Discussão de casos sociais	1
	Discussão de políticas sociais	1
	Reuniões de trabalho esporádicas	1
Sessão-tipo	Formação	1
	Discussão	2

Fonte: construção própria a partir da análise quantitativa do inquérito por questionário

Os momentos de supervisão relatados pelos inquiridos incluem sessões que oscilam entre os quarenta e cinco minutos e as três horas sendo mais comum aquelas que têm uma duração de duas horas. Quanto à temporalidade, a mais comum é a que ocorre semanalmente, seguida das que decorrem uma vez por mês. No que concerne ao conteúdo, as questões processuais foram as que mais se verificaram tendo-se verificado, inclusive, “reuniões de trabalho

esporádicas” como um dos conteúdos indicados pelos inquiridos. As restantes informações foram muito sucintas e com défice de informação que não nos permite fazer uma análise mais aprofundada do tema em análise.

Ao tentar compreender, face a contextos de intervenção de maior complexidade, as estratégias adotadas e com que frequência (de zero a dez), nomeadamente, a pesquisa, a discussão informal, a própria supervisão profissional ou o encaminhamento para os superiores hierárquicos verificou-se que:

- A pesquisa e a articulação com diferentes entidades é adotada enquanto estratégia de intervenção por 45,5% dos inquiridos (indicando o dez); 13% indicaram o nove e 16,9% indicaram o 8 o que significa, no nosso entender, que 75,4% usam sempre ou, com muita frequência, a pesquisa e articulação com outras entidades. De forma moderada, 11,7% indicaram o 5; 1,3% indicaram o 6 e 7,8% indicaram o 7, totalizando 20,8% dos inquiridos. Ressalva-se que 1,3% dos inquiridos respondeu não utilizar esta estratégia e, 2,6% indicou o número 4, considerando uma utilização reduzida destas estratégias;
- A discussão informal mereceu sempre consenso ou forte consenso entre 72,5% dos inquiridos, com 40,3% a responder 10, 15,6% a responder 9 e 16,9% a responder 8. De forma moderada responderam 19,5% dos inquiridos com 13% a indicar 7; 2,6% a indicar 6 e 3,9% a indicar 5 a frequência com que utilizam a discussão informal. No extremo oposto, 2,6% indicaram nunca utilizar esta estratégia, 1,3% indicaram o número 3 e 3,9% indicaram o número 4, portanto, utilizando de forma muito reduzida estas estratégias.
- A discussão em contexto de supervisão profissional, de forma contrária ao que se verificou com as restantes estratégias, teve um maior número de respostas com o número 0, ou seja, nunca utilizam esta estratégia (35,1%). Dos restantes, 2,6% responderam 1; 1,3% responderam 3 e 3,9% responderam 4, totalizando 42,9% a atribuir uma frequência negativa à utilização de supervisão profissional em context profissional. 20,8% dos inquiridos responderam que a frequência com que utilizam esta estratégia é moderada (com 9,1% a responder 5; 7,8% a responder 6 e 3,9% a responder 7). Já 36,4% indicaram a utilização da discussão em supervisão de forma muito frequente ou sempre, num total de 36,4% com 14,3% a indicar o número 8; 9,1% a indicar 7 e 13% a indicar 10.

- O encaminhamento para os superiores hierárquicos da instituição é muito utilizado ou sempre utilizado em 59,8% pelos inquiridos, com 36,4% a responder 10; 7,8% a responder 9 e 15,6% a responder 8. Com uma frequência moderada, 23,4% responderam que utilizam esta estratégia atribuindo 6,5% ao número 5; 3,9% ao número 6 e 13% ao número 7. De forma menos (ou nada) frequente responderam 16,9% dos inquiridos, nomeadamente: 3,9% com o número 0; 2,6% com o número 1; 5,2% com o número 2; 1,3% com o número 3 e 3,9% com o número 4.

4.2.6. Intervenção social culturalmente competente [do Serviço Social]: Questionário de Competências Culturais para Profissionais de Ajuda (QCC-PA)

A descrição da realidade das aptidões e/ou dificuldades para lidar com populações multiculturais foi concretizada com base nas respostas à escala Questionário de Avaliação de Competências Culturais (QACC).

4.2.6.1. Níveis percebidos de Competência Cultural

As respostas à escala QACC permitiram avaliar a perceção das competências culturais pelos próprios profissionais, de acordo com as quatro dimensões que a caracterizam: Conhecimento Cultural, Consciência Cultural, Aptidões Técnicas e Apoio Organizacional. Paralelamente, foi também considerado um Score Total das Competências Culturais, resultado da média compósita dos 16 itens. A análise das estatísticas descritivas do QACC, patentes na tabela que se segue, disponibiliza as pontuações mínimas e as máximas, as médias e os desvios-padrão.

Quadro 4.8 - Distribuição dos valores da média, desvio-padrão, mínimo e máximo do QACC

	<i>Conhecimento Cultural</i>	<i>Consciência Cultural</i>	<i>Apoio Organizacional</i>	<i>Aptidões Técnicas</i>	<i>Score Total Competências Culturais</i>
N	77	77	77	77	77
Média	4,89	4,55	3,24	4,03	4,25
S	0,71	0,89	1,12	1,02	0,66

Mínimo	3,00	2,67	1,25	1,67	2,81
Máximo	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00
Número de itens	6	3	4	3	16

Fonte: construção própria a partir da análise quantitativa dos inquéritos por questionário

Considerando o Score Total do nível de competência cultural, verificamos um valor médio mínimo de 2,81 e máximo de 6,00 e a pontuação média aponta para uma auto-avaliação positiva com níveis considerados moderados ($M=4,25$; $DP=0,66$) já que o ponto máximo da escala de respostas é 6,00. Analisando a frequência das pontuações médias totais da escala que se situam acima do valor médio teórico assumido ($M=3,5$), constatamos que 90,9% ($n=77$) apresentaram níveis moderados a elevados de competência cultural (quadro 4.8). Considerando as subescalas individualmente, verificamos que as pontuações médias mínimas variam entre 1,25 e 3,00, respetivamente, nas subescalas Apoio Organizacional e Conhecimento Cultural. Já as pontuações médias máximas registam-se em todas as subescalas. Estes valores indicam-nos que, também neste instrumento de medida, os participantes evitaram as pontuações mais baixas da escala de respostas.

O conhecimento cultural é, das quatro, a que apresenta valores mais elevados na amostra de inquiridos, uma vez que a média é 4,89 ($DP=0,71$) e a análise de distribuição das frequências mostra que 92,2% das respostas se situam nos níveis de concordância (4 - Concordo, 5- Concordo Moderadamente e 6-Concordo Totalmente) da escala utilizada. Se, por outro lado, analisarmos a frequência das pontuações médias desta subescala que se situam acima do valor médio teórico assumido ($M=3,5$), constatamos que 96,1% ($n=74$) apresentaram níveis moderados a elevados de conhecimento cultural (quadro 4.9).

Seguidamente surge a dimensão Consciência Cultural, com a segunda média mais elevada, uma vez que a média é 4,55 ($DP=0,89$) e a análise de distribuição das frequências mostra que 78,4% das respostas se situam nos níveis de concordância da escala utilizada. (quadro 4.9). Analisando a frequência das pontuações médias desta subescala que se situam acima do valor médio teórico assumido ($M=3,5$) constata-se que 88,3% ($n=68$) apresentaram níveis moderados a elevados de consciência.

As Aptidões Técnicas surgem como a terceira subescala mais favorável com média de 4,03 (DP=1,02), sendo que 60,7% das respostas estão nos níveis de concordância da escala. Analisando a frequência das pontuações médias desta subescala que se situam acima do valor médio teórico assumido (M=3,5) constata-se que 68,8% (n=53) apresentaram níveis moderados a elevados de aptidões técnicas (quadro 4.9).

A dimensão Apoio Organizacional com o valor médio mais baixo, uma vez que a média é 3,24 (DP=1,12) e apenas 45.8% das respostas nos níveis de concordância da escala (Cf. Apêndice X). Analisando a frequência das pontuações médias desta subescala que se situam acima do valor médio teórico assumido (M=3,5) constata-se que 42,9% (n=33) apresentaram níveis moderados a elevados de apoio organizacional (quadro 4.9).

Quando considerados individualmente os itens das subescalas, verificamos que, apenas 2 itens apresentaram valores médios inferiores a 3,5. Podemos observar que o valor médio mais alto foi obtido no item 5 “Sou sensível à valorização e respeito das diferenças entre o meu contexto cultural e a herança cultural dos/as meus/minhas utentes” (M = 5,38), com 98,7% dos inquiridos a serem concordantes com esta afirmação. Seguiu-se o item 1 “Sinto que posso aprender com os/as utentes imigrantes/de minorias étnicas” (M = 5,34), com 98,7 % das respostas nas opções correspondentes a maior concordância da escala utilizada e o item 9 “Eu empenho-me ativamente para ter uma atmosfera que promova o autoconhecimento” (M= 5,18) com 98,5 % das respostas nos três níveis mais altos de opção de resposta.

Por outro lado, o valor médio mais baixo foi obtido no item 14 “No trabalho, os quadros, posters, material impresso e brinquedos refletem a cultura dos/as imigrantes/minorias étnicas com quem trabalho” (M=2,29), com 80,6% das respostas foram assinaladas nos níveis discordantes da escala de resposta (1-Discordo Totalmente, 2-Discordo Moderadamente e 3-Discordo), seguindo-se o item 4 “Recebo feedback dos/as meus/minhas superiores sobre como melhorar as minhas aptidões com utentes imigrantes/de minorias étnicas” (M=2,83) com em que 63,7% das respostas situaram-se nos níveis discordantes da escala de resposta e por fim o item 7 “Sinto que tenho experiência limitada para trabalhar com utentes pertencentes a outras culturas” (M=3,57) em que 52% dos inquiridos responderam em discordância com a afirmação

Quadro 4.9 – Frequência dos níveis de concordância e das pontuações médias de cada dimensão do QACC

	<i>Conhecimento Cultural</i>	<i>Consciência Cultural</i>	<i>Apoio Organizacional</i>	<i>Aptidões Técnicas</i>
N	77	77	77	77
Média	4,89	4,55	3,24	4,03
S	0,71	0,89	1,12	1,02
Frequência níveis concordância (4, 5 e 6)	92,2%	78,4%	45,8%	60,7%
<i>n</i>	74	68	33	53
Frequência pontuações médias ($\geq M=3,5$)	96,1%	88,3%	42,9%	68,8%

Fonte: construção própria a partir da análise quantitativa dos inquéritos por questionário

4.2.6.2. Nível de competência cultural em função da entidade onde trabalha

Para avaliar a relação entre a entidade laboral e o nível de competência cultural recorreu-se ao teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis. A análise das estatísticas de teste (quadro 4.10) mostram que existem diferenças significativas nos níveis de Consciência Cultural ($X^2_{KW} (3) = 11,238$; $p = 0,011$; $N=76$) em função da entidade onde os profissionais trabalham.

Quadro 4.10- Níveis de competência cultural em função da entidade onde trabalha

Entidade onde trabalha	N	Score Médio (SM)	Estatísticas de teste	
			Kruskal-Wallis (X^2_{KW})	gl Nível de Significância (p)

	ISSM, IP-RAM	26	32,13			
Competência Cultural (Total)	IEM, IP-RAM	5	46,30	3,549	3	0,314
	Autarquia local	12	42,25			
	IPSS	33	40,97			
	ISSM, IP-RAM	26	34,29			
Conhecimento Cultural	IEM, IP-RAM	5	36,80	2,098	3	0,552
	Autarquia local	12	37,38			
	IPSS	33	42,48			
	ISSM, IP-RAM	26	27,21			
Consciência Cultural	IEM, IP-RAM	5	52,20	11,238	3	0,011
	Autarquia local	12	43,88			
	IPSS	33	43,36			
	ISSM, IP-RAM	26	31,50			
Aptidões Técnicas	IEM, IP-RAM	5	48,20	4,871	3	0,181
	Autarquia local	12	37,88			
	IPSS	33	42,77			
	ISSM, IP-RAM	26	39,23			
Apoio Organizacional	IEM, IP-RAM	5	36,70	1,554	3	0,670
	Autarquia local	12	44,92			
	IPSS	33	35,86			

Fonte: construção própria a partir da análise quantitativa dos inquéritos por questionário

Para identificarmos em qual ou quais dos grupos as distribuições são significativamente diferentes, procedeu-se à comparação múltipla das médias das ordens, pelo método LSD de Fisher (figura 4.12). Assim, são os profissionais que trabalham no ISSM, IP-RAM (Instituto de Segurança Social da Madeira) que se percebem como menos conscientes (SM=27,21) quando comparados com todos os outros contextos laborais (IEM [SM=52,20, p= 0,014]; Autarquias Locais [SM=43,88, p= 0,023]; IPSS [SM=43,36, p= 0,004]).

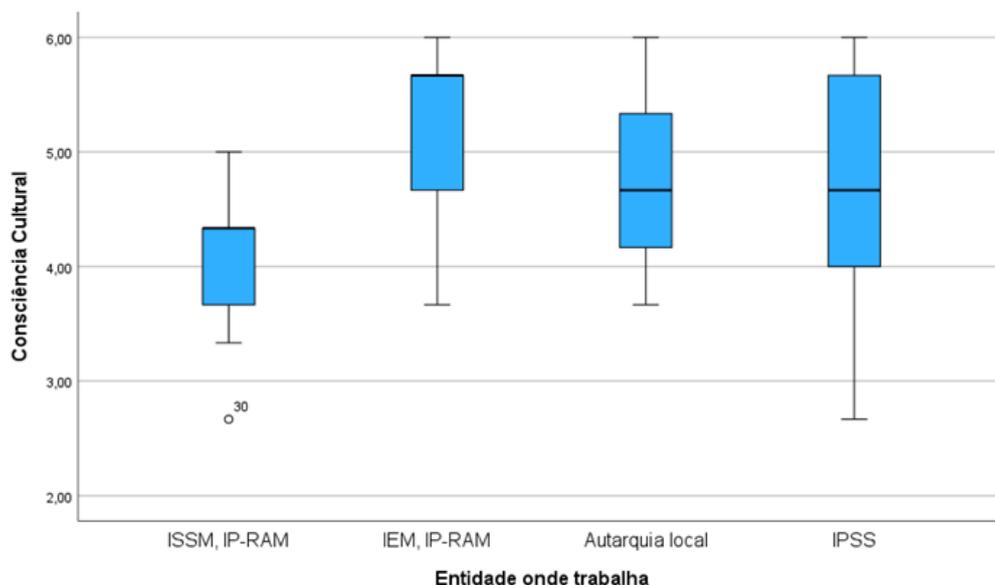


Figura 4.12: Nível de consciência cultural em função da entidade onde trabalha
 Fonte: construção própria a partir da análise quantitativa do inquérito por questionário

4.2.6.3. Nível de competência cultural em função da profissão desempenhada

Foi efetuada uma avaliação da relação entre a profissão e o nível de competência cultural (quadro 4.11), recorrendo-se ao teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis. A análise das estatísticas de teste (cf. Tabela VI) não evidenciou diferenças estatisticamente significativas nos níveis de competência cultural. No entanto, ainda que sem significância estatística, pela análise dos scores médios salientamos que os Assistentes Sociais percecionam maiores níveis de Conhecimento Cultural (SM=42,01), os Educadores Sociais expressam maiores níveis de Consciência Cultural (SM=45,83) e Aptidões Técnicas (SM=51,33) e os Sociólogos percecionam globalmente um maior nível de Competência Cultural (SM=48,65) e sentem maiores níveis de Apoio Organizacional (SM=56,40).

Quadro 4.11 - Níveis de competência cultural em função da profissão

Estadísticas de teste

	Profissão	N	Score Médio (SM)	Kruskal-Wallis (χ^2_{kw})	gl	Nível de Significância (p)
Competência Cultural (Total)	Assistente Social	43	37,41	3,817	4	0,431
	Sociólogo/a	10	48,65			
	Educador/a Social	6	42,75			
	Licenciado/a em Política Social	7	28,71			
	Psicólogo/a	11	40,95			
Conhecimento Cultural	Assistente Social	43	42,01	2,569	4	0,632
	Sociólogo/a	10	37,00			
	Educador/a Social	6	32,83			
	Licenciado/a em Política Social	7	29,64			
	Psicólogo/a	11	38,36			
Consciência Cultural	Assistente Social	43	36,36	3,098	4	0,542
	Sociólogo/a	10	40,85			
	Educador/a Social	6	45,83			
	Licenciado/a em Política Social	7	33,93			
	Psicólogo/a	11	47,14			
Aptidões Técnicas	Assistente Social	43	36,38	2,619	4	0,623
	Sociólogo/a	10	41,60			
	Educador/a Social	6	51,33			
	Licenciado/a em Política Social	7	38,57			
	Psicólogo/a	11	40,41			
Apoio Organizacional	Assistente Social	43	37,24	8,775	4	0,067
	Sociólogo/a	10	56,40			
	Educador/a Social	6	43,83			
	Licenciado/a em Política Social	7	28,14			
	Psicólogo/a	11	34,32			

Fonte: construção própria a partir da análise quantitativa dos inquéritos por questionário

4.2.6.4. Nível de competência cultural em função da idade

Para avaliar a relação entre a idade e o nível de competência cultural (quadro 4.12) recorreu-se ao teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis. A análise das estatísticas de teste (cf. Tabela

VII) não evidenciou diferenças estatisticamente significativas nos níveis de competência cultural. No entanto, ainda que sem significância estatística, pela análise dos scores médios salientamos que parece haver uma tendência para os profissionais com idades compreendidas entre os 36 anos e 41 anos percecionarem, globalmente, um maior nível de Competência Cultural (SM=42,71) bem como maiores níveis de Conhecimento Cultural (SM=46,76), Consciência Cultural (SM=43,81) e Aptidões Técnicas (SM=42,95). Excecionalmente, o Apoio Organizacional é sentido de forma mais expressiva nos profissionais com idades compreendidas entre os 42-46 (SM=44,15).

Quadro 4.12 - Níveis de competência cultural em função da idade

	Idade	N	Score Médio (SM)	Estatísticas de teste		
				Kruskal-Wallis (χ^2_{kw})	gl	Nível de Significância (p)
Competência Cultural (Total)	27-35	19	41,76	2,671	3	0,445
	36-41	21	42,71			
	42-46	20	38,65			
	47-58	17	31,74			
Conhecimento Cultural	27-35	19	41,45	5,220	3	0,156
	36-41	21	46,76			
	42-46	20	34,13			
	47-58	17	32,41			
Consciência Cultural	27-35	19	43,42	5,008	3	0,171
	36-41	21	43,81			
	42-46	20	37,95			
	47-58	17	29,35			
Aptidões Técnicas	27-35	19	42,95	2,741	3	0,433
	36-41	21	42,95			
	42-46	20	35,90			
	47-58	17	33,35			
Apoio Organizacional	27-35	19	38,68	1,989	3	0,575
	36-41	21	34,33			
	42-46	20	44,15			
	47-58	17	39,06			

Fonte: construção própria a partir da análise quantitativa dos inquéritos por questionário

4.2.6.5. Nível de competência cultural em função do nível acadêmico

Recorrendo ao teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis avaliamos as diferenças dos níveis médios de *competência cultural percebida* de acordo com o nível acadêmico (quadro 4.13). Os resultados mostram que são os profissionais com habilitações ao nível do Mestrado os que percebem níveis de competência cultural superiores (Competência Cultural _(total) [SM=41,17], Conhecimento Cultural [SM=43,97], Consciência Cultural [SM=47,83] e Aptidões Técnicas [SM=42,47]) mas também os que sentem de forma menos expressiva Apoio Organizacional neste âmbito (SM=28,58). No entanto, estas diferenças observadas não foram estatisticamente significativas: Competência cultural _(total) ($X^2_{KW}(2) = 0,303$; $p = 0,859$); Conhecimento Cultural $X^2_{KW}(2) = 3,142$; $p = 0,208$); Consciência Cultural $X^2_{KW}(2) = 4,012$; $p = 0,134$); Aptidões Técnicas $X^2_{KW}(2) = 0,776$; $p = 0,678$); Apoio Organizacional $X^2_{KW}(2) = 5,208$; $p = 0,074$).

Quadro 4.13 - Níveis de competência cultural em função do nível acadêmico

		Estatísticas de teste				
	Nível acadêmico	N	Score Médio (SM)	Kruskal-Wallis (X^2_{kw})	gl	Nível de Significância (p)
Competência Cultural (Total)	Licenciatura	40	37,76	0,303	2	0,859
	Pós-graduação	19	39,55			
	Mestrado	18	41,17			
Conhecimento Cultural	Licenciatura	40	34,67	3,142	2	0,208
	Pós-graduação	19	43,39			
	Mestrado	18	43,97			
Consciência Cultural	Licenciatura	40	37,36	4,012	2	0,134
	Pós-graduação	19	34,08			
	Mestrado	18	47,83			
Aptidões Técnicas	Licenciatura	40	37,04	0,776	2	0,678
	Pós-graduação	19	39,84			
	Mestrado	18	42,47			
Apoio Organizacional	Licenciatura	40	42,76	5,208	2	0,074
	Pós-graduação	19	40,95			
	Mestrado	18	28,58			

Fonte: construção própria a partir da análise quantitativa dos inquéritos por questionário

4.2.6.6. Nível de competência cultural e formação no âmbito das migrações por motivação pessoal

Para avaliar as diferenças nos níveis de competência cultural de acordo com a formação no âmbito das migrações – por motivação pessoal (quadro 4.14), foi aplicado o teste não-paramétrico de Wilcoxon-Mann-whitney, cujos resultados estão resumidos na tabela IX. A análise dos scores médios mostra que, os profissionais que frequentaram formação no âmbito das migrações por motivação pessoal, se percebem culturalmente mais competentes ao nível da *Consciência Cultural* (SM=49,33) e do *Apoio Organizacional* (SM=47,50) e os que não a frequentaram percebem maior nível de Conhecimento Cultural (SM=39,01) e de *Aptidões Técnicas* (SM=39,20). No entanto, estas diferenças observadas não se revestiram de significância estatística.

Quadro 4.14 - Níveis de competência cultural e formação por motivação pessoal

	Formação por motivação pessoal	N	Score Médio (SM)	Estatísticas de teste		
				U de Mann-Whitney (U)	Wilcoxon W (W)	Nível de significância (p)
Competência Cultural (Total)	Não	74	38,83	98,500	2873,500	0,381
	Sim	3	43,17			
Conhecimento Cultural	Não	74	39,01	110,500	116,500	0,494
	Sim	3	38,83			
Consciência Cultural	Não	74	38,58	80,000	2855,000	0,220
	Sim	3	49,33			
Aptidões Técnicas	Não	74	39,20	96,500	102,500	0,364
	Sim	3	34,17			
Apoio Organizacional	Não	74	38,66	85,500	2860,500	0,262
	Sim	3	47,50			

Fonte: construção própria a partir da análise quantitativa dos inquéritos por questionário

4.2.6.7. Nível de competência cultural e formação promovida pela entidade patronal

Para avaliar as diferenças nos níveis de competência cultural de acordo com a formação no âmbito das migrações – promovida pela entidade patronal (quadro 4.14) -, foi aplicado o teste não-paramétrico de Wilcoxon-Mann-whitney, cujos resultados estão resumidos na tabela X. A análise dos scores médios mostra que os profissionais cujas entidades patronais promoveram

formação no âmbito das migrações percebem, invariavelmente, maiores níveis de competência cultural em todas as dimensões consideradas. No entanto, estas diferenças observadas não foram estatisticamente significativas: Competência cultural (total) (U=149,00; W=2705,000; p= 0,116); Conhecimento Cultural (U=211,000; W=2767,000; p= 0,487); Consciência Cultural (U=131,500; W=2687,500; p= 0,060); Aptidões Técnicas (U=189,000; W=2745,000; p= 0,332); Apoio Organizacional (U=156,500; W=2712,500; p= 0,146).

Quadro 4.15 - Níveis de competência cultural e formação promovida pela entidade patronal

	Formação pela entidade patronal	N	Score Médio (SM)	Estatísticas de teste		
				U de Mann-Whitney (U)	Wilcoxon W (W)	Nível de significância (p)
Competência Cultural (Total)	Não	71	38,10	149,000	2705,000	0,116
	Sim	6	49,67			
Conhecimento Cultural	Não	71	38,97	211,000	2767,000	0,487
	Sim	6	39,33			
Consciência Cultural	Não	71	37,85	131,500	2687,500	0,060
	Sim	6	52,58			
Aptidões Técnicas	Não	71	38,66	189,000	2745,000	0,332
	Sim	6	43,00			
Apoio Organizacional	Não	71	38,20	156,500	2712,500	0,146
	Sim	6	48,42			

Fonte: construção própria a partir da análise quantitativa dos inquiridos por questionário

4.3. O inquirido como um *Todo*: possíveis relações verificadas (análise inferencial)

Tendo presente que este é um campo de análise que não se esgota nas relações aqui consideradas porquanto a abertura e flexibilidade presentes em qualquer processo de investigação, a verdade é que, na prossecução dos objetivos traçados, verificam-se possíveis relações na amostra que poderão indicar tendências do grupo mais alargado ou futuros caminhos de investigação.

4.3.1 O Serviço Social como profissão de charneira na intervenção social

Desta pesquisa, embora sem representatividade estatística, confirma-se que os assistentes sociais são, efetivamente, profissionais nucleares no campo da intervenção social, sendo aqueles com maior número de respostas dadas. Do total dos inquiridos, 55,84% são assistentes

sociais, seguindo-se os psicólogos com 14,23%, os sociólogos com 12,99% e, todos os restantes, com representação inferior a 10% dos inquiridos. Por sua vez, quando se verifica as funções exercidas, voltam a ser os assistentes sociais que estão na dianteira enquanto técnicos superiores (71,4%), coordenação/chefia (10,4%) e em igualdade, profissionais que exercem ambas as funções, sejam maioritariamente de técnicos superiores, sejam maioritariamente de coordenação/chefia (9,1%).

Quando consideramos a análise profissional por entidades, os assistentes sociais voltam a se destacar em todas elas exceto no IEM, IP-RAM, entidade com uma missão diferente das restantes visto estar centrada, exclusivamente, para a prossecução de políticas de emprego, orientação profissional e formação, não se verificando nesta entidade a dimensão comumente atribuída ao Serviço Social: a ação social. Aliás, quando se questionou, diretamente, sobre a área de atuação, a ação social e a intervenção com idosos foram as que maior ponderação tiveram, com 22,2% das respostas.

Confirma-se a feminização no campo da intervenção social com apenas 6% dos inquiridos do sexo masculino, o que demonstra uma continuidade com aquilo que tem sido a trajetória da própria intervenção social, inclusive, desde os pioneiros em Serviço Social.

4.3.2. Urbanização da intervenção social

Como seria expectável, a zona de intervenção dominante é o Funchal, maior município da RAM onde se concentra, também, o maior número de residentes (imigrantes incluídos). Quando considerado o global (zona de intervenção dominante e o segundo Município de intervenção), a intervenção social da amostra acompanha a própria tendência de residência da população. É também no Funchal que a maioria dos assistentes sociais participantes intervêm (56%), confirmando-se ser este o Concelho com maior representatividade no campo da intervenção social da amostra.

Se considerarmos as estatísticas da população imigrante na Região, verifica-se que a intervenção social do estudo acompanha a dispersão geográfica que se verifica no Funchal e em Santa Cruz, contudo, o município da Calheta enquanto terceiro município com maior representatividade de imigrantes, não acompanha a tendência dos municípios anteriores ao nível das respostas dadas. Aqui, embora sem representatividade, poderemos colocar a hipótese já anteriormente referida: os imigrantes residentes neste Município são imigrantes que se encontram numa situação económica confortável (possivelmente, imigrantes em idade de

reforma) acabando por não integrar o campo da intervenção social local (salienta-se o facto de que é na Calheta que se verifica a maior representatividade de imigrantes face à população local (8,9%).

4.3.3. Dimensão formativa dos profissionais: existe diferenciação entre os profissionais mais jovens e os mais velhos?

Pela ordem do inquérito por questionário, verificou-se que o grau académico tende a aumentar nas idades mais jovens. Isto poderá acontecer por vários motivos, nomeadamente: (1) pelas especificidades da formação atual que diminuiu o número total de anos da licenciatura (passando de cinco anos para três anos ou sete semestres, este último no caso de Serviço Social); (2) a saturação do atual mercado de trabalho ao nível da contratação que encaminha os jovens adultos para a continuidade da formação; (3) a complexidade das sociedades onde se exige cada vez maior pluralidade de competências impelindo os profissionais à formação.

Já quando se consideram os profissionais com mais idade e o facto de serem aqueles que apresentam menor grau académico, esta situação poderá indicar que (1) a maioria poderá ter frequentado a licenciatura em período pré-bolonha, incluindo já os 5 anos de formação, associando-se a experiência do quotidiano profissional a um sentimento de “suficiência” para o exercício do quotidiano profissional; (2) a não valorização remuneratória dos profissionais de acordo com a sua formação e investimento académico, tal como acontece com outras profissões, desmotiva-os a prosseguir com formação ao longo da vida; e (3) o isolamento geográfico e os elevados custos associados à continuidade da formação que deverão ser, integralmente custeados pelos profissionais.

Talvez pelos diferentes motivos supramencionados se verifique o baixo número de profissionais que já desenvolveram formação no âmbito das migrações por motivação pessoal (três inquiridos num total de setenta e sete).

4.3.4. Terciarização da intervenção social: a tendência de futuro na RAM?

Não sendo um objetivo desta tese, considerou-se pertinente refletir sobre a(s) forma(s) de intervenção social existentes na RAM onde, com pouco mais de 250 mil habitantes, a maioria dos inquiridos integra a economia social (43,4%), seguindo-se a administração pública regional (40,8%) e a administração pública sob tutela nacional, nomeadamente, as autarquias locais (15,8%). Esta informação está em linha com o estudo da EANP (2020) sobre o retrato das

entidades de economia social da RAM onde é reforçada a importância e preponderância do terceiro setor na intervenção social, facto aliás que acompanha a realidade nacional e que nos coloca na dianteira da Europa: “Portugal tem o setor de maior dimensão face a países comparáveis, com mais de 250.000 trabalhadores, seguido pela Áustria e pela Dinamarca” (Idem, p. 10). Mas isto não significa uma desresponsabilização do Estado perante as suas funções; implica, isso sim, uma organização transversal e em rede, que tem de estar em constante comunicação no sentido de ser eficaz.

Dos dados verificou-se, tal como já tinha acontecido nos grupos focais no II momento de investigação, que as formas informais de relacionamento interinstitucional se mantêm como as mais utilizadas (telefone e e-mail), enquanto o uso de uma plataforma partilhada entre os serviços torna-se na ferramenta menos recorrente entre os profissionais. Portanto, independentemente do local de trabalho e do setor em que estão integrados, depreende-se que as formas de relacionamento entre as instituições são idênticas. Esta situação poderá conduzir-nos a diferentes reflexões, nomeadamente, (1) necessidade de criar uma verdadeira REDE de trabalho, no âmbito da intervenção social da RAM, permitindo a partilha de informação de forma imediata entre os diversos agentes; (2) embora a crescente terciarização do setor social, a grande dependência que este apresenta em relação ao Estado sendo, inclusive, as transferências do Governo a fonte de financiamento com maior preponderância (83,1%) atribuída por estas instituições (Freitas, 2020, p, 94), faz com que se mantenham dinâmicas de trabalho que foram transpostas do que já era desenvolvido; (3) a urgência de respostas para a resolução das situações pode motivar os profissionais a procurarem formas de comunicação mais imediatas (nomeadamente, o telefone) e menos burocratizadas, aliás, como foi referenciado pelos grupos focais enquanto estratégia imprescindível de intervenção social.

4.3.5. Os vínculos familiares nas dinâmicas imigratórias da RAM

Tal como já tinha sido referido pelos especialistas, aquando das entrevistas, também na nossa amostra verificou-se a forte relação existente entre as dinâmicas imigratórias na RAM e os vínculos familiares com a nacionalidade Venezuelana a ser aquela que maior frequência (72,7%) apresentou entre os profissionais inquiridos no estudo. Não esqueçamos que a Venezuela é uma das maiores diásporas madeirenses desde a década de 60 do século XX. Este facto acompanha a própria representatividade dos Venezuelanos na população imigrante residente, imigrantes estes que, pelas condições políticas, sociais, económicas e humanitárias

da Venezuela, chegam à RAM com um conjunto de necessidades que acompanham as necessidades já apresentadas pela população local, principalmente ao nível da habitação e necessidades económicas. Facto este que foi alvo de um estudo recente e que culminou com a criação da Estratégia Regional de Habitação (2020) e onde se confirma um pico de pedidos de apoio, em 2018, com “o fenómeno das famílias regressadas da Venezuela (...) [e que] poderá explicar este novo aumento de inscrições” (Idem, p. 37). Neste mesmo estudo verifica-se que o maior número de pedidos (82,8%) corresponde a pedidos de habitação social, mostrando-nos já o grave problema vivenciado pela população ao nível da habitação (com 16.224 pedidos de apoio no período compreendido entre janeiro de 2000 e junho de 2019 - 1.º semestre).

Se considerarmos o estudo diagnóstico da AIG (2011), verifica-se uma mudança no perfil dos imigrantes desde então o que conduziu a que, só recentemente com os regressados da Venezuela, houvesse maior atenção ao nível da intervenção social com imigrantes. Foi a partir de finais de 2016 que a RAM foi confrontada com a realidade imigratória ao nível da intervenção social, sentindo-se a necessidade de ajustar serviços e criar outros ao nível das respostas sociais aos imigrantes, nomeadamente, ao nível da educação e desburocratização de procedimentos para a agilização de documentação.

4.3.6. QCC-PA: a percepção dos níveis de competência cultural dos profissionais no âmbito da intervenção social

No global, dos resultados obtidos, constatamos que a grande maioria dos inquiridos apresenta níveis moderados a elevados de competências culturais totais, com mais de 90% dos inquiridos a se sentirem culturalmente competentes. Significa isto que, a grande maioria dos participantes sente-se consciente das atitudes ou crenças da população multicultural, incluindo de si mesmo; sente-se conhecedor da diversidade cultural; sente-se capaz e com habilidades para identificar as melhores estratégias (culturalmente mais apropriadas e necessárias) na intervenção social com a população imigrante. Considera-se capaz de comunicar, interagir, negociar e intervir na defesa desta população, independentemente do nível de intervenção em questão (micro, meso e/ou macrossocial).

Já se forem considerados os componentes das competências culturais em análise, de forma individual, verificaram-se ligeiras diferenças, com uma exceção. Na globalidade, os inquiridos sentem-se com mais “conhecimento cultural” e “consciência cultural” comparativamente aos restantes componentes, refletindo-se numa moderada a elevada compreensão da cultura das

outras pessoas e da sua própria cultura reconhecendo, através de processos de auto-reflexão e análise crítica, as suas atitudes e preconceitos em relação a outras culturas, da mesma forma que reconhece perspectivas positivas de inclusão, aceitação e defesa dos direitos dos imigrantes.

Estes resultados demonstram que os participantes reconhecem a familiaridade com as características, história, valores, crenças e comportamentos de outras culturas, desde os fatores observáveis (raça, idade, género, etc) aos não observáveis (estatuto socio-económico, experiência de opressão, religião, educação, etc), sendo, como tal, culturalmente conscientes do sujeito com o qual intervêm. Na generalidade, os inquiridos sentem-se, na sua maioria, aptos tecnicamente, ou seja, têm as aptidões necessárias para ajustar a prática profissional de forma a atender às necessidades das populações multiculturais, nomeadamente, através da comunicação e da empatia. Detêm a (a) capacidade para resolver problemas e gestão de conflitos; (b) a compreensão das dinâmicas de opressão, sexismo, racismo, classismo e outras formas de discriminação; (c) a compreensão da complexidade dos sistemas organizacionais e dos cidadãos; (d) a maior consciencialização sobre preconceitos; (e) o conhecimento dos contextos que influenciam os comportamentos individuais e as famílias; (f) reconhecendo que o indivíduo é especialista da sua própria experiência.

Contrariamente aos anteriores, os inquiridos, entendem que o “apoio organizacional” acaba por não promover, da forma desejável, as dinâmicas e as mudanças sistemáticas (ao nível das políticas públicas e organizacionais) que permitem uma intervenção social culturalmente mais competente, tendo esta componente apresentado um resultado inferior à média das respostas. Talvez por este motivo, e na parte do inquérito relativa à supervisão profissional, embora mais de 90% dos inquiridos tenham considerado ser muito importante, mais de 64% referiu que, na sua entidade, não existem momentos de supervisão profissional, situação já sinalizada e criticada pelos profissionais aquando do *focus group* (II momento de investigação).

Face a contextos de maior complexidade, incluindo no âmbito de intervenções sociais com imigrantes, os profissionais indicaram a pesquisa e a articulação com diferentes entidades (75,4%), a discussão informal (72,5%) e o encaminhamento para os superiores hierárquicos da instituição (59,8%) enquanto diferentes estratégias de apoio no decurso da sua ação.

Se a análise for feita considerando as diferentes profissões participantes no estudo, embora sem diferenças significativas entre as componentes das competências culturais, pensou-se que a trajetória histórica da própria profissão do Serviço Social e o facto das competências culturais serem, acima de tudo, uma responsabilidade ética do assistente social, poderia revelar

diferenças significativas, o que não veio a acontecer. Por outro lado, o facto da profissão ter-se vindo a consolidar com o desenvolvimento de um conjunto de qualidades humanas fundamentais no trabalho de proximidade e no desenvolvimento de qualidades técnicas em contexto mais individualizado, também poderia indicar que, das componentes das competências culturais, a “consciência cultural” e as “aptidões técnicas” seriam aquelas nas quais os assistentes sociais apresentariam maiores médias, facto que também não aconteceu. Isoladamente, são os educadores sociais que se sentem mais conscientes culturalmente e com maiores aptidões técnicas, enquanto os assistentes sociais mostram maior “conhecimento cultural”. Já ao nível do apoio organizacional, são os sociólogos aqueles que se destacam.

Já no que se refere ao nível académico, seria de esperar que os inquiridos com mais formação sentir-se-iam culturalmente mais competentes, facto que se comprovou com os resultados obtidos onde se verifica que os profissionais com mestrado são os que se sentem culturalmente mais competentes, incluindo em todos os componentes das competências culturais, exceto no “apoio organizacional”, apresentando, aqui, o score médio mais baixo. No entanto é importante reforçar que, ao nível das licenciaturas, poderão os participantes ter o mesmo número de anos de formação do que um profissional com mestrado, por conta do atual processo de bolonha e da integração de Portugal no espaço europeu do ensino superior (onde os graus de formação são atribuídos pela frequência em unidades de crédito, baseado em três ciclos de estudos - licenciatura, mestrado e doutoramento). Por norma, um aluno que frequente o ensino superior depois de 2007, precisará de 3 anos para a licenciatura, 5 anos para o mestrado e 8 anos para o doutoramento; numa fase anterior, eram necessários 5 anos só para conseguir concluir a licenciatura. Sem existir uma pergunta no inquérito que nos permita aferir o ano de término do ciclo de estudos, esta conclusão acaba por não poder ser considerada e generalizada ao nível de toda a amostra. O mesmo se poderá dizer sobre a idade: embora sejam os profissionais dos 36 até aos 41 anos que apresentam um maior nível de competência cultural total, em todos os seus componentes, exceto no “apoio organizacional” (aqui, são os profissionais que integram a faixa etária dos 42 aos 46 anos que consideram ter maior apoio organizacional), não sabemos o ano em que estes terminaram o curso pelo que, aplica-se a mesma reflexão.

Se considerarmos os contextos profissionais onde os participantes desenvolvem atividade, verifica-se, pela primeira e única vez, diferenças com significância estatística ao nível de uma das componentes da competência cultural: a consciência cultural. O ISSM, IP-RAM, embora

sendo a entidade coordenadora da Inclusão Social e Cidadania, na RAM, é aquele onde os profissionais se sentem culturalmente menos conscientes quando comparados com os restantes contextos profissionais. Esta situação talvez se justifique pelo facto de não haver a mesma proximidade com a população, tal como acontece, por exemplo, com as autarquias locais e as IPSSs, locais onde, as dinâmicas institucionais e a própria descentralização dos serviços indica uma maior disponibilidade e conhecimento das próprias realidades de vida dos sujeitos.

A formação no âmbito das migrações, quer por motivação pessoal, quer desenvolvida pela instituição onde trabalha, foi uma das partes do inquérito com vista a compreender, especificamente, o maior interesse sentido pelos profissionais em desenvolver capacidades e competências nesta área de atuação e/ou, no caso de ser uma formação desenvolvida pela entidade, a preocupação e a atualização das políticas públicas e organizacionais. Podemos afirmar que, os resultados obtidos acompanham aquela que tem sido a trajetória e a dinâmica imigratória na RAM: dos 77 participantes, apenas 3 fizeram formação no âmbito das migrações por motivação pessoal e outros 6 fizeram-no no âmbito institucional. Tal como foi referido nas entrevistas e nos grupos focais, tanto no I como no II momento de investigação, a escassa intervenção social que existiu ao longo dos anos com a população imigrante acabou por justificar, de certa forma, este “posicionamento” por parte dos profissionais e por parte das próprias entidades.

Desde 2017, a realidade imigratória na RAM tem ganho terreno com especial relevância para os regressados da Venezuela, o que significa que, pelo menos há 6 anos, a intervenção social com imigrante torna-se já uma prática corrente dos profissionais: não será esta uma indicação de que há trabalho que tem de ser feito nesta matéria, principalmente no que se refere às dinâmicas das instituições (“apoio organizacional”)? O perfil dos imigrantes sujeitos de intervenção dos participantes do estudo indica-nos que, 1 em cada 4 imigrantes apresenta carência habitacional e económica (ação social), embora o desemprego e o apoio ao idoso sejam também áreas de atuação bastante representativas, problemáticas que acabam por se manter ao longo do tempo (com oscilações e ligeiras melhorias que acabam acontecer desde a sua chegada à RAM até ao momento em que já residem há mais de 5 anos na Região). Mesmo sendo problemáticas transversais a toda a população madeirense, considera-se que seria fundamental o maior entrosamento entre esta “nova” realidade imigratória da RAM e a atualidade daquilo que são as próprias dinâmicas, quer das instituições, quer, especificamente, dos assistentes sociais.

Conclusão

O trabalho realizado ao longo desta tese constituiu-se num estudo de carácter exploratório e descritivo sobre os processos imigratórios e as suas dinâmicas ao nível da intervenção social [culturalmente competente] do Serviço Social, no contexto da superdiversidade da RAM. Especificaram-se dois períodos temporais distintos para este estudo: entre o ano 2000 e 2009 e a partir dos finais do ano de 2016, momentos que fizeram coincidir saldos migratórios positivos na Região. Para a sua concretização, analisou-se e refletiu-se sobre a convergência de dimensões conceptuais que integraram 3 forças motrizes: as dinâmicas (i)migratórias, a intervenção social com imigrantes e as competências culturais dos assistentes sociais, donde se extraíram elementos temáticos orientadores para a problematização e conseqüente recolha e análise empírica das informações e dos dados no campo social em estudo: a RAM.

Partindo do contexto regional de descoberta, orientou-se a concretização do estudo a partir de 2 focos analíticos integrados em 3 diferentes momentos de investigação que se desdobraram no sentido de (a) conhecer e caracterizar as dinâmicas imigratórias na RAM, os contextos organizacionais que desenvolvem intervenção social com imigrantes bem como as formas de intervenção desenvolvida (I e II momentos de investigação) e, (b) explorar os níveis de competências culturais dos profissionais de ajuda, especialmente dos assistentes sociais da RAM (III momento de investigação), com recurso à estratégia sequenciada quali-quantitativa, um método misto que nos permitiu maior sustentação porquanto a utilização de um maior conjunto de técnicas de investigação.

As características e particularidades da RAM ao nível geográfico, orográfico, e socioeconómico condicionam, quase que de forma naturalizada, a região enquanto opção para os imigrantes. A realidade migratória oscilatória desde o achamento das ilhas, ainda no século XV até ao atual contexto da superdiversidade, com movimentos emigratórios e imigratórios constantes e em simultâneo, associada às condicionantes naturais da RAM enquanto zona de imigração, permitiu-nos concluir que existe uma forte relação entre as características históricas das emigrações e o contexto das imigrações contemporâneas. Ou seja, na RAM, a entrada de imigrantes está fortemente associada à própria diáspora, onde permanecem vínculos familiares, tradicionais, religiosos e culturais, tal como acontece, atualmente, com os regressados da Venezuela. De facto, o momento de “exceção”, onde se verificou a entrada de um número considerável de imigrantes sem qualquer relação histórica prévia com a Região foi entre 2000 e 2009, onde os ucranianos, os chineses, os romenos e os russos destacaram-se no panorama

imigratório regional (embora o Reino Unido, a Venezuela e o Brasil fossem nacionalidades maioritárias). Contudo, após o término de obras públicas estruturantes, responsáveis pela absorção desta mão-de-obra, verificou-se de imediato, o decréscimo acentuado de nacionalidades sem vínculos prévios e o regresso ao saldo migratório negativo, reforçando a relação entre as dinâmicas imigratórias na RAM e os vínculos familiares e históricos com a população emigrante. Aliás, esta relação entre as dinâmicas imigratórias e os vínculos familiares volta a ser sentida já após 2016, com a entrada de emigrantes radicados na Venezuela e descendentes, tendo sido a principal nacionalidade com a qual os inquiridos do último momento de investigação trabalharam.

Mesmo sem tradição imigratória, a região segue a tendência global com destaque para os imigrantes laborais, quer seja para trabalho especializado (Conservatório e CINM), quer não especializado, embora nem sempre a atividade profissional exercida reflita as habilitações literárias destes imigrantes. A própria distribuição geográfica torna-se num elemento que comprova a imigração laboral ao se verificar a urbanização das migrações na Região, destacando-se o Funchal como principal opção de residência, seguida de Santa Cruz. Estes são os dois Concelhos mais populosos e onde se concentram o maior número de serviços, transportes e oportunidades de emprego. Porém, é de salientar o crescimento assinalado dos imigrantes em idade de reforma que têm vindo a escolher a Região para viver, verificando-se uma aproximação entre a percentagem de imigrantes residentes e a percentagem de portugueses residentes com mais de 65 anos. Por outro lado, o facto da Calheta ser, atualmente, a terceira área de residência escolhida por imigrantes e sendo este Concelho mais distante de uma diversidade de serviços e de emprego, contrariando a realidade da própria população local, conduz-nos a considerar a possibilidade de que, efetivamente, estejamos perante o reflexo do crescimento desta tipologia de imigrantes (reformados) na Região. Desta forma, entendemos que a realização de um estudo prospetivo sobre esta realidade imigratória na RAM e as consequências e desafios que se colocarão ao nível da prestação dos diferentes serviços à população, como por exemplo, na área da saúde, será, a curto prazo, uma necessidade estratégica governativa e institucional que deixamos como proposta para futuros estudos.

Desde a chegada à RAM, as vias de integração pelas quais passam os imigrantes salientam a via da regularização, através do SEF, e a via informal, relacionada maioritariamente com vínculos familiares, de amizade e/ou de nacionalidade como as mais utilizadas. No que concerne à intervenção social propriamente dita, a via da gestão das vulnerabilidades assume-

se como a mais utilizada, sob a coordenação do ISSM, IP-RAM e em articulação com várias associações e instituições do terceiro setor, bem como com as autarquias locais. Esta via de integração, pelas características imigratórias da RAM já referidas, até ao final do ano 2016, foi uma via utilizada de forma residual pelos imigrantes, o que justifica o facto de nunca terem existido instituições orientadas, especificamente, para a intervenção social com imigrantes. Por consequência e, contrariamente ao esperado, não existe histórico de formas diferenciadas da intervenção dos assistentes sociais com esta população, mas sim experiências pontuais em contextos institucionais tradicionais de intervenção social na RAM, como sejam as valências dos regimes e de centros comunitários, entre outras instituições da economia social da Região e outros serviços prestados pelas autarquias locais.

Este “vazio” na intervenção social com imigrantes na Região acaba por consubstanciar uma das maiores limitações deste estudo, facto que nos colocou, novamente, no campo de descoberta, no sentido de reajustar e readaptar a investigação.

Mas esta limitação acabou por alargar os horizontes da investigadora na medida em que, partindo dos pressupostos conceptuais da intervenção social e das origens da própria intervenção do serviço social com a diversidade, transcendeu-se a delimitação da intervenção do contexto específico com imigrantes para a intervenção social desenvolvida pelos assistentes sociais num contexto onde se verificaram experiências pontuais com esta população. Com este reajustamento quer de pensamento, quer da problematização, quer dos próprios objetivos de investigação, ampliando-os, tentou-se concretizar um resgate ao passado e às bases daquelas que são as competências e qualidades necessárias para os assistentes sociais desenvolverem a sua intervenção. Facto é que, embora sem especificar as competências culturais como desiderato da intervenção social desenvolvida com imigrantes, os dados recolhidos no *focus group* orientaram-nos para a convergência das competências culturais enquanto elemento fundamental no quotidiano profissional, principalmente quando em experiências com os imigrantes.

Em concordância com a literatura, este estudo torna-se (mais) um indicador de como o serviço social é uma profissão de charneira na intervenção social sendo aquela que se destaca, quer no ISSM, IP-RAM (enquanto entidade coordenadora regional ao nível da intervenção social), quer nas instituições de economia social: do total de 150 profissionais de ajuda afetos a estas instituições, 98 são assistentes sociais, 19 são psicólogos, 7 são sociólogos, 3 são licenciados em política social e 23 são educadores sociais. Embora sem representatividade

estatística, o mesmo aconteceu ao nível das respostas dadas pelos inquiridos onde mais de 55% eram assistentes sociais e cuja distribuição pelo território de intervenção acompanhou a dispersão geográfica maioritária, com Funchal e Santa Cruz como principais municípios de intervenção.

Quanto às competências culturais propriamente ditas, e tal como se previu, os assistentes sociais inquiridos são profissionais culturalmente competentes, contudo sem diferenças significativas face aos restantes profissionais de ajuda participantes do estudo. Aqui, pela própria história da profissão fortemente imbuída em contextos de diversidade, considerou-se que as respostas iriam demonstrar diferenças significativas entre os assistentes sociais e os restantes profissionais de ajuda, o que não veio a acontecer. A recente realidade ao nível da intervenção social dos imigrantes na RAM; a proximidade formativa entre os diferentes cursos direcionados para o trabalho no âmbito da intervenção social, e/ou a crescente sensibilização para o diálogo internacional e para a defesa de direitos universais alicerçados em princípios de justiça social, direitos humanos, responsabilidade coletiva e respeito pelas diversidades poderão justificar este facto. Já no que concerne ao nível académico, seria de esperar que os inquiridos com mais formação sentir-se-iam culturalmente mais competentes, facto que se comprovou com os resultados obtidos onde se verifica que os profissionais com mestrado são os que se sentem culturalmente mais competentes (mesmo que, ao maior grau académico não esteja associado, diretamente, um maior número de anos de formação).

Mas se atendermos às componentes das competências culturais naquele que foi o modelo compreensivo das competências culturais aqui adotado, salienta-se o facto do “apoio organizacional” ter sido o único onde os resultados apresentaram um valor inferior à média das respostas, significando que para os inquiridos, as entidades/instituições não promovem, de forma desejável, as dinâmicas e as mudanças sistémicas necessárias, quer ao nível de políticas organizacionais, quer ao nível de políticas públicas, numa dimensão mais macro, tal como previsto pela investigadora. Isto porque a dimensão organizacional foi um indicador já considerado no momento de investigação anterior, onde foi reforçado (1) a necessidade de melhoria e maior investimento com vista à efetiva adequação das políticas e respostas existentes às necessidades dos sujeitos de intervenção, (2) a necessidade de maior eficácia no trabalho em rede e (3) a necessidade de investimento na supervisão profissional. Concluiu-se assim que a dimensão organizacional mantém-se como um dos elementos de melhoria no âmbito da intervenção, consubstanciando-se, inclusive, como um futuro tema de investigação: a

importância da componente organizacional numa intervenção social culturalmente competente - que desafios?

Já quando são considerados os restantes componentes das competências culturais, pensou-se que, pelo facto de a profissão ter-se vindo a consolidar com o desenvolvimento de um conjunto de qualidades humanas fundamentais no trabalho de proximidade e no desenvolvimento de qualidades técnicas em contexto mais individualizado, a “consciência cultural” e as “aptidões técnicas” seriam aquelas nas quais os assistentes sociais apresentariam maiores médias, facto que não aconteceu. Por sua vez, não se verificaram nas respostas dadas um maior interesse dos profissionais em desenvolver formação no âmbito das migrações: não é esta uma contradição face à agenda global no campo das migrações, às próprias raízes profissionais e, embora de forma diferenciada, ao atual contexto imigratório regional com os regressados da Venezuela?

Se forem considerados os contextos profissionais onde os participantes desenvolvem atividade, verifica-se, pela primeira e única vez, diferenças com significância estatística ao nível de uma das componentes da competência cultural: a consciência cultural. O ISSM, IP-RAM, embora sendo a entidade coordenadora da Inclusão Social e Cidadania, na RAM, é aquela onde os profissionais se sentem culturalmente menos conscientes, portanto, menos “conhecedores” das vivências e da cultura do “outro”, quando comparados com os restantes contextos profissionais, tal como acontece, por exemplo, com as autarquias e as IPSSs locais. Esta situação talvez se justifique pelo facto do ISSM, IP-RAM ser uma organização com estrutura organizativa mais rígida e mais centralizada, não existindo a mesma proximidade com os sujeitos de intervenção ou a mesma flexibilidade e autonomia administrativa a desenvolver com outras instituições, limitando a intervenção social enquanto profissão da relação no domínio dos múltiplos relacionamentos importantes para uma prática profissional (Pena, 2012, 2013). Aliás, esta foi uma situação verificada, também, no *focus group* realizado na valência dos regimes, serviço que integra, maioritariamente, a unidade de ação social do ISSM, IP-RAM, e onde a intervenção social desenvolvida tem uma orientação mais reguladora e balizada pelas políticas institucionais. visando, acima de tudo, o controlo as situações-problema.

Esta dinâmica de trabalho mais executora poderá estar associada à crescente burocratização de procedimentos administrativos exigidos aos profissionais e ao aumento das problemáticas, quer em número de solicitações, quer em complexidade. Torna-se assim compreensível a ausência de conhecimento sistematizado sobre a intervenção do serviço social na RAM, naquilo

que Granja (2011, p. 57) refere como “repertório técnico” que ganha “coerência e sentido pela reflexão” (Idem, p. 57) nas “formas lacunares e fragmentadas da experiência” (Idem) contudo, não deixa de ser uma grande lacuna ao nível do próprio saber profissional do contexto regional. Embora a capacidade de resiliência, a sensibilidade social, a orientação profissional para a resolução dos problemas e para a melhoria das condições de vida das populações, demonstrada pelos profissionais participantes, a verdade é que o “esvaziamento” do conhecimento ao nível do saber experiencial dos assistentes sociais da RAM, por ausência de repertórios emanados do quotidiano profissional poderá fragilizar a própria identidade do assistente social na Região, na medida em que os repertórios consubstanciam uma dimensão insubstituível da própria identidade profissional (Granja, 2011), aproximando a intervenção do assistente social e as suas competências daquelas que são desenvolvidas por outros profissionais, senão mesmo, a sua “colonização” por parte de outros âmbitos de intervenção.

Ampliando-se o contexto profissional para aquilo que é a totalidade da intervenção social, nos seus diferentes níveis (micro, meso e macrossocial), e mesmo com as fragilidades inerentes, podemos afirmar que, neste estudo, o assistente social é um profissional culturalmente competente. Particulariza-se, no entanto, o que se considera ser o “levantar do véu” visto os resultados dos inquéritos demonstrarem as debilidades sentidas pelos profissionais no âmbito do apoio organizacional, comparativamente às restantes componentes do modelo compreensivo das competências culturais, situação que também se verificou ao longo dos diferentes momentos de investigação. Este facto deveria impelir os profissionais das diferentes instituições a reforçar o seu quadro formativo, capacitando-se ainda mais com vista a reforçar a intervenção social numa das suas três dimensões: a dimensão da autoridade, do poder (Santos, 2012; Carmo, 2001) que acaba por estar presente nas relações de força que existem nos diferentes contextos de intervenção. Deste modo, entende-se que o presente estudo indica a forte probabilidade da necessidade em alargar o nível macrossocial da intervenção dos assistentes sociais na RAM, reforçando os próprios processos de mediação envolventes nesses campos de forças e poderes já defendido por Faleiros (1997). Neutralidades à parte, o assistente social assume (ou deverá assumir) a dimensão política da profissão. E aqui, a estratégia da advocacia social é fundamental: não apenas numa ótica individualista e focada no empoderamento do imigrante, como também, ao nível das práticas políticas na sua globalidade onde o assistente social torna-se detentor privilegiado de conhecimento e de relacionamentos, quer com a instituição, quer com o imigrante, quer com as diferentes estruturas da comunidade

envolvente, podendo exercer, por isso, um poder diferenciado com o objetivo último da defesa dos direitos dos cidadãos. Aliás, esta é também a tese defendida por Staub-Bernasconi (2004) quando a autora aborda os conceitos de mediação e de empoderamento como conceitos complementares, frisando que, além das abordagens mais individuais da intervenção, existe a abordagem mais ampla, direcionada para as estruturas e para as organizações, numa prática do Serviço Social orientada pela defesa dos Direitos Humanos.

Esta investigação encerra em si mesmo, mais do que respostas, um conjunto de novos questionamentos e novos caminhos que poderão orientar-nos para futuras investigações e estudos prospectivos com vista ao conhecimento das dinâmicas imigratórias de futuro na RAM e os seus impactos nos diversos sistemas da sociedade regional. Mas, acima de tudo, esta tese permite reforçar a importância do Serviço Social aumentar o seu leque de conhecimentos baseados no saber experiencial, de forma sistematizada, ampliando o próprio saber profissional dos assistentes sociais da Região e legitimando o campo profissional, quer nas relações de poder estabelecidas no campo da intervenção, quer nas relações interprofissionais, sedimentando-se como uma profissão de charneira da intervenção social, em todas as suas dimensões: prática, ideológica, política, de poderes e de autonomia.

Como em qualquer trabalho de pesquisa, existiram limitações que acabaram por condicionar aquilo que foi previsto na fase inicial do projeto de investigação visto:

- A falta de sistematização das dinâmicas imigratórias na RAM, desconhecendo-se as realidades locais (de freguesia) dos imigrantes e os seus processos de (não) integração;
- A inexistência de atividade das associações de imigrantes, nos I e II momentos de investigação, dificultando o contacto da investigadora com população imigrante cuja trajetória tivesse passado pela gestão das vulnerabilidades (no âmbito da intervenção social);
- A inexistência de instituições e/ou serviços orientados, especificamente, para o trabalho com os imigrantes;
- A inexistência de histórico sobre a intervenção social realizada com a população imigrante na RAM;
- O contexto regional, considerado uma microescala no âmbito da intervenção social, onde, em várias instituições, torna-se impossível garantir o anonimato da participação dos profissionais, e, por esse motivo, a utilização de entrevistas tornou-se num handicap

provocando afastamento de possíveis participantes e ampliando a dificuldade da investigadora em obter dados.

Factos que conduziram a uma desmotivação da investigadora e a um processo de pesquisa prolongado no tempo (e com várias interrupções), tendo sido ultrapassado com a introdução da componente quantitativa de investigação e com a aplicação de um inquérito por questionário considerando o QCC-PA, a todas as instituições de ajuda da RAM. Mesmo sem representação estatística, a verdade é que os dados obtidos permitiram retirar conclusões importantes para o melhor conhecimento, quer das dinâmicas imigratórias da RAM, quer da intervenção culturalmente competente dos assistentes sociais participantes.

Por fim, sugerimos futuros eixos de pesquisa, tendo presente que, uma resposta (ou a ausência dela) permite sempre uma análise e indicação de possíveis esclarecimentos e/ou problematizações que nos encaminham para futuras investigações. Esperamos que este seja apenas um ponto de partida para o aprofundamento da investigação mais alargada no âmbito do Serviço Social na RAM. Neste sentido, indicamos como futuros eixos de investigação:

1. *Estudo prospetivo sobre a realidade imigratória na RAM no contexto da terceira idade: preocupações e potencialidades?*

A RAM acompanha a tendência ocidental com uma realidade de envelhecimento populacional que, embora não sendo o mais acentuado é aquele que apresenta o maior crescimento do país na última década (EANP, 2023). Por sua vez, o aumento do número de imigrantes em idade de reforma, aproximando-se à ponderação do total de residentes com a mesma idade, mostra-nos que a realidade imigratória na RAM deverá ser estudada e devidamente analisada, de forma a compreender os principais desafios que se irão colocar nos diferentes serviços regionais, principalmente setores que apresentam já uma forte pressão como seja a saúde e a segurança social. Por outro lado, é fundamental conhecer o perfil destes imigrantes e compreender de que forma poderemos potenciar o próprio desenvolvimento socioeconómico regional com a sua participação. Seja pela criação de diferenciadas formas de negócio ao nível de serviços de apoio à população idosa; seja na articulação e aproveitamento de conhecimentos e competências diferenciadas destes mesmos imigrantes para o tecido económico, educativo e formativo da Região; seja na potenciação de diferentes nichos de turismo, entre outros.

2. Componente organizacional na intervenção social culturalmente competente do Serviço Social: que importância e quais os desafios?

O apoio organizacional foi a única componente das competências culturais cuja média de respostas apresentou-se abaixo do valor médio teórico assumido, com mais de 50% dos inquiridos a atribuírem níveis baixos a moderados nestes itens. As reflexões em torno do contexto organizacional onde os profissionais exercem funções, tinha sido já um dos aspetos apontados no II momento de investigação enquanto aspeto de melhoria necessária no âmbito da intervenção. Para os profissionais participantes nos grupos focais, torna-se urgente a adequação das realidades dos sujeitos de intervenção, dos quotidianos de vida, das dinâmicas societárias, dos contextos organizacionais e das políticas públicas implementadas como forma de responder, eficazmente, às problemáticas, facto que muitas vezes não acontece, conduzindo os sujeitos a uma situação de continuidade da necessidade. Novamente, esta foi uma indicação corroborada no III momento onde os participantes responderam existir ligeiras melhorias ao nível das necessidades apresentadas pelos imigrantes ao longo dos anos, contudo, numa ótica de manutenção da necessidade dos apoios (problema geracional da pobreza).

3. A supervisão profissional no contexto do Serviço Social da RAM

Um dos processos mais destacados no II momento de investigação como profundamente necessários na intervenção social do Serviço Social, principalmente no atual contexto da superdiversidade, a supervisão profissional gerou, também, consenso dos inquiridos, no III momento, ao considerar uma ferramenta importante no desenvolvimento da profissão. Contudo, a (quase) inexistência de momentos de supervisão nos contextos profissionais regionais mostramos a pertinência em pesquisar sobre esta temática, relembrando a sua importância ao nível do conhecimento e da melhoria da atividade profissional e na própria valorização da capacidade dos profissionais em se fazerem ouvir enquanto detentores de conhecimento das realidades práticas, mas também com competências de produção de conhecimento (Carvalho, 2016).

Referências Bibliográficas

- Adams, J. (1912). *Twenty Years at Hull-House with autobiographical notes*. Macmillan Company.
- Adams, R., Dominelli, L. & Payne, M. (Eds.) (2011). *Critical Practice in Social Work*. Palgrave.
- Albuquerque, L. & Vieira, V. (1986). *O arquipélago da Madeira no século XV*. CEHA.
- Albuquerque, L. (1987). Algumas reflexões a propósito da palavra “Descobrimento”. *Isleña*, 1, pp-7-12.
- Álvarez-Pérez, P., & Harris, V. W. (2021). Personal social networks as a superdiversity dimension: A qualitative approach with second-generation Americans. *Current Sociology*, 70(2), 227-257. DOI: 10.1177/0011392120983342.
- Álvarez-Pérez, P., López P., A. & Harris, V. W. (2021). Methodological pathways to portray superdiversity: A few concluding thoughts. *Current Sociology*. 70(2), 308-313. DOI: 10.1177/00113921211021939.
- Álvarez-Pérez, P., Fernández-Borrero, M. A. & Vásquez-Aguado, O. (2014). When Knowledge Is Not Enough: Elements to Strengthen Intercultural Sensitivity Among Professionals of Social Services in Andalusia (Spain). *Journal of Social Service Research*, 40(3), 353–366. <https://doi.org/10.1080/01488376.2014.901278>.
- Álvarez, M. A. A. (2005). Competencia intercultural, concepto, efectos e implicaciones en el ejercicio de la ciudadanía. In *Revista Iberoamericana de Educación*, 35(4), pp. 1-10. Organización de Estados Iberoamericanos. <http://observatoriocultural.udgvirtual.udg.mx/repositorio/handle/123456789/437>.
- Amaro, I. (2018). Os campos paradigmáticos do Serviço Social: proposta para uma categorização das teorias em presença. *Locus Social*, 1, pp. 65-80.
- Amaro, I. (2015). *Urgências e Emergências do Serviço Social. Fundamentos da profissão na contemporaneidade* (2.ª ed.). UCP Editora.
- Ander-Egg, E. (1996). *Introducción al Trabajo Social* (2.ª Ed.). Siglo XXI de Espana Editores.
- Ander-Egg, E. (2011). *Diccionario del Trabajo Social* (25.º Ed). Editorial Brujas. <https://fundacion-rama.com/wp-content/uploads/2023/02/3074.-Diccionario-del-trabajo-social-%E2%80%93Ander.pdf>.
- André, G., & Vieira, I. (2022). Serviço Social e Direitos Humanos - A formação dos Assistentes Sociais na defesa e realização dos Direitos Humanos na intervenção social. *Revista Temas Sociais*, 3(3), 7-30. https://doi.org/10.53809/TS_ISS_2022_n.3_7-30.
- Aneas, A. (2009). Competencias Interculturales Transversales: su diagnóstico en equipos de trabajo de baja cualificación. *Revista de Investigación Educativa*, 27(1), pp. 105-123).
- Aneas, A. (2009) Competencia intercultural: competencia clave en las organizaciones actuales. In Soriano E. *Vivir entre culturas: una nueva sociedad* (pp. 151-175). La Muralla.
- Aneas, A. (2004). Competencia intercultural, concepto, efectos e implicaciones en el ejercicio de la ciudadanía. Barcelona. Universidad de Barcelona.
- Aneas, A. (2003). Competencias interculturales en la empresa: un modelo para la detección de necesidades formativas. [Tese de doutoramento, Universitat de Barcelona]. Dipòsit digital de la Universitat de Barcelona: <http://hdl.handle.net/2445/42451>.
- Angré, G. & Hanz e W. (2004). Os direitos humanos na perspetiva do desenvolvimento sustentável e a formação em serviço social. *Intervenção Social*, 29, pp. 111-126. <https://doi.org/10.34628/ne3j-ax51>.

- Appave, G. & Cho, K. (eds). (2010). *World Migration Report 2010. The Future of Migration: Building Capacities for Change*. International Organization for Migration (IOM), Geneva.
- Appave, G. & Cholewinski, R. (eds). (2008) *World Migration Report 2008. Managing Labour Mobility in the Evolving Global Economy*. International Organization for Migration (IOM), Geneva.
- Appleyard, R. (Ed.) (1991). *International Migration: Challenge for the Nineties*. IOM.
- Aptekar S. (2019). Super-diversity as a methodological lens: Re-centring power and inequality. *Ethnic and Racial Studies* 42(1): 53–70.
- Arango, J. (1985). Las 'leyes de las migraciones' de E. G. Ravenstein, cien años después. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 32, 7-26.
- Arango, J. (2000). Enfoques conceptuales y teóricos para explicar la migración. *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, 165, 33-47
- Ataíde, J. (Coord.). (2009). Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo 2008. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2007.pdf.
- Ataíde, J. (Coord.). (2007). Relatório de Atividades 2007. Imigração Fronteiras e Asilo. Departamento de Planeamento e Formação - Núcleo de Planeamento do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2006.pdf.
- Ataíde, J. (Coord.). (2006). Relatório Atividades 2006. Imigração Fronteiras e Asilo. Departamento de Planeamento e Formação - Núcleo de Planeamento do SEF. https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2008.pdf.
- Azcoaga, F., (2018). Construyendo la intervención social. *Papeles del Psicólogo*, 39(2), pp. 81-88.
- Azevedo, J. M. & Silva, A. (1997). A importância dos Espaços Insulares no Contexto do mundo Atlântico. *História das Ilhas Atlânticas*, I, pp. 125-161.
- Azevedo, L. (2023), “É preciso desmistificar as migrações e as mobilidades: entrevista com Dora Sampaio”, *Em Conversations With*, 33. Observatório da Emigração, CIES, Iscte, Instituto Universitário de Lisboa. DOI: 10.15847/CIESOEMCW332023.
- Baganha, M. D. (1994). As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional. *Análise Social*, XXIX(128). pp. 959-980.
- Baganha, M. D.. (1998). A emigração atlântica e as migrações internas em Portugal. In Moya, A. M. (Coord.) *La sociedad y la economía en la Península Ibérica*, 4, pp. 215-228.
- Baganha, M. I.; Marques, J. C. & Góis, P. (2009). Imigrantes em Portugal: Uma síntese Histórica. *Imigração*, 56, pp. 115-126.
- Baganha, M. I.; Marques, J. C. & Góis, P. (2004a). Novas migrações, novos desafios: a imigração do Leste Europeu. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69, 95-115.
- Baganha, M. I. (2001). A cada Sul o seu Norte: dinâmicas migratórias em Portugal. In Santos, B. S. (Org.). *Globalização, Fatalidade ou Utopia?* (pp. 135-159). Edições Afrontamento.
- Baganha, M. I. & Góis, P. (1999). Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos?. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, pp. 229-280. <https://hdl.handle.net/10316/10903>

- Balcazar, Y. S., Suarez-Balcazar, Y. & Taylor-Ritzler, T. (2009). Cultural Competence: Development of a conceptual framework, *Disability and Rehabilitation*, 31(14), pp. 1153-1160. DOI: 10.1080/09638280902773752.
- Beck, U. (2011). Multiculturalism or Cosmopolitanism: How Can We Describe and Understand the Diversity of the World? *Social Sciences* 32(4), pp. 52–58.
- Betts, A. (2011, março). *The UK and global migration Governance*. [Briefing de política]. The migration observatory at the university of Oxford, U.K. <https://migrationobservatory.ox.ac.uk/resources/primers/the-uk-and-global-migration-governance/>
- Boccagni P (2015) (Super)diversity and the migration–social work nexus: A new lens on the field of access and inclusion? *Ethnic and Racial Studies* 38(4): 608–620.
- Boeije, H. R. (2010). *Analysis in Qualitative Research*. SAGE Publications Ltd.
- Bracons, H. (2018). Cultura, diversidade, interculturalidade e mediação: percepções dos estudantes de Serviço Social. *Revista Migrações*, 15, pp. 12-27. https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/709083/PAG_12-27_HELIA+BRACONS.PDF/358d2e8e-b40e-4962-84cc-1c8991cf6aeb.
- Bracons, H. (2018). *Interculturalidade, elementos para uma melhor compreensão*. Edições Universidade Lusófona.

C

- Cabecinhas, R. (2002). *Racismo e Etnicidade em Portugal, Uma análise psicossociológica da homogeneização das minorias*. [Tese de doutoramento, Universidade do Minho]. Repositorium: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/25/1/TESE_RC_FINAL.pdf.
- Caria, T. (2011). Perspetivar a intervenção social: reflexões e dados sobre o trabalho profissional e o uso do método etnográfico no terceiro setor. In Silva, P. et al. (eds.). *Etnografia e Intervenção Social: por uma praxis reflexiva* (pp. 271-296). Fernando Mão de Ferro.
- Carmo, H. (2001). A atualidade do desenvolvimento como estratégia de intervenção social. [Comunicação oral]. *1ª Conferência sobre Desenvolvimento Comunitário e Saúde Mental*. Lisboa, Portugal.
- Capucha, Luís. (2005). *Desafios da Pobreza*. Celta Editora.
- Cardoso, A. G. J. (1968)., o Fenómeno Económico Social da Emigração Madeirense, Coimbra, 1968, Sep. da Revista de Direito Administrativo, tomo XII, nº.3
- Carrapós, M. J. E., et al (1997). *Introducción al trabajo social: trabajo social con individuos y familias*, volume. 2. Editorial Aguacalara. ISBN: 8480181206, 9788480181204.
- Caparrós, M. J. E. (1998). *Manual de Trabajo Social (de práctica profesional)*. Alicante. Aguacalara.
- Castelo, C. (2009). Migração ultramarina: contradições e constrangimentos. *Emigração e Imigração*, 56, pp. 68-82. <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.1950>.
- Castelo, C. (2007). *Passagens para África: o povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974)*. Edições Afrontamento.
- Castles, S.; Hein, H. & Miller, M. J. (2014). *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World*. Macmillan. Palgrave

- Castles, S. (2010, jul/dez). Entendendo a Migração Global. Uma perspetiva desde a transformação social. *Revista Internacional Mobilidade Humana*, 35, pp. 11-43.
- Castles S. & Miller J. (2009). *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World* (4th edition). Palgrave MacMillan.
- Castles, S. (2005). *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios. Dos trabalhadores convidados às migrações globais*. Fim de Século.
- Castles, S., & Miller, M. J. (2003). *The Age of Migration. International Population Movements in the Modern World*. Palgrave Macmillan.
- Carvalho, M. I. L. B. (2016). Supervisão Profissional em Serviço Social: uma experiência de Sspervisão externa a coordenadores de serviços domiciliários para pessoas idosas. *Textos & Contextos*, 15(1), pp. 212.224).
- Civiera, N. C. & Diez, E. R. (2016). Enfoque basado en derechos humanos, trabajo social y menores nulnerables. In In Dyez, R. E. & Seller, E. P. (Eds). *Trabajo Social, Derechos Humanos e Innovación Social*. (pp. 301-316). Editorial Aranzadi, SA.
- CMMI – Comissão Mundial Sobre as Migrações Internacionais (2005). *As migrações num mundo interligado: novas linhas de acção*. Fundação Calouste Gulbenkian. https://www.iom.int/sites/g/files/tmzbd1486/files/jahia/webdav/site/myjahiasite/shared/shared/mainsite/policy_and_research/gcim/GCIM_Report_Complete_PT.pdf.
- Comissão Europeia. (2020). *Anexo da Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre o novo Pacto em matéria de Migração e Asilo*. Bruxelas. Consultado em 17 de maio de 2022. https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:85ff8b4f-ff13-11ea-b44f-01aa75ed71a1.0013.02/DOC_2&format=PDF
- Comissão Europeia, Direção-Geral da Migração e dos Assuntos Internos. (2012). *Glossário de migração e asilo: uma ferramenta para a melhoria da comparabilidade*, Serviço das Publicações, <https://data.europa.eu/doi/10.2837/78022>
- Comissão Europeia, Direção-Geral da Migração e dos Assuntos Internos. (2009). *Glossário sobre Migração*. OIM.
- Correia, L. (2018). Entrevista com a Arqueóloga Maria Ramalho. *Rede dos Construtores*. Consultado a 30.11.2020. https://www.rededosconstrutores.pt/entrevistas/entrevista-com-a-arqueologa-maria-ramalho_5
- Corvalán, J. R. (1996). *Los paradigmas de lo soial y las concepciones de intervención en la sociedad*. CIDE.
- Creese A. & Blackledge, A. (eds). (2018). *The Routledge Handbook of Language and Superdiversity*. Routledge.
- Creswell, J. W. (2007). *Projeto de pesquisa. Métodos qualitativo, quantitativo e misto* (2.ª ed.). Artmed.
- Czaika M & de Haas H. (2014), The Globalization of Migration: Has the world become more migratory? *International Migration Review*, 48(2), pp. 283-323.
- Dantas, M. G. (Coord). (2011). *Diagnóstico da população Imigrante nos Concelhos do Funchal, Câmara de Lobos e Santa Cruz. Desafios e Potencialidades para o Desenvolvimento Local*. Associação Insular de Geografia, ACIDI, I.P. <https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/183261/07.Madeira.VF.pdf/7878597a-13db-4c0b-8913-576c0bcae380>

- Departamento de Planeamento e Formação. (2005). Relatório Estatístico 2005. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2005.pdf.
- Departamento de Planeamento e Formação. (2004). Relatório Estatístico 2004. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2004.pdf.
- Devore, W. e Schlesinger, E.G. (1981). *Ethnic-Sensitive Social Work Practice*. C.V. Mosby.
- Dias, N. (2019). Imigração, patrimónios culturais e coesão social em contextos de superdiversidade: Estudo de caso de uma abordagem participativa na Freguesia de Arroios. *Cidades. Comunidades e Territórios*, 39, pp. 129-140. DOI: 10.15847/citiescommunitiesterritories.dec2019.039.art05.
- Dominelli, L. (2002). Anti-oppressive practice in contexto. In Adams, R. et al (eds.). *Social Work. Themes, Issues and Critical Debates*, 2.ª ed. (pp. 3-22). Palgrave Macmillan. DOI:10.1007/978-1-349-14400-6.
- Dustmann, C. & Frattini, T. (2011). Immigration: The European Experience. *Discussion Paper*, [online]. 6261. pp. 1-49. Disponível em: <https://docs.iza.org/dp6261.pdf>.
- Edwards, A. (2015). *Refugiado ou Migrante? O ACNUR incentiva a usar o termo correto*. UNHCR/ACNUR. Consultado a 22 de outubro de 2017. <https://www.acnur.org/portugues/2015/10/01/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto/>.
- Engbersen, G. (2012). Migration transitions in na era of liquid migration. In Okólski, M. (Ed.). (2012), *European Immigrations. Trends, Structures and Policy Implications*. (pp. 91-105). Amsterdam University Press. <https://doi.org/10.1515/9789048517275>.
- Estrela, J. (2020). Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2019. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2019.pdf>.
- Estrela, J. (2022). Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2021. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2021.pdf>.
- Ewijk, V. H. & Nowak, J. (2010). From assimilation to intercultural competences: a challenge for social work. In Van Ewijk (coord.). *European Social Policy and Social Work. Citizenship-based Social Wor.* (pp. 130-140). Routledge.
- Faleiros, V. P. (1997). *Saber Profissional e Poder Institucional*. (5.ª ed). Cortez Editora.
- Fernández-Borrero, M. A.; Medina, F. R. & Aguado, O. V. (2016). Trabajo Social e interculturalidade en contextos de diversidade. *Servicios Sociales y Política Social*, 111, pp. 45-57.
- Ferreira, P. M. (2017). *Migrações e Desenvolvimento*. Fundação Fé e Cooperação. https://www.fecongond.org/pdf/publicacoes/estudoMigracoes_coerencia.pdf
- Ferreira, J.; Rocha, H.; Ferreira, P. & Pérez, P. (2016). Derechos humanos y justicia social en la formación de trabajo social. In Dyez, R. E. & Seller, E. P. (Eds). *Trabajo Social, Derechos Humanos e Innovación Social*. (pp. 287-300). Editorial Aranzadi, SA.
- Flick, U. (2002). *An Introduction to Quality Research*. (2.ª ed.). Sage Publications.
- Fonseca, E. C. (2019). Prefácio. In Góis, P. *Casa Comum. Migrações e Desenvolvimento em Portugal. Avançar nas Práticas: rumo à inclusão e coesão social*. (pp. 5-7). Cáritas Portuguesa. <https://www.plataformaongd.pt/uploads/subcanais2/casa-comum-pt-digital.pdf>.

- Fook, J. (2018). Refletor sobre a Relação entre Teoria e Prática em Serviço Social. In Carvalho, M. I. & Pinto, C. (coords). *Serviço Social. Teorias e Práticas* (2-ª ed). (pp. 261-272). PACTOR.
- Fortin, M. F- (2009). *Fundamentos e Etapas no Processo de Investigação*. Lusididacta.
- Foucault, M., 1977. *Discipline and punish. The birth of the prison*. New York: Penguin Books.
- Franca, M.; Fernandes, J. L. J. & Cravidão, F. (2018). Geografia da religião em Portugal: minorias e diversidade religiosa. *Cadernos de Geografia*, 38, pp. 7-22. DOI: https://dx.doi.org/10.14195/0871-1623_38_1.
- Frutuoso, G. (1979). *Livro Segundo das Saudades da Terra*. P. Delgada, pp. 99-100.
- Gageiro, J. N. & Pestana, M. H. (2014). *Análise de Dados para Ciências Sociais. A Complementaridade do SPSS*. Edições Sílabo.
- Garrido, et al., (2019). Moving towards community cultural competence. *International journal of intercultural relations*, 73, pp. 80-101. <https://doi.org/10.1016/j.ijintrel.2019.09.002>.
- Geldof D (2016) Superdiversity and the city. In: Williams C (ed.). *Social Work and the City*. Cham. Springer, pp. 127–149.
- Góis, P. & Marques, J. C. (2018). Retrato de um Portugal migrante: a evolução da emigração, da imigração e do seu estudo nos últimos 40 anos. *e-cadernos CES [online]*, 29, consultado a 7 de dezembro 2022, DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.3307>.
- Gonçalves, M., & Matos, M. (2019). Questionário de competências culturais para profissionais de ajuda (QCC-PA): Tradução transcultural e validação fatorial. *Psychologica*, 62(2), pp. 23-40. https://doi.org/10.14195/1647-8606_62-2_2.
- Gonçalves, M., & Matos, M. (2016). Cultural Competence in Intervention with Immigrants: A Comparative Analysis Between Health Professionals, Social Workers and Police Officers. *Acta Médica Portuguesa*, 29(10), pp. 629–638. <https://doi.org/10.20344/amp.7121>.
- Gonçalves, P. C. (2011). Um imperialismo possível: fluxos migratórios e estratégias colonialistas na Europa mediterrânea (1870-1914). *História (São Paulo)*, 30(2), pp. 335-358. <https://doi.org/10.1590/S0101-90742011000200016>.
- Goodson L, & Grzymala-Kazłowska A. (2017). Researching migration in a superdiverse society: Challenges, methods, concerns and promises. *Sociological Research Online* 22(1), pp. 15–27.
- Gouardères, F. (2023). Regiões ultraperiféricas (RUP). *Fichas temáticas sobre a União Europeia*. Parlamento Europeu. Website. <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/100/regioes-ultraperifericas-rup->
- Granja, B. (2008). *Assistente Social – Identidade e saber*. [Tese de doutoramento]. Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar (ICBAS).
- Grzymala-Kazłowska A, & Phillimore J. (2018). Introduction: Rethinking integration. New perspectives on adaptation and settlement in the era of super-diversity. *Journal of Ethnic and Migration Studies* 44(2), pp. 179–196.
- Guerra, I. C. (2006). *Participação e Ação Coletiva. Interesses, Conflito e Consensos*. Principia.
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso*. Príncipia Editora.
- Healy, Karen (2001). *Trabajo Social: perspectivas contemporáneas*. Ediciones Morata e Fundación Paideia.

- Hernández, M. H. (2003). Comunicación y trabajo social. In García, T. F. & Bracho, C. A. *Introducción al trabajo social*. (pp. 555-596). Alianza. ISBN: 84-206-4321-1.
- Hill, A. & Hill, M. M. (2008). *Investigação por Questionário* (2.^a ed.). Edições Sílabo.
- Hiscock, P. (2013). Early Old World migrations of Homo sapiens: archaeology. In Ness, I. (Ed.). *The Encyclopedia of Global Human Migration*. (pp. 1-11). DOI: 10.1002/9781444351071.wbeghm806.
- Horta, A. P. B. (2010). Introdução. In Horta, A. P. B. (org.). *Revista Migrações - Número Temático Associativismo Imigrante*, 6, pp. 11-35. ACIDI.
- Hunt, L.A., (2007). *Inventing human rights. A history*. Recording for the Blind & Dyslexic.
- Idañez, M. J. A. & Ander-Egg, E. (2008). *Diagnóstico social: conceptos y metodología*. Rede Europeia Anti-Pobreza. <https://www.eas.pt/wp-content/uploads/2014/01/diagnostico-social-Diagn%C3%B3stico-Social-conceitos-e-metodologias-Maria-Jos%C3%A9-Aguilar-Id%C3%A1lez-e-Ezequiel-Ander-Egg-.pdf>
- ISSSCOOP (ed.). (1999). *Direitos Humanos e Serviço Social. Manual para Escolas e Profissionais de Serviço Social*. [Human Rights and Social Work]. Organização das Nações Unidas.
- Kerlinger, F. N; Lee, H. B. (2002) *Investigación del comportamiento: métodos de investigación en ciencias sociales*. McGraw-Hill Interamericana Editores.
- Laczko, F. & Apprave, G. (eds). (2013). *World Migration Report 2013. Migrant, Well-Being and Development*. International Organization for Migration (IOM).
- Laczko, F. & Apprave, G. (eds). (2011). *World Migration Report 2011. Coomunicating Effectively about Migration*. International Organization for Migration (IOM).
- Laufer, M. (2021). *Homo sapiens sapiens, Una Especie Migrante*. *Interciencia*, 46(1), pp. 5-7. <https://www.redalyc.org/journal/339/33965751001/html/>.
- Lee, J. J. H; Helke, J. & Laczko, F. (eds). (2015). *World Migration Report 2015. Migrants and Cities: New Partnerships to Manage Mobility*. International Organization for Migration (IOM).
- Lopes, J. T.; Vilaça, H. & Azevedo, N. (2018). Nota de apresentação. Da ambivalência do turismo na transformação das cidades. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Número temático – Cidade, cultura e turismo: novos cruzamentos*, pp. 9-12. DOI: 10.21747/08723419/soctem2018ap
- Lum, D. (2004). *Cultural Competence, Practice Stages, and Client Systems: A case study approach*. (1.^a ed.). Cengage Learning.
- Magalhães, M. G. (2003). Migrações Inter NUTS II e Projeções de População Residente. *Revista de Estudos Demográficos*, 31. pp.61-71.
- Marques, J. C. (2009). E Continuam a Partir: As Migrações Portuguesas Contemporâneas. *Ler História*, 56, pp. 27-44. <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.1936>.
- Martin S. F. (ed.) (2000) *World Migration Report 2000*. International Organization for Migration (IOM).
- Makimoto, T. & Manners, D. (1997). *Digital Nomad*. U.A. Wiley.
- McAuliffe, M. & Triandafyllidou A. (eds.). (2021). *Informe sobre las Migraciones en el Mundo 2022*. Organización Internacional para las Migraciones (OIM).

- McAuliffe, M. & Khadria, B. (eds.). (2020). *World Migration Report 2020*. International Organization for Migration (OIM).
- McAuliffe, M. & M. Ruhs (eds.). (2017). *World Migration Report 2018*. International Organization for Migration (IOM).
- Medeiros, C. A. (1976). A Colonização das Terras Altas da Huíla (Angola). *Estudo de Geografia Humana*. Centro de Estudos Geográficos.
- Megías, R. C. (2004). Naturaleza, objeto, objetivos y funciones del trabajo social. In García, T. F. & Bracho, C. A. (coords). *Introducción al Trabajo Social*, Alianza Editorial. (pp. 277-312). ISBN: 8420643211, 9788420643212.
- Meissner, F. & Vertovec, S. (2015). Comparing super-diversity. *Ethnic and Racial Studies* 38(4), pp. 541-555. <https://doi.org/10.1080/01419870.2015.980295>.
- Meissner F (2015) Migration in migration-related diversity? The nexus between superdiversity and migration studies. *Ethnic and Racial Studies* 38(4). Pp. 556–567. <https://doi.org/10.1080/01419870.2015.970209>.
- Midgley, J., (2001). Issues in International Social Work. Resolving Critical Debates in the Profession. *Journal of Social Work* 1(1), pp. 21–35.
- Mouro, H. (2009). *Modernização do Serviço Social. Da Sociedade Industrial à Sociedade do Risco*. Edições Almedina.
- Mouro, H. (2001). Serviço Social: Um Século de Existência. In Mouro, H. & Simões, D. (coords.). *100 anos de Serviço Social*. (pp. 23-60). Quarteto.
- National Association of Social Workers (2015). *Standards and Indicators for Cultural Competence in Social Work Practice*. <https://www.socialworkers.org/LinkClick.aspx?fileticket=PonPTDEBrn4%3D&portalid=0>.
- Navarro, C. M. G. & Hernández, M. A. (2016). El papel de la RSC en la defensa de los derechos humanos. In Dyez, R. E. & Seller, E. P. (Eds). *Trabajo Social, Derechos Humanos e Innovación Social*. (pp. 275-286). Editorial Aranzadi, SA.
- Niehoff, C. (2022). Diversidade, Justiça Social e Direitos Humanos no Serviço Social: ensinar conhecimento, competências e atitudes. In André G. & Jesus, A. (corrds). (2022). *Serviço Social, Direitos Humanos e Relações Interculturais*. (pp. 99-107). Universidade Católica Editora.
- Nolasco, C. (2016). Migrações Internacionais: Conceitos, Tipologias e Teorias. *Oficina do CES. Oficina n.º 435*, pp. 1-29. https://ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/14615_Oficina_434.pdf.
- Nowicka M. & Vertovec, S. (2014). Comparing convivialities: Dreams and realities of living-with-difference. *European Journal of Cultural Studies* 17(4): 341-356. <https://doi.org/10.1177/1367549413510414>.
- Núcleo de Planeamento MAI. (2002). Relatório Estatístico 2002. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2002.pdf.
- Núcleo de Planeamento MAI. (2001). ESTATÍSTICA. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2001.pdf.
- Núcleo de Planeamento MAI. (2000). ESTATÍSTICA. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2000.pdf.

- Oberlies, D. (2016). Social Work as a human rights profession? In Schwarzer et al. (eds.). *Transnacional Social Work and Social Welfare. Challenges for the social work profession*. Routledge. ISBN: 978-1-138-91278-6.
- Okólski, M. (2012). Transition from emigration to immigration. In Okólski, M. *European Immigrations. Trends, Structures and Policy Implications*. (pp. 23-44). Amsterdam University Press.
- Oliveira, C. R. & Gomes, N. (2019). *Indicadores de Integração de Imigrantes: relatório estatístico anual 2019*. Observatório das Migrações. <https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/383402/Indicadores+de+Integra%C3%A7%C3%A3o+de+Imigrantes.+Relat%C3%B3rio+Estat%C3%ADstico+Anual+2019/98bf34e6-f53f-41b9-add6-cdb4fc343b34>.
- Omelandiuk J. (ed.) (2005). *World Migration Report 2005. Costs and benefits of International Migration*. International Organization for Migration (IOM).
- Omelandiuk J. (ed.) (2003). *World Migration Report 2003. Managing Migration. Challenges and Responses for People on the Move*. International Organization for Migration (IOM).
- Ortega, M. M. (2007). *A Europa Face aos Novos Fluxos Migratórios. Colóquio Globalização, Pobreza e Migrações*. [Sessão de Conferência]. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra. Portugal.
- Ozkazanc-Pan, B. (2019) ‘Superdiversity’: A new paradigm for inclusion in a transnational world. *Equality, Diversity and Inclusion* 38(4), pp. 477–490. DOI:10.1108/EDI-07-2018-0134.
- Padilla, B., Azevedo J. & Olmos-Alcaraz, A. (2015). Superdiversity and conviviality: exploring frameworks for doing ethnography in Southern European intercultural cities. *Ethnic and Racial Studies*, 38(4). pp 621-635. DOI : 10.1080/01419870.2015.980294.
- Padilla, B., & Ortiz, A. (2012). Fluxos migratórios em Portugal: do boom migratório à desaceleração no contexto de crise. balanços e desafios. *REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 20(39), 159-184.
- Payne, M. (1997). *Teoria do Trabalho Social Moderno*. Quarteto.
- Pena, M. J. (2014). A relação profissional no quadro da intervenção do assistente social. *Revista Internacional de Trabajo Social y Bienestar*, 3, pp. 133-138. <http://hdl.handle.net/10071/9611>.
- Peña, B. C., (2011). Intervención social desde el Trabajo Social: un campo de fuerzas en pugna. *PERSPECTIVA Revista de Trabajo Social e intervención social*, 16, pp. 83-101. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=574261388005>.
- Peixoto, J., Oliveira, I., Azevedo, J., Marques, J. C., Gois, P., Malheiros, J., Madeira, P., Candeias, P., Ferreira, B., Schiltz, A., Ferro, A., & Santana, E. (2021). Nova emigração portuguesa: perfis, integração e expetativas. Em Cláudia Pereira, Jorge Malheiros, João Peixoto (Eds.). *Três estudos sobre a nova emigração portuguesa* (pp.7-35). Observatório da Emigração. 10.15847/CIESOMEE012021_2
- Peixoto, J. (2004a). As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias micro e macro Sociológicas. *SOCIUS Working Papers*, 11. ISEG
- Perdomo, R. P. (2006/2007). Os efeitos da migração. *Ethos Gubernamental*, IV, pp. 111-124. <https://eticapr.blob.core.windows.net/files/ETHOS-IV.pdf>
- Pereira, C.; Pinto, N. & Pires, R. P. (2015). Enfermeiros portugueses no Reino Unido 2014 [Portuguese nurses in the UK 2014], *O Em Fact Sheets*. 3, pp. 1-18.

- Piazza, W. F. (1999). *A Epopeia Açórico-Madeirense (1746-1756)*. CEHA.
- Pinho, F. (2016). Migrações e Crise: o colapso da emigração portuguesa para Espanha [Comunicação oral]. *IX Congresso Português de Sociologia*, Faro, Portugal.
- Pires, R. P., Azevedo, J., Vidigal, I. & Moura-Veiga, C. (2019). *Emigração Portuguesa: Relatório Estatístico 2019*. Observatório da Emigração.
- Pires, R. & Pereira, C. (2018). Migrações, qualificações e desigualdade social. In Carmo, R. M., Sebastião, J.; Azevedo, J.; Martins, S. C. & Costa, A. F. (Ed.). *Desigualdades sociais: Portugal e a Europa*. (pp. 335-352). *Mundos Sociais*.
- Pires, R. P. (2003). *Migrações e integração: teoria e aplicações à sociedade portuguesa* (1.ª ed.). Celta Editora.
- Portes, A. (2004). Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo imigrante. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69, pp. 73-93. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.1339>.
- Portes, A. & Böröcz, J. (1998). Migración contemporánea. Perspectivas teóricas sobre sus determinantes y sus modalidades de incorporación. In Malgesini, G. (org.), *Cruzando fronteras. Migraciones en el sistema mundial*. Barcelona. *ICARIA*, pp. 43-47. Fundación Hogar del Empleado,
- Portes, A. (1997). Immigration Theory for a New Century: Some Problems and Opportunities. *International Migration Review*, 31(4), pp. 799-825. <https://doi.org/10.1177/019791839703100402>.
- Portes, A. & Sensenbrenner, J. (1993). Embeddedness and Immigration: Notes on the Social Determinants of Economic Action, *American Journal of Sociology*, 98, pp. 1320-1350. <http://dx.doi.org/10.1086/230191>.
- Pride, M (2015), *Measuring superdiversity constructing a theoretical multi-dimensional framework*. [Unpublished MA dissertation]. University of Birmingham.
- Prelhaz, J. F. A. (2012). *Globalização das migrações*. [Dissertação de mestrado, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/7067>.
- Ranquet, Mathilde du (1996). *Los modelos de Trabajo Social, Intervención com personas y familias*, Siglo Veintiuno de España Editores, S.A.
- Ranquet, M. (2007). *Los modelos en Trabajo Social. Intervención com personas y familias*. Editora Siglo.
- Ribeiro, M. J. (Coord.). (2018). Relatório de Imigração, Fronteira e Asilo 2017. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2017.pdf>.
- Ribeiro, M. J. (Coord.). (2015). Relatório de Imigração, Fronteira e Asilo 2014. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2014.pdf.
- Ribeiro, J. L. P. (2010). *Metodologia de Investigação em Psicologia e Saúde* (3.ª ed.). Legis Editora.
- Ribeiro, O. (1985). *A ilha da Madeira até meados do século XX: estudo geográfico*. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa Ministério da Educação.
- Robertis, C. (2005). *Metodologia de La Intervención en Trabajo Social*. Lumen Humanitas.
- Rodrigues, J. N. & Devezas, T. (2009), *Portugal pioneiro da Globalização. A Herança das Descobertas*. Centro Atlântico. <https://www.centroatl.pt/titulos/desafios/globalizacao-reeducacao/imagens/excerto-livro-ca-portugal-opioneirodaglobalizacao-reeducacao.pdf>
- Rodríguez, M. S. (2020). Intervención Social desde el Trabajo Social. In Claros, G. M. (ed.). *Pensando la Intervención Social*. Editorial Universidade Santiago de Cali. DOI:10.35985/9789585583948.

- Sampieri, R. H. et al. (2007). *Metodologia de Pesquisa*. MacGraw Hill.
- Santos, B. S. (2008) A ilosioia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, pp. 11-43. <https://hdl.handle.net/10316/10813>
- Santos, B. S. (2004). Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e outro. [Sessão de Conferência] *Abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra, Portugal.
- Santos, B. S. (2002). *Pela Mão de Alice*. Edições Afrontamento.
- Santos, C. C. (2012). Organização da prática profissional do serviço social em modelos de intervenção social. *Intervenção social*, 39, pp. 121-144. <https://doi.org/10.34628/11m4-bj87>.
- Santos, I. (2009). *O Discurso Histórico sobre o Serviço Social em Portugal*. Universidade Católica Portuguesa.
- Sarró, R. e Mapril, J. (2011). Cidadãos e Súbditos»: imigração, cidadania e o legado colonial na Europa contemporânea. *Revista Migrações*, 8, pp. 27-34. https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/183863/Migracoes_8web27a34.pdf
- Schlesinger, E. G. & Devore, W. (1981). *Ethnic-Sensitive Social Woerk Practice*. C. V. Mosby.
- Schlesinger, E. G. and Devore, W. (1995). Ethnic Sensitive Social Work Practice: The State of the Art. *The Journal of Sociology & Social Welfare*, 1(22), pp. 29-58.
DOI: <https://doi.org/10.15453/0191-5096.2214>.
- Schrooten M, Geldof D. & Withaecx S. (2016). Transmigration and urban social work: Towards a research agenda. *European Journal of Social Work* 19(1), pp. 18–30. <https://doi.org/10.1080/13691457.2014.1001725>.
- Schwarzer, B.; Kammeer-Rutten, U.; Schleyer-Lindenmann, A. & Wang, Y. (eds.). (2016). *Transnacional Social Work and Social Welfare. Challenges for the social work profession*. Routledge. ISBN: 978-1-138-91278-6.
- Simões, T. E. F. (2019). *O papel da diáspora na política externa portuguesa*. [Dissertação de mestrado]. Universidade do Minho.
- Simonnet, J. C. D. (2002). *Mais Bela História do Homem. A de como a terra se tornou humana*. Difel.
- Spoonley, P. (2014). Superdiversity, social cohesion and economic benefis. *IZA World of Labor*, 46, pp. 1-10.
DOI: 10.15185/izawol.46.
- Staub-Bernasconi, S. (2016). Social Work and Human Rights—Linking Two Traditions of Human Rights in Social Work. *Journal Human. Rights Social. Work* 1, pp. 40–49. <https://doi.org/10.1007/s41134-016-0005-0>.
- Staub-Bernasconi, S., (2012). Social Work as Theory and Practice’, in L.M. Healy and R.J. Link (Eds.). *Handbook of International Social Work. Human rights, development, and the global profession*. (pp. 30-36). Oxford University Press.
- Staub-Bernasconi, S. & Wronka, J. (2012), Humn Rights. In Lyon, K, et al. (eds.). *The SAGE Handbook of International Social work*. (pp. 70-84). SAGE Publications.
- Suarez-Balcazar, Y. et al., (2011). Development and Validation of the Cultural Competence Assessment Instrument: A Factorial Analysis. *Journal of Rehabilitation*, 77(1), pp. 4-13. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/286735453_Development_and_Validation_of_the_Cultural_Competence_Assessment_Instrument_A_Factorial_Analysis.

- Sue, D. W., Rasheed, M. N. & Rasheed, M. J. (2016). *Multicultural social work practice: a competency-based approach to diversity and social justice*. (2.^a ed). John Wiley & Sons, Inc. Hoboken.
- Sue, D. W., & Sue, D. (2008). *Counseling the culturally diverse: Theory and practice*. (5th ed.). New York: Wiley & Sons.
- Sue, D. W. (2001). Multidimensional facets of cultural competence. *The Counseling Psychologist*, 29, pp. 790-821. doi: 10.1177/0011000001296002.
- Susan, K., et al. (2009). *The rhetoric of social intervention an introduction*. SAGE.
- Trenkwalder-Egger, A. (2022). Necessidades humanas na ciência social e no Serviço Social. In André, G. & Jesus, A. (coord.). *Serviço Social, Direitos Humanos e Relações Interculturais*. (pp. 54-69). Universidade Católica Portuguesa.
- Valtonen, K. (2008). *Social Work and Migration. Immigrant and Refugee Settlement and Integration*. Ashgate.
- Vertovec, S. (2019). Talking about super-diversity. *Ethnic and Racial Studies*, 42(1), pp. 125-139. DOI: 10.1080/01419870.2017.1406128.
- Vertovec S. (2010). Towards post-multiculturalism? Changing communities, conditions and contexts of diversity. *International Social Science Journal*, 61(199), pp. 83-95. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2451.2010.01749.x>.
- Vertovec, S. (2007). Super-diversity and its implications. *Ethnic and Racial Studies*, 30(6), pp. 1024-1054. <https://doi.org/10.1080/01419870701599465>.
- Vidigal, I. (2018). Emigração portuguesa para o Canadá, 1966-2016, *O Em Fact Sheets*, 7, pp. 1-18. DOI 10.15847/CIESOEMFS072018.
- Vieira, A. (2017). Será o Arquipélago da Madeira no século XV a primeira etapa da globalização? *Cadernos de divulgação: Projeto “MEMÓRIA-Nona Ilha”*, 7, pp. 3-98.
- Vieira, A. (2008). A Civilização do Açúcar na Madeira in Franco, E. (coord.). *Cultura Madeirense- Temas e Problemas*. (pp.56-80). Campo das Letras-Editores Sa.
- Vieira, A. (coord.) (2004). Açúcares, meles e aguardentes no quotidiano madeirense, O Açúcar e o Quotidiano. *CEHA*. pp.15-28.
- Vieira, A. (2003). A Madeira e o mercado do Açúcar nos séculos XV a XVI. História do Açúcar-Rotas e Mercados. *CEHA*, pp.55-90.
- Vieira, A. (coord.) (2001). As Migrações e os Descobrimentos Portugueses. Séculos XV e XVI. Imigração e Emigração nas ilhas. *CEHA*. pp.27-62.
- Wronka, J.M. (1992). *Human Rights and Social Policy in the 21st Century: A History of the Idea of Human Rights and Comparison of the United Nations Universal Declaration of Human Rights with United States Federal and State Constitutions*. University Press of America.

ANEXOS

Anexo I - Parecer do orientador para a comissão de ética do SESARAM, EPERAM



Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Ética do SESARAM,

Dr. Paulo Fidalgo,

O projeto de investigação em curso, com o tema "*Intervenção Social [Culturalmente Competente] com imigrantes na RAM*", a ser realizado pela doutoranda Lina Pereira e sob a minha orientação, integra uma investigação onde **não** existe tratamento de *dados pessoais* dos participantes, de acordo com o Regulamento Geral da Proteção de Dados (RGPD); com o Código de Conduta Ética na Investigação pelo Despacho n.º 86/2016 do Reitor do ISCTE-IUL e pelas próprias orientações aos investigadores sobre proteção de dados pessoais em atividades científicas no ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.

O inquérito a aplicar é composto por 6 partes, nomeadamente, (1) perfil profissional; (2) perfil institucional; (3) formação no âmbito das migrações; (4) supervisão profissional; (5) perfil do imigrante e, (6) Questionário de Competências para Profissionais de Ajuda (QCC-PA), cujos dados são **totalmente anónimos**.

Por este mesmo motivo não se verifica, em nenhum momento do inquérito, a possibilidade de **identificar, "direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador (...) da identidade física, psicológica, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular"**.

Da mesma forma, **o presente projeto de investigação não inclui nenhum dos critérios definidos pelo Iscte-Instituto Universitário de Lisboa que obrigue à sua submissão e aprovação pela Comissão de Ética do Iscte ou a consulta do Encarregado de Proteção de Dados**, pois só se verificaria quando (e se) "*o tratamento [dos dados] for suscetível de implicar um elevado risco para os direitos e liberdades das pessoas singulares*". Salienta-se que, embora o RGPD não defina "elevado risco", torna-se obrigatória a análise prévia pela Comissão e a respetiva Avaliação de Impacto na Proteção de Dados Pessoais (AIPD) sempre que se verificar o plasmado no artigo 35.º, número 3 do RGPD.

Por tudo isto, o presente inquérito cumpre com todos os requisitos legais em vigor sobre a proteção de dados pessoais, estando assegurada a conformidade científica e académica necessárias num processo investigativo.

Lisboa, 21 de novembro de 2022,

Pablo Álvarez-Pérez

O orientador

Iscte - Instituto Universitário de Lisboa • Av. Forças Armadas, 1649-026 Lisboa • ☎ +351 217 903 000 • ✉ geral@iscte-iul.pt



Anexo II - Modelos dos pedidos de autorização e guiões das entrevistas no I e II momentos

Exmos (as) Investigadores/
Presidente da Associação/Junta de Freguesia
Secretária Regional da Inclusão e dos Assuntos
Sociais/
Centro Local de Apoio ao Imigrante e Integração
na Madeira (CLAII)

Assunto: Pedido de autorização para a realização do estudo empírico – entrevista de especialistas - no âmbito do Doutoramento em Serviço Social

Exmo(a) Investigador(a) / Presidente da Associação / Secretária Regional da Inclusão e dos Assuntos Sociais

Sou aluna do Doutoramento em Serviço Social, pelo ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, com o tema de investigação “Intervenção social com imigrantes na RAM e desafios para a prática profissional do Serviço Social”, com a orientação da Professora Doutora Helena Mouro.

Pela profundidade e especificidade exigida numa investigação de doutoramento, venho, pelo presente, solicitar a V. colaboração e autorização para a realização de uma entrevista, cujo guião se encontra em anexo. Da mesma forma, faz parte integrante deste documento um breve resumo do projeto de investigação.

Todas as informações recolhidas serão transcritas e remetidas a V. Exa., afirmando que, o uso das informações será apenas utilizado para a discussão académica.

Todos os dados serão, assim, recolhidos com a devida autorização dos entrevistados, garantindo a investigadora a confidencialidade e o anonimato. Da mesma forma, é garantida a liberdade ao entrevistado de parar a sua participação na investigação, sem que disso advenha qualquer penalização.

Agradeço desde já a sua atenção, certa da sua melhor atenção.

Aguardo a sua resposta,

Gaula, 25 de outubro de 2014

(**Lina Graciela Jardim Pereira**)

Modelo do guião de entrevista a decisores políticos/de coordenação de serviços

- 1) Instituição onde trabalha:
 - a. Breve caracterização (setor, recursos)?
 - b. Que tipo de estudos a instituição tem desenvolvido? No âmbito das imigrações para a Região?
- 2) Realidade imigratória na RAM:
 - a. Da sua experiência, que tipo de imigrantes temos na RAM? (Homogeneidade ou heterogeneidade do grupo?) Podemos falar em tipologias de imigrantes?
 - b. No que se refere às dinâmicas migratórias, e de acordo com a recolha de informações que desenvolveram juntos dos imigrantes:
 - i. Que dificuldades foram sentidas aquando da sua chegada à Região?
 - ii. Há vínculos que caracterizam esta imigração? Ou existiram acontecimentos/momentos que diferenciaram a forma de imigração?
 - iii. Quais os principais motivos apresentados para que a opção recaísse no destino “Madeira”?
 - iv. Neste momento, como caracterizaria as imigrações para a RAM?
 - c. Chegados à RAM, da sua experiência, como descreveria o acolhimento e integração destes imigrantes? Considera que esta população encontra-se integrada?
 - d. No que concerne à especificidade do âmbito da intervenção social com imigrantes, é do seu conhecimento que os imigrantes, na RAM, tenham sido apoiados por instituições de apoio social?
 - i. Que tipos de apoio?
 - ii. Dispersão geográfica destes imigrantes (a solicitar apoio)?
 - e. Da sua experiência, que desafios se colocam à RAM, no que toca à imigração?
 - i. Ao nível político?
 - ii. Ao nível da comunidade?
 - iii. Ao nível institucional (de todas as que integram a “teia” de relações dos imigrantes, nomeadamente, serviços de acolhimento, de acompanhamento e de apoio social, quando se justifica)?
 - iv. Ao nível profissional (dos profissionais de acolhimento, acompanhamento e apoio aos imigrantes)?

Modelo do guião de entrevista a investigadores

1. Instituição onde trabalha:
 - a. Breve caracterização (setor, recursos)?
 - b. Que tipo de apoios promove a instituição?
 - c. Funções que desempenha na instituição?

2. População apoiada:

- . Geral
- a. Imigrantes

Tipologia de imigrantes?

Tipologia de apoio solicitado? Forma de chegada à instituição?

Dispersão geográfica? Acompanhamento?

3. Projetos desenvolvidos ou em desenvolvimento:

- . Geral
- a. População imigrante
 - i. Da intervenção social desenvolvida com esta população, que principais constrangimentos sentiram na chegada (acolhimento)?
 - ii. Da sua experiência, considera que esta população se encontra integrada?
 - iii. Atualmente, que principais problemáticas referem?
 - iv. Que desafios considera que se colocam à sociedade regional no que toca à imigração?
 - v. Tendo em consideração a sua experiência e conhecimento de proximidade com esta realidade, que propostas, no âmbito da intervenção social com imigrantes, considera fundamentais para concretizar, com vista à sua integração?
 1. Ao nível político?
 2. Ao nível da comunidade?
 3. Ao nível institucional?
 4. Ao nível profissional?

Modelo do guião de entrevista a profissionais

1. Instituição onde trabalha: breve caracterização
2. Funções que desempenha
3. Intervenção social desenvolvida: processo metodológico? Técnicas e estratégias?
4. Intervenção social junto ao imigrante: diferenciação face à intervenção com população residente?
5. Da sua experiência:
 1. O seu trabalho é desenvolvido/foi desenvolvido, essencialmente, com pessoas de que nacionalidades? Motivos?
 2. Que principais dificuldades eram apresentadas pelos imigrantes (daquilo que eles referiam)?
 3. Quais as principais problemáticas que esta população apresenta?
 4. Considera que esta população encontra-se integrada?
 5. No âmbito da intervenção, tem propostas que possam ser desenvolvidas, com vista a efetivar ou complementar a integração dos imigrantes que cá estão (ou que venham a chegar)?
 6. Que desafios considera que se colocam à sociedade regional no que toca à imigração?
 7. Tendo em consideração a sua experiência e conhecimento de proximidade com esta realidade, que propostas, no âmbito da intervenção social com imigrantes, considera fundamentais para concretizar, com vista à sua integração?
 1. Ao nível político?
 2. Ao nível da comunidade?
 3. Ao nível institucional?
 4. Ao nível profissional?

Anexo III – Modelo dos pedidos de autorização e dos guiões dos focus group

Exma. Sra.

Secretária Regional da Inclusão e dos Assuntos Sociais

Assunto: Solicitação de autorização de realização do estudo empírico no âmbito do Doutoramento em Serviço Social ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa.

No âmbito do Doutoramento em Serviço Social no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, venho por este meio solicitar colaboração na realização do estudo intitulado “Processo (s) Imigratório (s) na RAM: Desafios para a Intervenção Social [culturalmente competente] do Serviço Social”, da autoria de Lina Graciela Jardim Pereira, com a orientação científica do Professor Doutor Pablo Álvarez Pérez.

Os dados serão analisados e interpretados no conjunto e a recolha dos mesmos será realizada no âmbito da situação supracitada, sempre que os participantes a autorizarem, pelo que a confidencialidade e o anonimato serão sempre garantidos (consentimento informado).

Pelo exposto solicito autorização para a realização da pesquisa empírica na unidade específica do vosso centro local de Segurança Social de São Martinho, nomeadamente, na valência dos regimes e na valência do centro comunitário, devendo a doutoranda iniciar a recolha de dados assim que seja possível, com disponibilidade de horários.

Certos de que a investigação proposta servirá, também, os interesses da vossa organização, sendo que os resultados obtidos serão, necessariamente, apresentados aos entrevistados e à instituição, reafirmando a sua não divulgação, para além da discussão académica, sem a vossa prévia autorização formal.

A recolha de dados será concretizada através da técnica do focus group.

Certo da melhor atenção e cooperação, aguardo a vossa resposta

Professor Doutor Pablo Álvarez Pérez

Anexo IV – Modelo de Consentimento informado

Eu, abaixo-assinado, _____

fui informado/a de que o estudo de investigação subordinado ao tema os processos migratórios na RAM e as suas dinâmicas ao nível da intervenção social [culturalmente competente] do Serviço Social, cujos objetivos visam, essencialmente, responder a dois eixos: (1) identificar, analisar e caracterizar as dinâmicas migratórias na RAM e (2) identificar, caracterizar e analisar a intervenção social [culturalmente competente] com imigrantes, na RAM.

Foi-me esclarecido, antes de iniciar as entrevistas/focus group, sobre os objetivos específicos do estudo, tendo-me sido garantido que os dados relativos à identificação dos participantes são confidenciais e que será mantido o anonimato. Sei que posso recusar-me a participar ou interromper, em qualquer momento, a participação no estudo, sem nenhum tipo de penalização.

A minha participação no estudo é totalmente livre e voluntária, tendo a liberdade para a participação e/ou interromper para esclarecer qualquer dúvida que possa surgir.

Concordo com a gravação integral do áudio das sessões, sem gravação de imagem, sob as condições supramencionadas.

Assim, estando informado/a e compreendendo os termos de participação, eu aceito participar de livre vontade no estudo e consinto o uso e divulgação dos resultados obtidos da informação anonimizada recolhida, no contexto académico e científico e para este fim em exclusivo.

Funchal, ___ de _____ de 201__

Assinatura do Participante: _____

Assinatura da Investigadora: _____

Anexo V –Pedido de autorização para a aplicação da escala QCC-PA



LinaG_Pereira <linag1986@gmail.com>

Pedido de autorização para utilização do Questionário QCC-PA

1 mensagem

Lina Pereira <linag1986@gmail.com>

10 de junho de 2022 20:16

Para: marianagoncalves@psi.uminho.pt, marianavgcosta@gmail.com

Exma Sra. Professora Doutora Mariana Gonçalves,

Encontro-me a realizar um estudo de investigação, no âmbito do doutoramento em Serviço Social no ISCTE-IUL, intitulado "Processo (s) imigratório (s) na Região Autónoma da Madeira: Desafios para a intervenção social culturalmente competente do Serviço Social", tendo como orientador o professor doutor Pablo Álvarez-Peréz.

Dos objetivos de estudo, um deles foca-se no conhecimento e análise da perceção das competências culturais dos profissionais que desenvolvem intervenção social com imigrantes, na RAM.

Como instrumento de recolha de dados, gostaria de utilizar o questionário por si traduzido e validado para a população portuguesa, em parceria com professora doutora Marlene Matos: *Questionário de Avaliação de Competências Culturais para profissionais de ajuda (QCC-PA)*.

Neste sentido, venho pedir a autorização para a utilização do referido instrumento, bem como a sua disponibilização para o efeito.

Sem outro assunto de momento,

Certa da sua melhor atenção e consideração, agradeço desde já a sua disponibilidade,

Com os melhores cumprimentos e elevada estima,

Lina Pereira

Tel: 964672736

Pedido de autorização para utilização do Questionário QCC-PA - Tese doutoramento ISCTE-IUL

1 mensagem

Lina Pereira <linag1986@gmail.com>
Para: mmatos@psi.uminho.pt

27 de junho de 2022 10:42

Exma Sra. Professora Doutora Marlene Matos

Encontro-me a realizar um estudo de investigação, no âmbito do doutoramento em Serviço Social no ISCTE-IUL, intitulado "Processo (s) imigratório (s) na Região Autónoma da Madeira: Desafios para a intervenção social culturalmente competente do Serviço Social", tendo como orientador o professor doutor Pablo Álvarez-Peréz.

Dos objetivos de estudo, um deles foca-se no conhecimento e análise da perceção das competências culturais dos profissionais que desenvolvem intervenção social com imigrantes, na RAM.

Como instrumento de recolha de dados, gostaria de utilizar o questionário por si traduzido e validado para a população portuguesa, em parceria com professora doutora Mariana Gonçalves: *Questionário de Avaliação de Competências Culturais para profissionais de ajuda (QCC-PA)*.

Neste sentido, venho pedir a autorização para a utilização do referido instrumento, bem como a sua disponibilização para o efeito.

Sem outro assunto de momento,
Certa da sua melhor atenção e consideração, agradeço desde já a sua disponibilidade,

Com os melhores cumprimentos e elevada estima,
Lina Pereira
Tel: 964672736

Re: Pedido de autorização para utilização do Questionário QCC-PA ▾ Caixa de entrada x **Mariana Adelaide Vieira Gonçalves Costa**
para mim ▾ qua., 13 de jul. 11:31

Cara Lina

peço desculpa pela resposta tardia a este email. Poderá utilizar o nosso instrumento no seu projeto de investigação. Segue em anexo.

Disponha para qualquer esclarecimento adicional que necessite.

Com os melhores cumprimentos

Mariana Gonçalves

Researcher, PhD

Research Lab Victims, Offenders and Justice System |

Psychology Research Centre | School of Psychology

University of Minho



Universidade do Minho

Anexo VI – Inquéritos por questionário aplicados no estudo

Intervenção Social [Culturalmente Competente] do Serviço Social na RAM

Desde a década de 1980, verifica-se uma maior atenção ao nível da intervenção social com imigrantes, no campo do Serviço Social. Neste domínio, tem vindo a adquirir relevância a intervenção "culturalmente competente", matéria que tem consubstanciado um número crescente de estudos científicos. Inclusive, as competências culturais tornaram-se no desiderato da própria responsabilidade ética do Serviço Social (NASW, 2008).

Este inquérito corporiza um dos momentos de uma investigação no âmbito do doutoramento em Serviço Social do Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, intitulado "*Processos Imigratórios na RAM: que desafios para a Intervenção Social [Culturalmente Competente] do Serviço Social da Região?*".

Assim, os principais objetivos desta investigação são: conhecer as dinâmicas imigratórias na RAM, identificar os contextos organizacionais que desenvolvem intervenção social com imigrantes e conhecer e analisar a perceção das competências culturais dos trabalhadores sociais que desenvolvem intervenção social com imigrantes, de forma particular, dos assistentes sociais da RAM. O presente inquérito enquadra-se neste último objetivo e é composto por 6 partes que integram:

1. Perfil do profissional
2. Perfil institucional
3. Formação no âmbito das migrações
4. Supervisão profissional
5. Perfil do imigrante
6. Questionário de Competências para profissionais de Ajuda (QCC-PA)

O inquérito tem como destinatários os técnicos superiores com intervenção na área social, especificamente **Assistentes Sociais, Psicólogos, Sociólogos, Educadores Sociais e Política social**, que integram a administração pública regional na área da saúde, da inclusão e cidadania; instituições particulares de solidariedade social que estabeleçam protocolos de cooperação (ou equiparados) com o ISSM, IP-RAM, as autarquias locais e, pela importância do setor da habitação no âmbito da intervenção social, a IHM, EPERAM.

O tempo estimado de participação é de 20 minutos.

Pedimos, assim, o preenchimento do inquérito até 14/12/2022

A sua colaboração é muito importante na nossa investigação. Participe e ajude-nos a conhecer melhor a nossa profissão!

*Obrigatório

Consentimento informado

O presente estudo tem enquadramento num projeto de investigação em curso no Iscte - Instituto Universitário de Lisboa com vista a identificar, analisar e compreender os processos migratórios na RAM e as suas dinâmicas ao nível da intervenção social [culturalmente competente] do Serviço Social.

O estudo é realizado por Lina Pereira, cujo endereço de correio eletrónico é linadout2013@gmail.com, através do qual poderá contactar caso pretenda esclarecer uma dúvida ou partilhar algum comentário.

A sua participação no estudo, que será muito valorizada, irá contribuir para o avanço do conhecimento neste domínio da ciência, nomeadamente, na perceção das competências culturais dos profissionais de ajuda que que trabalham com imigrantes, na RAM. Não existem riscos significativos expectáveis associados à participação no estudo.

A participação no estudo é estritamente **voluntária**: pode escolher livremente participar ou não participar. Se tiver escolhido participar, pode interromper a participação em qualquer momento sem ter de prestar qualquer justificação. Para além de voluntária, a participação é também **anónima e confidencial**. Os dados obtidos destinam-se apenas a tratamento estatístico e nenhuma resposta será analisada ou reportada individualmente. Em nenhum momento do estudo precisa de se identificar.

Declaro ter compreendido os objetivos de quanto me foi proposto e explicado pelo/a investigador/a, ter-me sido dada oportunidade de fazer todas as perguntas sobre o presente estudo e para todas elas ter obtido resposta esclarecedora.

1. *

Marcar apenas uma oval.

- Aceito participar no estudo acima mencionado.
- Não aceito participar no estudo acima mencionado.

2. Se pretender obter feedback sobre os resultados desta investigação, por favor, escreva o seu e-mail

PERFIL PROFISSIONAL

3. 1. Sexo *

Marcar apenas uma oval.

Feminino

Masculino

PERFIL PROFISSIONAL

4. 2. Idade *

Marcar apenas uma oval.

- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30
- 31
- 32
- 33
- 34
- 35
- 36
- 37
- 38
- 39
- 40
- 41
- 42
- 43
- 44
- 45
- 46
- 47
- 48
- 49
- 50
- 51

- 52
- 53
- 54
- 55
- 56
- 57
- 58
- 59
- 60
- 61
- 62
- 63
- 64
- Mais de 65

PERFIL PROFISSIONAL

5. 3. Profissão *

Marcar apenas uma oval.

- Assistente Social
- Sociólogo/a
- Educador/a Social
- Licenciado/a em Política Social
- Psicólogo/a
- Outro: _____

PERFIL PROFISSIONAL

6. 4. Grau acadmico mais elevado *

Marcar apenas uma oval.

- Licenciatura
- Pós-graduação
- Mestrado
- Doutorado
- Pós-doutorado

PERFIL PROFISSIONAL

7. 5. rea de atuação (selecione uma ou mais opções): *

Marque todas que se aplicam.

- Ação social
- Habitação
- Saúde
- Idosos
- Crianças e Jovens
- Intervenção Comunitária
- Outro: _____

PERFIL PROFISSIONAL

8. 6. Funções que desempenha atualmente *

Marcar apenas uma oval.

- Coordenação/chefia
- Técnico Superior
- Ambas, predominantemente coordenação/chefia
- Ambas, predominantemente técnico superior
- Outro: _____

FORMAÇÃO NO ÂMBITO DAS MIGRAÇÕES (por motivação pessoal e não promovida pela sua entidade patronal)?

9. 7. Fez formação específica no âmbito das migrações (por motivação pessoal e não promovida pela sua entidade patronal)? *

Marcar apenas uma oval.

Sim *Pular para a pergunta 10*

Não *Pular para a pergunta 11*

FORMAÇÃO NO ÂMBITO DAS MIGRAÇÕES (por motivação pessoal e não promovida pela entidade patronal)

10. 7.1. Especifique, por favor, o **tipo** de formação feito (ex: workshop, seminário, etc.); o **tema** central da formação, o número de **horas** e o **ano** em que a realizou. Se fez mais do que uma formação, repita o esquema (1-tipo/2-tema/3-horas/4-ano(s)) com as que considere mais importantes. *

PERFIL INSTITUCIONAL

11. 8. Entidade onde trabalha *

Marcar apenas uma oval.

- ISSM, IP-RAM
- IHM, EPERAM
- IEM, IP-RAM
- SESARAM, EPERAM
- Autarquia local
- IPSS
- Associação sem fins lucrativos
- Outra entidade da Economia Social

PERFIL INSTITUCIONAL

12. 9. Qual o principal Município de intervenção? *

Marcar apenas uma oval.

- Funchal *Pular para a pergunta 13*
- Santa Cruz *Pular para a pergunta 14*
- Machico *Pular para a pergunta 15*
- Porto Santo *Pular para a pergunta 25*
- Santana *Pular para a pergunta 16*
- Porto Moniz *Pular para a pergunta 17*
- São Vicente *Pular para a pergunta 18*
- Calheta *Pular para a pergunta 19*
- Ponta do Sol *Pular para a pergunta 20*
- Ribeira Brava *Pular para a pergunta 21*
- Câmara de Lobos *Pular para a pergunta 22*

PERFIL INSTITUCIONAL

Funchal

13. 9.1. Se escolheu Funchal, por favor seleccione (a) Freguesia(s) *

Marque todas que se aplicam.

- Imaculado Coração de Maria
- Monte
- Santa Luzia
- Santa Maria Maior
- Santo António
- São Gonçalo
- São Martinho
- São Pedro
- São Roque
- Sé
- Todas

Pular para a pergunta 23

PERFIL INSTITUCIONAL

Santa Cruz

14. 9.2. Se escolheu Santa Cruz, por favor seleccione a(s) Freguesia(s)

Marque todas que se aplicam.

- Camacha
- Caniço
- Gaula
- Santa Cruz
- Santo António da Serra
- Todas

Pular para a pergunta 23

PERFIL INSTITUCIONAL

Machico

15. 9.3. Se escolheu Machico, por favor seleccione a(s) Freguesia(s)

Marque todas que se aplicam.

- Água de Pena
- Caniçal
- Porto da Cruz
- Santo António da Serra
- Todas

Pular para a pergunta 23

PERFIL INSTITUCIONAL

Santana

16. 9.4. Se escolheu Santana, por favor seleccione a(s) Freguesia(s)

Marque todas que se aplicam.

- Arco de São Jorge
- Faial
- Ilha
- Santana
- São Jorge
- São Roque do Faial
- Todas

Pular para a pergunta 23

PERFIL INSTITUCIONAL

Porto Moniz

17. 9.5. Se escolheu Porto Moniz, por favor seleccione a(s) Freguesia(s)

Marque todas que se aplicam.

- Achadas da Cruz
- Porto Moniz
- Ribeira da Janela
- Seixal
- Todas

Pular para a pergunta 23

PERFIL INSTITUCIONAL

São Vicente

18. 9.6. Se escolheu São Vicente, por favor selecione a(s) Freguesia(s)

Marque todas que se aplicam.

- Boaventura
- Ponta Delgada
- São Vicente
- Todas

Pular para a pergunta 23

PERFIL INSTITUCIONAL

Calheta

19. 9.7. Se escolheu Calheta, por favor selecione a(s) Freguesia(s)

Marque todas que se aplicam.

- Arco da Calheta
- Calheta
- Estreito da Calheta
- Fajã da Ovelha
- Jardim do Mar
- Paúl do Mar
- Ponta do Pargo
- Prazeres
- Todas

Pular para a pergunta 23

PERFIL INSTITUCIONAL

Ponta do Sol

20. 9.8. Se escolheu Ponta do Sol, por favor seleccione a(s) Freguesia(s)

Marque todas que se aplicam.

- Ponta do Sol
- Canhas
- Madalena do Mar
- Todas

Pular para a pergunta 23

PERFIL INSTITUCIONAL

Ribeira Brava

21. 9.9. Se escolheu Ribeira Brava, por favor seleccione a(s) Freguesia(s)

Marque todas que se aplicam.

- Campanário
- Ribeira Brava
- Serra de Água
- Tabua
- Todas

Pular para a pergunta 23

PERFIL INSTITUCIONAL

Câmara de Lobos

22. 9.10. Se escolheu Câmara de Lobos, por favor seleccione a(s) Freguesia(s)

Marque todas que se aplicam.

- Câmara de Lobos
- Estreito de Câmara de Lobos
- Jardim da Serra
- Quinta Grande
- Curral das Freias
- Todas

Pular para a pergunta 23

PERFIL INSTITUCIONAL

23. 10. Considerando as particularidades do contexto regional, se a sua intervenção abrange mais do que um Município, seleccione o(s) outro(s) onde intervém: *

Marque todas que se aplicam.

- Funchal
- Santa Cruz
- Machico
- Porto Santo
- Santana
- Porto Moniz
- São Vicente
- Calheta
- Ponta do Sol
- Ribeira Brava
- Câmara de Lobos
- Não se aplica

24. 10.1. Destes, pode indicar a(s) freguesia(s) de intervenção?

PERFIL INSTITUCIONAL

25. 11. No seu quotidiano profissional, as relações interinstitucionais são feitas: *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nada utilizada	Pouco utilizada	Medianamente utilizada	Muito utilizada
Através de telefone institucional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Através de e-mail institucional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Através de plataforma partilhada entre serviços	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Através de parcerias interinstitucionais (via protocolos)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Através de trabalho colaborativo (entre equipas/serviços)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Através de telefone ou e-mail pessoal (cooperação informal)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

26. 11.1. Quais são outras formas de fazer e/ou manter as relações interinstitucionais não descritas na pergunta anterior? *

Marcar apenas uma oval.

- Descritas, totalmente, na questão anterior
- Outro: _____

27. 12. De todas as anteriores, qual a forma de relação interinstitucional que mais utiliza? *

FORMAÇÃO NO ÂMBITO DAS MIGRAÇÕES (promovida pela entidade patronal)

28. 13. A entidade para o qual trabalha já promoveu formação sobre migrações? *

Marcar apenas uma oval.

Sim *Pular para a pergunta 29*

Não *Pular para a pergunta 30*

FORMAÇÃO NO ÂMBITO DAS MIGRAÇÕES

29. 13.1. Especifique, por favor, o **tipo** de formação feito (ex: workshop, seminário, etc.); o **tema** central da formação, o número de **horas** e o **ano** em que a realizou . Se fez mais do que uma formação, repita o esquema (1-tipo/2-tema/3-horas/4-ano) com as que considere mais importantes. *

PERFIL INSTITUCIONAL

30. 14. Alguma vez trabalhou com um(a) imigrante? (Aqui, considere imigrante os regressados da Venezuela, cônjuges e descendentes). *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não *Pular para a pergunta 39*

PERFIL DO IMIGRANTE

31. 15. Qual a composição média do agregado familiar do imigrante com o qual trabalha? *

Marcar apenas uma oval.

- O próprio
- 1
- 2
- 3
- 4
- 5 ou mais
- Não se aplica

PERFIL DO IMIGRANTE

32. 16. Numa escala de 1 a 5, classifique a frequência com a qual trabalha com imigrantes destas nacionalidades: *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nunca	Pouco frequente	Nem frequente nem infrequente	Algo frequente	Muito frequente
Venezuela	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Reino Unido	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Brasil	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Alemanha	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Itália	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
França	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Espanha	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Rússia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Roménia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ucrânia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

33. 16.1. Se houver outra (s) nacionalidade (s) com a qual trabalhe, mas que não encontra representado na tabela anterior, indique qual (ais) e classifique, de 1 a 5, a frequência de trabalho, sendo 1 (*nunca*), 2 (*pouco frequente*), 3 (*nem frequente, nem infrequente*), 4 (*algo frequente*) ou 5 (*muito frequente*):

34. 17. Dos imigrantes com os quais trabalha, qual a nacionalidade mais comum? *

PERFIL DO IMIGRANTE

35. 18. Considerando a nacionalidade com a qual mais trabalha, preencha a seguinte tabela relacionando o tempo de chegada do imigrante à RAM e as principais necessidades apresentadas no momento de intervenção: *

Marque todas que se aplicam.

	Até 6 meses	6 meses a 1 ano da sua chegada	1 a 2 anos da sua chegada	2 a 3 anos da sua chegada	3 a 5 anos da sua chegada	Mais de 5 anos da sua chegada	Não se aplica
Carência económica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Carência habitacional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desemprego	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Saúde	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Institucionalização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pedido de reforma e/ou pensões	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Maternidade ou paternidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cuidador informal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

36. 18.1. Se nenhuma das situações anteriores se aplicar, queira, por favor, indicar outras necessidades apresentadas:

37. 18.2. De todas as opções anteriores, enumere qual a principal necessidade apresentada pelo imigrante: *

PERFIL DO IMIGRANTE

38. 19. Qual a forma de chegada mais comum do imigrante ao seu serviço? *

Marcar apenas uma oval.

- Iniciativa própria
- Encaminhamento de outros serviços
- Via informal (amigos, família)
- Outro: _____

SUPERVISÃO PROFISSIONAL

Em todos os contextos de intervenção surgem situações de maior complexidade que exigem especial atenção do profissional.

No que se refere a casos, classifique as seguintes afirmações de acordo com a sua frequência de uso na prática profissional.

39. 20. Pesquisa e articulo com diferentes entidades, no sentido de encontrar a(s) *
melhor(es) respostas

Marcar apenas uma oval.

Não uso esta estratégia

0

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

Uso sempre esta estratégia

40. 21. Discuto a situação com colegas de equipa, de forma informal *

Marcar apenas uma oval.

Não uso esta estratégia

0

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

Uso sempre esta estratégia

41. 22. Organizo a discussão da situação em contexto de supervisão profissional *

Marcar apenas uma oval.

Não uso esta estratégia

0

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

Uso sempre esta estratégia

42. 23. Encaminho a situação para os meus superiores hierárquicos da instituição *

Marcar apenas uma oval.

Não uso esta estratégia

0

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

Uso sempre esta estratégia

SUPERVISÃO PROFISSIONAL

43. 24. Da sua experiência profissional, indique, de 0 a 10, a importância da supervisão profissional nos contextos de intervenção social?

*

Marcar apenas uma oval.

Nada importante

0

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

Muito importante

44. 25. Na sua entidade são organizados momentos de supervisão profissional, com discussão de processos, orientação e aconselhamento profissional? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim *Pular para a pergunta 45*
- Não *Pular para a pergunta 46*

MOMENTOS DE SUPERVISÃO

45. 25.1 Por favor, descreva sucintamente quantos momentos de supervisão por ano são organizados e qual a estrutura (em termos de **tema, duração, entidades e profissionais** envolvidos) e **conteúdo** de uma **sessão tipo**. *

Questionário de
Competências
Culturais para
Profissionais de
Ajuda (QCC-PA)

Para cada questão posicione-se de acordo com a escala seguinte: 1 - *discordo totalmente*; 2 - *discordo moderadamente*; 3 - *discordo*; 4 - *concordo*; 5 - *concordo moderadamente*; 6 - *concordo totalmente*.

46. 26. Sinto que posso aprender com os/as utentes imigrantes/de minorias étnicas *

Marcar apenas uma oval.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6

47. 27. Não considero os antecedentes culturais dos/as utentes que atendo quando está envolvida comida.

*

Marcar apenas uma oval.

1

2

3

4

5

6

48. 28. É difícil praticar aptidões relacionadas com competência cultural. *

Marcar apenas uma oval.

1

2

3

4

5

6

49. 29. Recebo feedback dos/as meus/minhas superiores sobre como melhorar as minhas aptidões com utentes imigrantes/de minorias étnicas. *

Marcar apenas uma ova.

1

2

3

4

5

6

50. 30. Sou sensível à valorização e respeito das diferenças entre o meu contexto cultural e a herança cultural dos/as meus/minhas utentes. *

Marcar apenas uma oval.

1

2

3

4

5

6

51. 31. Sou eficaz na minha comunicação verbal com os/as utentes cuja cultura é diferente da minha. *

Marcar apenas uma oval.

1

2

3

4

5

6

52. 32. Sinto que tenho experiência limitada para trabalhar com utentes pertencentes a outras culturas.

*

Marcar apenas uma ova.

1

2

3

4

5

6

53. 33. A competência cultural está incluída na missão, políticas e procedimentos do local onde eu trabalho. *

Marcar apenas uma oval.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6

54. 34. Eu empenho-me ativamente para ter uma atmosfera que promova o autoconhecimento.

*

Marcar apenas uma oval.

1

2

3

4

5

6

—

55. 35. Sou eficaz na minha linguagem não-verbal com utentes cujas culturas são *
diferentes da minha.

Marcar apenas uma oval.

1

2

3

4

5

6

56. 36. Discuto abertamente com os/as outros/as as dificuldades que eu possa ter no desenvolvimento da consciência multicultural. *

Marcar apenas uma oval.

1

2

3

4

5

6

—

57. 37. É difícil para mim aceitar que as crenças religiosas possam influenciar a forma como as minorias étnicas respondem à doença e à incapacidade. *

Marcar apenas uma oval.

1

2

3

4

5

6

58. 38. Não sinto que tenha aptidões para prestar apoio a imigrantes ou minorias étnicas. *

Marcar apenas uma oval.

1

2

3

4

5

6

59. 39. No trabalho, os quadros, posters, material impresso e brinquedos refletem a cultura dos/as imigrantes/minorias étnicas com quem trabalho. *

Marcar apenas uma oval.

1

2

3

4

5

6

60. 40. Eu aprendo sobre diferentes etnias e culturas através de métodos educativos e/ou experiências de vida.

*

Marcar apenas uma oval.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6

61. 41. Eu tenho oportunidades para aprender comportamentos culturais competentes com os/as meus/minhas colegas. *

Marcar apenas uma oval.

1

2

3

4

5

6

—

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Anexo VII – Modelo dos pedidos de autorização às entidades que desempenham funções de ajuda no âmbito da intervenção social e lista de entidades

Exmo(a). senhor(a) Presidente

Associação / IPSS /ONG /

ISSM, IP-RAM / IEM, IP-RAM / IHM, EPERAM / SESARAM, EPERAM / Câmaras Municipais

Serve o presente e-mail para **solicitar a V. Exa. a devida autorização para a aplicação de um inquérito a todos os (1) assistentes sociais, (2) psicólogos, (3) sociólogos, (4) educadores sociais e (5) licenciados em política social que trabalham nos V. serviços** (pedido em anexo).

O projeto de investigação em curso integra um programa doutoral em Serviço Social, pelo Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, com o tema "*Intervenção Social [Culturalmente Competente] com imigrantes na RAM*".

Pedíamos assim a V. melhor atenção na solicitação apresentada, remetendo, para o efeito, o link de participação do estudo.

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScUa0Vuf4hrF8Qa1JCYUhzlkKivj6qKI8FWR0OxehP6qeUiMg/viewform>

Pedimos também que este mesmo link seja enviado para as diferentes valências da V. instituição.

Agradecemos, desde já, a disponibilidade apresentada,

Certa da V. melhor atenção na relevância do contributo científico, ao nível do conhecimento em Serviço Social, e da mais-valia de todo o trabalho desenvolvido pela Região Autónoma da Madeira, nesta matéria.

M/Cumprimentos,

Lina Pereira

Assistente Social e Investigadora no âmbito do programa doutoral do Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Tlf: 964672736